

ASKESIS

revista dxs discentes
do programa de pós-graduação
em sociologia da UFSCar



v . 6 | n . 2

Julho/Dezembro
2017

Áskesis: Revista dxs Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Volume 6 | Número 2

Julho / Dezembro de 2017

ISSN 2238-3069

As opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados da imagem da capa

Autor: Tiago Lima

Obra: Filhos do Atlântico

Ano: 2016

Profissão: Historiador e cartunista

Diagramação

Diego Polacchini

Universidade Federal de São Carlos

Reitora

Profa. Dra. Wanda Hoffmann

Vice-reitor

Prof. Dr. Walter Libardi

Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH):

Diretora: Profa. Dra. Maria de Jesus Dutra dos Reis

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ana Cristina Juvenal da Cruz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenador: Rodrigo Constante Martins

Vice-Coordenador: Fábio José Bechara Sanchez

Comitê Editorial

Rodrigo Casaut Melhado

Editor-gerente. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Karina Almeida de Sousa

Editora-gerente. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Felipe Padilha

Editor-gerente. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Organizadores do Dossiê - v. 6, n. 2 (2017)

João Paulo da Silva

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Carla Fernandes da Conceição

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.

Desenvolvimento Web

Rodrigo Casaut Melhado

Conselho Científico

Afrânio Garcia Júnior (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre de Recherche sur le Brésil Contemporain/Centre de Sociologie Européenne – Paris); Alice Anabuki Plancherel (Universidade Federal de Alagoas – Brasil); Anibal Quijano (Binghamton University – Nova York); Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia – Reino Unido); Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil); Bernard Lahire (École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines – Lyon); Daniel Cefaï (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales/Centre D'étude des Mouvements Sociaux – Paris); Ethel Volfzon Kosminsky (Queens College/CUNY – USA); Gisele Rocha Cortes (Universidade Federal da Paraíba – Brasil); Jacob Carlos Lima (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); John Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional – Brasil); José Lindomar Coelho Albuquerque (Universidade Federal de São Paulo – Brasil); Jose Maria Valcuende del Rio (Universidad Pablo de Olavide de Sevilla/Espanha); Lucas Cid Gigante (Universidade Federal de Alfenas); Lucila Scavone (Universidade Estadual Paulista Brasil); Lucio Oliver (Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM México); Luiz Antonio Machado da Silva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Márcia Ochoa (University of Califórnia – Santa Cruz); Maria da Gloria Bonelli (Universidade Federal de São Carlos – Brasil); Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil); Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná – Brasil); Miriam Cristina Marcillio Ribeiro (Universidade Federal da Bahia – Brasil); Odaci Luiz Coradini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Sergio Peres (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil); Paulo Tavares (Goldsmiths College – Londres); Simone Bateman (Centre National de la Recherche Scientifique/CNRS – França); Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria – Brasil); Sílvia Portugal (Universidade de Coimbra); Vera Telles (Universidade de São Paulo – Brasil); Veronica Gimenez Bêliveau (Universidad de Buenos Aires/Argentina).

Apoio

Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de São Carlos (ProPG-UFSCar)

Endereço

Áskesis Rod. Whashington Luís 235. -
Monjolinho. 13565-905 - Sao Carlos, SP - Brasil -
Caixa-postal: 676

Apresentação

Dossiê Imigração: olhares contemporâneos	
João Paulo da Silva; Carla Fernandes da Conceição	5

Dossiê

A imigração italiana no Paraná no olhar de viajantes italianos	
Fábio Augusto Scarpim	8

Emigração e imigração espanhola para o Brasil: política, demografia e especificidades de um grupo étnico	
Vanessa Martins Dias	24

¿Podemos hablar de legados migratorios? El espacio social transnacional en la migración histórica catalana en Guayaquil (Ecuador)	
Francisco Javier Mazerés Gaitero	36

O Karate-Do como Dispositivo da Japonesidade em São Carlos	
Rafael Cava Mori	51

Breves considerações sobre Hiroshi Saito e as diferenças institucionais entre a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no período de estruturação das Ciências Sociais em São Paulo	
Jader Tadeu Fantin	65

Imigrantes: mais que braços para o café, a constituição dos homens de negócio no interior paulista	
Eder Carlos Zuccolotto	81

Racialização no processo imigratório brasileiro: as transformações na legislação e o papel do estado	
Patrícia Bosenbecker	97

A imagem do “outro”: uma análise das notícias televisivas sobre o tema da imigração	
Elaine Javorski	114

Conflitos contemporâneos: a categoria refugiado no telejornalismo brasileiro	
Liege Scremin; Susana Trovão	125

Um balanço da produção acadêmica sobre a imigração de bolivianos em São Paulo	
Fabio Martinez Serrano Pucci	139

As migrações recentes como possibilidades poéticas e políticas de transformação do mundo social	
Janaina Santos	155

A leste do Éden: migrações por amenidade num balneário da costa atlântica uruguaia	
Daniel Cajaville	166

Tradução

Os Fasci no Brasil	
Angelo Trento	180

Ensaio

Interseccionalidade de violências na migração feminina: casos de mulheres e trans brasileiras
Milena de Lima e Silva192

Entrevista

Um “brasilianista italiano”: entrevista com Angelo Trento
Carla Fernandes da Conceição;
João Paulo da Silva202

Relato de Pesquisa

Migração haitiana: um estudo etnográfico com crianças, pais, professores em escolas públicas de Sinop MT
Ivone Jesus Alexandre208

Artigo

Quando Uma Aparente Saída ao Capitalismo é a Concreta Individualização: a Subjetividade de Bob Dylan na “Ruptura” com o *Folk* (1962-1966)
Filipe Moreno Horta218

Propagandas das formas de trabalhos: discussão sobre propaganda e novas formas de trabalho nas mídias digitais
Giulianna Bueno Denari237

Resenha

A diferença entre poder sair e poder entrar
Paolo Targioni252



Dossiê Imigração: olhares contemporâneos

A *Áskesis* – Revista dxs discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar apresenta, neste volume, o dossiê *Imigração: olhares contemporâneos*, organizado por João Paulo da Silva¹ e Carla Fernandes da Conceição², integrantes do grupo de pesquisa “Migrar: sociologia histórica das migrações e estudos regionais” (UFSCar) e do projeto de pesquisa FAPESP “Percurso histórico-sociais na incorporação de imigrantes do Oeste Paulista (1880-1950)”, ambos liderados pelo Prof. Dr. Oswaldo Truzzi. Os artigos aqui reunidos discorrem sobre a temática das imigrações tanto no Brasil quanto na América Latina. Sob um olhar sociológico e historiográfico, os artigos versam sobre temas diversos que perpassaram os fluxos e grupos migratórios abarcados desde o século XIX até o XXI. Além disso, os textos apresentam metodologias diversificadas e variadas abordagens teóricas sobre a temática – do clássico conceito de *push* e *pull*, passando por discussões sobre identidade, alteridade e racialização, chegando até a abordagens mais contemporâneas, como os conceitos de imigração por alteridade e as possibilidades poéticas e políticas da imigração.

O primeiro texto, de Fábio Augusto Scarpim, analisa a imigração italiana no estado do Paraná sob o olhar de três viajantes italianos - Pietro Colbacchini, Alfredo Cusano e Ranieri Veronese – que estiveram por lá entre os anos de 1886 a 1912. A partir destas narrativas, o autor busca compreender as avaliações feitas pelos viajantes sobre os incentivos, atrativos, desafios e as dificuldades enfrentadas na emigração italiana, que contribuíram para a divulgar o Paraná *na propaganda* emigracionista na Itália.

Ainda sob uma perspectiva histórica, Vanessa Dias realiza um balanço sobre a imigração espanhola para o Brasil. Utilizando-se dos conceitos de *push* e *pull*, clássicos sobre o tema, a autora aponta que, inicialmente, o subsídio pago pelo governo brasileiro foi um dos principais fatores de atração para esse grupo de imigrantes no início do século XX. Já no pós-Segunda-Guerra, o contexto político espanhol era o principal fator de expulsão, enquanto a industrialização brasileira atraía os imigrantes espanhóis para o país.

Francisco Javier Mazeret Gaitero apresenta em seu artigo como que a imigração entre a Catalunha e Guayaquil possibilitou a formação de um espaço social

1 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, bolsista CAPES. Contato: jps.historia@gmail.com

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Contato: carlafcon@gmail.com



transnacional entre os dois espaços. O artigo, que possui um recorte etnossociológico, trabalha na perspectiva de Fernand Braudel de longa duração. Tempo este que ao consolidar práticas sociais densas e duradouras constrói um espaço transnacional entre os dois espaços. Entidades como o clube Barcelona de Guayaquil são exemplos da produção desse espaço.

Em seguida, Rafael Cava Mori discute a prática do Karate-Do enquanto um dispositivo de *japonesidade*. Baseando-se em estudo etnográfico, análise documental e entrevistas e com um recorte específico do município de São Carlos, interior de São Paulo, o autor procura inferir sobre a influência do Karate-Do na construção de um *ethos* nipônico baseado em princípios disciplinares, espirituais e morais orientais.

Jader Tadeu Fantini apresenta um importante estudo biobibliográfico sobre Hiroshi Saito, sociólogo e membro da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP). Saito chegou ao país em 1933 com a sua família para trabalhar nas lavouras do interior de São Paulo e se tornou um dos principais responsáveis pela consolidação do campo dos estudos de imigração no Brasil.

Eder Carlos Zuccolotto reflete que embora a literatura aborde a figura dos imigrantes como fonte de mão de obra para as lavouras cafeeiras do interior do estado de São Paulo, estes se tornaram, ao longo do tempo, grandes homens de negócios, ou seja, agentes diferenciados dentro do processo de desenvolvimento empreendedor no interior paulista.

Patrícia Bosenbecker analisa a construção da racialização no processo migratório brasileiro sob a influência e o controle do Estado, que cria políticas migratórias nacionais geradoras de seletividade, desde a independência nacional até a Segunda Guerra Mundial.

Elaine Javorski trabalha a questão da mídia televisiva, especialmente de três telejornais brasileiros - Rede Globo, Bom Dia Brasil e Bom Dia Paraná - e suas imbricações na propaganda sobre a imigração no Brasil. Tendo como recorte temporal os anos de 2014 a 2016, a autora analisa “os interesses midiáticos” na questão da imigração e atenta às consequências de interpretações superficiais sobre o tema que, na maioria das vezes, acentuam a etnização da delinquência e a criação de estereótipos que dificultam a ampliação e o melhoramento das condições sociais e de integração dos imigrantes no Brasil.

Na mesma linha, as autoras Liege Scremin e Susana Trovão apresentam como o telejornalismo brasileiro – mais especificamente o Jornal Nacional, da Rede Globo, e o Jornal da Record – apresentam a categoria dos refugiados. Ao analisarem quatro matérias (três do Jornal Nacional e uma do Jornal da Record), as autoras demonstram alguns pontos em comum: 1) nenhuma distinção entre as categorias imigrante e refugiados, o que, segundo as autoras, pode auxiliar no aumento da



rejeição aos refugiados; 2) a ausência de informações sobre refugiados no Brasil; 3) repetição do que diz as agências internacionais, fazendo com que a imprensa internacional paute agenda da mídia brasileira.

Já Fábio Pucci apresenta uma revisão bibliográfica do que já foi produzido sobre a imigração de bolivianos para São Paulo, além de apontar as lacunas existentes nessa literatura, o que pode ser um bom ponto de partida para quem deseja iniciar estudos sobre o tema.

Janaína Santos propõe uma reflexão do tema imigração como um fenômeno social, político e poético. O que, segundo a autora, não significa diminuir impactos do fenômeno, como a xenofobia e o racismo, mas sim perceber as (dis)junções e (des)continuidades nos processos migratórios e vislumbrar o imigrante como alguém que está transnacionalmente conectado, em contato com diversas línguas, culturas e afetos, portanto, em uma experiência de constante alteridade, o que pode contribuir na construção de novas bases relacionais, mais éticas, igualitárias e humanizadas.

O texto de Daniel Cajarville nos apresenta um caso de *migração por ameadades*. Analisando este tipo de migração em um balneário da costa atlântica do Uruguai, na região de La Paloma, o autor analisa as significações da imigração para esta região e os fatores que a levam a ocorrê-la.

Por fim, gostaríamos de agradecer imensamente ao professor Angelo Trento, tanto por disponibilizar para tradução desta edição um texto inédito no Brasil, quanto pela entrevista que aqui se encontra. Uma ótima leitura a todxs!



A imigração italiana no Paraná no olhar de viajantes italianos

The italian immigration in the state of Paraná in the italian's travellers

Fábio Augusto Scarpim¹

Resumo

Este artigo analisa as impressões de viajantes italianos sobre a imigração italiana no Paraná. São eles Pietro Colbacchini, Alfredo Cusano e Ranieri Veronese que estiveram no Estado entre os anos de 1886 e 1912. A parte privilegiada das descrições desses autores referem-se as colônias instaladas na capital e nos seus arredores. Em seu inventário físico e humano do Paraná, especialmente das colônias imigrantes, esses homens descreveram os aspectos positivos e negativos da experiência imigratória, destacando as possibilidades e os limites para instalação de novos imigrantes. Na mesma direção o progresso das colônias já estabelecidas, os discursos das qualidades dos imigrantes sobre os nacionais e a importância da preservação da italianidade.

Palavras chaves: imigração italiana, Paraná, viajantes.

Abstract

This article analyzes the impressions of Italian travellers about the Italian immigration in the state of Paraná. They are Pietro Colbacchini, Alfredo Cusano and Ranieri Veronese that were in the State between the years 1886 and 1912. The privileged setting in the descriptions of these authors refer to the colonies installed in the capital and on its outskirts. In their inventory the physical and human state of Paraná, especially in the colonies immigrants, these men have described the positive and negative aspects of the experience of immigration, highlighting the possibilities and limits for installation of new immigrants. In the same direction as the progress of the colonies already established, the speeches about the qualities of the immigrants over the national, and the importance of the preservation of the italianidade.

Keywords: Italian immigration, Paraná, travellers.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Centro Universitário Campos de Andrade. E-mail: fabio_scarpim@hotmail.com



Introdução

Desde a emancipação política da província em 1853, quando esta se desmembrou de São Paulo, o Paraná se constituiu em destino de milhares de imigrantes estrangeiros, na maior parte europeus, que se aventuraram rumo à terra das araucárias, em busca de melhores condições de vida, do sonho de conquista da propriedade ou atraídos pela propaganda imigratória governamental ou das sociedades de imigração. Junto a dezenas de milhares de imigrantes foram muitos os viajantes (missionários, jornalistas, cientistas, médicos e aventureiros) que passaram pelo Paraná e fixaram residência por curto espaço de tempo ou, em algumas ocasiões por anos, e deixaram registradas suas impressões sobre as pessoas e seu modo de vida e a paisagem regional.

Viajantes como o francês Auguste de Saint-Hilaire, o alemão Robert Avé-Lallemant e o inglês Thomas Bigg-Wither que passaram pelo Paraná no século XIX já registravam seu encantamento pela jovem província, especialmente pelo clima e pela natureza bastante propícia para o estabelecimento de colonos europeus². As descrições desses viajantes possibilitam o conhecimento de muitos aspectos do cotidiano da sociedade paranaense, bem como a visão e o imaginário europeu a respeito do Brasil Meridional. Conforme bem observou Francisco Moraes Paz (1987) apesar do encanto pela natureza e pelas paisagens paranaenses é notória, na escrita dos três viajantes citados, o desprezo pela população local que, apesar da receptividade e da bonança, foram descritos como indolentes, atrasados e ignorantes. A visualização do progresso e as expectativas de futuro eram depositadas na Europa e nos imigrantes europeus, ou nas palavras de Paz (1996, p.15) “a utopia do século XIX situa-se na própria Europa e projeta-se num futuro de realizações. Ela pode ser definida como a busca da modernidade, e desenhada a partir da visão européia de civilização, sociedade e história”.

Como o escopo deste artigo é a imigração italiana nos concentraremos nos relatos produzidos por viajantes da mesma nacionalidade, de modo a compreender qual eram as avaliações que esses homens fizeram das experiências iniciais dos imigrantes no Paraná e como tais avaliações contribuíam para divulgar o Paraná na propaganda emigracionista na Itália, salientando quais eram os locais mais adequados para o estabelecimento de colonos europeus, os desafios a ser enfrentados, as dificuldades, bem como as contribuições para o lugar. Assim, acompanhamos as narrativas dos viajantes do século XIX que, ao fazer um inventário físico e humano do Brasil, especialmente do Paraná, contribuíram para divulgação das terras a ser colonizadas e para a atração de imigrantes. Para compreendermos alguns aspectos do olhar dos observadores italianos sobre a imigração no Brasil Meridional, especialmente das colônias localizadas no entorno da cidade de Curitiba, analisamos textos de três autores: Pietro Colbaccini, Alfredo Cusano e Ranieri Veronese.

2 Os relatos dos viajantes referidos foram publicados em livros nas cidades e nos anos, respectivamente de Paris 1851, Leipzig 1859 e Londres 1878. No caso do viajante Auguste Saint-Hilaire embora a viagem tenha sido feita em 1820, seu relato foi atualizado com anotações e dados de outros viajantes e com informações de relatórios dos Presidentes de Província e Anuários. Essa atualização sugere a ideia de produzir um inventário sobre o Brasil que funcionaria como propaganda para a vinda de imigrantes estrangeiros.



O texto *Le condizioni degli emigrati nello stato del Paraná in Brasile* do missionário escalabriniano Pietro Colbacchini data de 1892 e é endereçado ao Patronado para os emigrantes sob a presidência honorária do Monsenhor Giovanni Battista Scalabrini e do marquês Volpe Landi de Piacenza, que também foi inserido como apêndice na obra de Ferruccio Macola *L'Europa alla conquista dell'America Latina* publicada em Veneza no ano 1894 pela editora Ferdinando Ongania. O segundo texto é um número específico da Revista *Italica Gens*³ publicada em 1913 que trata de uma relação de visitas feitas pelo doutor Ranieri Veronesi no ano anterior nos três Estados do Brasil Meridional. Por fim as impressões do jornalista Alfredo Cusano que viveu cinco anos no Rio Grande do Sul, mas visitou também os estados do Paraná e Santa Catarina e publicou sua experiência no livro *Itália d'oltre mare: Impressioni e ricordi dei miei cinque anni al Brasile* no ano de 1911.

Imigrantes italianos no Paraná

A imigração italiana em massa no Paraná tem início em 1875. Antes dessa data há registros de alguns, mas eram poucos e diluídos entre outros grupos, como aqueles que integravam a colônia Assungui, fundada em 1860 e pertencente ao atual município de Cerro Azul. Antes mesmo da presença em grande quantidade de imigrantes italianos o Paraná foi percorrido por um viajante dessa nacionalidade. Giuseppe Banfi⁴ percorreu a província em 1858, poucos anos após a criação da mesma, e deixou registrado em seu diário as impressões sobre o espaço conhecido: sua gente, seus hábitos e suas impressões sobre a paisagem.

A questão imigratória no Paraná, especialmente a vinda de colonos *morigerados e laboriosos*, já era debatida pelas autoridades provinciais desde a sua criação e foi apontada como uma solução para resolver os problemas relativos à baixa densidade demográfica, os chamados “vazios demográficos”, a carência de mão-de-obra, bem como a ausência de uma agricultura diversificada naquele contexto de início do processo de transição do trabalho escravo para o livre.

Os anos que se seguiram à emancipação política da província foram marcados pelo aprofundamento da política imigratória, numa ação conjunta das autoridades imperiais e provinciais (Machado *et al*, 1969, p.163). Inicialmente houve uma tentativa de promover a colonização no litoral paranaense nas pro-

3 Associação *Italica Gens: Federazione per l'Assistenza degli emigranti transoceanici e diretta dall'Associazione Nazionale per Missionari Cattolici italiani* era constituída por membros de todas as ordens e congregações religiosas que tinham missionários entre os imigrantes na América (salesianos, jesuítas, franciscanos, scalabrinianos, capuchinhos, conventuais e vários outros). Com sede no *Segretariato Centrale di Torino* e missionários atuantes nos portos de Genova e Nápoles, o escopo da Associação era aconselhar, orientar e atender religiosamente os emigrantes italianos tanto na partida como no estabelecimento no local de destino na América. Da mesma forma, informar às autoridades italianas as condições que se encontravam os imigrantes nos países de destino, e os eventuais problemas (exploração, situações de doença, fome, conflitos) que viessem surgir na experiência migratória.

4 Sobre as impressões desse viajante ver: VANNUCCI, Alessandra. Un baritono ai tropici. Diario di Giuseppe Banfi nel Paraná. 1858. Reggio Emilia: Diabasis Edizioni, 2007.



ximidades das cidades de Morretes, Antonina e Paranaguá, mas uma série de problemas como: a insalubridade do clima, a falta de conhecimento e orientação para superar as moléstias tropicais e as pragas da lavoura, a ausência de mercados consumidores e a ambição de agenciadores de imigrantes como o caso do italiano Sabino Tripotti tornaram a experiência um verdadeiro desastre. Esse fracasso é enfatizado no relato de Colbacchini (p.556, tradução minha) que alertava seus conterrâneos para não se instalarem no litoral devido às precárias condições sanitárias e de adaptação e ao abandono dos imigrantes a sua própria sorte.

Me sinto no dever de gritar tão alto, para ser ouvido do outro lado do mar aos meus conterrâneos: a vocês que emigram para o Paraná, atentem aos lugares infectos de Paranaguá, Morretes e Antonina e de todo este litoral, se querem evitar a maior desgraça que jamais vos possa acontecer⁵.

Diante do fracasso da experiência colonizadora no litoral, especialmente na administração do governador Adolpho Lamenha Lins, foram instaladas várias colônias nas proximidades da capital Curitiba. O clima mais ameno, a inexistência de moléstias tropicais, a existência de terrenos férteis nas proximidades a capital bem como a facilidade para o escoamento dos produtos agrícolas garantiu êxito ao programa, conforme destacou o governador no seu relatório de 1877 (p.81-82).

O colono europeu, por via de regra, desanima diante das nossas mattas virgens, porque para elle é completamente ignorada essa cultura extensiva, da derrubada, da queima e das sementeiras a vôo, e é por isso que internados nas colonias afastadas dos centros populosos, elles fogem de entregar-se a esse trabalho improbo, que lhes é inteiramente desconhecido, acontecendo muita vez que o desastre que na primeira derrubada fere a um, basta para amedrontar uma expedição inteira. É preciso pois preparar o colono para penetrar nas regiões das mattas virgens, riquissimas de uberidade, e de seiva, porem cuja rude magestade os assombra e intimida. D'ahi a vantagem de estabelecê-los primitivamente, nos arredores dos centros populosos, ahi, perto de todos os recursos, ao passo que se dedica a cultura que conhece, e tem mercado prompto e consumo immediato para os seus productos, o colono ensaia essa cultura nacional que lhe é inteiramente estranha, mais que a elle tem de entregar-se mais tarde, pela natureza das plantas que tem de cultivar, e do terreno em que elles produzem. (...) Foi sob o domínio dessas ideias, que adoptei o systema do estabelecimento de colonos nos arredores da capital.

5 mi sento in dovere di gridare tanto alto, da essere udito al di là dei mari dai miei connazionali: o voi che emigrate per il Paraná, guardatevi dai luoghi infetti di Paranaguà, Morretes ed Antonina e da tutto questo litorale, se pur volete evitare la più grande disgrazie che mai vi possa incogliere.



A partir da administração de Lamenha Lins a colonização nos arredores de Curitiba se desenvolve. O final dos anos 1870, as décadas de 1880 e 1890 são marcados pela expansão da fixação de imigrantes chegando ao auge da política imigratória no Paraná subvencionada pelo governo provincial. O êxito logrado com a experiência imigratória, não apenas no Paraná, mas no Brasil Meridional como um todo, se transforma em objeto da atenção de observadores estrangeiros, seja por parte das instâncias eclesiásticas preocupadas com a situação religiosa dos imigrantes, seja por parte das autoridades políticas interessadas na manutenção dos vínculos cívicos e identitários dos emigrados com a pátria mãe e na promoção da propaganda imigratória na Itália.

Impressões dos viajantes sobre os imigrantes italianos: avanços e impasses da ação colonizadora;

No caso do primeiro autor analisado – o sacerdote Pietro Colbacchini – ele não é exatamente um viajante, mas um missionário que viveu muitos anos entre os imigrantes italianos, primeiro em São Paulo, depois no Paraná e produziu uma intensa correspondência com o fundador da Congregação Scalabriniana, o bispo Giovanni Battista Scalabrini, bem como com outras instâncias eclesiásticas na Itália. Tomamos o texto citado como relato de viagem, embora não seja resultado de uma viagem propriamente, mas de alguns anos de missão porque ele apresenta características típicas da literatura de viagem. Conforme salientou Stella Maris Scatena Franco (2006) os relatos de viagem são produzidos na maioria das vezes a partir de experiências de indivíduos deslocados de suas realidades de origem que frequentaram a realidade de outrem. Assim, tornam-se depositários de narrações, de fatos e experiências por eles vivenciados, mas que carregam seus valores, suas visões de mundo e sua subjetividade. Enfim, de representações e práticas que produzem daquilo que vêem.

Outro aspecto a ser destacado é a respeito do momento da escrita de tais impressões. Quando estas foram feitas? Durante a experiência ou posterior a ela? Não temos a resposta para essas questões. Mas podemos inferir a partir do que temos a mão que, em ambos os casos, foram logo posteriores às experiências com os imigrantes, devido a distância entre o período de suas vivências e a publicação de seus escritos. No caso de Colbacchini e Cusano que viveram longos anos no Brasil Meridional, é certo que eles testemunharam transformações no processo de estabelecimento das colônias, o que contribuiu para ressaltarem a importância do trabalho imigrante no desenvolvimento e no progresso do lugar onde se estabeleceram. De qualquer forma, a narrativa desses autores não era desinteressada, pois buscavam divulgar as potencialidades da imigração no Sul do Brasil, destacando suas vantagens e limites, bem como enfatizavam a necessidade de preservação da identidade étnica imigrante, vale dizer: a *italianidade*.

O relato de Colbacchini, por exemplo, emite um juízo a respeito da emigração. Esta é aconselhada somente para aqueles que não encontram outra solução para sua situação de miséria e pobreza ou para aqueles que, por conta de possuírem família numerosa não conseguem mantê-la. Como religioso, seu



discurso é voltado para prevenir problemas em torno da emigração: aqueles que por ganância e pelo desejo desenfreado em melhorar de vida acabavam se perdendo em vícios. A preocupação em relação aos emigrantes que partiam da Itália se dava em torno da facilidade de se cair nos vícios (alcooolismo, violência, desregramento moral, libertinagem sexual) do abandono das práticas religiosas e da perda da fé. Assim a emigração para o campo, a organização em colônias com imigrantes dos mesmos locais de origem, era mais recomendada que aquela direcionada para as cidades, pois dessa forma a manutenção das práticas culturais, principalmente religiosas, seriam garantidas. No olhar do sacerdote, a religião funcionaria como uma barreira contra a assimilação e também como corretora dos vícios. Cabe destacar que o relato de Colbacchini é contemporâneo ao desenvolvimento da experiência anarquista da colônia Cecília em Palmeira com imigrantes italianos e também do desenvolvimento anticlerical em Curitiba.

Entre os observadores italianos que percorreram as diversas áreas de imigração de seus conterrâneos foi unânime a visão de que a colonização nos três Estados do Sul se constituiu em uma experiência particular se comparada às demais partes da América. Nestas colônias foi destacada nos textos a preservação, quase intactas, de determinadas práticas ancestrais como: uso do dialeto da região de origem, a religiosidade, o associativismo comunitário, a preservação da cultura, entre outros aspectos que em outras áreas de imigração estavam em vias de transformação ou desaparecimento tendo em vista o contato mais estreito com a sociedade hospedeira. A causa essencial das diferenças entre os processos de transformação e manutenção das características étnicas nas coletividades italianas nos diferentes lugares de instalação, segundo os observadores, se relacionava especialmente ao fato que nas colônias dos três Estados meridionais a grande maioria dos imigrantes era constituída de agricultores que foram instalados em colônias, que em geral se localizavam no meio rural, e com relativo grau de autonomia social e econômica. Por isso a ênfase de Colbacchini na imigração camponesa, ela seria a forma mais adequada não só de prosperidade econômica, mas de manutenção de uma catolicidade italiana.

Para Veronese (1913, p.132, tradução minha)

[...] do ponto de vista econômico e social as colônias dos três Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, se pode dizer, de quase todas que temos dispersas no Norte e no Sul da América, é que os nossos conterrâneos sendo na maior parte lá dedicados a agricultura, se tornaram pequenos proprietários de terra, poucos são os operários e os assalariados, e estes se encontram somente na cidade. Enquanto nos outros países, como à exemplo nos Estados Unidos e na Argentina, se tem entre os nossos emigrantes fortíssimo desequilíbrio de renda, dos milionários a um exército infelizmente numerosíssimo de assalariados miseráveis. Aqui as rendas são quase sempre modestas e muitas dentre elas equivalentes; e é raro encontrar pessoas válidas que faltam os meios necessários a vida. Assim o que lhe distingue do ponto de vista étnico é a maior conservação dos costumes e da língua italia-



na, permanecendo possível até o momento a formação de agrupamentos agrícolas italianos homogêneos isolados dos centros brasileiros⁶.

Segundo o autor a população italiana era calculada em 250.000 no Rio Grande do Sul, 40.000 em Santa Catarina e 30.000 no Paraná caminhando em contínuo crescimento. Em relação ao último Estado Alfredo Cusano (1911, p.191-192) indica que, no início do século XX, dos cerca de 500.000 habitantes, cerca de um quarto eram de origem estrangeira, sendo 75.000 poloneses (provavelmente incluiu os ucranianos), 25.000 italianos, 20.000 alemães e 5.000 de outras nacionalidades⁷. Cusano sugere que o número diminuto de italianos no Estado do Paraná se devia a má vontade dos dirigentes interessados muito mais em fazer política do que administração; visto que, segundo o autor; muitos colonos poderiam ser instalados porque [...] *as terras férteis situadas em posições favoráveis e salubres ainda eram numerosas e poderiam fazer a fortuna de milhares e milhares de colonos* (Cusano, 1911, p.192, tradução minha)⁸.

Ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos e Argentina no qual as gerações sucessivas rapidamente absorviam as características do país hospedeiro, sendo necessárias novas levas de imigrantes para manter a presença italiana, no Sul do Brasil os imigrantes continuavam a manter as tradições e a língua ancestral. Nesse sentido Veronese faz uma comparação com as colônias alemãs que eram mais antigas e que se mantinham bastante presente nos três Estados com destacada influência política e religiosa, assim como ocupavam postos importantes no comércio e na indústria. O sucesso da experiência germânica seria devido aos contínuos contatos com a Alemanha, especialmente no que se refere aos investimentos econômicos, bem como o valor dado a escola para a formação das novas gerações e a manutenção da língua e da cultura ancestral. Nessa direção, destaca a importância da conservação do idioma e de seu ensino como forma de cimentar a identidade étnica e de combater a desnacionalização vista como uma ameaça constante.

Na visão de Veronesi, no Brasil Meridional o investimento financeiro na escola seria muito menor se comparado a outros lugares da América, justamente

6 [...] dal punto di vista economico-sociale le colonie dei tre Stati di Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, si può dire, da quasi tutte le altre che abbiamo sparse nel Nord e nel Sud America, è che i nostri connazionali essendosi per la massima parte colà dedicati all'agricoltura, vi sono divenuti tutti piccoli proprietari di terra; pochi sono gli operai ed i salariati, e questi si trovano solo nelle città. Mentre negli altri paesi, come ad esempio negli Stati Uniti e nell'Argentina, si hanno fra i nostri emigranti fortissimi disequilibri di fortune, dai multimilionari ad un esercito purtroppo numerosissimo di salariati miserabile. Qui le fortune sono quase sempre modeste e molte fra loro equivalenti; ed è raro trovare persone valide che manchino dei mezzi necessari alla vita. Ciò che le distingue dal punto di vista etnico è la maggior conservazioni dei costumi e della lingua italiana, resa possibile fino ad ora dalla formazione di aggruppamenti agricoli italiani omogenei isolati dai centri brasiliani.

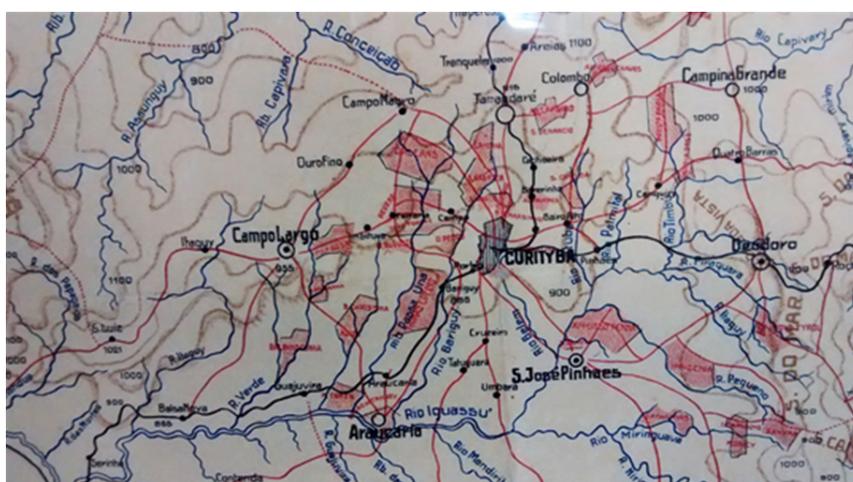
7 R. Veronesi dá outra indicação a respeito da população paranaense que seria de 360.000 sendo cerca de 70.000 poloneses e em seguida os italianos que seriam menos de 30.000. Depois cita os alemães que se encontravam, sobretudo, na cidade de Curitiba, mas sem mencioná-los numericamente (Veronesi, 1913, p. 328).

8 le terre più fertile e situate in posizioni ridentissime e salubre sono ancora numerose e potrebbero ancora fare la fortuna di migliaia e migliaia di coloni .

porque o meio favoreceria. Sendo assim, caberiam as autoridades italianas o investimento financeiro na escola, visto que ao optarem por manterem-se italianas estas não recebiam subsídios do governo brasileiro.

Colbacchini partilha das mesmas opiniões de Veronesi. A manutenção da língua seria veículo primordial para a manutenção da italianidade. Na ótica escalabriniana o binômio fé/italianidade era condição essencial para a sobrevivência das características do grupo. Assim, muitas das colônias contavam com sacerdotes das suas regiões de origem que mantinham a língua e a cultura da pátria ancestral, não se preocupando com o aprendizado do português. Mas essa prática em diferentes ocasiões encontrou resistências das autoridades eclesiásticas locais, como por exemplo, o bispo de Curitiba entre os anos 1904 e 1908, D. Duarte Leopoldo e Silva, que defendia a ideia de que os imigrantes e seus descendentes deveriam se integrar a sociedade nacional e impôs dificuldades para a atuação do clero escalabriniano.

Do ponto de vista econômico, em geral as colônias foram apresentadas como modestas. Reitera-se que o viajante sempre fazia comparações, fosse com as colônias do Rio Grande do Sul, a exemplo de Caxias do Sul, colônia bastante próspera, como as colônias alemãs de Santa Catarina. Tal situação é atribuída ao isolamento e especialmente às deficiências do sistema de transportes. Segundo Veronese, o maior ou menor desenvolvimento das colônias estaria ligado principalmente a sua localização e à distância em relação aos principais centros. Também em relação à antiguidade da fundação, as mais velhas teriam usufruído dos melhores terrenos enquanto as mais novas teriam ficado com terras mais pobres ou mais distantes da cidade. Outro fator apontado foi justamente o fato de os Estados receptores não terem investido na formação de uma rede de estradas e de infra-estrutura que viesse a promover o desenvolvimento regional. Assim, as colônias que se encontravam em áreas mais distantes estariam sujeitas a um menor grau de desenvolvimento. Essa observação tem fundamento, pois se tratando de uma população majoritariamente camponesa cuja razão de estar ali se relacionava ao interesse em diversificar a agricultura, percebe-se que as colônias que rapidamente progrediram foram justamente aquelas que estavam localizadas mais próximas aos centros consumidores ou em posições estratégicas, próximas as principais estradas. A localização das colônias pode ser visualizada no mapa abaixo:





Fonte: Mapa da Zona colonizada do Estado do Paraná organizado pelo Engenheiro Dr. Ferreira Correia, 1927. Arquivo Público do Paraná. M110/Gav. F

No que toca as colônias do Paraná os autores citados descreveram com detalhes as impressões sobre os aspectos naturais, geográficos, populacionais, econômicos e políticos que, com algumas pequenas variações entre eles, compartilham das mesmas visões encontradas nos relatos dos viajantes anteriores e que são típicas do olhar estrangeiro: o encantamento com as belezas naturais, a exuberância da flora e certo desprezo em relação aos nativos (os caboclos). Como o que nos interessa aqui é destacar a visão dos mesmos sobre os aspectos étnicos e religiosos da população de origem italiana localizada em Curitiba e seu entorno, nos concentraremos em tais aspectos.

Das 45 colônias que contava com a presença de italianos no final do século XIX e início do século XX no Estado foram destacadas aquelas de Água Verde, Pilarzinho e Santa Felicidade como sendo as mais ricas e prósperas pelo fato de serem as maiores e estarem localizadas em posição favorável ao desenvolvimento econômico. No caso das duas primeiras, praticamente dentro do quadro urbano da capital, apesar do progresso dos colonos era lamentada a perda das características herdadas da pátria mãe bem como o processo de nacionalização dos hábitos e costumes devido aos contatos mais estreitos com a população brasileira, conforme registrou Veronese (1913, p.335-336, tradução minha) nas suas impressões:

Percebi muitas vezes lamentar dos italianos respeitosos e conhecedores do ambiente, que a nossa colônia de Curitiba e entorno está sob via de desregramento no que toca a conservação nacional e infelizmente eu mesmo devo constatar a verdade da afirmação. Uma boa parte dos nossos compatriotas lá residentes são imediata e inteiramente deixados absorver pelo ambiente e podem ser considerados brasilianizados nos sentimentos e nos costumes⁹.

Destaca-se que aqui a descrição do autor, registrada quase vinte anos após a análise de Colbacchini, vinha no sentido contrário daquilo que era almejado pelo clero escalabriniano. Na visão de Veronesi o processo acentuado de absorção brasileira se relacionaria ao contato mais estreito com a população local e isso se dava mais intensamente no ambiente urbano. Por outro lado, aqueles que se encontravam em áreas mais afastadas da cidade, com atividades predominantemente rurais, como era o caso de Santa Felicidade, conservariam melhor os elementos originários da Itália. Aqui podemos bem compreender o porquê da valorização de Colbacchini em relação à imigração em colônias. Cusano (1904, p.105, tradução minha) destacou com certo saudosismo a colônia de Santa Felicidade como a mais bela prova daquilo que o imigrante italiano poderia se

⁹ Ho sentito più volte lamentare da italiani autorevoli e conoscitori dell'ambiente che la nostra colonia di Curitiba e dintorni, è sulla via del disregramento. Nei riguardi della conservazione nazionale e purtroppo io stesso ho dovuto constatare la verità dell'affermazione. Una buona parte dei nostri connazionali colà residenti si sono subito ed interamente lasciati assorbite dall'ambiente, e si possono considerare come brazilianizzati nei sentimenti e nei costumi.



transformar.

Queria pode ter a virtude de devolver, com toda a força de seu vibrante entusiasmo, a admiração que suscitou em mim a colônia de Santa Felicidade na primeira vez que a visitei, para fazer conhecer na Itália o quanto soube e pode operar no Brasil o colono italiano ¹⁰.

O êxito alcançado em Santa Felicidade era medido não só pelo desenvolvimento da colônia que contava com famílias de agricultores bastante prósperos, artesãos e comerciantes, mas também pelo complexo paroquial construído (igreja, campanário, casa paroquial, cemitério, e especialmente a escola). No caso da educação desde 1900 contava com uma escola conduzida pelas Irmãs do Sagrado Coração de Jesus e frequentada por 150 alunos e que recebia subsídio do governo italiano de 1500 libras anuais. Além da escola mantida pelas Irmãs Missionárias havia mais duas, cada uma com cerca de 25 alunos cada, uma conduzida por um mestre italiano e outra por uma professora brasileira. As colônias de Água Verde e Pilarzinho também possuíam escolas conduzidas pelas Irmãs do Sagrado Coração com 80 e 43 alunos respectivamente, ensino italiano e sem subsídio do governo italiano. Na cidade encontrava-se uma escola mantida pela Associação Dante Aligheri com 36 alunos e subsídio de 1000 libras do governo italiano. Também existia uma no bairro Ahú mantida pela Sociedade M.S. Vittorio Emanuele III frequentada por 31 alunos e auxílio de 1000 libras anuais. Fora de Curitiba havia uma na Vila Colombo com 32 alunos e 500 libras de subsídio e uma última na colônia Virmond com 56 alunos e 500 libras de subsídio (Cusano, 1904, p.204-207).

É importante destacar que a escola era vista como um dos meios fundamentais para a preservação da italianidade. Nesse caso tinha uma força ainda maior pelo fato desta ser conduzida por uma Congregação religiosa. O desenvolvimento da colônia que contemplava os aspectos almejados na formação de uma “civilização paroquial”, ou seja, colonos pequenos proprietários com famílias grandes, que mantinham a fé, a língua e a cultura ancestral, organizados em torno da paróquia levou Scalabrini (In Francesconi, 1973, p.293, tradução minha), após sua visita ao Paraná, a escrever ao papa Pio X que aquela colônia era o modelo ideal de colonização italiana.

[...] Tomado abrigo junto aos meus missionários a S. Felicidade. É esta a colônia modelo: a mais bem ordenada de todo o Brasil. Os missionários a tiveram em mãos em seu nascimento e, assistida continuamente, se mantém cristã, católica, fervente. Ontem comuniquei a um número enorme de pessoas. Se estende a cerca de 20 milhas ao interior e esses bons padres são em modo continuo não só para as colônias, mas ainda em todo o Estado para as missões. Estou a P. último confim civilizado. O lado de lá é tudo bosques habitados pelos índios selva-

10 Vorrei poter avere la virtù di rendere in tutta la forza del suo vibrante entusiasmo l'ammirazione che suscitò in me la colonia de S. Felicidade la prima volta che la visitai, per far conoscere in Italia quanto ha saputo e potuto operare in Brasile il colono italiano.



gens¹¹.

As palavras de Scalabrini são carregadas de positividade tendo em vista o enunciatório da carta: o Sumo Pontífice. As atividades dos missionários deveriam ser salientadas justamente para mostrar o sucesso da missão entre os imigrantes, bem como sua relevância. De qualquer forma a visão do bispo de Piacenza ilustra bem o modelo almejado para as áreas de colonização italiana na América (ao menos aquelas atendidas pelos missionários escalabrinianos), isto é, paróquias étnicas com relativo grau de autonomia que preservassem a italianidade. Cabe destacar que a impressão de Scalabrini sobre Santa Felicidade é estendida às demais colônias visitadas, mesmo naquelas na qual a situação descrita não se aplicava de acordo com aquela visão.

As palavras do bispo de Piacenza são escritas em um momento de dificuldades da missão escalabriniana no Paraná, principalmente por conta da ausência de mão de obra para levar adiante o projeto de manutenção da catolicidade italiana nas colônias. Quando da visita de Scalabrini, o Paraná contava com apenas três missionários, sendo que um havia chegado há apenas um ano. Nos anos seguintes a situação melhoraria com a atuação de mais três missionários tanto que em 1906 a missão contava com seis padres. Mesmo assim os resultados da missão foram apresentados como bem sucedidos, exemplos a serem seguidos.

Numa visão mais crítica, as colônias mais afastadas da capital foram descritas como mais modestas e pobres devido à precariedade de comunicação (estradas) para o escoamento dos produtos agrícolas, bem como a falta de assistência sanitária. Entre essas colônias foi destacado no relatório de Veronese, a colônia de Rondinha que é apresentada como um dos núcleos italianos mais importantes no município de Campo Largo com cerca de 120 famílias. Entretanto esta é descrita como uma colônia pobre com terrenos não muito férteis. É certo que aqui a comparação se fazia em relação à Santa Felicidade. Havia uma escola atendida por um mestre italiano. As demais colônias se apresentariam em condições análogas ou inferiores, a exemplo da colônia Ferrara com cerca de 60 famílias na qual a situação era agravada pelo fato de muitos não serem proprietários, mas trabalharem para os fundos de outros (Veronesi, 1913).

Com essa observação, para ele, a instalação de novas ondas imigratórias no Paraná não seria aconselhada, pois, os terrenos mais férteis localizados em áreas estratégicas – próximas a capital – estariam exauridos. O litoral era descartado por causa do clima e do fracasso de experiências anteriores, e os locais mais afastados não seriam indicados uma vez que sem preparação e orientação o fracasso da colonização seria quase certo. Por fim, destaca-se o Centro-Sul onde milhares de poloneses e ucranianos haviam sido instalados e que não era adequado instalá-los ali junto a estrangeiros.

11 [...]Presi dimora presso i miei Missionarii a S. Felicidade. È questa la colonia modello: la più ben regolata di tutto Il Brasile. I Missionarii l'ebbero in mano in sul nascere e, assistita continuamente, si mantenne cristiana, cattolica, fervente. Ieri comunicai un numero stragrande di persone. Si stende a circa 20 miglia all'interno e questi buoni preti sono in moto continuamente non solo per le colonie, ma ancora in tutto lo Stato per le missioni. Sono giunto a P. ultimo confine civilizzato. Al di là è tutto Bosco abitato dagli indii selvagici.



Os missionários que atenderam os imigrantes que se localizavam em regiões distantes ou que estavam misturados em outras colônias destacaram as dificuldades de manutenção das práticas ancestrais italianas, especialmente daquelas religiosas, como podem ser notadas nas palavras do missionário escalabriniano Natale Pigato (Francesconi, 1973, p.71-73), a respeito de seus dois meses de missão na região de Prudentópolis distante cerca de 200 km de Curitiba. Segundo o sacerdote o estado de abandono dos italianos, alemães e poloneses que viviam afastados de suas colônias era gritante. Em geral, eles não compareciam a missa, raramente praticavam a confissão e a comunhão, a única preocupação era batizar as crianças que depois não se preocupavam com o ensino de noções básicas de civilidade e moral cristã e as deixavam *crescer como animais*¹², passavam de uma união a outra sem se preocupar com o sacramento do matrimônio, não raro se deixam influenciar pelo espiritismo, maçonaria e protestantismo, além de serem supersticiosos. Pigato reitera que os mais solícitos eram sempre os poloneses e alemães enquanto os mais negligentes os seus próprios conterrâneos. Nas palavras do sacerdote: “Estes últimos quando vivem longe da Igreja e sem a visita de um sacerdote rapidamente se perdem” (Francesconi, 1973, p.73).

Com essa descrição pode-se destacar o quanto era importante a organização dos imigrantes em colônias sob o controle do clero italiano para a manutenção das práticas e costumes trazidos da pátria ancestral. Da mesma forma o peso da religião como forma de corrigir as desordens, como bem defendeu Colbacchini. Por outro lado, destaca que o fervor religioso não era uma qualidade natural dos imigrantes. Ao contrário, quando podiam se libertar do sistema de vigilância e controle imposto pelo clero, o faziam sem pestanejar.

Discursos de superioridade do imigrante

A visão a respeito das colônias italianas espalhadas pelo Brasil Meridional de fato não era homogênea. No campo social e intelectual enquanto para alguns teriam se conservado os mesmos caracteres e as mesmas condições que havia na pátria ancestral, sob outros aspectos teria havido um regresso como consequência do ambiente *semi-selvagem*¹³ no qual os colonos viviam. Destaca-se que o mito da vitória da civilidade, representado pelo imigrante, em um ambiente hostil e desafiador se daria graças ao trabalho duro e incansável, mas que nem sempre era alcançado. Para o sucesso de tal empreitada seria necessário organização, controle e respaldo financeiro por parte das autoridades nacionais e também dos países de origem dos imigrantes. Em um contexto colonialista, a presença imigrante passa a ser entendida como parte da política imperialista, no caso aqui tratado: italiana, que encontra consonância na visão e nos discursos de outros grupos como alemães e poloneses.

Na visão dos observadores estrangeiros a vitória da civilização sobre a barbárie não se faria com os elementos nacionais, tidos como indolentes e pregui-

12 A expressão é de Pigato

13 A expressão é de Veronese.



çosos. Aliás, o elemento nacional era muitas vezes representado como obstáculo a concretização da civilidade. O elemento europeu, no caso aqui, o italiano era apresentado como precioso para o progresso do país, que traria “um tesouro incalculável de gênio, de operosidade, de força e de progresso”. Conforme destacou Piero Brunello (1994) a construção da epopeia da imigração, que reiterou os feitos dos imigrantes por meio da difusão do mito nacionalista e católico da fronteira, acabou por ofuscar a violência e os aspectos mais agressivos da ação dos imigrantes (que em algumas situações expropriou/expulsou ou até mesmo matou nativos indígenas das terras a serem ocupadas) em prol da construção de uma imagem do imigrante como trabalhador, honesto e devoto.

Essa construção, mitificada nas primeiras comemorações, encontra respaldo no discurso nacionalista brasileiro que nos meados do século XX estava impregnado pelas noções de raça e pelo ideal de branqueamento que permeavam não só o discurso das elites nacionais, mas também a visão dos viajantes e missionários. O discurso da superioridade da raça branca veiculado pela Antropologia Física percebia a mestiçagem como algo negativo. Portanto, a preservação das características étnicas era entendida como indispensável para a manutenção do vigor do trabalho que asseguraria a contribuição dos imigrantes no desenvolvimento econômico e social do país. Para Veronesi (1913, p.394, tradução minha)

Se às colônias dos nossos imigrantes se cortam a língua, as tradições, os costumes pátrios, se destrói em si o caráter da raça, se destroem as virtudes cívicas de trabalho e de atividades, se perdem nas mulheres aquelas virtudes domésticas e caseiras que são o fundamento de uma sociedade bem ordenada e de próspero futuro¹⁴.

Como resultado do desbravamento desse ambiente hostil e atrasado a paisagem e a atmosfera iam se transformando com a materialização do Vêneto rural em meio às igrejas, capitéis, campanários, as bodegas, a centralidade do sacerdote na vida comunitária, os encontros de domingo na praça ou na igreja como momento de sociabilidade. Mas esse processo não era isento de percalços. O isolamento, a deficiência de instrução e o novo ambiente favorecia a manutenção da superstição bem como o desregramento da família e até mesmo a adoção de comportamentos dos nacionais (caboclos) tão desprezados pelos europeus.

De fato, a visão dos observadores italianos aponta para dois elementos importantes que merecem ser destacados: a comparação com a colonização alemã, cujo progresso de dava, sobretudo, por conta da preparação da colonização e de sua manutenção com capital alemão, bem como da importância atribuída à escola. No olhar de viajantes de diferentes nacionalidades que passaram pelo Brasil Meridional, os alemães eram comumente apontados como modelos de laboriosidade e da mostra do progresso por meio do trabalho. Os italianos, ao invés, eram mais pobres, vieram com poucos recursos e praticamente não

14 Se alle colonie dei nostri immigrati si tolgono la lingua, le tradizioni, i costumi patrii, se distrugge in essi il carattere della razza, si distruggono le virtù civili di laboriosità e di attività, si perdono nelle donne quelle virtù domestiche e casalinghe che sono il fondamento di una società bene ordinata e di prospero avvenire.



recebiam suporte do governo italiano. Assim o lento progresso estaria ligado ao fato de as colônias terem sido deixadas ao abandono sem escola e sem ajuda (Veronese, 1913, p.393). Na descrição de Veronese, faltava maior empenho do governo italiano para a manutenção dos súditos da Grande Itália no exterior. Aliás, uma ideologia que ganhava peso naquele contexto.

Considerações finais

O olhar dos observadores italianos que visitaram as colônias aponta para impressões diversas, não comungando de um olhar homogêneo a experiência migratória. Conforme destacou Mary Anne Junqueira é impossível encontrar homogeneidade nos relatos de viagens, pois estes são constituídos a partir de propósitos distintos: viagens oficiais (governamentais), científicas, pessoais e aqui incluímos também religiosas como os registros de Colbacchini. Entretanto, algumas características são comuns. Os três textos estudados foram unânimes na visão negativa dos nacionais, bem como o destaque para o trabalho e a operosidade dos imigrantes que, com a instalação em locais adequados e com supervisão necessária, poderiam superar as dificuldades e trazer uma contribuição imprescindível para o desenvolvimento e progresso do Paraná.

Essa visão positivada dos imigrantes refere-se a um momento em que ganha força na Itália uma opinião favorável a imigração para o Brasil. Se até então o governo italiano havia feito quase nada para regulamentar a saída de seus compatriotas, no final do século XIX e início do XX a situação havia se modificado. A Itália estava sendo há algum tempo beneficiada pelas remessas financeiras provenientes dos súditos no exterior (Constantino, 2012, p.313) e diante da naturalização em massa efetuada pelo governo brasileiro, haveria necessidade de acompanhá-los mais de perto sob o risco de perder essas remessas. Por outro lado, há também a questão da italianidade. A migração em massa de italianos que, num primeiro momento, foi vista pelas autoridades como uma saída para resolver a questão do desemprego e do excedente populacional, num segundo momento foi ressignificada. A grande massa de desempregados que buscavam no além-mar alternativas de sobrevivência passou a ser vista dentro de uma ótica imperialista como súditos da Grande Itália no exterior. Anos mais tarde tal essa visão será gerida e desenvolvida pelo Estado fascista dentro de um quadro nacionalista extremado.

Os relatos dos viajantes analisados nesse artigo trazem diferentes elementos que, em geral, procuraram positivar a experiência imigratória e o relativo sucesso dos italianos no exterior, embora críticas também estejam presentes. Devemos ter em mente que tais textos foram publicados na Itália, portanto direcionados a um público maior para fazer conhecer as experiências de seus conterrâneos em um momento de construção do nacionalismo italiano.

A imagem do imigrante pobre que fugia da situação de penúria e miséria é transformada na figura do colonizador que venceu o ambiente selvagem e prosperou. Assim, os discursos veiculados na maioria das vezes ressaltam as contribuições dos imigrantes para o progresso e o desenvolvimento dos lugares onde se estabeleceram, no caso o Brasil Meridional, e que esse progresso, econômico



e cultural, se dava pelo espírito empreendedor, pela capacidade de adaptação, pelo esforço e principalmente pela manutenção de práticas herdadas da pátria ancestral. Entretanto, para que tais práticas se mantivessem, seria necessário o empenho e a atenção das autoridades italianas, tanto do Estado como da Igreja.

Referências bibliográficas

BENEDUZI, L. F. Conquista da terra e civilização do gentio: o fenômeno imigratório no Rio Grande do Sul. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.271-294, jan./dez. 2005.

BRUNELLO, P. **Pionieri; gli italiani in Brasile e il mito della frontiera**. Roma: Donzelli Editore, 1994.

COLBACCHINI, P. Le condizioni degli emigrati nello Stato di Paraná in Brasile. In. **Con gli emigrati negli Stati di S. Paolo, Paraná e Rio Grande do Sul 1884-1901**. TERRAGNI, G. (org.). Roma: Autoreinediti, 2016.

COSNTANTINO, N. S. de. Viajantes italianos, imigração e italianidade no Brasil. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 38, supl., nov. 2012, pp.312-325.

CUSANO, A. **Italia d'oltre mare: impressioni e ricordi dei miei cinque anni di Brasile**. Milano: Stabilimento tipografico Enrico Reggiani, 1911.

FRANCESCONI, M. **Storia generale della congregazione scalabriniana**. Vol. III. Le prime missioni nel Brasile (1888-1905). Roma: Centro Studi Emigrazione, 1973.

FRANCO, S. M. S. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In. FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, Mary Anne. **Cadernos de seminários de pesquisa: Projeto Temático/FAPESP – Cultura e Política nas Américas: Circulação de Ideias e Configuração de Identidades**. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

JUNQUEIRA, M. A. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos



de viagens como fonte para o historiador. In. FRANCO, Stella Maris Scatena; JUNQUEIRA, M. A. **Cadernos de seminários de pesquisa**: Projeto Temático/FAPESP – Cultura e Política nas Américas: Circulação de Ideias e Configuração de Identidades. São Paulo: USP-FFLCH-Editora Humanitas, 2011.

MACHADO, B. P. *et al.* **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

MAPPA da Zona colonizada do Estado do Paraná organizado pelo Engenheiro Dr. Ferreira Correia, 1927. Arquivo Público do Paraná. M110/Gav. F

PAZ, F. M. História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XIX na perspectiva dos viajantes. **História: Questões & Debates**. Curitiba, v.8, 1987.

_____. **Na poética da História**: a realização da utopia nacional oitocentista. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

RELATÓRIO do presidente da província do Paraná. Adolpho Lamenha Lins.1877. disponível em <www.arquivopublico.pr.gov.br> Acesso em: 10/06/2017.

VERONESE, R. Le colonie italiane negli stati meridionali del Brasile. **Italica Gens**, Anno IV, Maggio-Dicembre 1913.

VANNUCCI, A. **Un baritono ai tropici**. Diario di Giuseppe Banfi nel Paraná. 1858. Reggio Emilia: Diabasis Edizioni, 2007.

Recebido: 10 maio, 2017.

Aceito: 11 jun., 2017



Emigração e Imigração Espanhola para o Brasil: Política, Demografia e Especificidades De Um Grupo Étnico

Emigration and Spanish Immigration to Brazil: Politics, Demographics and Specificities of an Ethnic Group

Vanessa Martins Dias¹

Resumo

O artigo faz uma análise acerca da imigração espanhola para o Brasil, levando em consideração fatores de expulsão, que fizeram com que milhares de espanhóis deixassem seu país de origem e fatores de atração, como o subsídio da viagem por parte do governo brasileiro, por exemplo. Sob essa perspectiva, a análise abarca questões econômicas e demográficas que influenciaram a Espanha e o Brasil diante do ato de emigrar e imigrar.

Palavras-chave: emigração, imigração, Espanha, Brasil, política.

Abstract

The article analyzes Spanish immigration to Brazil, taking into account expulsion factors that caused thousands of Spaniards to leave their country of origin and attraction factors, such as the subsidy of the trip by the Brazilian government, for example. From this perspective, the analysis covers economic and demographic issues that influenced Spain and Brazil in the face of emigration and immigration.

Keywords: emigration, immigration, Spain, Brazil, policy.

1 Mestre em História pela Unesp, com dissertação intitulada "Inserção às Avesas: a imigração espanhola em Franca (1900-1950)". Atualmente é historiadora da Fundação Pró-Memória de São Carlos, atuando principalmente na pesquisa histórica e curadoria de exposições do Museu de São Carlos e do Museu de Pedra "Tinho Leopoldino". Membro do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental de São Carlos - COMDEPHAASC, do Conselho de Política de Acervo do Museu de São Carlos e Representante Regional do Sistema Estadual de Museus - SISEM



O ato de emigrar e imigrar tem, além da mudança territorial, implicações sociais, culturais, econômicas e políticas. Fatores de expulsão e de atração contribuíram concomitantemente para que milhares de espanhóis escolhessem o Brasil como seu novo território de morada. O artigo pretende, sob essa perspectiva, analisar tais fatores e, ao mesmo tempo, apontar como o deslocamento de um grande contingente populacional contribuiu para a receita econômica dos países e ainda causou impactos demográficos tanto no Brasil quanto na Espanha.

A imigração europeia para o Brasil, mais especificamente para o estado de São Paulo, que recebeu grande parte desse contingente populacional, sofreu além dos impactos econômicos, já que o principal intuito da imigração era a substituição da mão de obra diante da abolição da escravatura, impactos sociais, culturais e populacionais. O final do século XIX e início do XX são marcados pelo grande afluxo de imigrantes de diversas regiões da Europa, tendo como grupos predominantes os italianos, portugueses e espanhóis.

As políticas governamentais acerca da imigração para o Brasil não primavam apenas pelo aspecto econômico da reposição de mão de obra, mas também usaram de mecanismos para selecionar o imigrante ideal, para que esse fizesse parte da população brasileira². Nesse aspecto, a “raça”³ branca foi escolhida e, apenas, o europeu seria capaz de corresponder às necessidades de modernização e civilização que faziam parte do projeto de constituição desse novo modelo de Estado brasileiro⁴. Essa questão está atrelada à ideia de branqueamento da população brasileira que permeou a política imigratória, sendo a imigração uma possível solução para os

males do país e condição necessária para instituição de uma nova configuração social dignificadora do trabalho, que teria como consequência a prosperidade material, solucionando o problema da falta de braços, e moral, neutralizando o ócio dos livres nacionais e os efeitos nocivos da escravidão⁵.

2 RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. **Imigração e expulsão: mecanismos para a seleção de estrangeiros no Brasil**. In Seminários, Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p.67.

3 O termo “raça” será usado para demonstrar como as diferenças culturais eram denominadas no início do século XX, quando essas mesmas diferenças eram designadas em caráter biológico, mais especificamente fenotípicas, que seriam capazes de “denunciar” o caráter humano. O termo aqui se enquadra justamente na busca de uma “raça” capaz de regenerar a população brasileira por parte do governo, que inseriu, nesse contexto, o imigrante europeu. Em contrapartida o termo também era recorrente entre os imigrantes espanhóis que buscavam valorizar sua “raça”, já que essa terminologia era recorrente nesse período. No entanto, atualmente essa terminologia caiu em desuso e os estudos antropológicos se abarcam do termo *etnia*, que abrange à língua e cultura de determinado povo ou região.

4 RIBEIRO, op cit, p.67.

5 GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o Novo Mundo**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo - FFLCH, 2008, p. 145.



Associados à necessidade de suprimir a carência de mão de obra no país, principal preocupação dos fazendeiros, os imigrantes eram, aos olhos do governo, a possibilidade de levar o país a atingir o progresso, a modernidade e a civilidade. Para tanto, partiram também de teorias raciais originárias da Europa e dos Estados Unidos, cujas premissas detinham em seu discurso o branqueamento da população; ou seja, a miscigenação levaria a uma população mais clara e a imigração europeia para o Brasil, conseqüentemente, auxiliaria na predominância de brancos⁶. Assim, a vinda desses imigrantes europeus ocasionou mudanças econômicas, sociais, culturais e demográficas.

De acordo com Levy, a contribuição da imigração para o crescimento da população variou de acordo com o período de chegada e com a nacionalidade. No período de maior afluxo imigratório, entre os anos de 1890 e 1920, a contribuição para o crescimento populacional do país chegou a 11%⁷. A imigração teve uma influência indireta no crescimento da população brasileira através da fecundidade das mulheres estrangeiras, uma vez que a taxa mais alta delas estaria ligada às mulheres italianas e a mais baixa às alemãs⁸. Sendo assim, pode-se afirmar que a influência desses imigrantes no crescimento da população brasileira “tenha operado diferencialmente, de acordo com as áreas de maior concentração de imigrantes, de cada nacionalidade”⁹.

A expansão da cafeicultura no Brasil, associada aos problemas econômicos e sociais pelos quais a Europa passava em decorrência da crise agrária que gerou miséria e fome, fez com que milhares de pessoas buscassem novos territórios para viver. O Brasil recebeu um grande contingente populacional, com destaque aos italianos e espanhóis. Segundo Klein, em termos nacionais os espanhóis representaram a terceira corrente migratória, mas no estado de São Paulo, ocuparam o segundo lugar¹⁰.

Os fatores que condicionaram a vinda desses imigrantes para o Brasil são comumente tratados pela historiografia. A Espanha, no início do século XX, contava com uma população basicamente rural, de cerca de 18 milhões de habitantes, sendo um dos países menos industrializados da Europa¹¹. A falta de perspectivas para se conquistar novas terras, associada à crise que se estendeu entre os anos de 1880 e 1910 em consequência da praga “filoxera” que prejudicou toda a região da Andaluzia oriental (Almeria, Málaga, Granada e Cadiz) e arruinou uma massa de

6 Ibid, p. 144- 145. Nesse caso o autor faz referência a Thomaz E. Skidmore na obra Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.

7 LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)**, Revista de Saúde Pública, São Paulo, 2009, P. 68. Disponível em www.scielo.br . Acessado em 13 de Junho de 2009.

8 Ibid, p.68.

9 Ibid, p.68.

10 KLEIN, Herbert S. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994.p.35.

11 SOUZA, Ismara Izepe. **Espanhóis: história e engajamento**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006, p.3.



camponeses, motivando a emigração¹². O governo espanhol, por sua vez, via na emigração uma das soluções possíveis para amenizar a densidade populacional e o desemprego. Ao mesmo tempo, evitava-se um levante popular, tão temido pelo governo e pelas elites espanholas. O ato de emigrar se apresentava como uma forma de protesto às condições vividas por esses espanhóis¹³.

A emigração na Espanha tem características específicas. Além da já referida situação de miséria, os anos finais do século XIX foram tumultuados em consequência da perda de territórios coloniais, como as Filipinas, Porto Rico e Cuba. Nesse período e também no início do século XX, o êxodo aumentou pelo receio de se ter um filho ou parente convocado para a guerra, sendo esse um grande estímulo para a emigração clandestina¹⁴. Essas questões, por diversas vezes, motivaram a emigração, seja para territórios geograficamente próximos como a Argélia, até 1895, ou para aqueles que ofereciam incentivos e subsídios, como é o caso do Brasil.

De acordo com Quintela¹⁵ a imprensa espanhola, através de seus periódicos incentivava e, de certa forma, fazia uma apologia à emigração e ao exílio, exaltando as melhorias nas condições dos portos de embarque e nas viagens, ao mesmo tempo em que se projetava no imaginário popular as grandes chances de enriquecimento na América. A emigração era incentivada pela intensa propaganda que se fazia na Espanha, pelo trabalho dos *ganchos*, homens responsáveis pelo recrutamento das famílias e, também, pelos subsídios do governo brasileiro que necessitava de mão de obra nas lavouras cafeeiras.

Sejam os fatores expostos acima de expulsão ou atração, milhares de espanhóis escolheram o Brasil como destino para a consolidação de novos meios de sobrevivência. Para Martinez, o Brasil não foi o país escolhido maciçamente pelos espanhóis, ao contrário de outras repúblicas americanas como Cuba e Argentina. O fato de terem vindo ao Brasil está intrinsecamente relacionado à política imigratória vinculada pelo país entre os anos de 1880 e 1930¹⁶.

Acreditamos que a política imigratória desenvolvida pelo estado de São Paulo foi o elemento decisivo, ao passo que os fatores de expulsão não foram relevantes. A alternativa de emigrar só foi escolhida a partir do momento em que se tornou possível fazê-lo gratuitamente. Esta foi uma característica decisiva da emigração espanhola: só iriam para as fazendas aqueles que não tinham dinheiro para comprar uma passagem que

12 FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2002, p 79.

13 SOUZA, op cit, p.4-5.

14 CÁNOVAS, Marília Klaumann. **Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura (1880-1930)**. São Paulo: Lazuli Editora, 2005, p.48.

15 CORBACHO QUINTELA, Antón. **Os periódicos dos imigrantes espanhóis**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2., 2002, São Paulo. Disponível em www.scielo.br. Acesso: 20 de maio de 2008.

16 MARTINEZ, Elda E. Gonzalez. **O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis**. p.239. In *Fazer a América*, Org. Boris Fausto, São Paulo: EDUSP, 1999.



Ihes permitisse emigrar para a Argentina, o Uruguai ou Cuba¹⁷.

Ou seja, sem os incentivos do governo brasileiro a imigração, no caso da Espanha, não teria as proporções que teve, uma vez que, por afinidade cultural, os espanhóis preferiam países como a Argentina, por exemplo. Em contrapartida, Klein¹⁸ ressalta os fatores de expulsão como condicionantes ao ato de emigrar, já que poucos desejaram de forma espontânea deixar seu país. Saem quando não têm como sobreviver com seus meios tradicionais¹⁹.

Os fatores de expulsão são associados aos fatores econômicos. São as condições econômicas que condicionam a capacidade ou não dos emigrantes de enfrentar as situações críticas do país. Para Klein três fatores são predominantes nessa referida questão: a supressão dos tradicionais direitos de acesso à terra, que, conseqüentemente, possibilitam o acesso ao alimento; a variação da produtividade da terra, nesse caso, a modernização agrícola e o número de membros da família que precisam ser mantidos. O crescimento demográfico pressionou o setor agrícola a atender às demandas alimentares²⁰. Sendo assim,

o aumento da produtividade e a crescente mecanização da agricultura europeia significaram menor necessidade de mão de obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho. Em virtude da falta de apoio governamental, a fome passou a ser uma séria ameaça às populações sem terra ou que possuíam terras limitadas²¹.

Enquanto Martínez prioriza os fatores de atração, mais especificamente os subsídios do governo paulista, como determinantes à emigração em massa entre os anos de 1880 e 1930, Klein ressalta os fatores de expulsão, não deixando de mencionar a terra como fator de atração para a emigração para o Brasil desde o período colonial²². No entanto, ao priorizar os fatores de atração como determinantes na escolha do Brasil como novo lugar para sobreviver, deixa-se de abordar a situação econômica e social pela qual a Europa e, mais especificamente, a Espanha passavam. Fatores de expulsão e atração foram determinantes para que esses emigrantes aqui chegassem. É notório que, se não houvesse subsídios, o número de pessoas teria sido menor, mas ao mesmo tempo se não existissem problemas sociais, como a questão da fome e do acesso à terra, não haveria motivos para emigrar.

Os números relativos à quantidade de espanhóis que deixaram seu país e vieram para a América se divergem. A emigração clandestina era uma possível

17 Ibid, p. 251.

18 KLEIN, Herbert S., **Migração Internacional na História das Américas**, p.13. In Fazer a América, Org. Boris Fausto, São Paulo: EDUSP, 1999.

19 KLEIN, Herbert S., **Migração Internacional na História das Américas**, p.13. In Fazer a América, Org. Boris Fausto, São Paulo: EDUSP, 1999.

20 Ibid, p.14.

21 Ibid, p.15.

22 Ibid, p.17. In Fazer a América, Org. Boris Fausto, São Paulo: EDUSP, 1999.



saída para fugir do serviço militar obrigatório e também se livrar da burocracia praticada pelo Estado espanhol. No início do século XX, o governo espanhol limitou o pagamento de 1.500 pesetas de multa aos jovens que emigravam, com o intuito de manter no país uma população masculina capaz de defender os territórios coloniais, ao mesmo tempo, incentivava a emigração da população que não se enquadrava nesses quesitos²³. Além disso, a proximidade com Gibraltar facilitou a emigração clandestina.

Tabela 1 – Emigrantes espanhóis com destino ao Brasil

Indivíduos	Período
3.914	1882 - 1884
11.410	1885 - 1889
34.513	1890 – 1894
36.674	1895 – 1899
14.510	1900 – 1904
59.551	1905 – 1909
44.745	1910 – 1914
7.264	1915 – 1919
10.864	1920 – 1924
15.294	1925 – 1929
238.739	Total

Fonte: MARTINEZ, Elda González. O Brasil como país de destinos para os migrantes espanhóis. In *Fazer a América*, 2000, p.240.

A tabela 1 se refere aos emigrantes saídos dos portos da Espanha entre os anos de 1882 e 1929, em números oficiais. Observa-se um aumento na saída de espanhóis no período de 1890 e 1899, mas o quadriênio 1905-1909 registra a maior saída, com um total de 59.551 emigrados com destino ao Brasil. Porém, de acordo com Klein²⁴, 750 mil imigrantes espanhóis, em setenta anos de emigração, contribuíram para o desenvolvimento da indústria cafeeira e “construção de uma importante economia agrícola e urbana no Estado de São Paulo”²⁵. A imigração clandestina deve ser levada em consideração diante disso, além da possível duplicidade de nomes e informações a respeito dos imigrantes já aqui no Brasil. Sánchez-Albornoz afirma que três milhões e meio de espanhóis vieram para a América, de acordo com fontes americanas, que são superiores às espanholas. Segundo o autor, por ter havido uma imigração clandestina, por partirem de portos que não da Espanha e por haver uma duplicidade, como já foi dito, na documen-

23 CÁNOVAS, Marília klaumann. **Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura (1880-1930)**. São Paulo: Lazuli Editora, 2005, p.58.

24 KLEIN, Herbert S., **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994, p.7.

25 Ibid, p.35.



tação americana²⁶. Desse modo, quantificar esses imigrantes espanhóis torna-se uma tarefa limitada que não cabe aqui, já que esse não é o principal propósito da abordagem.

O fato é que a emigração causou impactos não apenas no Brasil, mas também na Espanha. Segundo Sanchez-Albornoz, a emigração criou um vazio na população, afetou a estrutura demográfica, como fecundidade, mortalidade e mercado matrimonial, apesar de afirmarem que a emigração foi uma válvula de escape demográfica e social, pois freou o crescimento da população e amenizou os conflitos sociais²⁷. Ao mesmo tempo, “sus ahoros en el Nuevo Mundo dieram lugar a cuantiosas remesas que beneficiaron en primer lugar a la balanza de pagos del país de origen. La emigracion impulso em alguna medida el crecimiento del sistema financiero español”²⁸.

Sob essa perspectiva, a emigração ocasionou o surgimento de um novo negócio, já que havia a disponibilidade de pessoas no Velho Mundo e a necessidade de mão de obra no Novo Mundo. Esse negócio uniu os dois lados do Atlântico a partir de uma rede que se fundamentava nas relações comerciais de importação e exportação²⁹. Mais especificamente, havia agentes de emigração e agências de recrutamento, instituições públicas, companhias ferroviárias, companhias de colonização, bancos, casas de câmbio e hospedarias³⁰. Através do gráfico 2³¹ se nota que as remessas passam a ser superiores às emigrações a partir de 1908, período de grande entrada de imigrantes espanhóis no Brasil. A emigração pode-se definir como uma empresa, que abarcou um vasto sistema de informação e transporte, gerando lucros e benefícios³².

Gráfico 2

Fonte: GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*, 2008.

26 SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. **Espanhóis hacia América: la emigración em masa, 1880-1930**. Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1988, p. 18.

27 Ibid, p.28.

28 Ibid, p.28.

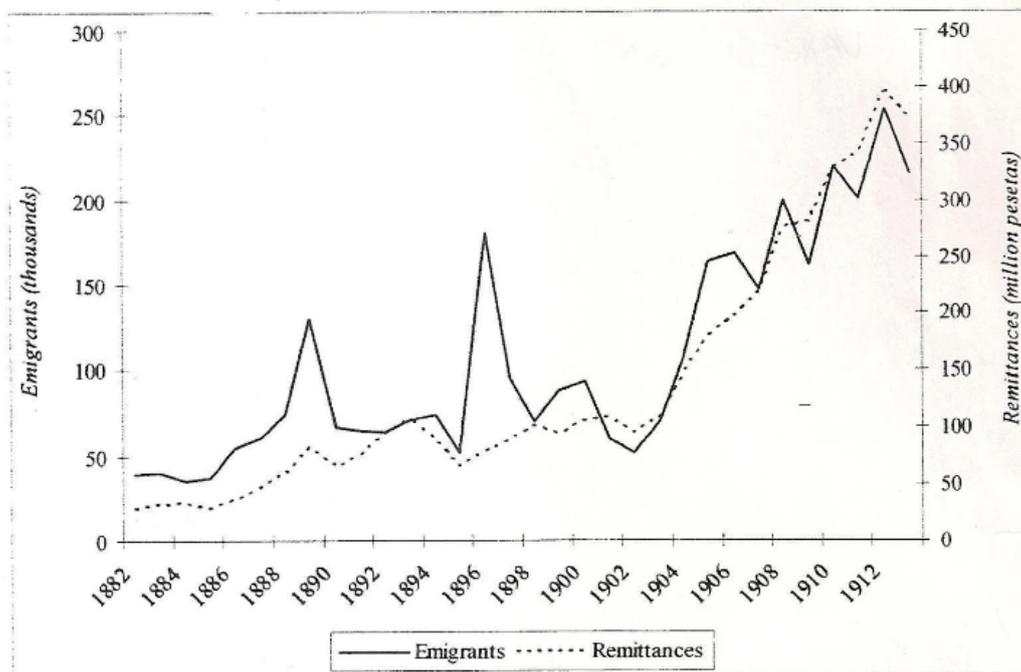
29 GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo - FFLCH, 2008, p. 417.

30 Ibid, p.418.

31 Rui Pedro Esteves; David Khoudour-Castéras. A Fantastic rain of gold: european migrants remittances and balance of payments adjustment during the gold standard period. Universidad Externado de Colombia; University of Oxford (working paper), 2007, p.40-41, In GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo - FFLCH, 2008.

32 SANCHÉZ-ALBORNOZ, Nicolas, **Espanhóis hacia América: la emigración em masa, 1880-1930**. Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1988, p. 17.

Espanha: emigração e remessas (1882-1913)



No caso brasileiro, a própria criação da Sociedade de Imigração em 1886 elucida a importância da imigração para a elite paulista e para o governo brasileiro. Essa Sociedade Promotora de Imigração voltada para os interesses dos cafeicultores, atrelada ao governo provincial, foi capaz de gerar um extraordinário aumento da riqueza pública e particular no Estado até 1895, quando se desfez e a Secretaria de Agricultura passou a cuidar de parte do programa³³.

A política imigratória deve ser entendida nesse contexto. A elite paulista não via a Sociedade Promotora como um grupo de interesse privado usando subsídios estatais para benefício exclusivo de um segmento restrito do corpo político. Pelo contrário era uma extensão do ramo executivo, um aparelho administrativo especial, estabelecido em circunstâncias críticas, para servir a um propósito extraordinário³⁴.

Com o fim da escravidão, houve a necessidade de substituição da mão de obra escrava e, naquele contexto, surgiu a inserção do trabalho livre do imigrante nas lavouras de café do estado de São Paulo. As transformações ocorridas no Brasil, mais especificamente no estado de São Paulo, condicionaram o êxito na vinda desses imigrantes. O desenvolvimento da cultura cafeeira, a introdução das linhas férreas, o crescimento do mercado interno, o fim da escravidão e da Guerra do Paraguai, bem como a implantação da república, foram aspectos importantes no que diz respeito ao estabelecimento de imigrantes na já referida região.

33 HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes para o café**. São Paulo: Paz e Terra, 1984, p.67-68.

34 HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes para o café**. São Paulo: Paz e Terra, 1984, p.67.



A partir de 1884, o governo passou a se preocupar com a possibilidade do trabalho imigrante nas lavouras de café. Nesse dado momento, foi aprovada a lei que proporcionava o pagamento das despesas da viagem transatlântica de todos os imigrantes que se dedicassem à agricultura³⁵. Antes mesmo da abolição, já havia a preocupação com a substituição da mão de obra nas lavouras de café. Entre os anos de 1889 e 1900, perto de 878 mil imigrantes chegaram à Província de São Paulo³⁶. O incentivo à imigração europeia, tanto do governo quanto da elite cafeeira assumiu o ideal de que só o europeu, sendo branco, poderia auxiliar a nação em sua modernização e civilidade³⁷, ou seja, o discurso da substituição do trabalho escravo pelo do imigrante europeu era permeado também pelo discurso da superioridade racial.

Tabela 2 - Principais Grupos de Imigrantes Vindos Para o Brasil

Total	Japoneses	Espanhóis	Portugueses	Italianos	Período
4.420.890	100.653	155.579	1.341.926	1.490.364	1820 - 1930
5.601.376	248.007	717.424	1.790.314	1.629.249	1820 - 1972

Fonte: Adaptação de Maria Stella Ferreira Levy, O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 – 1972), Revista de Saúde Pública, São Paulo, Vol. 8, p.74, tabela 2.

Através da tabela 2, percebemos que os espanhóis correspondem ao terceiro maior fluxo de imigração europeia para o Brasil e segundo no estado de São Paulo. Vieram principalmente até os anos de 1930 e após a Segunda Guerra Mundial, estimulados pelo desenvolvimento da economia cafeeira e pelas guerras na Europa³⁸. Grande parte desses espanhóis já havia trabalhado no campo, eram os mais rurais entre os imigrantes europeus, não se dando tão bem nos negócios, comércio e indústria, se comparados com os italianos e portugueses³⁹.

A trajetória do imigrante espanhol se difere do italiano, uma vez que a imigração espanhola é uma imigração tardia. O imigrante espanhol destinou-se a substituir o imigrante italiano que retornava ao seu país ou que deixou de vir para o Brasil no início do século XX⁴⁰ diante da proibição da imigração italiana subsidiada pelo governo brasileiro, a partir do Decreto Prinetti de 1902, que provocou a queda na

35 KLEIN, Herbert S., **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994, p.16.

36 Ibid, p.17.

37 RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos, **Imigração e expulsão: mecanismos para a seleção de estrangeiros no Brasil**. Seminários, Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, p.67.

38 KLEIN, Herbert S. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo, Editora Sumaré: FAPESP, 1994, p.35.

39 Ibid, p.72-74.

40 MARTINS, José de Souza. **A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930**. Revista de História, São Paulo, nº 121, 1994, p. 6.



entrada de imigrantes italianos no Brasil e o conseqüente crescimento de imigrantes espanhóis a partir dessa data⁴¹.

No entanto, a repercussão negativa da imigração ao Brasil fez com que, em 1910, o governo espanhol a proibisse através de decreto, que “incidia apenas sobre a de natureza gratuita e resultara de relatório do inspetor enviado pelo Conselho Superior de Emigração de Madri acerca das condições dos imigrantes aqui instalados”⁴². A negociação entre Espanha e Brasil se desenrolou até o ano de 1913. No entanto, essa proibição não teve o desfecho almejado pelo governo espanhol, uma vez que esse foi um período de grande entrada de imigrantes no Brasil. A imigração clandestina deu-se, em grande parte, pelo estreito de Gibraltar. Segundo Martinez chegava-se a Gibraltar por dois caminhos, aqueles que vinham das províncias e de Murcia iam de barco até o porto Mayorga, já os do interior da Península viajavam de trem até San Roque⁴³. Outro fator condicionante da imigração, subvencionada ou clandestina, foi o temor do recrutamento militar para a Guerra de Marrocos.

O declínio da imigração espanhola para o Brasil, por sua vez, pode estar relacionado ao decreto 3010 de 1938 e também à Guerra Civil Espanhola. De acordo com Souza⁴⁴, os espanhóis que lutaram ao lado do republicanismo passaram a sofrer perseguições políticas do governo franquista que os via como inimigos a serem “eliminados”. O Brasil a partir de 1940 passou, em contrapartida, a restringir a imigração espanhola por acreditar que havia uma ameaça comunista nesses imigrantes que tinham a necessidade de buscar exílio na América. O decreto de 1938, por sua vez, estabeleceu quota de entrada de imigrantes, independente da nacionalidade, desde que viessem para desempenhar o trabalho agrícola. O artigo 30 do referido decreto colocou que a entrada do imigrante seria permitida se o mesmo não tivesse “conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições”⁴⁵. “Essa ‘legislação intolerante’ está intimamente ligada à presença do imigrante no Brasil, avaliado por sua conduta política ou moral: o Estado decidia quem poderia entrar ou permanecer no país”⁴⁶.

A Guerra Civil Espanhola e seus desdobramentos não incidiram apenas no que diz respeito à entrada de espanhóis no país, mas teve reflexos também na permanência ou não desses imigrantes no país. As suas associações foram alvo de perseguição durante a guerra civil, quando em 1937 foi determinado pelo governo

41 HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 72-73.

42 CANOVAS, Marília Klaumann. **Imigrantes Espanhóis na paulicéia: trabalho e sociabilidade urbana – (1890-1922)**. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo: 2007, p.56.

43 MARTÍNEZ, Elda E. González, **O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis**. In Fazer a América, Org. Boris Fausto, São Paulo: EDUSP, 1999, p. 243.

44 SOUZA, Ismara Izepe de. **Espanhóis: história e engajamento**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006, p.21.

45 Decreto 3010 de 1938. ARTIGO 30. parágrafo b.

46 RIBEIRO, Marina Cardoso dos Santos, **Imigração e expulsão: mecanismos para a seleção de estrangeiros no Brasil**. Seminários, Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p.69.



o fechamento das associações espanholas do Estado de São Paulo⁴⁷. Mesmo que os espanhóis tenham sido, em certa medida, um grupo de fácil assimilação cultural e desejável diante do projeto de branqueamento da nação, suas associações foram alvo de repressão:

a justificativa para a repressão não passava pela questão da raça e sim pelo ideário político defendido pelos membros de algumas associações, dentre as quais, os centros republicanos, de tendência marcadamente liberal e esquerdista. Além disso, o discurso policial sobre os espanhóis incidia no fato de que alguns deles estariam exercendo influência negativa sobre os trabalhadores brasileiros, induzindo-os à prática revolucionária⁴⁸.

Após o fim do governo Vargas, a preocupação em relação ao imigrante passou a ser, mais uma vez, a necessidade de mão de obra especializada para o trabalho na indústria. A partir de 1945, os decretos do governo federal passaram a se recair novamente sob a política de imigração. O artigo 2º do decreto nº 7967 coloca a imigração como necessária à manutenção da composição étnica da população, assim como a defesa do trabalhador nacional⁴⁹. Mais uma vez a imigração faria parte do discurso governamental como solução para o atraso brasileiro, principalmente no que diz respeito ao “Brasil Moderno”, sedento de industrialização e modernidade, fundamento das políticas econômicas de Dutra, Vargas, Kubistchek, Jânio Quadros - João Goulart⁵⁰.

Diante disso, as profissões ocupadas pelos imigrantes espanhóis no período que se estende do pós-segunda guerra mundial até a década de 1970, variam em relação ao período denominado “grande imigração” de 1880 a 1930, uma vez que as condições e as necessidades tanto do Brasil quanto da Espanha, no pós-guerra, são distintas daquelas já mencionadas anteriormente. A Espanha teve uma trajetória distinta no pós-guerra se comparada às demais nações europeias, pois esteve fora do Plano Marshal justamente por ter uma posição pró-eixo durante a Segunda Guerra Mundial. Há que se considerar, no entanto, que a situação econômica não era tão diferente do primeiro período imigratório: havia fome, desemprego e o autoritarismo de Franco, consolidado na Guerra Civil Espanhola⁵¹.

47 SOUZA, Ismara Izepe de. **República espanhola: um modelo a ser evitado**. Inventário DE-OPS. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, p.41.

48 Ibid, p.50.

49 DOMINGUEZ, Juliana Arantes. **A imigração espanhola para São Paulo no pós-segunda guerra: registros da hospedaria dos imigrantes**. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia do IFCH – UNICAMP, 2004, p.50.

50 Ibid, p.52.

51 DOMINGUEZ, Juliana Arantes. **A imigração espanhola para São Paulo no pós-segunda guerra: registros da hospedaria dos imigrantes**. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia do IFCH – UNICAMP, 2004, p.45.



Bibliografia

CÁNOVAS, Marília Klaumann. **Hambre de Tierra: imigrantes espanhóis na cafeicultura (1880-1930)**. São Paulo: Lazuli Editora, 2005.

CORBACHO QUINTELA, Antón. **Os periódicos dos imigrantes espanhóis**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS, 2., São Paulo, 2002.

DOMINGUEZ, Juliana Arantes. **A imigração espanhola para São Paulo no pós-segunda guerra: registros da hospedaria dos imigrantes**. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia do IFCH – UNICAMP, 2004.

FALEIROS, Rogério Naques. **Homens do café**. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2002.

GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo - FFLCH, 2008.

HOLLOWAY, Thomas H., **Imigrantes para o café**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, Herbert S. **A imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)**, Revista de Saúde Pública, São Paulo, 2009.

MARTINS, José de Souza. **A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930**. Revista de História, São Paulo, nº 121, 1994.

MARTINEZ, Elda E. Gonzalez.. **O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis**. p.239. In Fazer a América, Org. Boris Fausto, São Paulo: EDUSP, 1999.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. **Imigração e expulsão: mecanismos para a seleção de estrangeiros no Brasil** In Seminários, Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SANCHEZ-ALBORNOZ, Nicolas. **Espanoles hacia América: la emigración en masa, 1880-1930**. Alianza Editorial, S.A., Madrid, 1988.

SOUZA, Ismara Izepe. **Espanhóis: história e engajamento**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2006.

Recebido: 17 abril, 2017.

Aceito: 30 abril, 2017.



¿Podemos hablar de legados migratorios? El espacio social transnacional en la migración histórica catalana en Guayaquil (Ecuador)¹

Can we talk about migratory legacies? The transnational social space in catalan historical migration in Guayaquil (Ecuador)

Francisco Javier Mazeres Gaitero²

Resumen

El artículo muestra la conformación de un espacio social gravitante entre Guayaquil y Cataluña a partir de las prácticas transnacionales que desplegaron los migrantes catalanes llegados a Ecuador entre mediados del siglo XIX y el primer tercio del siglo XX, así como sus descendientes. Se infiere además cómo aquellas prácticas transfronterizas se fueron reificando, conformando un sustrato institucional o legado migratorio que aún hoy día encarna vínculos amplios y duraderos entre las sociedades de origen y destino de aquel flujo. La investigación tiene un recorte etnosociológico e incorpora la exploración de largo recorrido a los estudios migratorios transnacionales. Por lo que participa reflexivamente en torno a las transformaciones societales que envuelven a regiones marcadas por la inflexión de flujos migratorios estables.

Palabras clave: Ecuador; migración catalana; legado migratorio; espacio social; prácticas transnacionales.

1 El artículo presenta los resultados principales de la tesis "RODA EL MÓN...I TORNA AL BORN: Vínculos transnacionales en la migración catalana al Ecuador". Realizada durante el año 2010 para la obtención del título de magister en Ciencias Sociales, mención en Sociología, de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, sede Ecuador. La tesis fue asesorada por la Ph.D. Gioconda Herrera Mosquera y contó con el apoyo de la Universidad Católica de Lovaina (Bélgica). He optado por presentar el material de un modo sesgadamente teórico, dado que ya se cuenta con un relato amplio que incorpora el lugar que merece lo empírico. En: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/7758#.WRSeQ4iGPIU>

2 Datos académicos: Licenciado en Filosofía y Ciencias de la Educación (Universidad de Murcia, España), magister en Ciencias Sociales por la FLACSO (Ecuador) y doctorando en Sociología por la Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos, SP, Brasil. Contacto: javimazeres@hotmail.com.



Abstract

The article shows the conformation of a gravitating social space between Guayaquil and Catalonia based on the transnational practices developed by the catalans migrants arrived to Ecuador from the middle of the 19th century to the first third of the 20th century, as well as their descendants. It is also inferred how these transborder practices were reified, forming an institutional substrate or migratory legacy that still today embodies broad and lasting links between the societies of origin and destination of that flow. The research has an ethno-sociological cut and incorporates the long-term exploration to the transnational studies on migration. Therefore, it participates reflexively around the societal transformations that involve regions marked by the inflection of long-standing migratory flows.

Keywords: Ecuador; catalan migration; migratory legacy; social space; transnational practices.

La migración histórica catalana en Guayaquil en los estudios migratorios desde la perspectiva transnacional

Cerca de cuatro millones de españoles (Castro y Salazar, 2001) se desplazaron a las antiguas colonias latinoamericanas durante la denominada “emigración española en masa a Ultramar” (Sánchez-Albornoz, 1988). Un periodo comprendido entre las dos últimas décadas del siglo XIX y el primer tercio del siglo XX, definido como el más vasto y relevante para el estudio de las migraciones españolas contemporáneas³.

A pesar de la escasez de datos precisos, se constatan saldos migratorios crecientes de España a Ecuador desde mediados del siglo XIX hasta 1936. Pero también sabemos que el número de migrantes españoles a Ecuador fue pequeño si se lo compara con los que se condujeron a otros países americanos. Por lo que se lo considera un flujo de “segundo orden” (Alou, 2001).

El perfil de estos migrantes apunta hacia jóvenes comerciantes e industriales, muchos de ellos de origen catalán⁴, que fueron asentándose principalmente en la ciudad portuaria de Guayaquil y se dedicaron, sobre todo, al comercio de exportación e importación y a otros servicios (Alou, 2001). El flujo prosiguió durante las primeras décadas del siglo XX con mayor apertura a Quito y a otras ciudades del país, incorporando a religiosos, intelectuales o exiliados tras la guerra civil española (1936-1939)⁵.

3 Este flujo formó parte de un éxodo de aproximadamente treinta y cuatro millones de europeos que entre 1880 y 1914 se desplazaron hacia el continente americano, dejando atrás un contexto azotado por grandes transformaciones demográficas, económicas y sociales; así como por constantes conflictos políticos y bélicos (Sallé, 2009).

4 Dentro de las migraciones españolas, la catalana representa un caso particular ya que deviene un “continuum” desde el siglo XVIII (Sánchez-Albornoz, 1992); avanzándose a otros puntos peninsulares e igualándose con las migraciones europeas del período (Yáñez, 2006).

5 El Censo de Población de Ecuador de 1950 muestra que, de un total de 23.489 personas



Una somera revisión de la literatura reciente sobre esta migración española (Sánchez-Albornoz, 1988; Eiras, 1991; Palazón, 1995; Yáñez, 1994) y catalana (Segura, 2008; Hurtado y Roca, 2009) a Latinoamérica muestra que se conocen ampliamente aspectos descriptivos de los flujos; como, las causas, el origen, la periodicidad, los impactos económicos en los contextos de salida y llegada, el perfil sociodemográfico de los migrantes o el asociacionismo entre estos⁶. Sin embargo, tanto los estudios sobre destinos de “segundo orden” como aquellos orientados hacia comunidades migratorias a escala subestatal han sido merecedores de una menor atención. Escasea asimismo la reflexión en torno a estos flujos tempranos desde el punto de vista de la teoría contemporánea de las migraciones.

En este sentido, desde los años noventa ha emergido un nuevo campo de teorización sobre los flujos migratorios contemporáneos en las sociedades globales denominado perspectiva transnacional de las migraciones.

Esta nueva frontera teórica, adecuada al giro empiricista y articulacionista actual, trata de huir de la óptica monocular predominante en las teorías clásicas; las cuales concebían los procesos migratorios, de forma unívoca, dentro del espacio socio-geográfico o “contenedor” de un Estado-nación (Pries, 2002). Mientras que ahora, la orientación predominante se dirige hacia los corolarios de los procesos migratorios; estos son, la intensificación de las relaciones sociales a nivel global y el modo en que estas perforan la escala nacional o los contextos geográficos en el seno de las cuales se imaginaban acotadas. Trascendiendo de este modo los estrechos límites del “nacionalismo metodológico” (Wimmer y Glick, 2003).

Este nuevo enfoque da cuenta de la complejidad con la que hoy día deben ser abordadas las formas dinámicas y procesuales de la vida social. Además, siguiendo las propuestas de Levitt y Schiller (2004), necesitamos una nueva orientación que incorpore tanto aquellas intersecciones que se dan entre los migrantes y los no migrantes como la simultaneidad en las prácticas de estos. Al mismo tiempo, es conveniente explorar el modo en que estas prácticas gravitan en respuesta a procesos sistémicos, con momentos de auge y repliegue.

De modo que, haciendo nuestro el amplio alcance de esta perspectiva, nos vimos estimulados a abordar estas ausencias analíticas respecto a la migración histórica temprana catalana en Guayaquil. Repensando críticamente las lógicas espaciales y temporales de aquel flujo e incorporando, por consiguiente, los siguientes marcos teórico-analíticos. Por un lado, el análisis de los antecedentes históricos de “larga duración” derivado de los trabajos de Braudel (1949) y, por el otro, las nociones de *capital*, *espacio social*, *hábitus* y *distinción* derivadas del modelo analítico de Bourdieu (2000, 2002)⁷.

A partir de estas últimas categorías, entre otros trabajos, Ludger Pries (2008)

extranjeras, la comunidad española era la quinta comunidad (con 616 registros), por detrás de colombianos, alemanes, italianos y estadounidenses.

6 El asociacionismo de corte étnico adquirió enorme pujanza entre los migrantes españoles, facilitando un proceso de inserción en los contextos de llegada; ya que aunaban elementos de las sociedades de origen y destino, a la vez que definían una identidad común del colectivo (Alted, 2006).

7 Bourdieu utiliza la teoría del espacio social para explicar cómo el mundo social está sujeto a lógicas de estructuración basadas en principios de diferenciación social y reproducción.



desarrolla el concepto de *espacios sociales transnacionales*; como la condensación de las relaciones sociales transfronterizas a la luz de la teoría del capital social bourdieuana. La transmigración, al concentrar todos aquellos desplazamientos recurrentes y circulares entre las sociedades de origen y llegada en un continuo intercambio de personas, bienes, símbolos e información, va más allá de la hibridez espacial. La presencia de prácticas sociales densas y duraderas se convierte, más bien, en un estado y forma de vida permanente para los migrantes (Pries, 2002; Guarnizo, Portes y Haller, 2003), de los que emergen estos nuevos espacios sociales transnacionales.

Queremos enfatizar, además de la histórica, la cualidad dinámica de aquellas prácticas transnacionales. Por lo que elegimos analizar la presencia de vínculos y prácticas por sobre la de redes, dado que aquellas expresan mejor la dinámica humana en que se producen.

Finalmente, con la noción de “legado migratorio” que introdujimos deliberadamente, se pretende encontrar una expresión adecuada acerca de cómo las prácticas transnacionales se reifican a lo largo del tiempo, cristalizando institucionalmente dentro de la dimensión transnacional referida. El concepto intenta contribuir además a una necesaria articulación pasado-presente; confiriendo un valor contemporizador a los estudios migratorios de largo recorrido.

El estudio adoptó principalmente el enfoque etnosociológico (Berteaux, 2005) con “profundidad histórica” (Fitzgerald, 2006). Dado que nuestro objeto de estudio quedó constituido por los migrantes y nuestra unidad de análisis fueron sus prácticas transnacionales, acudimos a una perspectiva multiescalar que transitó por diferentes niveles de análisis (individual, familiar, institucional y comunitario). Sin embargo, se priorizó un nivel de análisis micro social que buscó reconstruir historias de vida familiar a partir de entrevistas biográficas temáticas mantenidas con descendientes de inmigrantes catalanes, entre la segunda y la cuarta generación. Por lo que la materia prima con la que trabajamos fue la dimensión simbólica situada en la memoria familiar diaspórica; al modo en que Connerton (1989) muestra cómo las sociedades recuerdan.

Asimismo, rastreamos las intersecciones que estas trayectorias transnacionales han mantenido respecto a un nivel meso institucional; tratando de inferir cierta relación entre ambas. Las entrevistas se llevaron a cabo, entre los meses de enero y mayo del 2010, en la ciudad de Guayaquil, y fueron complementadas tanto por otras realizadas en las ciudades de Cuenca y Quito, como por otros registros accesorios; como cartas, fotografías, libros familiares de circulación privada, etc.

La tesis, por tanto, pretendió advertir la dimensión transnacional de las prácticas que mantuvieron los catalanes, referido tanto a mujeres como a hombres de origen catalán, que migraron a Ecuador desde mediados del siglo XIX al primer tercio del siglo XX. Con el objeto de advertir en aquellas la conformación de un espacio social transnacional propio entre estas dos sociedades marcadas por una migración pendular de larga duración.

Para explorar la simultaneidad en las prácticas transnacionales, el estudio transitó (capitulado) desde el nivel propiamente institucional hacia las historias de vida familiar, como instituciones de tipo parental y estabilizadoras del orden social. Se pasó a abordar posteriormente las formas cambiantes que las prácticas desplegaron, poniendo especial énfasis a las estrategias de acomodo y reproducción



social que aquellas encarnaron. Finalmente se hizo una revisión conclusiva sobre los principales hallazgos del estudio.

Barcelona Sporting Club,... de Guayaquil: El legado migratorio institucional

Probablemente uno de los aspectos más reconocibles de la comunidad catalana migrada y residente en Guayaquil tiene que ver con su presencia institucional. La condición migratoria parece haber disparado desde un inicio un rango de imaginarios identitarios respecto a origen que iría derivando hacia un asociativismo extraterritorializado de base civil. Emergieron entonces un conjunto de instituciones que reprodujeron e instrumentalizaron el sentido de pertenencia, más allá de las fronteras geográficas (Ver Tabla 1).

Estas entidades, apelando al doble vínculo, fueron adoptando una variedad de expresiones tipo club social, instituciones de beneficencia y apoyo mutuo, asociaciones comerciales y mercantiles, entre otras, que aún hoy perduran en Guayaquil y otros puntos del país. Por lo que dan cuenta de la densidad con la que aquellos migrantes desplegaron sus vínculos con origen. Encarnando una diversidad de prácticas transnacionales y contemporaneizando, a su vez, la huella migratoria catalana en la ciudad portuaria.

La existencia y recreación de los vínculos con origen cumplió además la función de servir como instrumento de integración social entre migrantes, en momentos en que la ciudadanía exterior no era una prioridad para el Estado o las comunidades de referencia. Sin embargo, estas instituciones fueron modificando su perfil con el paso del tiempo, orientándose hacia el fomento de la integración hispano-ecuatoriana a través de actividades socioculturales (Castro y Salazar; 2001).

Entre las instituciones de nuevo cuño, el Casal Catalá de Guayaquil, la más notable representación del asociacionismo de base étnica para la descendencia catalana en la ciudad, sigue buscando estrategias para fortalecer los vínculos de estos con Cataluña. Lo que, entre otras cuestiones, expresa las transformaciones histórico políticas que han sucedido en ambos lados del vínculo, dado que encarnan los esfuerzos del Gobierno autonómico catalán para crear una ciudadanía nacional extraterritorial referenciada, a partir de estos centros de base cultural o étnica, en un escenario global pos estatal.

La presencia de estas instituciones que podemos considerar, por tanto, conformadoras de un “legado migratorio” de alcance transnacional, sirve para explicar cómo los vínculos desplegados por los migrantes han resultado ser un sustrato adecuado para ampliar los lazos transnacionales, públicos y privados, entre estos dos contextos. En realidad parecen haber contribuido y ser, al mismo tiempo, el efecto de un espacio social transnacional, instituido y dinámico, entre Guayaquil y Cataluña.

Por lo que asumimos, con base empírica, la presencia de estos “legados migratorios”; esto es, un repertorio de instituciones sociales a través de las cuales los migrantes y los no migrantes han desplegado relaciones de intercambio material o simbólico duraderas entre las sociedades de origen y destino de aquel



flujo migratorio. Por lo que han terminado desempeñando un importante papel en los procesos de reproducción de esta comunidad transmigrante.

INSTITUCIONES DE DOBLE VINCULO PRESENTES EN GUAYAQUIL⁸

INSTITUCION	AÑO DE FUNDACIÓN	MISIÓN/OBJETIVOS	AMBITO DE ACTUACION
Sociedad Española de Beneficencia y Socorro Mutuo ⁹	1883	Mantener la identidad española e integrar al inmigrante a los círculos sociales locales	Sociocultural
Cámara Oficial Española de Comercio del Ecuador ¹⁰	1920	Fomentar el desarrollo de las relaciones comerciales entre España y América	Económico
Barcelona Sporting Club	1925	Club de futbol	Deportivo
Sociedad de Damas de la Colonia Española ¹¹	1950	(a) Realizar obras de beneficencia en beneficio de las personas necesitadas de la colonia española y de la comunidad guayaquileña. (b) Mantener latentes las tradiciones, costumbres y raíces españolas y los sentimientos de amor y fidelidad a España. (c) Fomentar e incrementar las relaciones culturales entre España y Ecuador.	Sociocultural
Casal Català de Guayaquil ¹²	1983	Difundir y valorar el conocimiento de la cultura catalana a través de la colonia y sus descendientes.	Sociocultural
Asociación Catalana-Ecuatoriana de Negocios (ACEN) ¹³	1996	Promover negocios en los diversos sectores de interés, con el propósito de fortalecer las relaciones entre Catalunya, Ecuador y los países de América en general.	Económico

8 Además de las referidas, han existido o existen las siguientes instituciones con prácticas transnacionales, teniendo un funcionamiento discontinuado o más discreto: el "Centro de Cultura Hispánica" (1949), el "Instituto de Cultura Hispánica de Guayaquil", el "Comité de Damas de la Colonia" (1950), el "Círculo Femenino de Cultura Hispánica" (1953), la "Legión Femenina de Educación Popular" y la "Fundación Gabriel Vilaseca Soler – GAVISOL" (1999).

9 En la actualidad recibe un apoyo financiero puntual de la Secretaría de Estado de Inmigración y Emigración de España pero se mantiene fundamentalmente con las aportaciones de los propios



TABLA 1: (Elaboración propia). 2009.

Entre la calle Guayaquil y la Villa Granollers: Vínculos e historias familiares

“El 12 de octubre de 1950, en Granollers (Cataluña) organizamos un acto solemne. Vinieron el Cónsul del Ecuador y las autoridades locales. Se develó la nueva placa y... ¡Nació la Calle Guayaquil! Desde entonces, cuando papá se instalaba en Granollers, vivía en la calle Guayaquil y cuando estaba en Guayaquil ocupaba la «Villa Granollers», en la «Hacienda Barcelona»” (Montserrat Maspons i Bigas¹⁴).

En la reconstrucción de las historias de vida de cinco familias descendientes de aquellos migrantes catalanes, tomando como referencia la primera generación pero abarcando hasta cuatro generaciones adultas, emerge visiblemente la tendencia a desarrollar un proyecto de vida con horizonte transnacional. Una instrumentalización material o simbólica del vínculo familiar con origen que acomoda el imaginario familiar de forma recurrente a la doble pertenencia.

El primero de estos casos, familia Maspons, representa la fuerza con que el vínculo ha pervivido en los migrantes y sus descendientes; así como la tenacidad con que devino un capital social institucionalizado. El segundo, familia Roura, registra la pervivencia del vivir transnacional a partir de la trayectoria familiar diaspórica. El tercer caso, familia Roldós, ejemplifica la ampliación y mutación de capitales entre generaciones de una misma familia. Un cuarto caso, familia Costa, demuestra cómo los vínculos transnacionales pueden constituirse como un recurso pendular para la reproducción social al otro lado del flujo. Finalmente un quinto caso, familia Puig Mir, apela a las transferencias entre capital económico y capital social en la trama familiar transnacional.

socios.

10 La Cámara que cuenta con alrededor de 175 afiliados, pertenece a la Federación de Cámaras Españolas de Comercio de América (FECECA) y sirve de soporte exterior al Instituto Español de Comercio Exterior (ICEX). Trabaja en estrecha relación con la Oficina Económica y Comercial de España en Quito.

11 La “Sociedad de Damas” mantiene una estrecha relación con la “Legión Femenina de Educación Popular” que persigue fines filantrópicos respecto al analfabetismo y la infancia en Guayaquil.

12 El Casal Català de Guayaquil forma parte de las denominadas Comunidades Catalanas del Exterior (C.C.E.) de la “Generalitat de Catalunya”. Los otros referentes de la comunidad catalana en el país son el Casal Català de Quito, el Casal Català “Jorge Butiña i Cardona” de Cuenca y el club de jóvenes o “Fórum Jove”.

13 Inscrita en el Registro de Entidades en el Exterior de la Generalitat de Catalunya, su sede no se encuentra en Guayaquil sino en Quito, capital administrativa de Ecuador, pero representa los intereses corporativos de la comunidad catalana en el país.

14 Fundadora del Casal Català de Guayaquil en 1983 y presidenta vitalicia del mismo. Hija del emigrante catalán Pere Maspons i Camarasa, llegado a Guayaquil en 1905.



Las distintas trayectorias desplegadas por los migrantes catalanes y replicadas hoy día por sus descendientes, a pesar de que sean casos disímiles, expresan la pervivencia de las prácticas transnacionales entre estos. En ese sentido, se observan estrategias iniciales de reproducción social similares a aquellas que eran desplegadas en origen y, en la mayoría de los casos, articuladas con ellas. Lo cual explica la prevalencia inicial por las actividades agrícolas extensivas o el comercio ultramarino. Desde las cuales se fue conformando una burguesía comerciante exportadora-importadora que iría progresivamente diversificando su actividad profesional. Manteniendo, eso sí, el horizonte transnacional a lo largo de distintas generaciones.

Las estrategias de reproducción social que desplegaron los migrantes catalanes desde un inicio, activando las redes familiares transnacionales como un capital social de ida y vuelta, fueron reacomodadas a su vez por sus descendientes; apelando a un sentido de membresía diaspórica arraigado en la memoria familiar. Lo que traería como resultado la reapropiación duradera del imaginario de la simultaneidad entre la comunidad de descendientes y la pervivencia de los vínculos entre estos en el espacio social abigarrado y difuso de la ciudad de Guayaquil.

Del tío en América al pariente en Cataluña: Las practicas transnacionales de ida y vuelta

“Yo desde que tengo 7 años escucho a Serrat y también me interesa mucho la historia catalana; aunque yo soy ecuatoriana. Me podré comer la crema catalana, que me gusta, pero yo como arroz con menestra; porque ya son cuatro generaciones” (Martha Roldós Bucaram¹⁵).

Respecto a las formas que fueron adoptando las prácticas transnacionales es importante señalar que estas se fueron conformando instrumentalmente, a lo largo del tiempo y de acuerdo a los distintos medios a su alcance, hasta tornar más estables y duraderos los vínculos entre las comunidades de origen y destino.

Un análisis diacrónico de las prácticas nos introduce una variada relación de formas. Entre otras, los viajes al pasado imaginado, las experiencias de retorno, las promesas de la doble nacionalidad, la construcción de imaginarios sobre la propia identidad o el idioma, los vínculos familiares recuperados, los aspectos generacionales, la distinción social o étnica frente a los emigrantes de nuevo cuño, las variables de éxito entre los distintos flujos, las practicas asociativas o las relaciones étnicas a través de la institucionalidad publica referenciada. Todas estas prácticas expresan los distintos modos en que los vínculos han sido reactivados de acuerdo a factores históricos y sociales, así como de las trasformaciones que fueron produciéndose en las comunicaciones y las nuevas tecnologías. O por lo menos en base a cómo estos fueron percibidos e incorporadas, respectivamente, por los migrantes o sus descendientes.

15 Martha Rina Victoria Roldós Bucaram (Guayaquil, 1963): Economista y política ecuatoriana, hija el ex-presidente de la República Jaime Roldós Aguilera (1979 y 1981) y nieta del emigrante catalán Jaime Roldós i Baleta, quien llegó a Guayaquil a finales del siglo XIX.



En conclusión, lo que nos están mostrando estas mutaciones sobre los vínculos transnacionales es su perdurabilidad y complejidad. La persistencia de aquellos y cómo estos nos instan a entender las migraciones más allá de un lazo mecánico entre origen y destino. El modo variable a través del cual se construyen y operan las identidades migratorias de largo aliento, moldeando un sentido de membresía extraterritorial propio, más allá del doble vínculo. Las cuales pueden ser instrumentalmente recreadas en función de la posición que se ocupa en el espacio social migratorio transnacional. Y suponen una experiencia de vida transmigrante que conecta vitalmente a migrantes y no migrantes en las sociedades de origen y destino de los flujos; e incluso más allá de aquellas.

Intercambio y Crédito: Las estrategias de acomodo y reproducción social

“Yo me casé con un Guzmán y Laura Guzmán, su hermana, se casó con mi hermano Santiago. Ellos eran los reyes del cacao y nosotros los reyes del café. Vivían en Alemania o en Francia e iban a pasar los veranos a la Costa Azul. De ahí viene la broma: la compañía de mi papá se llamaba «Intercambio y Crédito» y, como intercambiaron los hijos y tenían mucha plata, papá se reía de esto...” (Montserrat Maspons i Bigas).

Al momento de rastrear las estrategias de acomodo y reproducción de los migrantes catalanes y sus descendientes en Guayaquil sobresalen las formas en que estas familias hicieron un uso estratégico de su capital social transnacional para insertarse de manera exitosa en los espacios sociales de las élites locales y regionales en Ecuador.

Sin pretender agotar las formas en que algunos de aquellos migrantes catalanes consiguieron ascender socialmente y explorando únicamente algunos casos en que esto sucedió, parece haberse tratado de una confluencia de proyectos entre las élites criollas locales y los inmigrantes basada en el ethos de la economía de exportación-importación. Lo que aconteció a partir de una posición ventajosa en el mercado global dado su capital social transnacional.

Conviene recordar que durante los flujos iniciales los vínculos sociales transnacionales eran un *valor de escasez* (Bourdieu, 2000) y requerían, además, de un mayor esfuerzo, dado el incipiente desarrollo de las comunicaciones y el transporte. Lo que demandaba un proceso dilatado de reapropiación de los capitales en juego, mediante la creación de redes transnacionales que permitieran el mantenimiento de la trama familiar o social. A partir del cual llegarían a conformarse, consolidarse y reproducirse como una élite local con perfil transnacional¹⁶.

Se comprueba de este modo cómo fue precisamente aquel capital transnacional el que les permitió una articulación entre los proyectos globales y locales. De modo que establecieron alianzas, en algunos casos matrimoniales, con acaudaladas

16 De la que han emergido figuras reconocidas en distintas esferas de la vida social guayaquileña o ecuatoriana, como pueden ser el ex presidente de la República, Jaime Roldós Aguilera, o el actual alcalde de Guayaquil Jaime Nebot Saadi.



familias locales que revirtieron ventajas significativas para ambas partes. Estas alianzas parecen estar mediadas, asimismo, por ese imaginario de pertenencia a una comunidad transnacional simbólica, catalana y guayaquileña. Y articuladas, hacia adentro y hacia afuera, en un doble juego que implicó tanto el mantenimiento de los vínculos materiales y simbólicos con origen, como el posicionamiento estratégico de sus capitales transnacionales en el espacio local.

“Los que vinieron han hecho dinero, lo que pasa con la cuarta generación es que no ve futuro aquí; y como tienen sus ancestros allá y su (doble) nacionalidad, dicen -¿porqué no voy a ir allá?-.” (Jaime Costa Costa y Beatriz Lértora de Costa¹⁷)

Finalmente fueron rastreadas las prácticas migratorias contemporáneas de los descendientes de aquella matriz inicial en dirección opuesta, hacia Cataluña, con la pretensión de inferir si la conformación de vínculos transnacionales en un contexto migratorio variable, favorece las experiencias reflujo, “de ida y vuelta”, a partir de la pervivencia de un capital social y cultural transnacional. Se buscaba además extraer conclusiones acerca de cómo se articula en un escenario desigual con una fuerte restricción en las políticas migratorias, el capital transnacional de los migrantes y sus descendientes.

En este sentido, no se encontró una relación significativa entre la histórica migración catalana a Guayaquil y la más reciente migración guayaquileña a Cataluña. Sin embargo, las expresiones de cierta opacidad respecto a los casos existentes dentro de la comunidad transmigrante catalana-guayaquileña, son la expresión de que, frente a los emigrantes de nuevo cuño, la emigración entre los descendientes de los migrantes catalanes actúa dentro de la misma lógica de “distinción” que ha encarnado algunas de sus prácticas transnacionales.

En tiempos de crisis y altas migratorias en dirección opuesta, de Ecuador a España, la promesa del “retorno” en la comunidad transmigrante ha devenido, en algunos casos, más que un deseo de reordenar las historias familiares, un factor de recodificación del capital social y cultural de las familias, a partir de un horizonte fluctuante¹⁸. Lo que ha tomado expresión a través de una creciente aspiración por la recuperación de la doble nacionalidad que permita unas condiciones mínimas de movilidad humana. Quedando no siempre tan nítidamente definidas las fronteras entre la reproducción social y la movilidad referida¹⁹.

17 Jaime Costa Costa y Beatriz Lértora de Costa, esposos: Confiteros y descendientes del emigrante catalán Martín Costa Carbonell, quien llegó a Guayaquil en 1901 y terminaría regentando la popular “Dulcería La Palma”, con un siglo de tradición confitera, tras comprarlo a la familia Cabanas Soldevilla, también emigrantes catalanes, quienes arribaron a la ciudad en las postrimerías del siglo XIX.

18 Como consecuencia de la inestabilidad económica e institucional que vivió Ecuador a finales del siglo XX y la posterior crisis financiera de 1999, estalló la mayor ola migratoria de la historia del Ecuador, hacia países como España, Italia, y Estados Unidos. Los ecuatorianos en España ocupaban con 420.110 personas en el 2008, el tercer lugar de residentes extranjeros en España y primeros latinoamericana; según datos del Instituto Nacional de Estadística (INE) de España, a 27 de Junio, 2008.

19 La “Ley de Memoria Histórica” , aprobada el 31 de octubre del 2007 para el reconocimiento



“Roda el món i torna al Born”²⁰: Consideraciones finales

“...es más con los catalanes acá que con los catalanes allá. O sea, hay un sentido de que, de alguna manera, uno pertenece a una comunidad no tanto de allá sino de descendientes de catalanes acá”. (Martha Roldós Bucaram)

A modo de conclusión, resulta congruente comenzar reconociendo la oportunidad de superar cierta estrechez teórico-analítica al someter casos migratorios de larga data, como el que hemos abordado, a nuevos artificios teóricos. Esta estrategia, además de proyectar nuevas miradas sobre aquellos flujos, permite revertir la falta de diálogo a la que sido sometidas en el ámbito académico las migraciones “clásicas” y “contemporáneas”.

El uso del lente transnacional proyecta además, como ningún otro enfoque anterior, la plasticidad cultural y el dinamismo social que caracteriza al fenómeno migratorio. Por lo que nos permite rastrear y fijar ese conjunto de experiencias transfronterizas arraigadas en la movilidad humana tiempo antes de que se comenzara a usar como dimensión de análisis en los ámbitos académicos.

Queda contrastado que la transmigración ha devenido un modo de vivir particular, transmitido a lo largo de distintas generaciones de la comunidad transmigrante. Lo que encarna una condensación de prácticas sociales al modo de un cierto *habitus*. Una simultaneidad permanente y duradera que, trascendiendo el doble vínculo y la bifocalidad, impacta en las trayectorias sociales de los miembros de aquella comunidad. Consiguiendo asimismo someter a revisión nociones tan arraigadas en las ciencias sociales como son la identidad, la cultura, la nación y la ciudadanía.

Las prácticas transnacionales, sometidas a patrones de transformación estructural que implican modos particulares de percepción en el ámbito sociocultural expresan por su parte, como formula Vertovec (2004), algunos procesos que conviene resaltar ahora.

Las prácticas operan a través de estrategias de actualización y nominación constante. Además, han sido progresivamente reificadas con sentido institucional; habiendo quedado cristalizadas a través de una reapropiación, público privada, de gran impacto para los contextos sociales de Guayaquil y Cataluña. Por otro lado, estas mismas prácticas encarnan un capital simbólico con valor de *distinción* (Bourdieu, 2002) que ha otorgado a estos migrantes y sus descendientes una posición ventajosa en el seno de una economía de exportación-importación en expansión. Por lo que fueron instrumentalmente usadas como estrategias de acomodo y reproducción social; permitiéndoles, en algunos casos, conformarse como una élite local con perfil transnacional.

Resulta posible inferir entonces a partir de tales prácticas, la existencia de

de todas las víctimas de la guerra civil española incluye, en su “Disposición Adicional Séptima”, la posibilidad de acceder a la nacionalidad a descendientes de españoles migrantes o exiliados, hasta en un tercer grado.

20 “Rueda por el mundo y vuelve a tu lugar de origen”: Traducción no literal de la expresión popular catalana acuñada en 1908 por Oleguer Junyent; artista y viajero barcelonés, tras dar la vuelta al mundo.



un espacio social *transnacional* (Pries, 2008), dinámico, que conecta vitalmente a migrantes y no migrantes en las sociedades de origen y destino de estos flujos, Guayaquil y Cataluña, y más allá de aquellas. Un espacio social progresivamente institucionalizado donde lo transnacional se erige como la cualidad primaria del capital en juego. Siendo además recreado instrumentalmente en función de la posición social, variable, que la comunidad catalana-guayaquileña ha conseguido adoptar en ambas sociedades.

Cabe preguntarse si es posible referir además la conformación de estos *legados migratorios* que hemos introducido en el estudio y su validez como herramienta analítica para abordar otros flujos, ya sean estos históricos o contemporáneos. Estas condensaciones institucionales alrededor de las cuales se reproduce el vínculo y que, a nuestro modo de ver, forman una herramienta heurística válida para nominar los acumulados institucionales pasado-presente, de relevancia para el debate teórico y empírico contemporáneo.

Por su parte, la dimensión histórica permite advertir las intersecciones que las prácticas transnacionales mantienen con el contexto mundial. El modo en que son sometidas a fuerzas históricas que reactivan el vínculo entre origen y destino, acelerando o desacelerándolo. Es más, esta perspectiva usada tiene un singular valor al articular las exploraciones de largo recorrido con los procesos migratorios contemporáneos. Sometiendo a una revisión espacial y temporal el modo en que se están tejiendo las relaciones presentes y futuras en el contexto general de la globalización. Y facilitando, por ende, la ruptura con la autonomía explicativa con la que ha sido abordada la movilidad humana.

Desde un punto de vista metodológico, la transmigración permite plantear cuestiones que hasta la fecha permanecían si no ausentes, si abiertamente descuidadas en los estudios en torno a estos flujos más clásicos. En ese sentido, el modelo de investigación histórica de corte etnosociológico incorpora, a partir de las estructuras simbólicas contenidas en las narrativas de los migrantes y sus descendientes, la fuerza explicativa que gravita en las exploraciones de largo recorrido al debate en torno a los procesos sociales más contemporáneos. Poniendo en cuestión una visión de signo estructural, unidireccional y sincrónica del fenómeno migratorio y situándolo dentro de una perspectiva de transformación histórica a escala humana.

Además, la transmigración permite delimitar unidades analíticas que trascienden el contexto nacional; por lo que abona empíricamente la discusión sobre el nacionalismo metodológico en las ciencias sociales. En esos sentido, es importante definir como sujeto de observación a los actores, en este caso a los transmigrantes, más que los flujos, las redes o las comunidades. Estos son los que tejen y reactualizan el espacio social transnacional a través de sus prácticas. Las cuales, si bien ocurren en contextos instituidos, son desarrolladas de manera individual.

La elección deliberada de Guayaquil como marco de estudio, a pesar de no ser el único posible, otorga la ventaja de disponer de abundante material empírico. Un material obtenido principalmente por medio de entrevistas biográficas familiares que nos ha permiten fijar con sutileza ese vivir transnacional, su plasticidad histórica y la presencia de elementos en disputa dentro de un espacio social originalmente complejo, y asimétrico.



Finalmente, desde un plano más político, la presencia de estas prácticas transnacionales duraderas expresa una serie de transformaciones societales de amplio alcance que pueden estar pasándonos desapercibidas bajo una sutil diacronía. Esta transmigración que por sí misma no puede explicar el conjunto de transformaciones que están operando en la globalización, nos invita a revisar, entre otras cuestiones, la forma en que los estados, las naciones o los grupos étnicos precisan entender el sentido de la membresía, más allá de los límites del territorio.

Resultaría igualmente interesante profundizar acerca de las interdependencias que estas nuevas formaciones sociales producen, a diferentes escalas, entre sociedades marcadas por flujos migratorios de largo aliento. Explorar esta suerte de bisagra entre el pasado y el presente, significa además no perder de vista las tensiones que están ocurriendo al hilo de los entrecruzamientos de lo global y lo local. Por ejemplo, cómo los transmigrantes se están convirtiendo, a partir de sus prácticas, en agentes de una globalización “desde abajo”, al modo en que lo señalan Portes, Guarnizo y Landolt (2003). Lo que abriría nuevos interrogantes desde los cuales repensar, con los procesos migratorios como telón de fondo, la correlación de fuerzas que imponen las relaciones asimétricas entre capital y trabajo en el proyecto de globalización económica.

El potencial heurístico con el que cuenta la trasmigración en el marco de los estudios migratorios contemporáneos, por tanto, nos presenta un campo de acción desde el que afrontar de una forma más incluyente los procesos transfronterizos y transculturales vinculados a la globalización, de los que en realidad deriva y a los cuales contribuye. Y disputando un espacio posible al proyecto dominante de modernización capitalista que instrumentaliza las fronteras nacionales, culturales y étnicas a inicios del siglo XXI.

Referencias bibliográficas

ALOU, G. España y el Ecuador, más unidos por la migración. En: Porras, H. y Calvo-Sotelo, P. (Coords.) **Ecuador-España: Historia y perspectiva**. Quito: Embajada de España en Ecuador, 2001. p. 238-239.

ALTED, A. **España, de país emigrante a país de inmigración**. 1. Ed. Madrid: Universidad de Mayores de Experiencia Recíproca, 2006. 32 p.

BERTAUX, D. **Los relatos de vida: perspectiva etnosociológica**. España: Edicions Bellaterra, 2005. 143 p.

BOURDIEU, P. (Coord.) **Poder, derecho y clases sociales**. 2. ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2000. 232 p.

_____. **La distinción: Criterio y bases sociales del gusto**. México: Taurus,



2002. 600 p.

BRAUDEL, F. **El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II**. España: Fondo de Cultura Económica de España, 2001. 1810 p.

CASTRO, S. y SALAZAR, B. Orígenes de la inmigración española en Guayaquil. En: Porras, H. y Calvo-Sotelo, P. (Coords.) **Ecuador-España: Historia y perspectiva**. Quito: Embajada de España en Ecuador, 2001. p. 236-237.

CONNERTON, P. **How Societies Remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. 121 p.

EIRAS, A. (Coord.) **La emigración española a Ultramar: 1492-1914**. España: Ediciones Tabapress, 1991. 340 p.

FITZGERALD, D. Towards a Theoretical Ethnography of Migration. **Qualitative Sociology**, 29 (1), p. 1-24. March 2006

GUARNIZO, L; PORTES, A. y HALLER, W. **Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants**. American Journal of Sociology, The University of Chicago Press, v. 108, n. 6, pp. 1211-1248, May 2003.

HURTADO, V. y ROCA, F. **Catalans al món: 998 atles de la presència catalana al món**. Catalunya: Enciclopedia Catalana, 2009.

LEVITT, P. y GLICK SCHILLER, N. Perspectivas internacionales sobre migración: conceptualizar la simultaneidad. **Migración y Desarrollo**, Zacatecas, México, núm. 3, p. 60-91, 2004.

PALAZÓN, S. **Los españoles en América Latina (1850-1990)**, 1. ed. Madrid: CEDEAL. 1995. 270 p.

PORTES, A.; GUARNIZO, L.; y LANDOLT, P. **La globalización desde abajo: Transnacionalismo inmigrante y desarrollo**. La experiencia de Estados Unidos y América Latina México. 1. ed. México D.F.: FLACSO, 2003. 405 p.

PRIES, L. Migración transnacional y la perforación de los contenedores de Estados-nación. **Estudios Demográficos y Urbanos**, El Colegio de México, México D.F. v. 17, n. 3, p. 571-597. 2002.

_____. Transnational societal spaces. Which units of analysis, reference and measurement?". En: _____. **Rethinking Transnationalism**, The Meso-link of organisations. Londres: Roudledge, 2008. p. 1-20.

SALLÉ, M. (Coord.) **La emigración española en América: Historias y lecciones para el futuro**. Madrid, España: Fundación Directa-Gobierno de España/ Mº de



Trabajo e Inmigración, 2009. 194 p.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, N. (Comp.) **Españoles hacia América**. La emigración en masa (1880-1930). Madrid: Alianza, 1988. 346 p.

_____. La migració espanyola a Amèrica en el segle XX, amb especial referència a Catalunya. En: **Jornades d'Estudis Catalana Americans**. Barcelona: Generalitat de Catalunya. 1992. p. 39-45.

SEGURA, A. **Catalunya al món: la presència catalana al món: segles XIX i XX**. Barcelona: Generalitat de Catalunya. Departament de la Presidència, 2008. 446 p.

VERTOVEC S. Migrant Transnationalism and Modes of Transformation. *International Migration Review*, Center for Migration Studies of New York, Inc., v. 38. n. 3, p. 970-1001, 2004.

WIMMER, A. y GLICK SCHILLER, N. Methodological Nationalism, the Social Sciences, and the Study of Migration: An Essay in Historical Epistemology. *International Migration Review*, 576-610, 2003.

YÁÑEZ, C. **La emigración española a América (siglos XIX y XX)**: Dimensión y características cuantitativas. Colombes, España: Fundación Archivo de Indianos, 1994. 274 p.

_____. Los negocios ultramarinos de una burguesía cosmopolita. Los catalanes en las primeras fases de la globalización, 1750-1914, **Revista de Indias**, Universidad de Barcelona, v. LXVI, n. 238, p. 679-710. 2006.

Recebido: 11 maio, 2017.

Aceito: 30 maio, 2017.



O Karate-Do como Dispositivo da Japonêsidade em São Carlos

The Karate-Do as a Device of Japaneseesness in São Carlos

Rafael Cava Mori¹

Resumo

O presente trabalho relata uma investigação qualitativa sobre a prática do *Karate-Do*, em São Carlos-SP. Considera-se que tal prática veicule valores tipicamente orientais quando orientada de acordo com a concepção de *budo* (caminho marcial), e não enquanto apenas esporte de luta. Assim praticado, o *Karate-Do* obedece a princípios fundamentais de ordem disciplinar, moral, espiritual e estratégica. Por meio de observações e entrevistas, sediadas em dois *dojo* para a prática de *Karate-Do* em São Carlos, observou-se a presença da perspectiva do *budo*. Por fim, fenômenos específicos da imigração japonesa em São Carlos, associados principalmente à população flutuante universitária, são relacionados à atuação do *Karate-Do* como dispositivo da japonêsidade.

Palavras-chave: Karate-Do. Japonêsidade. São Carlos. Imigração japonesa. Kaikan.

Abstract

The present work reports on a qualitative investigation about the practice of Karate-Do in São Carlos, SP, Brazil. This practice is thought to convey typically Eastern values when oriented according to the concept of *budō* (the martial way), rather than just as a fighting sport. When it is so practiced, Karate-Do obeys disciplinary, moral, spiritual and strategic principles. By means of observation and interviews conducted in two *dojo* of Karate-Do in São Carlos, we found the presence of the *budō* perspective. Finally, we describe the relationship between certain phenomena that are specific to the Japanese immigration in São Carlos and mainly associated to the city's floating university population, and the activities of Karate-Do as a device of Japaneseesness.

Keywords: Karate-Do, Japaneseesness, São Carlos. Japanese immigration, Kaikan.

Introdução

Quando em 1908 o navio Kasato Maru atracou no Porto de Santos, é possível que aquelas poucas centenas de agricultores japoneses que ali desembarcavam não

¹ Professor adjunto do Centro de Ciências Naturais e Humanas da Universidade Federal do ABC – Av. dos Estados, 5001, Bangu – Santo André – SP – CEP 09210-580 – e-mail rafael.mori@ufabc.edu.br



sonhassem que, cem anos depois, seriam lembrados e considerados como desbravadores. As comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil trataram de recuperar, dentre registros orais, fotografias e documentos desgastados pelo tempo, a importância de um ato corajoso: enfrentar incertezas de uma viagem longa para um país desconhecido, de costumes estranhos e uma língua difícil.

Naquele momento, entretanto, chegavam ao solo brasileiro não apenas essas incertezas, mas também o esforço daqueles imigrantes para conquistar e ocupar seu espaço no novo território. Ao longo das sucessivas ondas de imigração da terra do sol nascente ao Brasil, no século XX, essa ocupação – talvez oriunda de um sentimento de autoafirmação ou da necessidade de reverência aos antepassados e suas tradições – mobilizou-se, majoritariamente, através da cultura.

Onde houvesse se fixado uma colônia de imigrantes, havia certamente um *kaikan* (associação), espaço comunitário para o oferecimento de aulas do idioma materno dos adultos às crianças, a presença de pequenos templos para práticas religiosas, a organização de eventos com apresentações de danças e músicas tradicionais, a prática da culinária típica e a exposição de arranjos florais, de pinturas, de caligrafias e de outros objetos artísticos.

Se a finalidade inicial dessas associações era abrigar e encorajar tradições culturais, em pouco tempo elas acabaram se tornando focos irradiadores de saberes e práticas milenares. O pequeno estudo que aqui apresentamos tem a ver com esse momento em que as tradições do povo japonês começam, senão a se imiscuir, pelo menos a se popularizar junto dos brasileiros, mais especificamente aqueles residentes no município de São Carlos-SP. Interessa-nos uma dessas tradições: o conjunto das *artes marciais japonesas*, especificamente, o *Karate-Do*.

Assim, o texto buscará, inicialmente, apresentar alguns fundamentos e aspectos históricos dessa arte marcial para caracterizá-la, mais tarde, enquanto *dispositivo de japonesidade*, conforme os estudos de Lourenção (2011, 2016). Assim, será possível identificar elementos do *Karate-Do* que, atuando especificamente na realidade concreta de São Carlos, colaboram para a “fabricação” de japoneses ou para, ao menos, aproximar os são-carlenses (nipo-descendentes ou não) de princípios disciplinares, espirituais e morais associados a uma espécie de *ethos* da japonesidade. Para isso, serão analisados dados provenientes de um estudo de campo realizado a partir de visitas aos dois espaços mais antigos de ensino do *Karate-Do* em São Carlos, empregando observações, análises documentais e entrevistas com seus sensei (professores).

O karate-do como “caminho marcial”

No Japão, diz-se que artes marciais constituem o chamado *budo* (武道): o primeiro ideograma, 武 (*bu*), pode ser lido como marcial, referente ao combate; o segundo, 道 (*do*), traduz-se comumente como caminho. Ao pé da letra, trata-se do caminho marcial.

Surgido na ilha de Okinawa, o *Karate* foi praticado inicialmente como *bujutsu* (técnica marcial), até passar por um processo de sistematização, que o converteria em mais um *budo*, ao lado de outras artes como o *Kendo* e o *Judo*. Segundo



Martins e Kanashiro (2010), a prática do *Karate-Do* atravessa atualmente um terceiro estágio, que a aproxima de um “esporte de luta”. Sem relegar a importância de suas origens enquanto saber espontâneo do povo okinawano, ou de seu atual processo de esportivização, consideramos que o estágio do *Karate* enquanto *budo* seja o mais importante para a caracterização dessa prática enquanto luta tradicional japonesa.

Escrita como 空手, a palavra que *karate* significa, literalmente, “mãos vazias”, denotando um conjunto de saberes para se fazer do corpo uma arma. Gichin Funakoshi (1868-1957), um dos principais responsáveis pelo mencionado processo de conversão da arte enquanto *bujutsu* para *budo*, defendia que o caractere 空 pudesse ser lido também como “vacuidade”, compreendendo o *Karate-Do* como “caminho que, por meio das mãos, conduz ao vazio” – uma leitura explicitamente comprometida com a doutrina zen-budista (FUNAKOSHI, 1973, 1994).

Com base não só na sabedoria zen, mas também na visão de mundo moralizante confuciana e na ética de reverência aos antepassados consubstanciada no xintoísmo – um conjunto de sistemas filosóficos, portanto, altamente espiritualizado –, Funakoshi não apenas colaborou para a organização dos treinamentos do *Karate* em grupos de exercícios e gradações de práticas, mas também produziu textos que buscaram constituir uma espécie de *corpus* canônico de fundamentos, que os *karateka* (praticantes) deveriam conhecer e obedecer, caso almejassem atingir o estado de maestria.

Dentre esse *corpus* textual, consideraremos com mais atenção o livro intitulado *Os vinte princípios fundamentais do Karatê: o legado espiritual do mestre*, de título autoexplicativo. Na versão brasileira da obra (publicada em 2005), cada um desses princípios recebe o comentário de Genwa Nakasone, praticante e grande conhecedor das artes marciais do oriente. Segundo o comentário de John Teramoto na introdução da obra,

[Esses vinte princípios] evidenciam o desejo do mestre de assegurar que o praticante não fique preso aos aspectos técnicos do karatê – esmurrar, chutar, bloquear – à custa do lado espiritual da arte marcial. É a preocupação com os aspectos espirituais, insistia o mestre Funakoshi, que transforma o karatê, de mera arte marcial, no karatê-do, num Caminho.

Os princípios fornecem uma base de sustentação para os praticantes de todos os níveis técnicos. Para o iniciante, eles oferecem uma conceituação global sobre como encarar essa arte marcial. Para o estudante sério do karatê-do, eles propiciam uma orientação contínua e a oportunidade de esmiuçar mais profundamente o que já aprendeu.

A leitura atenta e ponderada dos axiomas do mestre Funakoshi leva-nos a uma jornada muito mais intensa do que poderíamos esperar inicialmente. É por esse aspecto que os princípios são importantes, até mesmo para quem não se dedica a essa prática. Inesperadamente, questões técnicas são deixadas de lado em benefício de uma investigação mais profunda do grande Caminho. Todas as atenções se concentram na acuidade mental e nas condições espirituais necessárias, e nas maiores possibilidades de treinamento. Enfatiza-se mais a atitude que a postura,



mais o espírito que a forma (FUNAKOSHI; NAKASONE, 2005, p. 7-8).

Antes de avançarmos com nosso empreendimento de pesquisa é fundamental lançarmos um olhar para esses princípios, assim redigidos na obra em questão:

1. Não se esqueça de que o karatê-do começa e termina com *rei* [saudação].
2. Não existe primeiro golpe no karatê.
3. O karatê permanece ao lado da justiça.
4. Primeiro conheça a si mesmo, depois conheça os outros.
5. O pensamento acima da técnica.
6. A mente deve ficar livre.
7. O infortúnio resulta de um descuido.
8. O karatê vai além do *dojo* [local de treinamento].
9. O karatê é uma atividade vitalícia.
10. Aplique o sentido do karatê a todas as coisas. Isso é o que ele tem de belo.
11. O karatê é como a água fervente: sem calor, retorna ao estado tépido.
12. Não pense em vencer. Em vez disso, pense em não perder.
13. Mude de posição de acordo com o adversário.
14. O resultado de uma batalha depende de como encaramos o vazio e o cheio (a fraqueza e a força).
15. Considere as mãos e os pés do adversário como espadas.
16. Ao sair pelo portão, você se depara com um milhão de inimigos.
17. A *kamae* (posição de prontidão) é para os iniciantes; com o tempo, adota-se a *shizentai* (postura natural).
18. Execute o *kata* [forma de combate] corretamente; o combate real é outra questão.
19. Não se esqueça de imprimir ou subtrair força, de distender ou contrair o corpo, de aplicar a técnica com rapidez ou lentamente.
20. Mantenha-se sempre atento, diligente e capaz na sua busca do Caminho.

Observando-as mais atentamente, nota-se que cada uma dessas 20 afirmações (*niju kun*) pode ser considerada como pertencendo a uma dentre as seguintes categorias: disciplinar, moral, espiritual e estratégica. No quadro da Figura 1, apresentamos uma possível classificação dos princípios nessa tipologia, relacionando algumas palavras-chaves tomadas como pistas para tal codificação.

categoria	princípios	palavras-chaves
disciplinar	7, 8, 9, 10, 11, 17, 18	<i>descuido, atividade vitalícia, kata,</i>
moral	1, 2, 3	<i>saudação, justiça</i>
espiritual	4, 5, 6, 20	<i>pensamento, mente, Caminho</i>
estratégica	12, 13, 14, 15, 16, 19	<i>adversário, posição, resultado, batalha, espadas</i>

Figura 1: quadro com a classificação do *niju kun* de acordo com as categorias *disciplinar, moral, espiritual* e *estratégico*. Fonte: elaborada pelo autor.



Os princípios disciplinares apresentam diretrizes para os praticantes no tocante a seu progresso rumo ao domínio da prática. Chamam a atenção para a necessidade de um estado de prontidão para o combate, a importância do treinamento constante, o reconhecimento do *Karate-Do* como atividade a ser praticada dentro e fora do local de treinamento e a apropriação de discernimento e atitudes adequadas durante os exercícios.

Os princípios morais buscam elevar a prática da arte marcial à condição de instrumento para corrigir injustiças sociais e para a manutenção da ordem e da paz. Tal postura se constitui tanto na esfera individual, através do cultivo da cordialidade, da humildade e do altruísmo, como na esfera social, em que o praticante buscará se colocar como portador de condutas exemplares.

Os princípios espirituais se relacionam à concepção do *Karate* enquanto *do*, Caminho. Tratam de recuperar seu papel como prática de (auto)esclarecimento, conseguido através de um processo de esvaziamento que, afinal, levará a um estado de completa paz, deleite e equilíbrio.

Finalmente, os princípios estratégicos apresentam noções de posicionamentos e manobras, visando à conquista da vitória sobre o inimigo, ou da aceitação e avaliação crítica da derrota. São diretrizes a serem levadas em consideração antes, durante e após as situações combativas.

A classificação proposta visa apenas a oferecer uma perspectiva para se olhar para o *niju kun*, não se colocando como definitiva. Inclusive, essa tipologia apresenta insuficiências: por exemplo, um conhecedor do taoísmo e de sua influência sobre o zen poderia alocar os princípios 13 e 17 junto à categoria espiritual, pois é inegável que, subjacentes a seus enunciados, estão conceitos como a espontaneidade das ações não premeditadas e a não-reivindicação que permite a “ascensão dos ritmos naturais da vida, tanto física quanto espiritual”, características da doutrina chinesa do Tao (COOPER, 1985, p. 136).

Apesar disso, essa tipologia nos auxiliará na etapa de análise dos dados, cujo procedimento de coleta é detalhado na próxima seção.

Metodologia

A pesquisa foi orientada, inicialmente, pela seguinte questão: qual a contribuição das artes marciais japonesas, especialmente o *Karate-Do*, para a cidade e os cidadãos de São Carlos? Essa pergunta, que mais tarde desdobrar-se-ia em outras mais específicas, foi explorada a partir de fundamentos do campo da Educação, cujos resultados expusemos na obra *O caminho das artes marciais em São Carlos* (MORI, 2011).

Neste artigo, que se apresenta a partir de uma perspectiva mais afeita ao campo da Antropologia, especificamente no âmbito das questões sobre os fenômenos migratórios, a questão orientadora foi: é possível considerar o *Karate-Do*, conforme praticado em São Carlos-SP, como um dispositivo da japonesidade? Ressalta-se que o município em questão apresenta particularidades, no que tange à influência da imigração japonesa sobre suas características socioculturais, que repercutem no modo como o *Karate-Do* é praticado e valorizado socialmente por seus cidadãos.



A investigação realizada se insere junto da modalidade qualitativa, o que foi condicionado pelo próprio objeto de pesquisa. Nessa perspectiva, buscou-se um proceder investigativo mais comprometido com aspectos descritivos, apostando na profundidade do conhecimento da realidade, no lugar de uma preocupação restrita ao estabelecimento de relações lineares de causa e efeito (BOGDAN; BIKLEN, 1994; LAVILLE; DIONNE, 1999). Consideramos que a pesquisa caracteriza-se também como um estudo de caso, conforme Lüdke e André (1996).

Os procedimentos empregados para a coleta de dados foram:

- a) Observações pouco estruturadas, não participantes: visitamos duas academias para a prática de *Karate-Do*, onde acompanhamos os treinamentos, observando elementos como número de participantes, caráter das atividades desenvolvidas e presença de objetos decorativos nos *dojo*. As observações tiveram como guia o quadro da Figura 1, visando detectar o aparecimento de menções às categorias em que foram alocados os 20 princípios fundamentais do *Karate-Do*. Empregou-se esta técnica por ser “conveniente sobretudo à enunciação de hipóteses ou à explicitação de indicadores, hipóteses que serão em seguida verificadas com o auxílio de abordagens mais estruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 181).
- b) Entrevistas semi-estruturadas: séries de perguntas organizadas previamente, e complementadas por perguntas de esclarecimento, foram formuladas verbalmente aos *sensei* das academias. As entrevistas foram guiadas por quatro questões: i) Quais seriam os marcos ou principais personagens do início da prática do *Karate-Do* em São Carlos? ii) Quando a prática do *Karate-Do* se consolida em São Carlos? iii) Quais as características dos praticantes de São Carlos? iv) Quais as contribuições dessa prática para a cidade e para seus cidadãos? As entrevistas foram realizadas nas próprias academias e não foram gravadas por meios audiovisuais, tendo sido registradas pelos apontamentos do investigador. A análise desses dados também foi orientada pelo conteúdo do quadro da Figura 1, isto é, verificamos se o discurso dos *sensei* estaria contemplando as categorias em que os princípios do *niju kun* foram alocados.
- c) Entrevistas não-estruturadas: foram assim considerados diálogos entre o investigador e pessoas apontadas, durante as entrevistas com os professores, como relevantes para obtenção de informações complementares. Foram sete os sujeitos que participaram dessa etapa, sem rígida demarcação cronológica: muitas das entrevistas se confundem com diálogos informais entre o pesquisador e os sujeitos, já que a maioria deles integra seu círculo de relacionamentos.
- d) Análise documental: foram consideradas fontes documentais relevantes os folhetos explicativos produzidos pelos *sensei*, divulgando a prática das modalidades oferecidas em suas academias. O procedimento de análise de conteúdo foi aquele proposto por Bardin (2016), privilegiando-se a técnica da análise temática.



Resultados e discussões

Lourenção (2011), em um estudo etnográfico sobre a prática da esgrima japonesa no território brasileiro, conceitua o processo de “fabricação de pessoas”, no caso, a fabricação de japoneses no Brasil, como o exercício de um controle corporal e comportamental, guiado não necessariamente por uma proximidade real com o Japão, mas por uma proximidade ideacional. Isto é, o processo de fabricação remeter-se-ia, no caso, a uma visão idealizada sobre o indivíduo japonês e o que o definiria (a japonesidade). Reportando-nos ao desenvolvimento histórico do *Karate-Do*, diríamos que tais termos se aplicam ao se considerar que o estágio da prática como budo, que deveria concretizar os princípios do *niju kun*, representa justamente tal visão idealizada de uma japonesidade – calcada, mais que em aspectos estratégicos do *karateka* no *kumite* (combate), principalmente em aspectos disciplinares, morais e espirituais. Assim, a prática do *Karate-Do* estaria tanto mais contribuindo para a fabricação de japoneses, quanto mais tais princípios do *niju kun* estivessem representados, valorizados e atualizados no local de treinamento.

Analisando o material e os dados conseguidos junto das academias, perceberemos algumas características importantes desses espaços para as práticas marciais. Apresentamos na Figura 2 um quadro com os resultados da análise do conteúdo das entrevistas e dos folhetos explicativos fornecidos pelos *sensei*.

sujeito	material	unidade de análise	princípio associado	categoria
S1	entrevista	Treinamento como combate <i>consigo mesmo</i> .	4. Primeiro conheça a si mesmo, depois conheça os outros.	espiritual
		<i>Karate</i> como filosofia para o enfrentamento de situações adversas	10. Aplique o sentido do karatê a todas as coisas.	disciplinar
	folheto 1	“[...] uma arte marcial que vai além das técnicas de combate que reúne um conjunto de práticas para disciplinar o corpo e a mente”; “o praticante irá desenvolver por meio de nossa metodologia, exercícios de meditação, domínio do medo e do pânico diante de situações adversas.”	5. O pensamento acima da técnica.	espiritual
		“O indivíduo [...] passa a respeitar o outro, pois compreende que todos têm limitações e potencialidades. Não interage com os outros como se fosse superior, mas procura dar o melhor de si.”	1. Não se esqueça de que o karatê-do começa e termina com <i>rei</i> .	moral



		“Valoriza o progresso dos semelhantes e age de forma a ser justo em qualquer situação.”	3. O karatê permanece ao lado da justiça.	moral
		“Os benefícios adquiridos na prática do KARATE estendem-se além do círculo pessoal de relacionamento.”	8. O karatê vai além do <i>dojo</i> ; 10. Aplique o sentido do karatê a todas as coisas.	disciplinar
	folheto 2	“O que nós, instrutores, ensinamos a elas não é a força bruta, nem a violência, mas o fortalecimento do ‘eu’ através do treinamento mente-corpo, o qual dá base para o desenvolvimento do sentimento de confiança em si mesmas e nos demais seres humanos ao mesmo tempo em que aumenta o poder de concentração, estima pessoal, autocrítica, cooperação e disciplina”	4. Primeiro conheça a si mesmo, depois conheça os outros.	espiritual
		“[...] transferindo esse aprendizado de respeito mútuo para outras situações de sua vida cotidiana.”	8. O karatê vai além do <i>dojo</i> .	disciplinar
S2	entrevista	“luz no fim do túnel”; muitos dos estudantes que treinou são destacados em seus campos de atuação profissional	8. O karatê vai além do <i>dojo</i> .	disciplinar
	folheto 1	“[...] evolução interior [...]”	6. A mente deve ficar livre.	espiritual
		“O maior objetivo do karate é a perfeição do caráter, através da disciplina da mente e do corpo.”	20. Mantenha-se sempre atento, diligente e capaz na sua busca do Caminho.	espiritual
		“No mundo inteiro, enfatizando o trabalho social com objetivo de tornar o praticante útil ao meio em que vive.”	3. O karatê permanece ao lado da justiça.	moral
	folheto 2	“[...] sua fácil aprendizagem que estimula a coragem para enfrentar obstáculos, desperta auto-confiança.”	10. Aplique o sentido do karatê a todas as coisas.	disciplinar
“Em síntese, o Karatê treinado corretamente e bem administrado dá ao praticante o domínio sobre si, valorizando assim o ser humano, para que o mesmo possa ser útil à sociedade.”				



Figura 2: quadro com os resultados da análise do conteúdo das entrevistas e folhetos das academias. Fonte: elaborada pelo autor.

Nas duas entrevistas semi-estruturadas com os *sensei* (designados pelos códigos S1 e S2), ouvimos afirmações semelhantes quando perguntados sobre as contribuições de suas artes para São Carlos. Todos foram categóricos ao afirmar que o *Karate-Do* não se resume a uma educação do corpo para impingir a derrota ao adversário.

S1, por exemplo, lembrou que a prática do *Karate-Do* e das artes japonesas se destina ao treinamento para um combate mais difícil do que aquele travado contra o outro: trata-se do combate consigo mesmo. Tal afirmação vai ao encontro do princípio de número 4, conforme Funakoshi e Nakasone (2005), que alocamos junto à categoria espiritual. S2 usou a expressão “luz no fim do túnel” para se referir ao *Karate-Do*, explicitando também o caráter formativo da prática. Fez questão de lembrar que muitos dos estudantes que passaram por sua academia são hoje pessoas com destaque em seus campos de atuação profissional e reconhecidas por sua retidão de caráter. Essa afirmação, por sua vez, ecoa a categoria disciplinar, especialmente o princípio 8 (“O karatê vai além do *dojo*”). Este último princípio também foi enfatizado por S1, em uma fala sobre a importância que o aprendizado do *Karate-Do* exerceu para que pudesse superar situações adversas com serenidade e resignação, no lugar de uma atitude fatalista.

Os princípios espirituais foram muito mencionados nos materiais impressos analisados. Um dos materiais disponibilizados por S1 traz como título *Karate – Uma arte marcial para o corpo e para o espírito*, mencionando benefícios como autoconhecimento e o autodomínio, este como resultado da prática de exercícios de meditação (*mokuso*) no próprio *dojo*. Em uma das aulas observadas na academia de S2, este tipo de exercício foi realizado antes do encerramento do treino, sugerindo que o discurso divulgado no material de divulgação dessas academias está de fato integrado à rotina de práticas.

Os *sensei* demonstraram, assim, reconhecer em suas práticas grande parte dos princípios de caráter disciplinar, moral, espiritual e estratégico. São fundamentos que não podem ser levados em consideração independentemente uns dos outros; constituem um todo coeso e são igualmente importantes, de acordo com os textos canônicos do *Karate-Do*. Não à toa, na enumeração desses princípios no idioma japonês, cada um deles recebe a palavra *hitotsu* (em primeiro lugar) no início de sua redação. Ressalva-se, porém que os *sensei* entrevistados relegaram pouca atenção aos princípios estratégicos, preferindo os disciplinares e morais. Obviamente, os conteúdos sobre posicionamentos e estratégias nunca deixam de permear os treinamentos orientados, o que foi observado no período de observações das aulas.

Considerando que todas as categorias de princípios fundamentais foram de alguma forma mencionadas pelos *sensei* ou observadas durante as práticas e nos próprios arranjos dos *dojo* – por exemplo, em uma das academias foi possível observar um quadro, exposto em uma das paredes, com a enumeração de uma versão resumida dos 20 princípios (conhecida pelos praticantes como *dojo kun*) – acreditamos que as duas academias investigadas têm condições de promover aspectos do *Karate-Do* como *budo*. Dessa forma, pode-se considerar que, no que tange às relações entre a japonesidade e o *budo* (que, recordemos, se referencia a



uma cosmovisão tipicamente oriental, marcada por categorias como ancestralidade, espiritualidade, moral/ética, transcendência, ascetismo, energia, entre outros), há oportunidades para a “fabricação de japoneses” por meio da prática do luta de Okinawa em São Carlos.

Se o *Karate-Do* é praticado e referido como *budo* em São Carlos, deve-se reconhecer que sua prática também se mostra ajustada ao conceito de “esporte de luta”. Segundo Rufino (2012), assim encaradas, as artes marciais tendem a sobrevalorizar aspectos como a hierarquia excessivamente rígida no *dojo* (determinada pelo pioneirismo, implicando em relações de poder e dominação dos praticantes mais antigos sobre os mais novos); atitudes conformistas, mecânicas e acríticas, como se toda e qualquer orientação do *sensei* devesse ser acatada silenciosamente; e busca obsessiva pela “performance” física, por pontos e progressos no sistema de graduação em faixas e níveis, e por troféus e prestígio conquistados em campeonatos.

Nesse sentido, deve-se reconhecer que a atuação do *Karate-Do* como dispositivo da japonesidade em São Carlos pode ser menos eficiente, em comparação com o *Kendo* atuando no mesmo município, de acordo com o relato de Lourenção (2011). Segundo este autor, mesmo as situações como os exames de graduação e os campeonatos – em que a prática dessa esgrima japonesa estaria aparentemente comprometida com aspectos esportivizados – são transpassadas pela noção de japonesidade. Os campeonatos, por exemplo, são ocasiões em que se reforçam relações de hierarquia, influência política, legitimação/oficialização perante a prática do *Kendo* no próprio território japonês, reafirmação de valores comunais ou de uma lógica “familiar” (alunos de um mesmo *sensei* o têm como pai, e se veem como irmãos, dado que o próprio *dojo* é encarado como “casa”) – todos fatores que elevam o campeonato a lócus para a certificação da arte marcial enquanto ponte entre Brasil e Japão.

Pelo contrário, no *Karate-Do*, os campeonatos e exames tratam de diluir o caráter da prática enquanto *budo* e, assim, não reforçam os elos com a japonesidade; assim, não funcionariam eficientemente para disciplinar corpos e mentes segundo uma noção – repetimos, idealizada – de Japão.

No entanto, a questão não pode ser assim simplificada, resumida à polaridade *budo*-esporte de luta. Há outras mediações que atuam especificamente no caso de São Carlos, associadas a questões demográficas e socioculturais do município, e que novamente interferem no problema das relações entre *Karate-Do* e japonesidade.

Os dados coligidos no caderno de pesquisa *A presença japonesa em São Carlos* (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2011) atestam que a cidade insere-se em um período marcado por processos migratórios industriais e universitários, no que tange à população japonesa ou descendente. Especialmente a população universitária, por conta da presença das duas universidades públicas (Universidade Federal de São Carlos e Universidade de São Paulo), é composta por uma quantidade considerável de filhos, netos e bisnetos de japoneses. Esses *nikkey* (descendentes de japoneses), como registra o caderno de pesquisa em questão, buscam se articular com os grupos japoneses locais, especialmente aqueles sediados ou ligados à Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de São Carlos (ACENB), o *kaikan* local. Essa atuação, apesar de levada a cabo por



uma população flutuante, cujo tempo de permanência em São Carlos é justamente o tempo de formação em uma carreira universitária, vem auxiliando no processo de reorganização da comunidade nipônica, cujas atividades foram duramente afetadas pelo fenômeno *dekassegui* – quando os adultos, a partir de meados da década de 1980 e até o início dos anos 2000, imigraram para o Japão na busca por melhores oportunidades de trabalho, processo que redundou em abandono das atividades da ACENB, retomadas efetivamente somente em 2007 (BRANDÃO, 2009).

Nesse sentido, cabe considerar a possibilidade de que essa população *nikkey* universitária participe do processo de constituição e atualização da japonesidade nas academias de *Karate-Do*. De fato, apesar de os *sensei* entrevistados informarem que seus públicos são abrangentes, um deles afirmou ter percebido ser relativamente grande o número de praticantes *nikkey* que procuram sua academia. A mesma impressão foi relatada por um dos estudantes de *Kendo* com quem pudemos conversar durante as entrevistas não-estruturadas, ele próprio um *nikkei*, ao examinar a turma com quem convive nos treinamentos.

Podemos conjecturar que, como o público universitário de São Carlos é bem representado por descendentes de japoneses vindos de outras cidades, a condição de estudante leva a que estes *nikkey* busquem, junto de agremiações diversas, espaços para incrementar sua ambientação, principalmente em seus períodos iniciais de graduação. Entre tais agremiações em que podem se sentir, de certa forma, “em casa”, estão os grupos que guardam alguma relação com as tradições de origem japonesa e que, assim, evocam recordações de suas cidades natais. Desse modo, procuram inserir-se junto das atividades associadas ao *kaikan*, como o grupo de *karaokê* ou o grupo de *taiko* (tambores).

Outros espaços que irão procurar serão as academias de artes marciais. Como estabelecem um vínculo entre a prática atual dessas lutas e sua experiência prévia em cidades natais, muito associada com os valores da família e o cultivo da memória dos antepassados, acabam por se dedicar de modo intenso aos treinamentos, esforçando-se para conciliá-los com os estudos e outras atividades. Finalmente, esse empenho passa a ser reconhecido, fortalecendo a identidade do grupo escolhido – seja a turma de *Karate-Do*, de *Kendo* ou de *taiko* – enquanto espaço para acolhida, vivências e trocas.

Assim, tal característica específica de São Carlos contribui para tornar mais complexas as relações de reforço ou atenuação da japonesidade, conforme promovida pela prática do *Karate-Do* – seja ela voltada para o *budo* ou para o esporte de luta.

Conclusões

Conforme explicam Martins e Kanashiro (2010), o processo de conversão do Karate como *bujutsu* para *budo* ocorreu a partir de fins do século XIX, seguindo processos semelhantes que afetaram outras artes – por exemplo, a criação do Judo a partir das técnicas conhecidas como *Jujutsu*, ou do *Kendo* a partir do *Kenjutsu*. Tais processos participaram do contexto de modernização do próprio Japão, que se abriu ao ocidente e ao capitalismo a partir da chamada Restauração Meiji



(1868), selando o fim do xogunato. Com a reconfiguração dos mais diversos âmbitos da prática social – a educação, a cultura, a legislação etc. – as próprias artes marciais se adaptam (visto que sua finalidade belicosa já não fazia sentido em um contexto moderno) e procuram veicular valores educacionais e civilizatórios. No caso do *Karate-Do*, observa-se um esforço ainda maior por parte de seus sistematizadores – com destaque para a figura de Funakoshi – visto que Okinawa, até então, se constituía em um reino independente do Japão. Assim, o processo de formação do *Karate-Do* como *budo* significou, além da organização da prática e da seleção dos elementos do *bujutsu* a serem preservados, também a adequação de seus valores e princípios à racionalidade que marcaria o período Meiji. Tratava-se, portanto, de um projeto deliberado de identificação do *Karate-Do* não mais como uma prática tribal criada no pequeno território de Okinawa, mas agora como um produto tipicamente japonês, inclusive com intenções de ser exportado mundialmente – o que, de fato, aconteceria a partir da Segunda Guerra Mundial.

É nesse sentido que consideramos o *Karate-Do*, enquanto *budo*, uma prática veiculadora de uma japonesidade. Trata-se, no entanto, de uma japonesidade de origem moderna, e não exatamente tradicional ou milenar – uma japonesidade artificial e produzida de forma intencional, e não espontânea. Mesmo assim, esse *budo* compreende um conjunto coeso de princípios – de ordem disciplinar, moral, espiritual e estratégica – que aludem a uma espécie de sabedoria tipicamente oriental, elementos que a perspectiva do *Karate-Do* como esporte de luta preterem em favor do rendimento e da “performance” competitiva.

Os estudos sobre a presença japonesa no Brasil identificam que, a partir da década de 1950, o papel dos *kaikan* também se altera: de refúgios idealizados para resguardar um conjunto mínimo de elos com a noção de Japão trazida pelos imigrantes, passam a se constituir como espaços de sociabilidade para relações intercomunitárias (FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS, 2011). Tal processo pode ser observado nitidamente em São Carlos, uma vez que muitas das atividades da ACENB possuem um caráter de divulgação da cultura japonesa e mesmo de integração com a população local, nipo-descendente ou não.

Nesse sentido, cabe refletir se não poderíamos considerar o *dojo* em que se pratica a arte marcial – seja o *Kendo*, o *Judo* ou o próprio *Karate-Do* – como uma espécie de “*kaikan* expandido”: local para a preservação de práticas e valores e, principalmente, espaço de socialização e disciplinamento corporal e comportamental, colaborando para a atualização da japonesidade e para a criação de vínculos de pertencimento cultural a tal identidade. Um espaço, sobretudo, marcado por resistências e conflitos, em que a noção de um Japão moderno se emaranha com saberes tradicionais, convivendo com ideias ainda mais modernas – de competição e “performance” esportiva. Em meio a essas relações complexas, sobrevive uma “tradição reinventada” que, passados mais de cem anos da primeira onda de imigração japonesa no Brasil, ainda provoca o fascínio e o imaginário da população brasileira².

2 Agradeço aos *sensei* e demais participantes da pesquisa; à Fundação Pró-Memória de São Carlos, na figura da historiadora Leila Maria Massarão; e a Osvaldo Kado, pelos diálogos sobre o Japão e as artes marciais. Dedico este texto a meus familiares de origem japonesa e à memória de Kioschi Mori.



Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. reimpr. da 1. ed. de 2011. Lisboa: Edições 70, 2016.

BOGDAN, Robert. C.; BIKLEN, Sari. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994. (Ciências da educação, v. 12).

BRANDÃO, Marco A. L. **Um sol nascente em São Carlos 2**. São Carlos: Guillen & Andrioli, 2009.

COOPER, Jean C. **Yin & Yang: a harmonia taoista dos opostos**. Tradução de João Azenha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FUNAKOSHI, Gichin. **Karate-dō kyōhan: the master text**. Tradução para o inglês de Tsutomu Ohshima. New York: Kodansha International, 1973.

_____. **Karatê-dō: o meu modo de vida**. Tradução de Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Cultrix, 1994.

FUNAKOSHI, Gichin.; NAKASONE, Genwa. **Os vinte princípios fundamentais do karatê: o legado espiritual do mestre**. Tradução de Henrique A. Rêgo Monteiro. São Paulo: Cultrix, 2005.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE SÃO CARLOS. **A presença japonesa em São Carlos: caderno de pesquisa**. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2011.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Revisão técnica e adaptação por Lana Mara Siman. Porto Alegre: UFMG/Artmed, 1999.

LOURENÇÃO, Gil V. O caminho da espada como máquina de operação da japonesidade. In: MACHADO, Igor J. R. (Org.). **Japonesidades multiplicadas: novos estudos sobre a presença japonesa no Brasil**. São Carlos: Edufscar, 2011. p. 27-57.

_____. Ethnography in ancient Japan: a theoretical essay about Kinship. **Journal of Martial Arts Anthropology**, Rzeszów, v. 16, n. 2, p. 20-31, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996. (Temas básicos de educação e ensino).

MARTINS, Carlos J.; KANASHIRO, Cláudia. Bujutsu, budô, esporte de luta. **Mo-triz**, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 638-648, 2010.



MORI, Rafael C. **O caminho das artes marciais em São Carlos**: contribuições do karatê-do e de outras artes japonesas. São Carlos: Fundação Pró-Memória de São Carlos, 2011. (Coleção monografias – São Carlos).

RUFINO, Luiz G. B. **A pedagogia das lutas**: caminhos e possibilidades. Jundiaí: Paço Editorial, 2012.

Recebido: 22 maio, 2017.
Aceito: 18 jun., 2017.



Breves considerações sobre Hiroshi Saito e as diferenças institucionais entre a Escola de Sociologia e Política e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras no período de estruturação das Ciências Sociais em São Paulo

Brief considerations about Hiroshi Saito and the institutional differences between the Escola de Sociologia e Política and the Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras in the period of structuration of the Social Science in São Paulo

Jader Tadeu Fantin¹

Resumo

Este artigo defende o desenvolvimento de um estudo biobibliográfico sobre Hiroshi Saito para demonstrar o valor intrínseco de sua produção e a sua contribuição para a edificação das Ciências Sociais em São Paulo. Japonês, imigrante na década de 1930, em São Paulo torna-se importante figura no meio acadêmico na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). O contexto de sua produção intelectual carrega um debate que se construiu com a estruturação das Ciências Sociais em São Paulo. Estavam presentes epistemologias distintas e divergências entre a ELSP e a FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o que se evidencia na narrativa dominante das Ciências Sociais que qualifica algumas produções em detrimento de outras. A realização deste estudo poderá contribuir para a narrativa das Ciências Sociais em São Paulo, valorizando, acrescentando e rediscutindo elementos no seu período de estruturação.

Palavras-chave: Hiroshi Saito; Estruturação das Ciências Sociais; Escola Livre de Sociologia e Política; Estudos Japoneses; Pensamento Social.

Abstract

This article presents the development of the bibliography study about Hiroshi Saito to demonstrate the intrinsic value of his production and the his contribution for the

¹ Cientista Social formado pela FCLAr/Unesp, mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo IAU-USP e doutorando em Ciências Sociais pela FCLAr/Unesp. Contato: redajj@gmail.com



knowledge of Social Science in São Paulo, Japanese, immigrant in 1930's, become an important icon in the academic environment in Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). The main idea of his intellectual production has a brainstorm that developed with the structuration of Social Science in São Paulo. Different spistemologies and opposites were presented between the ELSP and the FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, which is represented in the dominant narrative of the Social Science that improve some productions instead of others. This analysis will can to contribute for Social Science narratives in São Paulo, helping and discussing elements in its structuration period.

Keywords: Hiroshi Saito; Social Science Structuration; Politic and Sociology School; Japanese studies; Social Thinking.

Apresentação

Este artigo defende o desenvolvimento de um estudo biobibliográfico de um autor chamado Hiroshi Saito (1919-1983), assim como pretende demonstrar a sua contribuição para a edificação das Ciências Sociais em São Paulo e o valor intrínseco de sua produção. Japonês, imigrante na década de 1930, na cidade de São Paulo conquista desenvoltura e grande capacidade intelectual. Em 1933 havia sido criada a Escola Livre de Sociologia de São Paulo (ELSP), instituição na qual Saito iria se tornar um dos pioneiros no Brasil com os estudos sobre a integração dos imigrantes japoneses e seus descendentes à sociedade brasileira.

Hiroshi Saito está inserido em um contexto de pioneirismos e de disputas metodológicas - marcado não apenas pela fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, mas também da Faculdade de Filosofia da USP, instituições onde houve o desenvolvimento e a consolidação dos primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil. Assim, por meio do estudo deste autor, espera-se oferecer uma contribuição para a narrativa da história da edificação das Ciências Sociais em São Paulo.

Hiroshi Saito é encontrado como referência em trabalhos que estudam os imigrantes japoneses, porém, de uma forma que se acredita injusta com a importância de sua contribuição pioneira. Intriga e dá motivação para essa questão a ausência de análises e qualificações mais abrangentes de seu trabalho. A esse fato somam-se as controvérsias presentes na narrativa da história das Ciências Sociais que buscam definir o valor sociológico dos estudos nesse período e demonstram a competição pela hegemonia no campo científico.

O contexto dos anos 1930 marca mudanças desenvolvimentistas no Brasil, era necessário compreender melhor o que acontecia. Nesse quadro foram fundadas a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) em 1933 e, em 1934, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL) da USP. Essas duas instituições, complementares em seus estudos, realizaram escolhas metodológicas e papéis institucionais que lhes conferiram diferentes caminhos. Saito também esteve ligado à USP, mas sua produção de maior destaque se relaciona ao seu vínculo com a ELSP. Aprofundar o estudo desse autor, compilar, analisar, criticar e qualificar a sua obra pode oferecer elementos importantes para se (re) pensar o período de



estruturação das Ciências Sociais em São Paulo, além de revelar o valor específico da sua contribuição.

Introdução

Na década de 1930 a sociedade brasileira se transformava. Em decorrência de sua localização, São Paulo assegurou maior área de influência e atração de indústrias (SINGER, 1968, p. 51), o que levou até a urbanização e muitas mudanças sociais. Esse período também marca a chegada de muitos imigrantes, aproveitados na agricultura no interior do Estado e depois absorvidos nas fábricas da capital².

Fazia-se necessário um movimento para tentar compreender e dirigir as mudanças pelas quais o Brasil passava. Em nível federal o governo criou, em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 1920). No ano de 1931, com o decreto 19.851, o governo conferiu um papel importante para os centros de humanidades dentro das universidades. Com ele, impôs que a universidade brasileira teria que congrega pelo menos três institutos, que poderiam ser uma faculdade de direito, de medicina, de engenharia, ou de educação, ciências e letras, que deveriam manter o interesse na ciência e na cultura. Em 1932, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, foi apontada a necessidade de criação de uma universidade que agregue em suas dependências as faculdades profissionais, as de ciências sociais e economia, as de matemática, física e ciências naturais e os centros de filosofia e letras para se atingir um eixo cada vez mais amplo da cultura científica (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, 1932). Em 1931, em São Paulo - com a intenção de conduzir a modernização e de formar quadros dirigentes - a elite paulista criou o IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) e, em 27 de abril de 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo - ELSP.

A ELSP foi idealizada por um grupo de intelectuais, dentre os quais destacavam-se Roberto Simonsen, Mário de Andrade, Raul Briquet e Antonio de Almeida Prado. Essa instituição tinha por objetivo compreender a sociedade antes de traçar planos de ação e, para isso, necessitava formar quadros políticos competentes instruídos nos métodos científicos. Tratava-se de uma instituição de ensino não pública e vanguardista, com um curso específico de sociologia - que formava alunos e professores simultaneamente, e estava aberta a outros profissionais que quisessem acompanhar as aulas³.

As Ciências Sociais se desenvolviam em outras partes do país, com destaque para a sociologia. Houve a instalação de uma cátedra de sociologia no Recife e outra no Rio de Janeiro (DEL VECCHIO, 2009, p. 11-12). Esse era o quadro em que

2 Para mais informações sobre a presença e a contribuição dos imigrantes para mudanças na sociedade paulista ver Hall (2004) e Araújo (1940). Os censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 1920, 1940, 1950 e 1960 também revelam a presença dos estrangeiros no Brasil.

3 O manifesto de fundação da ELSP foi assinado por pelo menos cem membros da elite de São Paulo, dentre eles professores, médicos e engenheiros. Para conferir, ver nos anexos de KANTOR; MACIEL; SIMÕES (2009).



se estruturava a sociologia no Brasil, adensado em 1934 com a criação da FFCL dentro da Universidade de São Paulo.

O modelo de universidade implantado com a USP parece seguir um padrão institucional alemão. Havia a preocupação em desenvolver a ciência e formar uma elite a partir da constituição de um órgão coordenador central da cultura científica, o que conferia à Faculdade de Ciências e Letras um importante papel (PAULA, 2002).

Há nesse contexto paulista a fundação de duas instituições pioneiras das ciências sociais no país (ELSP e FFCL), que devido às suas particularidades seguiram modelos de implantação e interesses diversos. O grupo idealizador da ELSP pretendia explicar a realidade por meio da pesquisa aplicada e edificar um conhecimento interessado, que ajudasse a apontar soluções para as novas questões que se colocavam e, deste modo, colocar fim ao diletantismo presente.

Logo no início, a ELSP trouxe importantes pesquisadores americanos. Horace Davis e Samuel H. Lowrie, da Universidade de Colúmbia - que desenvolveram em São Paulo um trabalho meticuloso e pioneiro de sociologia aplicada com os trabalhadores da cidade ⁴-, e Donald Pierson, formado pela Escola de Chicago. Junto a este, a ELSP conseguiu expressivos financiamentos norte americanos para pesquisas.

No período em que Pierson esteve na ELSP ajudou a institucionalizar a pesquisa em Ciências Sociais em São Paulo e a formar pesquisadores. São desse contexto Herbet Baldus, Emílio Willems, Oracy Nogueira, Darcy Ribeiro, Juarez Brandão Lopes, Florestan Fernandes e Hiroshi Saito. No ano de 1939 houve a fundação da Revista Sociologia, o que marca um avanço neste processo de estruturação das Ciências Sociais. Pierson deixou a ELSP na década de 1950 e levou consigo importantes fontes de financiamento de pesquisa.

Como se mencionou, ao lado da Escola Livre de Sociologia e Política havia a FFCL. A USP foi criada com o decreto de n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934, por Armando Salles de Oliveira. No decreto do Estado de São Paulo (1934) consta que “[...] somente por seus institutos de investigação científica, de altos estudos, de cultura livre, desinteressado, pode uma nação moderna adquirir a consciência de si mesma, de seus recursos, de seus destinos [...]”, o que expressa a preocupação de formar em nível universitário os profissionais e cidadãos para fazerem parte das classes dirigentes com uma preocupação puramente científica.

Citando Witter, Del Vecchio (2014, p. 11) aponta que os fundadores da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras consideravam-na a mais responsável pela formação do espírito universitário dentro da instituição.

Del Vecchio identifica em autores que compõem o chamado ‘Pensamento Social brasileiro’, uma periodização que coloca uma extensa produção das ciências sociais no Brasil com um status de pré-científico, e do outro lado, trabalhos pautados por rigorosos procedimentos - a chamada sociologia científica que teria sido inaugurada e consolidada na FFCL-USP, por Florestan Fernandes. Assim, a Escola Sociológica Paulista, como ficou conhecida, coloca grandes produções

4 Os resultados das pesquisas foram publicados na Revista do Arquivo Municipal no período entre 1935 – 1938. Os artigos também estão publicados na íntegra no livro ‘As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie, pioneiros da Sociologia aplicada no Brasil’ organizado por Del Vecchio e Diéguez (2008).



acadêmicas com uma qualificação, acredita-se, ingrata. É o caso daquilo que se produzia no Rio de Janeiro e Minas Gerais, caracterizado por sofrer influências políticas e extra-acadêmicas (DEL VECCHIO, 2014, p. 14-15).

Uma das periodizações foi realizada por Florestan Fernandes, que pontua o desenvolvimento do caráter científico da sociologia no Brasil a partir dos anos 1950. Para ele a “transformação da análise histórico-sociológica em investigação positiva”, e a “introdução da pesquisa de campo como recurso sistemático de trabalho”, podem localizar “historicamente a fase em que, no Brasil, a Sociologia se torna disciplina propriamente científica” (1958, p. 203). É preciso lembrar que Saito está inserido nesse contexto e que, mesmo antes, na ELSP, as pesquisas desenvolvidas por Davis e Lowrie parecem atender aos quesitos elencados por Florestan.

Em análise sobre a história e ideologia das Ciências Sociais no Brasil, Segatto e Bariani (2009) reúnem inúmeras leituras dos membros da Escola Paulista de Sociologia e que contêm dissenso quanto ao caráter científico do que foi produzido até então. Na leitura de Fernando de Azevedo, o caráter científico é endossado depois 1936, quando há uma associação do ensino com a pesquisa nas universidades; para Florestan Fernandes, somente após 1950; já Antônio Cândido enxerga um rigor científico a partir de 1940, com a consolidação de uma formação e produção específicas dentro das universidades, da pesquisa empírica e aplicação; Oracy Nogueira identifica a consolidação de um caráter científico a partir de 1930. Renato Ortiz pontua que foi a partir dos anos 1940, com o grupo de Florestan na USP, quando prevalece a observação às normas, valores e ideias do saber científico. Esses autores baseiam-se na institucionalização como marco de início das Ciências Sociais no Brasil.

Os membros da Escola Sociológica Paulista defendem a isenção política e o descompromisso com a realidade para se alcançar o rigor científico. Porém, a fundação da USP acontece justamente para tentar compreender as mudanças pelas quais o país passava e, ainda, observado no decreto n.º 6.283, para a valorização da aquisição da consciência de si, para a preparação do cidadão e das elites dirigentes, o que parece objetivar uma tomada de posição política. Como poderiam então, os membros da Escola Sociológica Paulista, enxergarem-na posteriormente como isenta do jogo político e de outras influências?

Em comparação entre a ELSP e a FFCL nesses anos de formação das Ciências Sociais, Limongi diz que a criação daquela tem uma característica básica: as preocupações práticas e atreladas às políticas públicas específicas, por exemplo as desenvolvidas pelo Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Já a Faculdade de Filosofia teria interesses radicalmente diversos e faria “a defesa de um ensino calcado nas humanidades e destituído de qualquer utilitarismo” (LIMONGI, 1989, p. 221-222) como apregoado no decreto de fundação.

Chacon (1977, p. 99) acredita que o impulso para a fase de constituição das Ciências Sociais adveio justamente do esforço feito pelas elites de encontrar e analisar os problemas sociais, pois foi sentida a necessidade de se formarem quadros técnicos para utilizarem as ciências humanas para o progresso, integração e futuro da nação por meio da pesquisa empírica.

Del Vecchio (2014) defende que a estruturação da sociologia enquanto disciplina científica aconteceu em diversos centros do país que enfrentavam diferen-



tes questões e, portanto, foram estudadas de formas variadas. Antônio Candido (2006, p. 301), ao analisar o período de formação da sociologia no Brasil, diz que esta se constituiu de forma sincrética. Além disso, enxergava como necessário a utilização da sociologia para o planejamento, progresso e racionalização dos setores administrativos, o que é um contraponto ao que a Escola Sociológica Paulista advoga para si como um diferencial positivo: a pesquisa desinteressada e afastada de interesses políticos.

Sérgio Miceli (1995, p. 10-11) aponta que com o estabelecimento de um sistema nacional de pós-graduação, iniciado nos anos 1950 e consolidado na década de 1970, as instituições acadêmicas foram se tornando espaços de lutas políticas. Os cientistas sociais brasileiros se infiltraram em agências governamentais e puderam exercer na prática a ciência, o que caracteriza importante papel político. Segundo Arruda (1995, p. 162-163), Florestan Fernandes – destaque da Escola Sociológica Paulista - nos anos 1950 levou a sociologia para o campo do planejamento e aproximou-se da intervenção social. A neutralidade política requerida por fiduciários da FFCL também parece ser afastada no trecho encontrado de Cardoso quando esta coloca que coube a instituição capacitar uma elite para “decidir os destinos da nacionalidade” (1982, p. 82).

Deixar no esmaecimento ou ostracismo algumas produções em decorrência de posições político-institucionais é uma perda para a riqueza da reconstrução da história da institucionalização das ciências sociais desse momento. Há ainda a possibilidade de se realizar uma análise desse contexto sob a luz de Bourdieu, o que permite enxergar uma disputa em torno da epistemologia desenvolvida em cada instituição, que se estende até a narrativa dominante das Ciências Sociais, e que na verdade pode revelar disputas políticas e a consolidação ou a contestação de autoridades científicas (BOURDIEU, 1983, p. 124).

Seria interessante buscar identificar as semelhanças e diferenças na formação, nas metodologias e nos procedimentos adotados em cada escola. Matos (2009, p. 56) aponta que Donald Pierson, Radcliffe Brown e Roger Bastide foram os iniciadores do que seria a Escola Sociológica Paulista. “Tudo isso nos fala de uma época das ciências sociais no Brasil que parece ter muito mais a nos dizer do que estamos habituados a ouvir” (CAVALCANTI, 2009, p. 112), e Hiroshi Saito faz parte desse contexto.

Hiroshi Saito, a estruturação das ciências sociais em São Paulo e as diferenças entre a ELSP e a USP

Hiroshi Saito desenvolveu pesquisas sobre os japoneses no Brasil no período em que estavam se integrando nessa sociedade - de 1908 até a década de 1960⁵ - o que o coloca como um pesquisador pioneiro sobre os imigrantes japoneses. Esteve na ELSP nos seus anos de formação e participou da formação e do método inovador trazidos para o Brasil por Donald Pierson.

Há um contexto de disputas metodológicas na sociologia que está em conso-

5 Para mais informações sobre a imigração japonesa para o Brasil, consultar as obras de Sakurai (1998;2000), Nogueira (1984), Maejima (2005), e Hashimoto; Tanno; Okamoto (2008).



lidação, em que de um lado encontram-se os estudos de comunidade de Emílio Willems (com o qual Saito trabalhou na ELSP, além de ser seu aluno) com a teoria da aculturação e assimilação e, do outro, a corrente iniciada mais à frente por Florestan Fernandes e seus alunos na USP, preocupados com o desenvolvimento da sociedade capitalista e de classes no Brasil. Segundo Piza (2012, p. 44), a ELSP era encarada pela FFCL como mais conservadora, herdeira da Escola de Chicago⁶. Aprofundar o estudo dessas questões pode ajudar a compreender e a discutir a narrativa dominante da história das Ciências Sociais nesse ínterim⁷.

Hiroshi Saito (1919-1983) chegou com sua família no Brasil em 1933. Num primeiro momento seguiu para as lavouras no interior do Estado de São Paulo e posteriormente foi para a capital para estudar. Não permaneceu aí por muito tempo devido à perseguição aos imigrantes nos anos 1930⁸, o que o levou a retornar ao interior (CASTRO, 1994). Com todas as dificuldades enfrentadas, Saito havia entendido a necessidade de integração na sociedade brasileira por meio do trabalho, o que ajudaria os japoneses a se livrarem dos estigmas negativos que possuíam⁹.

Saito retornou para São Paulo em 1941 e no pós-guerra foi trabalhar no Jornal Paulista. Como redator pode escrever suas percepções acerca da comunidade japonesa e se posicionar a favor da integração dos japoneses de forma pacífica na sociedade brasileira (CASTRO, 1994, p. 123). Publicou pela primeira vez nesse jornal em 15 de fevereiro de 1947. O artigo 'Tabus Destronados' falava do grupo dos 'vitoristas' japoneses que usavam a violência para pregar a mentira da vitória do Japão na guerra (JESUS & TANIGUTI, 2012, p. 210). Também neste ano ingressou na ELSP como aluno-ouvinte.

Em decorrência de sua situação como imigrante, na ELSP Saito utilizou sua trajetória de vida como motivação intelectual e pode contribuir para a institucionalização dos estudos japoneses no Brasil e para uma sociologia da imigração. Em 1947, publicou junto com Willems na revista de Sociologia o artigo chamado 'Shindo Renmei: um problema de aculturação', onde é percebida a influência de Donald Pierson, Herbert Baldus e Egon Schaden, vinculados à tradição americana da Escola de Chicago e pesquisadores da ELSP. Já neste trabalho Saito parece utilizar a sociologia para mostrar que os problemas que a colônia japonesa enfrentava acometia aqueles que não haviam conseguido se integrar economicamente

6 Piza, em seu artigo, mostra como Eunice Durham e Ruth Cardoso rejeitam a teoria da aculturação, pois entendem que a assimilação e a integração dos imigrantes acontecem na mobilidade social e na integração à sociedade de classes capitalista nacional, o que marca a descendência de Florestan Fernandes (que defende uma macrosociologia) e as apartam de Willems e, conseqüentemente de seus sucessores mais fiéis como Egon Schaden e Hiroshi Saito (2012, p. 35).

7 No trabalho de Jackson, a ELSP é caracterizada como voltada para a formação de técnicos para trabalharem na administração, daí uma formação com a ênfase nas pesquisas de campo para o conhecimento prático e objetivo da realidade, enquanto a USP teria a pretensão de capacitar intelectualmente a elite para escolher os destinos da nação, o que ratifica a sua formação ampla e teórica dentro das Ciências Sociais (JACKSON, 2007, p. 38).

8 Uma obra que retrata a perseguição dos imigrantes desse período é a de Cytrynowicz (2000).

9 Analisando dados do período, a pesquisa de mestrado 'Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX' deixa evidente que os imigrantes japoneses que se fixaram no bairro desenvolveram uma infinidade de atividades econômicas para sobreviverem e se integrarem, além de preservarem muitas instituições de auxílio à colônia. Ver Fantin (2013).



à sociedade brasileira e, para isso, utilizou os métodos científicos da sociologia aplicada e dos estudos de comunidade que aperfeiçoara na ELSP, o que também fica perceptível nos trabalhos 'Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil' (1953), 'O japonês no Brasil – estudo de mobilidade e fixação' (1961) e 'O cooperativismo e a comunidade' (1965).

Saito matriculou-se na ELSP como aluno regular em 1950 e no período de 1954-1956 desenvolveu seu mestrado sob orientação de Donald Pierson, quando estudou a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC) dos japoneses. Os resultados de seu mestrado foram publicados na revista *Sociologia* entre 1954-1955, que posteriormente deram origem a um livro. Em 1957 Saito foi convidado a lecionar no 'The Research Institute for Economics and Business Administration' da Universidade de Kobe, onde desenvolveu seu doutorado e retornou ao Brasil em 1959. A sua tese de doutorado foi a base para a publicação do livro 'O japonês do Brasil: estudo de mobilidade e fixação', em 1961.

Novamente na ELSP, atuou como professor nos cursos de graduação e pós-graduação. Trabalhou aí até 1970, quando se desligou por desajustes financeiros da instituição e recebeu, posteriormente, o convite para lecionar na Escola de Comunicação e Artes-USP - por onde já havia passado Egon Schaden - para trabalhar com comunicação rural (CASTRO, 1994).

Ao final de 1970 a produção de Saito era de 37 artigos, dos quais 25 em português, 4 livros em japonês e 2 em português. Também ocupou a posição de professor associado na Universidade da Flórida, nos EUA (JESUS & TANIGUTI, 2012, p. 221). Além disso, organizou eventos e seminários voltados aos estudos da colônia japonesa no Brasil, tanto na ELSP quanto na ECA, sempre buscando alcançar seu ideal de integração dos imigrantes e descendentes.

Pode-se dizer que Saito é um dos responsáveis por abrir espaço para a consolidação de um campo de estudo dentro das Ciências Sociais em formação em São Paulo¹⁰. Porém, há trabalhos que apontam certo esquecimento dos estudos de Saito, como o de Jesus e Taniguti que atribui esse esmaecimento ao declínio institucional da ELSP e às transformações metodológicas da sociologia, sobretudo no estudo das minorias, com as críticas aos estudos de comunidade efetuadas pela corrente teórica consolidada por Florestan Fernandes, e por deixar o eixo dinâmico da sociologia. Saito teve o reconhecimento do doutorado em economia em Kobe negado pela FFCL, o que o fez aceitar o convite para lecionar na Escola de Comunicação e Artes da USP – ECA (CASTRO, p. 221-222). Saito morreu em 1983 e deixou a sua obra de doutorado no Brasil inacabada.

Identificando essas diferenças institucionais, Limongi salienta que é mérito da ELSP uma preocupação com pesquisa empírica, prática e aplicada, menos evidente na FFCL. Esta última esteve mais interessada na docência e nas pesquisas com forte embasamento teórico e especulativo. Segundo documento enviado aos deputados estaduais, a ELSP dizia que a FFCL possuía a finalidade de promover a cultura geral e formar uma elite de professores secundários, enquanto aquela se incumbia de formar o pessoal técnico para ocupar as administrações públicas

10 Em reconhecimento ao trabalho de Saito e sua excelência na área, Hideo Onaga, ao prefaciá-la obra de Arlinda Rocha Nogueira 'Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil', diz que em seu lugar deveria estar Hiroshi Saito, o que foi impossibilitado pela sua morte. Ver Nogueira (1984).



e particulares – quadros dirigentes. (1989, p. 217-219). De modo análogo, Arruda (1995, p. 140) diz que a formação dos sociólogos da USP priorizava o rigor conceitual, bibliográfico e teórico, pois havia uma ênfase na leitura de grandes pensadores estrangeiros para construir uma fundamentação teórica e um modelo de reflexão acadêmica.

Outro trabalho que se ocupou dessa questão é o de Piza, que realiza uma discussão sobre os estudos de imigração nas Ciências Sociais de São Paulo e identifica duas correntes: uma ligada a ELSP e Emílio Willems (formador de Saito) e outra iniciada por Eunice Durham, na década de 1960 na USP, que realiza a crítica da teoria da aculturação, além de contrapor os estudos de comunidade de Willems aos do desenvolvimento da sociedade de classes capitalista de Florestan Fernandes. Piza conclui apontando que há elementos de ruptura e de continuidade nos estudos de imigração em São Paulo, frutos de diferenças institucionais, acadêmicas e políticas entre a ELSP e a USP (2012, p. 33; 45).

Em texto que destaca a trajetória de Florestan Fernandes, Arruda (1995, p. 190) diz que havia na sociologia paulista uma resistência aos estudos de comunidade, pois o tema soava frágil diante da magnitude dos problemas sociais que poderiam ser enfrentados pelo pensamento. Em seu trabalho, Jackson resume as diferenças teórico-metodológicas e as disputas entre a ELSP e a FFCL. A crítica fundamental dos sociólogos da USP aos estudos de comunidade dirige-se ao conservadorismo da ELSP e ao empirismo, pois aqueles partilhavam da teoria marxista, macrossociológica e, nesse sentido, revolucionária – no mesmo texto o autor lembra que Octávio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho retomaram os estudos de comunidade na USP na década de 1960. O erro dos pesquisadores da ELSP, segundo Florestan, seria ignorar as análises clássicas da sociedade europeia - uma vez que o Brasil seria herdeiro dessa história - e colocar a pesquisa empírica como primeira etapa da análise (JACKSON, 2007, p.38;40).

Este trabalho aponta um esmaecimento da obra de Hiroshi Saito devido às diferenças político-institucionais e teórico-metodológicas encontradas entre a ELSP e a FFCL, em que esta última parece dominar a narrativa da história das Ciências Sociais no Brasil, principalmente em São Paulo, com a chamada Escola Paulista e suas críticas aos trabalhos que supostamente não apresentaram o mesmo rigor científico que advogam para si, o que por sua vez pode deixar na marginalidade trabalhos como os de Saito.

A valorização de alguns legados em detrimento de outros pode se dar por disputas que ocorrem dentro das instituições pela hegemonia científica, o que reforça o apontamento acima. Nas Ciências Sociais não há uma autoridade científica que não seja ao mesmo tempo parte interessada. Com este pressuposto é possível realizar uma análise contextualizada da obra de Saito. Qual é o ambiente social, político e institucional que suscitou e possibilitou o desenvolvimento das questões teóricas do autor?

O que se deve evitar é o perigo de uma única história. Analisando as “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)”, Luiz Carlos Jackson (2007, p. 33;38) mostra que tanto a ELSP quanto a USP estiveram ligadas a objetivos políticos em sua fundação, porém, acredita que a FFCL enxergava a Escola de Sociologia como conservadora e, por isso, intelectualmente limitada.

A hipótese do esmaecimento da obra de Hiroshi Saito ganha força após cons-



tatar que até o final da década de 1970 este havia construído sólida trajetória acadêmica e participado ativamente na estruturação de um campo de pesquisa, o que mesmo assim não assegurou o seu lugar no *mainstream* da sociologia, em particular com os estudos sobre os japoneses no Brasil e sobre imigração. Seus estudos revelam um trabalho metodológico, de sistematização e interpretação que merecem ser analisados e interpretados.

Uma metodologia para se concretizar este estudo: a Sociologia do Conhecimento e o trabalho biobibliográfico

É possível realizar problematizações suscitadas pela Sociologia do Conhecimento para discutir a produção e trajetória de Saito, desvendar o valor intrínseco da sua obra e analisar a metodologia de seus trabalhos. Aliado a isso, pode-se fazer o uso da pesquisa biobibliográfica para complementar o estudo com vistas a constituir um trabalho mais completo sobre a vida, obra e trajetória de Hiroshi Saito.

Para analisar as disputas teórico-metodológicas entre a ELSP e a FFCL no período pode-se recorrer a Bourdieu, que é bastante elucidativo quando diz que um universo 'puro' da mais 'pura' ciência é um campo social como outro qualquer com as suas relações de força, monopólios, lutas e estratégias. Os objetos do campo científico mudam de forma e abrangência e são escolhidos por meio do cálculo do lucro que justifique o seu investimento. É um campo, portanto, dinâmico (1983, p. 122, 127).

Por sua vez, Mannheim (1968, p. 288) nos oferece a possibilidade de pensar os fatores extra teóricos do pensamento - os condicionantes sociais do observador. O autor chama a atenção, dentro da sociologia do conhecimento, para a perspectiva do pensador. Investigar e analisar como os fatores existenciais afetam a perspectiva do sujeito é um trabalho que permite discutir a obra de Saito e qualificá-la, ao mesmo tempo que se pode discutir as críticas que lhe foram tecidas dentro desse contexto de correlação de forças na estruturação da sociologia em São Paulo. Assim, é possível imergir nos debates presentes à época. Conforme aponta Mannheim (1968, p. 302):

A Sociologia do Conhecimento busca ultrapassar a 'discussão sem reconhecimento' dos vários antagonistas, assumindo, como seu tema explícito de investigação, a descoberta das origens dos desentendimentos parciais que nunca seriam percebidos pelos disputantes, devido à sua preocupação com o assunto imediato do debate.

O ponto desenvolvido por Mannheim acerca da Sociologia do Conhecimento e que pode nortear a análise defendida neste texto é analisar a relação entre o conhecimento e a existência, e também quais as formas tomadas por esta relação no desenvolvimento intelectual. Desse modo, é possível descobrir os critérios capazes de determinar as inter-relações entre o pensamento e a ação em Saito, analisar a relevância dos fatores condicionantes não-teóricos sobre o pensamento.



Por exemplo, o fato de Saito ser um imigrante japonês com costumes culturais diferentes e estar inserido num contexto de desenvolvimento nacional que envolve medidas nacionalistas do governo brasileiro em relação aos estrangeiros recém-chegados não teria influenciado em suas escolhas e análises de seus objetos de estudo?

Realizar esse tipo de questionamento pode revelar peculiaridades e explicar pontos importantes dentro de sua obra e trajetória. Mannheim defende a análise dos condicionantes sociais do pensamento ou, de outro modo, defende a investigação das maneiras pelas quais as relações sociais afetam o pensamento, o que denomina de 'Teoria da determinação social do conhecimento' (1968, p. 286;288). Nesse sentido é preciso deslindar a obra e trajetória de Hiroshi Saito enquanto intelectual e imigrante, analisar quais os resultados e proposições alcançadas em seus trabalhos.

De outro modo Merton fala no pertencimento existencial do pensamento e nos fatores extra teóricos que influenciam a forma, a aparência, o conteúdo e a estrutura lógica do pensamento. Tais fatores podem interferir em um trabalho de muitos modos, como: na percepção do problema, na formulação teórica, nos pressupostos e na metodologia (2013, p. 96).

Não se deve subestimar o valor da obra de Saito e obscurecer facetas adotando uma única perspectiva de observação e discussão. Uma posição social pode limitar um ponto de vista e, de tal forma, quando se leva em consideração as disputas que ocorrem pela hegemonia no campo científico, muitos trabalhos podem ser relegados em decorrência de transformações no próprio campo científico ou por disputas políticas muitas vezes encaradas como divergências epistemológicas.

Conduzir tal estudo para caracterizá-lo como um trabalho biobibliográfico necessitará da reunião de elementos biográficos e bibliográficos de Hiroshi, sistematização por datas em ordem cronológica e compilação da bibliografia que se tem produzida sobre o autor. Trata-se de realizar também a junção de documentos, cartas, recibos, fotos e imagens, diários, rascunhos, leis e tudo mais que possa revelar alguma característica ou informação sobre o pesquisado.

Os trabalhos biobibliográficos¹¹, além de apresentarem uma cronologia, sessões organizadas por assunto, apêndices com cartas, endereços, arquivos etc., fazem a indicação de onde os materiais estão localizados. É importante lembrar que, mesmo reunindo um material vasto sobre o objeto de estudo, uma biobibliografia trata-se de uma reconstrução, desse modo rejeitando a ingenuidade de vislumbrar uma reprodução fiel do objeto pesquisado.

A defesa do desenvolvimento de um estudo biobibliográfico sobre Hiroshi Saito e a utilização do escopo teórico da Sociologia do Conhecimento - com autores como Mannheim, Merton e Bourdieu -, pode oferecer significativas contribuições para entender o esmaecimento de sua obra, compreender as diferenças e disputas entre as instituições pioneiras das Ciências Sociais em São Paulo, trazer elementos para se pensar as escolhas teóricas e metodológicas do pesquisador (não somente de Saito), além de constituir um trabalho que irá reunir vasta informação

11 Como referências para o desenvolvimento de um trabalho biobibliográfico são apontados: Carmona (2012) – que investigou os Caminhos-de-Ferro em Portugal, Nogueira (2004) - sobre Werner Sombart, Rubbo (2003) – que estudou Friederich Michel Litto, e Monarcha e Lourenço Filho (2001) – que pesquisaram sobre Lourenço Filho.



sobre o objeto, tornando-se leitura importante para novos estudos na área.

Bibliografia

ARAÚJO, Oscar. Egídio. Enquistamentos étnicos. **Revista do Arquivo Municipal**. Vol. LXV, p. 227-246, 1940.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: Miceli, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2**. São Paulo, Editora Sumaré: Fapesp, 1995.

BARIANI, E; SEGATTO, J. A. Ciências Sociais no Brasil: ideologia e história. 2009. Disponível em <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1149>>. Acesso em 30/07/2015.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Ortiz, Renato (org.). Florestan Fernandes (coord.) **Pierre Bourdieu - Sociologia**, Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Editora Ática, 1983.

BRASIL. **Decreto nº 14.343**, de 7 de setembro de 1920.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931.

CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, junho de 2006, v. 18, n. 1. 271-301.

CARDOSO, Irene. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo, Cortez, 1982.

CARMONA, Daniela Alexandra Tavares. **Contributo biobibliográfico para o estudo do Caminho-de-Ferro em Portugal (1856-2006)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

CASTRO, Marco Luiz. de. **Entre o Japão e o Brasil: a construção da nacionalidade na trajetória da vida de Hiroshi Saito**. Dissertação de mestrado, Campinas-SP, Unicamp, 1994.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. A contemporaneidade da tradição intelectual da escola livre de sociologia e política: a obra de Oracy Nogueira. In: KANTOR, I; MACIEL, D. A; SIMÕES, J. A. (orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)** - depoimentos. 2. ed. São Paulo, SP. Sociologia e Política, 2009.

CHACON, Vamireh. **História das ideias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1977.



CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**. A mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. Edusp, Geração Editorial, São Paulo, 2000.

DEL VECCHIO, Angelo; DIÉGUEZ, Carla. (orgs). **As pesquisas sobre o padrão de vida dos trabalhadores da cidade de São Paulo: Horace Davis e Samuel Lowrie**, pioneiros da Sociologia aplicada no Brasil. São Paulo-SP. Editora Sociologia e Política, 2008. 252 p.

DEL VECCHIO, Angelo. Preâmbulo: as influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política. In: KANTOR, I; MACIEL, D. A; SIMÕES, J. A. (orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)** - depoimentos. 2. ed. São Paulo, SP. Sociologia e Política, 2009.

_____ **O ensino superior e as elites paulistas: os casos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Escola Livre de Sociologia e Política** [mimeo] versão preliminar. Universidade Estadual Paulista, FCL, Araraquara, SP, 2014.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto nº 6.283**, de 25/01/1934.

ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. **Manifesto da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo**. In: (Anexos) KANTOR, I; MACIEL, D. A; SIMÕES, J. A. (orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)** - depoimentos. 2. ed. São Paulo, SP. Sociologia e Política, 2009.

FANTIN, Jader Tadeu. **Os japoneses no bairro da Liberdade-SP na primeira metade do século XX**. Dissertação de mestrado. IAU-USP. São Carlos-SP, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira**. São Paulo: Anhambi, 1958.

HALL, Michael. Imigrantes na cidade de São Paulo. In: Porta, P. (org). **História da cidade de São Paulo, v. 3: a cidade na primeira metade do século XX**. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo. (orgs). **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 22 nº. 65 outubro/2007.

JESUS, Matheus Gato de; TANIGUTI, Gustavo Takeshi. Sociologie de l'immigrant : Hiroshi Saito et l'institutionnalisation des études sur les Japonais du Brésil (1940-



1960). **Bresil(s)**, v. 2, p. 201-224, 2012.

KANTOR, Iris; MACIEL, Debora; SIMÕES, Julio Assis. (orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)** - depoimentos. 2. ed. São Paulo, SP. Sociologia e Política, 2009.

LIMONGI, Fernando. A escola livre de sociologia e política em São Paulo. In: MICELI, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 1.** São Paulo, Vertice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

MAEJIMA, Walter Kudo. **Imigração japonesa no Estado de São Paulo, 1908-1941.** Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP. São Paulo-SP, 2005.

MANNHEIM, Karl. A sociologia do conhecimento. In: **Ideologia e utopia.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). Revista **HISTEDBR** On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf> Acesso em 19/08/2015.

MATOS, Odilon Nogueira de. O clima cultural dos anos de formação e o pioneirismo da Escola Livre de Sociologia e Política. In: KANTOR, I; MACIEL, D. A; SIMÕES, J. A. (orgs). **A Escola Livre de Sociologia e Política: anos de formação (1933-1953)** - depoimentos. 2. ed. São Paulo, SP. Sociologia e Política, 2009.

MERTON, Robert King. **Ensaio de Sociologia da Ciência.** Org. e posfácio de Anne Marcovich e Terry Shinn; trad. de Sylvia Gemignani Garcia e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo, Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013 (1ª edição).

MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: Miceli, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil. Vol. 2.** São Paulo, Editora Sumaré: Fapesp, 1995.

MONARCHA, Carlos; LOURENÇO FILHO, Ruy. (orgs). **Por Lourenço Filho: uma biobibliografia.** MEC-INEP, Brasília, DF, 2001.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil.** Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1ª edição, 1984.

NOGUEIRA, Antonio de Vasconcelos. Werner Sombart (1863-1941) apontamento biobibliográfico. **Análise Social**, vol. XXXVIII (169), 2004, 1125-1151.

PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.14, n.2, p.147-161, 2002.



PIZA, Douglas de Toledo. Um palpite sobre a imigração nas Ciências Sociais de São Paulo: três décadas, duas perspectivas e uma cisão. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.1, 2012, pp.33-47.

SAITO, Hiroshi. Pesquisa sobre a aculturação dos japoneses no Brasil. **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 15, n. 3, p. 195 - 209, 1953.

_____ O suicídio entre os imigrantes japoneses e seus descendentes no Estado de São Paulo. **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 15, n. 2, p. 109 - 130, 1953.

_____ O cooperativismo na região de Cotia: estudo de transplantação cultural. **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 16, n. 3, p. 248 - 283, 1954.

_____ O cooperativismo na região de Cotia: estudo de transplantação cultural (II). **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 17, n. 1, p. 56 - 71, 1955.

_____ O cooperativismo na região de Cotia: estudo de transplantação cultural (III). **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 17, n. 2, p. 163 - 195, 1955.

_____ O cooperativismo na região de Cotia: estudo de transplantação cultural (IV). **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 17, n. 3, p. 254 - 268, 1955.

_____ O cooperativismo na região de Cotia: estudo de transplantação cultural (V). **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 17, n. 4, p. 355 - 370, 1955.

_____ Alguns aspectos da adaptação de imigrantes japoneses no Brasil. **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 20, n. 4, p. 451 - 462, 1958.

_____ Mobilidade de ocupação e de status de um grupo de imigrantes. **Sociologia**: revista dedicada à teoria e pesquisa nas Ciências Sociais, v. 22, n. 3, p. 241 - 253, 1960.

_____ **O japonês no Brasil – estudo de mobilidade e fixação**. São Paulo, Editora de Sociologia e Política, 1961.

SAKURAI, Celia. Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada- 1908-1941. **Em: XXII Encontro Nacional da ANPOCS**. GT 9 MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS. Caxambu-MG, Outubro, 1998.



_____ **Imigração tutelada: os japoneses no Brasil.** Tese de Doutorado. IFCH-Unicamp. Campinas-SP, 2000.

RUBBO, Daniela. Friederich Michel Litto: Uma biobibliografia. In: VII Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 2003, São Bernardo do Campo. **Anais do V CELACOM, 2003.**

WILLEMS, Emílio; SAITO, Hiroshi. Shindô-Renmei: um problema de aculturação. **Sociologia:** revista didática e científica, v. 9, n. 2, p. 133 - 152, 1947.

Recebido: 29 maio, 2017.

Aceito: 16 jul., 2017.



Imigrantes: mais que braços para o café, a constituição dos homens de negócio no interior paulista¹

Immigrants: more than arms for coffee, the constitution of business men in the interior of São Paulo

Eder Carlos Zuccolotto²

Resumo

Este artigo procura analisar uma nova perspectiva sobre a participação dos imigrantes no interior paulista. Acaba sendo recorrente associar a figura do imigrante, que chegou ao Brasil, como aquela que simplesmente esteve atrelada as fazendas de café, principalmente a presente no interior paulista. No entanto, existem casos que demonstram que o imigrante foi muito mais do que uma simples mão de obra rural, ele também acabou se tornando um empreendedor, um agente diferenciado, ou, como preferimos classificá-lo, um “homem de negócios”. O surgimento e desenvolvimento deste empreendedorismo somente são possíveis se concebermos o termo “homem de negócios”.

Palavras-chave: Homens de negócio; Imigrantes; Cafeicultores; Interior Paulista

Abstract

This work tries to analyze a new perspective on the participation of the immigrants in the interior of São Paulo, it is common to associate the figure of the immigrant who arrived in Brazil, like that figure that simply was tied to the coffee farms, especially those present in the interior of. However, there are cases that demonstrate that the immigrant was much more than a simple rural manpower, he also became an entrepreneur, a differentiated agent, or as we prefer to classify him as a Businessman. The emergence and development of this entrepreneurship is possible only if we conceive the term “businessman”.

Keywords: Businessmen; Immigrants; Coffee Growers; Paulista Interior

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Cadernos CERU, volume 25, número 2.

2 Graduado em História (UNICEP/2001); especialização em Gestão Educacional (CLARENTIANAS/2011); doutorando do PPG em Ciências Sociais da UNESP/FCLAr, Bolsista CNPQ, foi integrante do grupo de estudos sobre imigrantes coordenado pelo Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar). Contato: ederzucco@yahoo.com.br



Introdução

Trabalhar a questão do empreendedorismo no Brasil somente torna-se viável se concebermos o termo “homem de negócios”, associado por Fernandes (2010) primeiro aos cafeicultores. Mas, como veremos, nos casos aqui elencados, apesar de contribuírem para o desenvolvimento comercial e industrial, estes não constituíram uma regra geral, seja pela totalidade, seja pelo fato de que também participam deste processo alguns grupos de imigrantes.

Ao abordar a questão do café e a gestação do empresário, Martins (1978, p. 223) também chama a atenção para a questão do que ele classifica como habilidade empresarial. Segundo o autor apesar de toda a riqueza dessa temática, aos poucos ela foi se perdendo; frisa também que um dos poucos, senão o único, na sua perspectiva, que trabalhou essa linha foi Warren Dean (1971), que juntou duas linhas de interpretação: a da substituição das importações e da difusão da habilidade na gestão capitalista do capital.

Ao comparar a maneira como Dean (1971) e Cardoso³ (1972) analisam esta questão Martins (1978, p. 223) acaba identificado que o primeiro segue uma linha que valoriza de certa maneira uma ideia de difusão cultural. Já Cardoso (1972), acaba seguindo uma linha que valoriza os fundamentos históricos e sociais.

Desse modo, torna-se importante perceber quais as influências e contribuições que o café trouxe para o desenvolvimento de áreas empreendedoras, como a indústria e o porquê do seu estudo, a partir do interior paulista.

Foi a partir do século XIX, que o movimento da cultura cafeeira deslocou-se para o Estado de São Paulo, principalmente para o seu interior, é um momento que coincide com a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (MARTINS, 1978, p. 224). Uma das consequências dessa mudança foi que os fazendeiros passaram a vivenciar novas relações de produção: o trabalho estava agora vinculado como fator de lucratividade calculável do capital. Embora em São Paulo o café tenha, por este motivo, favorecido o desenvolvimento capitalista, em outros lugares, isso não ocorreu com a mesma rapidez.

Entre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento do interior paulista podemos destacar os seguintes: a urbanização, o imigrante e a ferrovia. Cada um deles tem ligação com a temática que debateremos em nosso texto.

1. Revolução Burguesa, cafeicultores e imigrantes

Para que seja possível abordar o imigrante como um eventual “homem de negócios” ou ainda como um “pré-burguês” no interior paulista, é crucial uma análise da obra *A revolução burguesa no Brasil* (2010), de Florestan Fernandes. Nela, o autor traça todo um caminho sobre a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Antes de tratar propriamente da revolução burguesa, Fernandes (2010, p. 32) faz uma análise interessante sobre as visões que atestam para a sua existência

3 Segundo Martins (1978) foi quem fez a explanação pioneira sobre a questão do empreendedorismo industrial.



(ou não) no cenário brasileiro. Para o autor, existem aqueles que afirmam a existência da noção de burguês e burguesia “[...] com a implantação e a expansão da grande lavoura exportadora, como se o senhor de engenho pudesse preencher, de fato, os papéis e as funções socioeconômicas dos agentes que controlavam [...] o fluxo de suas atividades socioeconômicas [...]”. Na contramão existiam também aqueles que diziam que ambos não teriam existido no Brasil “[...] como se depende de uma paisagem em que não aparece nem o castelo nem o Burgo [...]”.

Cardoso (1972, p. 45) segue esta mesma linha utilizada por Florestan, quando analisa o desenvolvimento do perfil dos empreendedores numa economia subdesenvolvida: “[...] não se pode esperar, por outro lado, que nestas últimas áreas o empreendedor repita, simplesmente, a história dos homens que fizeram o desenvolvimento do capitalismo no período clássico [...]”.

Os atores desta revolução burguesa no Brasil são vistos por Cardoso (1972, p. 48) como participantes de uma camada industrial que “[...] concretiza um modo de organização da produção cujas características essenciais estão definidas por um jogo complexo de determinações gerais e particulares [...]”. O que reforça um caráter fora dos padrões tradicionais na construção de um novo modelo capitalista e, com ele, de uma nova camada social: a dos empreendedores industriais, os quais poderiam, como propõe este estudo, partir de uma matriz ligada aos cafeicultores ou aos imigrantes.

Para alguns críticos, o senhor de engenho não poderia se encaixar dentro deste perfil, pois, “[...] ele ocupa uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não poderia ser o antecessor do empresário moderno [...]” (FERNANDES, 2010, p. 32). Dentro desta perspectiva, é interessante que mesmo o excedente gerado pela produção, não é visto como “lucro”, na verdade ela constituía a parte que lhe cabia no circuito global, o qual era resultado dos acordos do pacto colonial.

Ao analisar esta perspectiva crítica, Fernandes (2010, p. 34) alerta para o fato de que a análise comparativa não cabe no cenário brasileiro, afinal não tivemos aqui um modelo feudal, ou a formação e caracterização de um burgo nos moldes europeus, assim como o burguês nas primeiras relações mestre *versus* artesão: “[...] o burguês, já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal, inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante [...]”.

Esses dois modelos de burguês por ele destacados, permaneciam sufocados com o modelo colonial, pois encontravam entraves no escravismo, na dependência da grande lavoura colonial e no estatuto colonial; mesmo assim é interessante notar que o autor diz “sufocadas” e não excluídas ou inexistentes.

Ao defender que existiam condições para se pensar em uma “revolução burguesa” no Brasil, Fernandes (2010, p.38) ainda deparava-se com a necessidade de esmiuçar este processo. Para o autor, ela não constitui um episódio histórico, mas um fenômeno estrutural, pois “[...] se pode reproduzir de modos variáveis dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social [...]”.

Esta característica torna-se mais nítida quando Florestan analisa o estatuto colonial e as mudanças que sua extinção possibilita. No estatuto colonial, ou pacto



colonial, as decisões políticas, sociais e econômicas estavam diretamente ligadas aos interesses metropolitanos, ou seja, operavam de fora para dentro da sociedade colonial.

Assim o fim do estatuto colonial significou ganhos para os senhores rurais. Primeiramente, transformaram-se em senhores cidadãos e, nesta perspectiva, suas possibilidades de poder já não eram mais restritas ao domínio senhorial. Além disso, os privilégios sociais que desfrutavam colaboraram para a criação de uma fonte de solidariedade social, que permitiam vantagens nas associações políticas.

A independência contribuiu para que antigos padrões fossem alterados ou moldados para atender as necessidades das elites agrárias: “[...] os mecanismos centrais da vida econômica passaram a gravitar em torno de interesses individuais ou coletivos internos e a se organizar a partir deles [...]” (FERNANDES, 2010, p. 83). Ou seja, se antes com o *status* colonial os senhores eram figuras secundárias, seus interesses estavam subordinados aos interesses metropolitanos; com a independência, eles ganham um papel de destaque, passando a controlar os rumos econômicos. Neste cenário, as relações comerciais ganham mais espaço e os senhores passam a experimentar novas possibilidades.

É evidente que o processo não ocorreu de forma abrupta. As idas e vindas, os avanços e retrocessos fizeram parte de sua constituição. Fernandes (2010, p. 106) inclusive aponta que as mudanças econômicas contaram com transformações de ordem cultural; este processo fica claro quando ele afirma que “[...] Só com o tempo, graças à expansão do mercado interno e ao aparecimento de condições favoráveis [...], o ‘espírito burguês’ se libertaria dessas malhas negativas, compostas pelas várias ramificações internas do capitalismo comercial [...]”.

Fernandes (2010, p. 128) destaca duas figuras importantes dentro desse processo: o fazendeiro de café e o imigrante.

O fazendeiro de café surge como o próprio autor define “[...] uma variante típica do antigo senhor rural [...]”, com uma interessante perspectiva: a de “[...] dissociar a fazenda e a riqueza que ela produzia do *status* senhorial [...]”. Quanto ao imigrante, este procurava “[...] a riqueza em si e por si mesma [...]”. Os dois possuem muitas diferenças, mas algo em comum: perceberam que existia uma transformação econômica em curso, fruto da ruptura com a antiga ordem senhorial. Nesse cenário, o fazendeiro aceitou e identificou-se com a dimensão burguesa que se apresentava; já o imigrante, como bem assinala o autor, como estava fora do contexto do tradicionalismo, acaba sendo impelido ao processo por interesses de teor espoliativo, extorsivo ou especulativo.

Fernandes (2010, p. 139) distingue dois tipos de personalidade presentes nos fazendeiros de café: “coronéis” ou “homens de negócios”. Como coronel, “[...] já era o antípoda do senhor agrário. Afirmava-se como este, através do poder político gerado por sua situação econômica. No entanto, despojado do domínio [...] ele se via privado das compensações, da segurança e da autoridade do *status* senhorial [...]”. Nosso maior interesse está no outro tipo de personalidade que se forma, a do fazendeiro como “homem de negócios”, que destacamos a seguir.

Dentro do perfil de homens de negócios, os fazendeiros de café assumiram uma postura diferente: passaram a ocupar-se menos com os problemas financeiros e comerciais da fazenda. Para tanto, delegaram essa incumbência para subalternos e somente envolviam-se com essas questões em momentos críticos;



“[...] portanto, ele [fazendeiro] encaixava a fazenda na conexão econômica a que ela devia pertencer depois que ela evoluíra para o modelo de plantação comercial típica em regime de trabalho livre [...]” (FERNANDES, 2010, p. 141). Vale destacar ainda que, neste novo perfil, o cafeicultor assumia uma posição estratégica, em que o excedente ganho com a lavoura não se destinava apenas a ser aplicado nela (lavoura), mas também fora dela.

Outro autor que identifica as modificações e o crescimento das funções dentro das fazendas de café foi Sallum Junior (1982, p. 242). Para o autor, à medida que aumentava a massa do capital produtivo “[...] as funções diretivas do capital eram delegadas pelo fazendeiro a trabalhadores assalariados, concentrando-se ele nas funções do capital, não vinculadas ao processo de produção imediata [...]”.

Os cafeicultores carregavam consigo, pensando nessa nova perspectiva, uma mescla do novo, representado pelo fato de serem “homens de negócios”, e do tradicional, pois mantinham sua posição de proprietários rurais. Fernandes (2010, p. 142) identifica que esse momento “[...] infundia certa dignidade e grandeza às suas funções de ‘homens de negócios’, pois sendo também fazendeiro, ele não era um ‘homem de negócios’ qualquer: tinha atrás de si a auréola, real ou imaginária, da ‘tradição de família’ [...]”. É importante dizer ainda que seria este tipo de proprietário rural que esteve presente na implantação do regime republicano, ele foi “[...] o principal agente humano ‘ativo’ da revolução burguesa. Ele lhe conferiu o parco e fluído sentido político que esta teve, ao optar pela república e pela liberal democracia [...]”.

Para Cardoso (1969, p. 190) a contribuição destes “novos agentes” da economia ganha impulso, sobretudo, com a abolição da escravatura “[...] A nova fazenda de café do Oeste Paulista, ao contrário, ganhou impulso no período de declínio da escravatura, cujo golpe decisivo havia sido desferido pela proibição do tráfico negreiro em 1850 [...]”. O fazendeiro paulista passa então a importar mão de obra livre, alguns chegam inclusive a engrossar o quadro de abolicionistas, desta maneira “[...] Perdia sua condição de senhor para tornar-se um empresário capitalista [...]”.

Outro autor que avança nas questões relacionadas as transformações desta nascente burguesia foi João Manuel Cardoso de Mello (1982, p. 99) na sua análise “[...] a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial [...] o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador [...] quanto em seu segmento urbano [...]”.

O fazendeiro “homem de negócio” reveste-se, como relata Fernandes (2010, p. 144), de uma “mentalidade econômica tipicamente racional”. Mentalidade essa que contribuiu para modificar os fatores que configuravam a estrutura da situação de mercado e “[...] o ápice desse processo foi atingido pela fundação de novos bancos [...] mas ele se desenrolara, de forma latente, desde o fim do século XIX, e tomara alento com as primeiras medidas de ‘defesa do café [...]’ (2010, p. 145-146).

Seguindo a esteira das transformações que vinham ocorrendo, Martins (1978) destaca como não menos importantes aquelas que ela classifica como “transformações das seções bancárias”. Em sua visão, o desempenho do papel bancário, nas últimas décadas do século XIX, coube a comerciantes e fazendeiros abastados. Ainda ressalta que não podemos esquecer de que as casas comissárias de



café tinham essa função, o que se comprova pelo número considerável de capitalistas que apareciam nos almanaques paulistas do século XIX, e que não deveriam ser deixados de lado.

O autor também chama atenção para o fato de que o surgimento destas instituições de crédito com o nome de banco, não poderiam ser classificadas como o início do sistema de crédito, mas sim como parte de seu desenvolvimento (MARTINS, 1978, p. 215).

Esse desenvolvimento pode ser notado por meio das análises que Martins (1978, p.225) faz acerca da experiência que esse grupo (de comerciantes e fazendeiros) herda ao dedicar-se às atividades bancárias. Tal prática habilitou-os a descobrir que a rentabilidade real do capital decorria do uso do capital pelo capital. A utilização capitalista do capital, na visão de Martins (1978, p.225), estava em uma dimensão maior do que apenas emprestar dinheiro a juros “[...] numa certa medida, isso teria permitido o aparecimento de uma atividade empresarial ‘pura’ [...]”.

Outro ponto que chama atenção está relacionado ao investimento que alguns cafeicultores realizam nas atividades industriais, segundo Mello (1982, p. 99) o final do século XIX marca boa parte dos investimentos nesta área “[...] ocorreu que entre 1890 e 1894, a taxa de acumulação financeira sobrepassou, em muito, a taxa de acumulação produtiva. Era suficiente, portanto, que os projetos industriais assegurassem [...] uma taxa de rentabilidade esperada positiva [...]”.

Para Mello (1982, p. 101) o complexo cafeeiro foi responsável por um processo de acumulação de capital-dinheiro “[...] que se transformou em capital industrial e criou condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade de importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais [...]”.

Outra contribuição realizada pelos fazendeiros de café seria a mão de obra livre, e não apenas aquela destinada ao trabalho rural, segundo Mello (1982, p. 101) “[...] a existência de trabalhadores livres a disposição do capital industrial deveu-se à imigração em massa, que supriu as necessidades do núcleo produtivo e do segmento urbano do complexo exportador [...]”.

Percebe-se assim que o novo tipo de fazendeiro, com perfil de “homem de negócios”, não fica subordinado a ações que antes vinham do governo, como no período colonial, agora ele possuía uma maior participação nas decisões políticas e econômicas.

Passando para a perspectiva do imigrante, como homem de negócios, cabe ressaltar que o próprio Fernandes (2010, p. 153) identifica certa dificuldade em abordá-la, devido à grande diversificação das correntes migratórias e dos fatos que envolvem sua incorporação às economias internas. No entanto, em nosso texto, abordaremos certos elementos da situação dos imigrantes presentes na “[...] realização de suas carreiras ou nas influências construtivas que exerceram, seja para eliminar e aperfeiçoar, seja para substituir certos padrões obsoletos de vida econômica [...]”. De imediato, a presença do imigrante já representou um avanço na esfera capitalista comercial e financeira, gerando reflexos principalmente no mercado interno.

A presença dessa nova massa de trabalhadores (imigrantes) não representou apenas a substituição do antigo modelo de trabalho escravo, pelo de trabalho livre. Lógico que, com a introdução em larga escala do trabalho livre, o mercado interno



sofreu uma conseqüente expansão; todavia, o imigrante não ficou restrito apenas a ser mais um braço para as lavouras, muitos acabaram constituindo-se em “homens de negócios”. Sendo que a própria visão do estrangeiro de modo geral “[...] fazia parte da sua perspectiva e do seu cálculo econômico acumular riqueza em forma monetária. Considerações de *status* possuíam para ele escassa significação [...]” (FERNANDES, 2010, p. 156).

Ao longo dos anos, alguns imigrantes conseguiram participar mais ativamente da vida econômica. Contribuiu para isso a capacidade dessa nova classe de “[...] explorar as oportunidades econômicas abertas pela mobilidade horizontal e vertical, com tamanha versatilidade ocupacional ou econômica [...]” (FERNANDES, 2010, p. 160). Outro ponto que chama atenção está no fato de que, apesar de ainda estar longe do topo, o imigrante já se configurava como um agente econômico da concentração de capital comercial e, aos poucos, ia assumindo os papéis econômicos emergentes de uma economia de mercado, que passava por um período de consolidação.

Mesmo nas fazendas os imigrantes conseguiram aos poucos algumas conquistas importantes, como a produção de produtos de subsistências; com o tempo esta produção passou a gerar até algum excedente “[...] este excedente era vendido nos núcleos urbanos, aumentando, pois, a capacidade de consumo do imigrante [...]” com o tempo alguns imigrantes aumentavam “[...] suas possibilidades de escapar da vida agrícola graças as economias acumuladas, que podiam, então, ser invertidas em pequenos negócios nas vilas e cidades [...]” (CARDOSO, 1969, p. 192).

Cardoso (1972, p.49) afirma que esse período de consolidação também está inserido dentro do processo que leva à formação da ordem industrial-capitalista no Brasil. Fase que contribuiu para a constituição da camada empresarial, segundo o autor: “[...] tentamos compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese deste mercado e sociedade [...]”.

Além do mais, o imigrante conhecia as possibilidades do mercado interno, quais as áreas que poderiam ser atacadas segundo um novo estilo. Para tanto, mobilizou capitais e promoveu arranjos comerciais, além de “[...] introduzir, na comercialização de produtos agropecuários, destinados ao consumo ou à produção industrial, técnicas empregadas na Europa, onde o capital comercial procedeu à concentração da produção artesanal [...]” (FERNANDES, 2010, p. 161).

Fernandes (2010, p. 161) confere uma importância muito grande aos feitos obtidos pelos imigrantes neste período de desbravamento da economia. Para ele, o imigrante tornou-se o principal agente econômico, que contribuiu para a substituição do modelo que privilegiava as importações. Foi um agente privilegiado nas fases iniciais da concentração industrial, sendo inclusive considerado como um “herói da industrialização”, que segundo Fernandes (2010, p.161) representou um marco na transformação estrutural que “[...] tornou a Revolução Burguesa uma realidade histórica no Brasil [...]”.

Assim como dos fazendeiros que adotavam o estilo de “homens de negócios”, Fernandes (2010, p. 162) assinala a importância desta ligação relacionada ao trabalhador estrangeiro: “[...] o imigrante concentrou sua ação econômica em áreas que eram vitais para o aparecimento ou fortalecimento das referidas conexões



[...]. O que, de certo modo, contribuiu ainda para expandir e diferenciar a rede de estabelecimentos comerciais e para fortalecer as relações de comercialização e produção interna.

As pretensões dos imigrantes dentro desse processo, segundo Fernandes (2010, p. 166) assumem um caráter de tendências imediatistas. Ao tratar novamente o imigrante como “o principal agente econômico” do processo de formação e expansão do novo regime, observa que essa nova classe não tinha razões emocionais, materiais e morais que a impelisse a projetos econômicos de longa duração.

Convém ressaltar que o caminho que o imigrante percorreu para alcançar este posto de agente privilegiado da economia, foi alcançado a partir do preenchimento de três papéis construtivos da economia monetária:

[...] primeiro coube-lhe uma função primordial para a constituição de uma economia capitalista: a de constituir o agente original do trabalho livre [...] segundo malgrado sua condição de inicial de equivalente humano do escravo, o imigrante logo se erigiu no único elemento que possuía expressão monetária e poder aquisitivo real [...] terceiro, o imigrante tanto concorreu para intensificar o desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro, quanto ocupou uma posição central na canalização socialmente construtiva de suas influências dinâmicas, que faziam pressão sobre a diferenciação e a intensificação da produção destinada ao consumo interno [...] (FERNANDES, 2010, p. 169).

Alguns fatores que poderiam ajudar a entender o impacto da imigração sobre a expansão interna do capitalismo são levantados por Fernandes (2010, p. 170). Num primeiro momento, o autor discorre sobre a questão da tradição cultural. Em segundo lugar, Fernandes (2010, p. 171) identifica as questões de adaptação em que o cenário que o imigrante vivencia de desagregação da ordem escravocrata e senhorial não estavam relacionados a fatores psicológicos, mas sim a fatores psicossociais. Por último, Fernandes (2010, p. 172-173) sinaliza para a emergência dos imigrantes constituírem papéis econômicos novos e promoverem certos ajustamentos sociais. Eles não podiam competir com os senhores agrários ou com os fazendeiros (tanto “coronéis” como “homens de negócios”); contudo, possuíam um papel decisivo nesta nova ordem e cada vez mais o mercado interno e externo exigia a criação de novos papéis.

Para Cardoso (1972, p. 50), no entanto, não bastava perceber o processo apenas dos ângulos sociológico e econômico. Era preciso que esses fossem completados por meio de uma análise que destacasse as características sociais da camada empresarial brasileira.

A importância desse novo cenário que nasce pode ser percebido quando Cardoso (1972, p. 60) frisa que o processo de industrialização é o responsável pela transformação das antigas culturas, que segundo ele são afetadas em cinco setores fundamentais: sistema familiar, estrutura de classe e raça, valorizações éticas e religiosas, ordenação jurídica e conceito de Estado-Nação.

Voltando na figura do imigrante como homem de negócios, Martins (1978, p. 252) caracteriza que é a partir de 1890 que o trabalhador estrangeiro, principal-



mente o imigrante italiano, adentrou para o mundo dos grandes negócios; período que coincide com a entrada mais numerosa de imigrantes no país. Martins destaca ainda a presença desses imigrantes, neste primeiro momento, como ligados à atividades comerciais e bancárias:

[...] entre 1891 e 1905 foram registrados na junta comercial de São Paulo 42 novos bancos constituídos no período [...] desses novos bancos, 22 eram de propriedade de imigrantes italianos radicados no Brasil. Entre 1899 e 1905 foram fundados 23 novos bancos, dos quais 22 eram os referidos bancos de imigrantes italianos. Além disso, havia acionistas italianos em pelo menos três bancos de maioria brasileira, dois dos quais poderosos estabelecimentos de famílias tradicionais de São Paulo (MARTINS, 1978, p. 252).

O início do século XX é apontado por Martins (1978, p.254) como o momento de crescimento do imigrante como industrial. Fato que se confirma por neste período já existir em São Paulo 36 indústrias de imigrantes italianos na cidade, sendo a maioria na capital, onde praticamente imperava o padrão de organização da grande indústria. Essas indústrias reuniam em seus quadros mais de 3.500 operários; isso sem contar as pequenas oficinas de trabalhos, pequenas e médias fábricas e essas mesmas indústrias e oficinas que pertenciam a outros imigrantes.

2. Ascensão dos imigrantes no interior paulista

O desenvolvimento inicial dos principais centros cafeicultores do Oeste paulista, foram realizados por iniciativa de alguns grupos de fazendeiros do café. O que acaba reforçando os argumentos propostos por Fernandes (2010), sobre o desenvolvimento inicial da Revolução Burguesa no Brasil.

Para termos uma visão mais geral dessa ação, basta que observemos o trabalho de Holloway (1984, p.39), em que o autor aborda, por exemplo, o esforço dos cafeicultores na construção de um trecho de quatrocentos quilômetros que facilitariam o escoamento do café no trajeto compreendido entre Ribeirão Preto e Santos: “[...] A estrada de ferro mogiana, organizada e financiada por fazendeiros da área, começou a ser construída em Campinas, em 1874, e alcançou Ribeirão Preto uma década mais tarde [...]”.

Vale ressaltar ainda que tal esforço para dinamizar o escoamento da produção, tinha uma forte motivação econômica, a qual estava em diminuir o tempo e os gastos, que eram mutuamente mais elevados com as tropas de mulas. Desse modo, a ferrovia representou não apenas a modernização, mas o desbravamento de regiões pouco aproveitadas do interior paulista, como é o caso da região de Araraquara, que em 1895 teve o início da construção de sua estrada de ferro (conhecida como Araraquarense).

Assim, a região expandiu-se: “[...] possuía apenas três municípios em 1886, mas o número cresceu para 24 em 1920 e 36 em 1934. A Araraquarense incluiu novas áreas de desenvolvimento, tanto na década de 1920 como mais tarde [...]”



(HOLLOWAY, 1984, p. 41). A ferrovia servia aos interesses de dinamizar a produção do café, diminuindo perdas e tempo de transporte, mas não ficou restrita a isso, ela também promovia o transporte de pessoas e de outros bens; além do desbravamento de novas áreas, ou seja, acabou se tornando um importante instrumento de desenvolvimento.

Outra importante realização dos cafeicultores foi o desenvolvimento dos núcleos urbanos “[...] numa economia deste tipo é fácil de compreender que os núcleos urbanos passavam a exercer funções econômicas importantes [...] toda a distribuição das mercadorias necessárias ao consumo das fazendas faziam-se através das cidades [...]” (CARDOSO, 1969, p. 192).

Torna-se, portanto evidente que as novas condições de exploração do café colaboraram tanto para a utilização da mão de obra livre, quanto para um maior desenvolvimento do mercado consumidor, ou seja, “[...] instigaram nos mais audazes dentre os fazendeiros, comerciantes ou antigos imigrantes que passaram a negociar ou trabalhar em oficinas nos núcleos urbanos, o espírito de empresa [...]” (CARDOSO, 1969, p. 193).

O despreparo de muitos cafeicultores com a nova ordem, onde o trabalho livre do imigrante predominava, evidenciava a falta de preparo que muitos fazendeiros tinham em administrar uma nova realidade econômica. Holloway (1984, p.62) mostra um claro exemplo disso no fato de que eles (cafeicultores) não tinham muita noção de como remunerar os imigrantes, e de quanto estes estariam dispostos a assumir nos riscos de produção. Políticas e práticas como as do colonato, parceria, armazém e “caderneta” de gastos, são apenas alguns exemplos de mecanismos que ainda estavam afastados do modelo assalariado.

Com o tempo, graças a sua luta e favorecidos por políticas como as do governo paulista, os imigrantes foram vencendo barreiras e passaram a ocupar papéis de destaque no desenvolvimento econômico do Oeste paulista. Como bem frisou Fernandes (2010), eles são personagens importantes neste processo de transformação, seja na cidade, ou no campo, passaram a ter um papel de destaque. Holloway (1984, p. 212) afirma que no campo “[...] alguns estrangeiros residentes, bem sucedidos no comércio ou na indústria, adquiriram propriedades rurais, porém, muitos dos imigrantes que se tornaram proprietários de fazendas operadas por trabalho familiar começaram provavelmente como colonos [...]”.

São exemplos de imigrantes que obtiveram grande sucesso como proprietários rurais: Francisco Schimidt e Geremia Lunardelli. Holloway (1984) destaca que os dois casos são excepcionais, chegando a receber inclusive o título de Barões do café, fugindo inclusive às características presentes nos demais casos de imigrantes bem sucedidos com propriedades rurais. A região que mais se destacou neste quesito foi a zona Araraquarense; era a região que mais tinha fazendas em propriedade de italianos no estado de São Paulo.

Nos anos que se seguiram o aumento das propriedades rurais em mãos de imigrantes cresceu consideravelmente. A taxa de crescimento, por exemplo, entre os grupos de origem italiana, portuguesa e espanhola, eram superiores a 100 por cento, segundo dados de Holloway (1984, p. 229).

E foi nas fazendas, graças à participação dos imigrantes, que o processo de transformação teve grande impulso. Segundo Dean (1977, p. 154-155) a modificação do sistema de trabalho nas fazendas ocasionou uma diversificação na econo-



mia do Estado. A demanda de consumidores aumentava, e uma maior variedade de produtos se fazia necessária, as importações já não davam conta de sustentar esse crescente mercado; é neste ponto que muitos “[...] imigrantes abandonaram o trabalho agrícola e se dedicaram a ofícios. Pequenas indústrias se multiplicaram no interior de São Paulo [...]”. O autor (DEAN, ano, p.155) destaca como exemplo a cidade de Rio Claro, que se industrializou notavelmente, contribuindo entre outros fatores o favorecimento que sua posição ferroviária lhe conferia.

Voltando nossa atenção para o meio urbano, a inserção do imigrante como importante agente no desenvolvimento econômico encontra ainda mais subsídios que merecem nossa atenção. Dean (1971, p. 58) fornece uma interessante visão sobre a inserção do imigrante como comerciante no meio urbano: “[...] A razão mais óbvia da preponderância de imigrantes no comércio, muito embora explique a propensão deles para a manufatura, é a ausência quase completa de um quadro de paulistas nativos com um estilo urbano de vida [...]”.

Outros fatores que contribuíram para a inserção ainda maior de imigrantes como futuros homens de negócios foram as redes de relacionamento entre eles. Assim, aqueles que já estavam inseridos como homens bem sucedidos: “[...] os empresários tendiam a contratar ou ajudar pessoas oriundas de seus próprios países ou até vindos das mesmas cidades da Europa [...]” (DEAN, 1971, p. 61). As companhias europeias também viam nos imigrantes importantes instrumentos para o desenvolvimento das suas firmas. Desse modo, uma rede de confiança parecia legitimar esse apoio que conferiam a eles, sendo que “[...] alguns treinados pelas próprias companhias, passaram a vendedores ou técnicos, outros tinham tido contatos comerciais ou sociais anteriores. Considerações políticas, quando não sentimentos nacionalistas, aconselhavam o emprego de compatriotas [...]” (1971 p. 64-65).

Mesmo o caso de um dos maiores imigrantes-empresários, o do futuro Conde Francisco Matarazzo, contou com a ajuda de outros imigrantes em seu início em Sorocaba. Matarazzo constituiu uma das maiores fortunas de sua época; para cá trouxe além da família, conhecimento e certo pecúlio (dinheiro) e, “[...] amparado por outros comerciantes italianos, abriu pequena casa de comércio [...] os negociantes seus amigos lhe forneciam capital e ele principiou a derreter banha [...]” (DEAN, 1971, p. 69). No final do século XIX, o grande empreendedor mudou-se para a capital e lá seus negócios expandiram-se, tornando-o, como já frisamos um dos empresários mais bem sucedidos de sua época.

Existiam ainda casos de imigrantes que contavam não apenas com a rede de relações com seus conterrâneos. Alguns como é o caso de Alexandre Siciliano, Italiano que chegou a São Paulo em 1869, e que mais tarde veio a residir e iniciar empreendimentos em Piracicaba. Além das relações com outros imigrantes, Siciliano também contou com ascendência sobre fazendeiros da região, fruto de sua união com uma filha de um importante e rico fazendeiro. Em companhia de um irmão e de outro sócio produziu uma máquina de beneficiar café, o projeto deu certo e a empresa prosperou, mudou-se, então, para a capital e participou de muitos outros empreendimentos rentáveis na capital e em Jundiaí (DEAN, 1971, p. 83).

Se por um lado, possuir uma rede de relações e, algum capital ajudava em muito no sucesso dos imigrantes, que vieram a se constituir em empresários; vale destacar que possuir algum capital não era uma condição essencial para que o



imigrante viesse a se tornar um empresário, um homem de negócios. Tal fato pode ser mais claramente percebido quando tomamos os exemplos descritos por Barbosa (2006), em seu trabalho sobre a constituição do empresariado fabril da indústria calçadista da cidade de Franca no interior paulista.

Segundo o autor (BARBOSA, 2006, p.92), das 65 empresas registradas na cidade entre os anos de 1900 a 1945, mais da metade (36 delas, ou 55%) eram de empresários imigrantes de origem italiana. Ao citar nomes de imigrantes ligados a essas indústrias (como Pedro Spessoto, João Palermo, Salvador Mazzota, entre outros), o pesquisador faz uma interessante observação: “[...] estes e os de procedência espanhola, segunda comunidade estrangeira mais importante, eram todos homens de origem modesta [...]” (2006, p. 92). A procedência humilde desses homens não atrapalhou sua inserção na nascente indústria de Franca. Na verdade, o fator decisivo para o seu sucesso foram os conhecimentos adquiridos para a instalação de pequenas oficinas e comércios, que como bem citou Dean (1971), não eram características do incipiente espaço urbano paulista.

A produção manufatureira possibilitou, segundo Barbosa (2006, p. 105), a sobrevivência do saber e da habilidade como elementos importantes para a produção; o que, segundo ele, barateou o início do processo de industrialização em Franca. O que de fato possibilitou um maior acesso de imigrantes-empresários de origem humilde: “[...] nesse sentido, entendemos que o ofício, a habilidade manual, possa ser interpretado como uma porta de acesso ao ‘mundo empresarial’ e que a capacidade criativa constitua um aspecto relevante a explicar o êxito de empresários do setor [...]”.

A região de Araraquara/São Carlos também contou com a participação de imigrantes como empresários e donos de propriedades. Truzzi (2010, p. 118), ao fazer uma análise sobre o desenvolvimento das indústrias nessa região, sinaliza que o início das atividades industriais ainda estava ligado aos cafeicultores; por isso, voltadas para a produção cafeeira, como é o caso da indústria de beneficiamento de café. No entanto, mesmo este segmento, aos poucos, foi sendo explorado pelos imigrantes, como bem exemplifica o autor, citando um caso na cidade de São Carlos: “[...] em 1915, o maior estabelecimento comercial do gênero era o Engenho Victoria, de propriedade de Alexandre Masci, imigrante italiano [...]”.

Quando investiga a participação dos imigrantes no desenvolvimento da indústria em São Carlos, Truzzi (2010, p. 120) destaca que esse grupo ocupa posição de protagonista em qualquer ofício. Contudo, sobressai-se em dois tipos particulares de subindústrias: a de artigos de consumo popular e a fornecedora de produtos agrícolas, mesmo com a resistência de alguns. Essa indústria de “fundo de quintal”, tinha “[...] certo mercado garantido por saber tanto se aproveitar da disponibilidade de certas matérias-primas locais [...] quanto selecionar para a manufatura artigos cuja relação peso ou volume tornam-se desvantajosa a importação [...]”.

Com o passar dos anos, surgiram novos setores, que foram sendo ocupados por imigrantes-empresários. Alguns já de maior expressão econômica, como é o caso da Serraria Santa Rosa, fundada por um imigrante português que, no ano de 1915, talvez fosse o maior estabelecimento industrial de São Carlos. Fato que pode ser comprovado pela serraria fornecer madeiras para a cidade, fazendas e também para as companhias ferroviárias. Além disso, a mesma contava com “[...] 400 juntas bois empregadas na tarefa de puxar madeira do mato em dire-



ção a algum ramal ferroviário. Para tal dispunha de 100 peões que trabalhavam nos campos com as juntas e outros 60 operários internos na própria serraria [...]” (TRUZZI, 2000, p. 121). Outras fábricas que possuíam volume representativo em São Carlos, no início do século XX, foram: as Indústrias Giometti, responsáveis pela fabricação de peneiras, rastelos, arames e pregos; e as indústrias Facchina, que produziam adubos orgânicos, ambas as fábricas pertenciam a imigrantes de origem italiana.

Rio Claro e Araraquara também possuem muitos casos de imigrantes que se destacaram como homens de negócios. Vale ressaltar, no entanto, que no caso de Rio Claro, a cidade tinha uma situação privilegiada por ser um ponto de cruzamento entre as Companhias Paulista e a Linha de Rio Claro (de bitola estreita). No início do século XX, a cidade contava com “[...] oficinas de construção de carruagem, selarias, serrarias, olarias, fornos de cal, uma fábrica de sapatos, tipografias, oficinas mecânicas. Estabelecimentos menores fabricavam massa, sabão, vinagre, colchões, chapéus de palha, charutos, foguetes e gelo [...]” (DEAN, 1977, p. 155). Mais da metade desses estabelecimentos pertenciam a imigrantes.

Caso interessante de um imigrante que se tornou importante empreendedor na cidade de Rio Claro é o de Luiz Piccoli. Segundo Dean (1977, p.180), Piccoli chegou a Rio Claro como colono, no entanto, logo se mudou para a cidade, pois considerava que o trabalho na fazenda não fornecia condições, segundo ele [Piccoli] para “se ficar rico”. Esse imigrante progrediu realmente na cidade, comerciou com café e chegou a ter sete fazendas.

Com resultado da importância dos imigrantes em Rio Claro, Dean (1977, p. 182) sinaliza: “[...] Herdeira do município foi a classe média urbana, constituída de uns poucos antigos colonos; mas, na maioria, de imigrantes que na Europa tinham vivido em cidades, e tinham chegado com uma ocupação, um capital e relações familiares [...]”.

No tocante a Araraquara, Corrêa (2008, p. 100 – 101) traz uma importante contribuição, quando investiga as famílias que, durante a segunda metade do século XIX, contribuíram de maneira efetiva para o desenvolvimento da localidade. Dentre elas vale destacar: os Borbas, descendentes de Joaquim Mariano Borba, comerciante que possuía armazém de secos e molhados em São Paulo, seu filho Cândido Mariano Borba, montou uma loja de fazendas e mais tarde tornou-se proprietário; os Soares de Arruda, que descendiam de Jesuíno Soares de Arruda, descendente de comerciantes portugueses, adquiriu fazenda em Piracicaba, montou comércio em Araraquara e São Carlos, adquirindo ainda fazenda em Furnas; por último, os Carvalhos, descendentes de Gabriel Antonio de Carvalho, natural de Lisboa, foi mascate e pequeno proprietário rural, no entanto, seu filho e neto acabam por destacar-se tanto como proprietários rurais, assim como líderes políticos da época.

O vínculo das famílias citadas com as propriedades rurais e com o comércio constituiu um processo de idas e vindas, o que já prenuncia que seu caráter empreendedor vai ao encontro da fala de Fernandes (2010), quando se refere a alguns grupos de fazendeiros e imigrantes contribuírem para o surgimento de uma Revolução Burguesa.

Corrêa (2008, p.111) chega inclusive a identificar essa característica. Para a autora existia uma parcela de investidores de pequeno capital que julgavam arris-



cado aplicar seu dinheiro em uma empresa tão incerta como a agrária, dedicando-se assim à atividade comercial: “[...] Tornou-se frequente a abertura de lojas de fazendas, de armarinhos e armazéns de duração efêmera, até que se completasse o capital necessário para a compra de uma terra [...]”. Correia (ano, p. 111) ressalta ainda que a compra da fazenda era condição necessária para a consolidação do capital e para a conquista do prestígio social.

Voltando nossa atenção para os imigrantes, na cidade de Araraquara, imigrantes de origem humilde transformaram-se em empresários de grande prestígio, como é o caso de Henrique Lupo. De origem italiana, Lupo chegou ao Brasil com os pais e inicialmente se dedicou ao ramo de relojoeiro; mas, na década de 1920, alcançou grande destaque no cenário industrial, ao iniciar de forma ainda simples, uma pequena fábrica destinada à produção de meias. Com o passar dos anos, a pequena fábrica prosperou e ainda hoje mantém de forma reconhecida suas atividades. Outros dados estatísticos mostram o quanto os imigrantes estiveram presentes em Araraquara: “[...] Numa relação de 48 pedidos de instalação de estabelecimentos industriais no período de 1910 a 1929, apenas seis eram brasileiros; 27 eram italianos e os restantes, espanhóis, turcos e poloneses [...]” (CORRÊA, 1967, p. 302).

Considerações finais

A transformação do imigrante em Homem de Negócio no Oeste Paulista norteou as análises realizadas neste texto. Por meio das características levantadas e das considerações de Fernandes (2010), a linha de raciocínio, que tratou o imigrante como empresário em potencial, ou como homem de negócios, ganhou significado. Lógico que não podemos descartar a participação dos cafeicultores dentro deste processo, eles contribuíram para o seu início, mudaram sua visão e constituíram, por assim dizer, também um espírito empreendedor, vindo a se tornar homens de negócios. Lógico que essa visão diferenciada não é uma característica que engloba um grupo muito grande tanto de cafeicultores como de imigrantes.

Vimos que o imigrante foi tratado como um agente diferenciado dentro do processo de desenvolvimento empreendedor no interior paulista. Para isso, uma série de fatores contribuem, como o fato de alguns já trazerem consigo certo pecúlio (capital), ou certo conhecimento, ou ainda uma rede de relações, enfim estes e outros fatores não são autoexcludentes. Na verdade, muitas vezes, eles trabalhavam em conjunto para aumentar as chances de sucesso do imigrante como futuro homem de negócios. Chama a atenção ainda que mesmo os mais humildes, acabaram constituindo negócios modestos, e que dependendo da localidade e do ramo, viram frutificar esses negócios.



Referências bibliográficas

Almanache álbum de São Carlos - 1894, 1905, 1915, 1916/1917, 1927 e 1928.

BARBOSA, Aguinaldo de Sousa. **Empresariado Fabril e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Editora Hucitec. 2006.

BRANDÃO, I. de L.; TELAROLLI, R. **Adio Bel Campanile – A Saga dos Lupos**. São Paulo, Global Editora. 1998.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2ª edição, São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo, Difel, 1969.

_____, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo, Difusão européia do livro, 1972.

CORRÊA, A.M.M. **História social de Araraquara 1817 a 1930**. São Paulo, FFLCR, Universidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). 1967.

_____, A.M.M. Araraquara – 1720 – 1930: **Um capítulo da história do café em São Paulo**. São Paulo, Cultura acadêmica. 2008.

DEAN, Warren. **A industrialização de São Paulo**, São Paulo, Difel, 1971.

_____, Warren. **Rio Claro: um sistema de grande lavoura 1820 – 1920**. Trad. de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil – ensaio de interpretação sociologia**. 5ª edição, 4ª reimpressão, São Paulo, Editora Globo, 2010.

HOLLOWAY, T.. **Imigrantes para o café**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo: O empresário e a empresa**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1974.

_____, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas. 1978.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

SALLUM JUNIOR, Basílio. **Capitalismo e cafeicultura – Oeste-Paulista: 1888 –**



1930. São Paulo, Livraria Duas Cidades. 1982.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Café e Indústria São Carlos: 1850 – 1950.** São Carlos: Editora da UFSCar, 2000.

Recebido: 13 abril, 2017.

Aceito: 29 abril, 2017.



Racialização no Processo Imigratório Brasileiro: as Transformações na Legislação e o Papel Do Estado¹

Racialization in the Brazilian immigration process: the changes in the law and the state's role

Patrícia Bosenbecker²

Resumo

A análise da influência e controle do Estado brasileiro no processo imigratório, bem como a seletividade presente nas políticas imigratórias nacionais, são circunstâncias que podem nos auxiliar na compreensão do fenômeno migratório, que respeita as conjunturas de cada momento, sofrendo alterações e transformações ao longo do tempo. Para tanto, é preciso avaliar como o imigrante é definido no escopo da Nação. Entre os conceitos que podem auxiliar nessa análise, está a noção de racialização produzida por Robert Miles (2002). A partir dessa perspectiva desenvolvemos uma discussão sobre a percepção do imigrante na legislação brasileira, desde as primeiras leis sobre o tema, ainda no início do período imperial, até a consolidação das legislações nacionais do Estado Novo.

Palavras-chave: Racialização, imigração, legislação, Estado, sociologia histórica.

Abstract

The analysis of the influence and control of the Brazilian State in the immigration process, as well as the selectivity present in the national immigration policies, are circumstances that can help us to understand the migratory phenomenon, which respects the conjunctures of each moment, with changes and transformations throughout the time. Therefore, it is necessary to evaluate how the immigrant is defined in the scope of the nation. Among the concepts that can assist in this analysis is the notion of racialization produced by Robert Miles (2002). In this perspective we developed a discussion on the perception of immigrants by Brazilian law, since the first laws on the subject, at the beginning of the Brazilian Empire, until the consolidation of the national *Estado Novo* laws.

Keywords: Racialization, immigration, legislation, State, historical sociology.

1 Este artigo foi produzido para a disciplina de *Povos: teorias da etnicidade, raça e nação*, ministrada pelo Prof. Dr. Karl Martin Monsma, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFRGS.

2 Doutora em Sociologia/UFRGS. Mestre em História/UFRGS.



A imigração é um tema de ampla complexidade, que instiga pesquisadores sociais ao redor do mundo não apenas a investigar o deslocamento de pessoas em busca de melhores condições ou oportunidades de vida, uma vez que em perspectiva global abarca transformações e mudanças nas sociedades de origem e destino de grandes e pequenas nações, seja em âmbitos sociais, culturais ou políticos. No âmbito das novas migrações internacionais é de extrema importância a elaboração de políticas públicas que perpassem as conjunturas de interculturalidade (cf. JARDIM, 2007), enfrentando as complexidades produzidas pelas condições vivenciadas por refugiados ou pelas novas configurações produzidas pela transmigração.

Historicamente, é possível analisar a influência e controle do Estado brasileiro no processo migratório, bem como a seletividade presente nas políticas migratórias nacionais. Tais circunstâncias podem auxiliar na compreensão do fenômeno migratório, que respeita as conjunturas de cada momento, além de sofrer alterações e transformações ao longo do tempo, incluindo mudanças sensíveis nas políticas migratórias de cada nação. Para tanto, é preciso analisar as variações que o imigrante sofre ao longo do tempo, isto é, como o imigrante é definido no escopo da Nação. Entre os conceitos que podem auxiliar nessa análise, está a noção de racialização produzida por Robert Miles (2002, p. 75), que emprega “o conceito de racialização para referir àquelas instâncias, onde relações sociais entre pessoas têm sido estruturadas pela significação das características humanas biológicas de tal forma como definir e construir diferenciadas coletividades sociais”.

Assim, o objetivo deste artigo é avaliar o processo de racialização no processo migratório brasileiro, através do papel e atuação do Estado, especialmente a partir da legislação referente à imigração, produzida no período de pós-independência nacional até a Segunda Guerra Mundial, marco global de transformação para o processo migratório de maneira geral, além de mudanças nas formas de interação dos Estados entre si e perante a imigração em geral. Nossa análise empírica versará sobre as leis brasileiras, partindo das primeiras leis do Império brasileiro até o conjunto de leis promulgadas pelo Estado Novo, especialmente entre 1938 e 1939, que, como veremos, redefiniram a imigração idealmente aceita e a atuação do governo brasileiro frente ao processo migratório.

Raça e racialização no pensamento europeu

Michel Banton trabalha a ideia de raça e a racialização da Europa, do ocidente e do mundo, através da concepção racial imbuída no pensamento europeu. Em seu texto mais importante, Banton mostra as transformações que tal processo sofreu na Europa, ressaltando que o termo “raça” primeiramente foi associado à linhagem, mudando seu significado por volta de 1800, o que significa que as diferenças acompanharam as circunstâncias históricas, pois, “no século XIX, o termo ‘raça’ veio a significar uma qualidade física inerente. Os outros povos passavam a ser vistos como biologicamente diferentes” (BANTON, 1979, p. 30). Essa aplicação do conceito de raça estava relacionada à classificação racial originada e produzida pelo colonialismo, “em um processo social, que poderia ser denominado



racialização, pelo qual se desenvolveu um modo de categorização” (BANTON, 1979, p. 30), aplicado na Europa e depois no restante do mundo.

Contrariamente, Robert Miles (1993, p. 7) mostra “reservas sobre uma explicação da natureza e origem do racismo que enfoque exclusivamente a situação colonial” e propõe uma análise voltada para as relações pré-capitalistas dentro e ao redor da Europa, sendo especialmente reproduzidas mais pelo surgimento das nações, do que pelo colonialismo. Miles, assim, refuta a ideia de raça como forma analítica, propondo como foco de estudos o racismo, para o autor:

Os Estados Nações da Comunidade Europeia não são confrontadas com um problema de raça, mas com o problema do racismo, um problema que nos obriga a mapear e explicar um caso particular de exclusão, simultaneamente nas suas especificidades e nas articulações dentro de uma multiplicidade de outras formas de exclusão. (MILES, 1993, 26)

Outro autor que avalia as transformações no pensamento europeu, embora usando abordagens e concepções relativamente distintas, detendo-se no conceito de racismo, é George Fredrikson (2002)³. O autor produz uma história do racismo, mostrando as mudanças no pensamento europeu até a ascensão do racismo moderno, que pode ser definido de maneira mais direta pelo antissemitismo dos séculos XVIII e XIX e o conceito que surgiu no século XIX, no qual estabeleceu raças como tipos humanos, classificados pelas características físicas. Contudo, o campo de estudos de Fredrikson é diversificado, pois aborda a ascensão do nazismo na Alemanha e a perseguição aos negros nos Estados Unidos, bem como explora, de modo comparativo, o controle dos dois referidos Estados nacionais na imposição de limites aos direitos civis dos judeus no primeiro país e da população negra, no segundo.

Embora os autores aqui citados apresentem divergências conceituais e investigações empíricas distintas,⁴ a discussão é fundamental para entendermos a produção teórica existente referente à ideia de raça e aos conceitos de racialização e racismo. Nesse aspecto, um dos pontos centrais envolve a teoria dos tipos raciais, que dominou o cenário político e acadêmico do século XIX, com consequências desastrosas no século XX, quando foram expostas as distinções entre classes superiores e inferiores de indivíduos, na qual a estrutura física ou biológica moldava culturalmente os povos.⁵

3 Fredrickson mostra que o racismo é mais que teorização sobre as diferenças humanas ou o pensar mal de um grupo. O racismo estabelece uma ordem racial através de uma hierarquização dos grupos. A teoria ou conceito de racismo do Fredrickson tem dois componentes: diferença e poder, e se origina de uma mentalidade que considera “eles” como diferente de “nós”, de uma maneira permanente e intransponível. Esse sentimento de diferença fornece um motivo para usar uma vantagem poderosa de tratar etno-racialmente o outro de maneira cruel ou injusta.

4 Não é interesse discutir nesse artigo as diferenças teóricas entre Miles, Banton e Fredrickson, apenas salientamos uma produção acadêmica que pode enriquecer a discussão. Para críticas e diferenças entre concepções de Miles e Banton, especialmente sobre “raça”, veja Miles (1993, p. 5 -6). Optamos por avaliar o processo migratório brasileiro, tema desse artigo, a partir do conceito estabelecido por Miles, conforme mostraremos ao longo do trabalho.

5 Para uma discussão sobre a tipologia racial e a influência física no âmbito da cultura dos povos



Banton (1979, p. 60) resume as principais características da doutrina da tipologia racial, a partir da crítica a Robert Knox, biólogo que escreveu em meados do século XIX. As características eram quatro: 1) as variações na constituição e no comportamento dos indivíduos devem ser explicadas como a expressão de diferentes tipos biológicos subjacentes de natureza permanente; 2) as diferenças entre estes tipos explicam as variações nas culturas das populações humanas; 3) a natureza distinta dos tipos explica a superioridade dos europeus em geral e dos arianos em particular; 4) explica a fricção entre as nações e os indivíduos de diferentes tipos, que têm a sua origem em caracteres inatos. Os pontos aqui mostrados por Banton, a partir de um levantamento histórico dos escritores do século XIX, revelam as características que delimitariam boa parte das relações sociais do século XIX e parte do XX.

Miles (2002) argumenta que a utilização da ideia de “raça” é central, embora não seja a única a contemplar o processo de racialização. Tal utilização perpassa a classificação em raças, que remonta ao pensamento europeu como vimos, bem como sua reprodução, e, conseqüentemente, as formas pelas quais as relações entre raças são pensadas e determinadas por supostas características inerentes. Para Miles (2002, p. 75), “racialização é um processo dialético de significado. Atribuindo uma característica biológica real ou alegada com significação para definir o outro necessariamente implica definir a si mesmo pelo mesmo critério.” Por isso, é importante frisar que a racialização dos grupos “implica a racialização do processo no qual eles participam e as estruturas e instituições que resultam” (MILES, 1993, p. 76).

Racialização e imigração

Nos estudos migratórios, uma das principais questões envolvidas é entender porque e de que maneira o processo de deslocamento de pessoas é ou pode ser racializado (MILES, 1993, p. 140). Uma das preocupações, como mostra o autor, é encontrar as raças, ou nacionalidades, mais adequadas, para não só prover força de trabalho, mas também contribuir com uma espécie de “sangue vigoroso” na transformação de *bons nationaux*.⁶ O conceito de imigrante que cada país possui é importante para o entendimento do processo migratório. Da mesma forma, cada nação define o imigrante ideal, ou seja, os grupos que possuem preferência ou prioridade de inserção no país. Miles (1993) lembra que, historicamente, a migração foi geralmente conceituada por noções raciais, quando não racistas, enraizadas no pensamento social e político do século XIX.

A hierarquia de “raças”, presente nas concepções políticas do processo imigratório, classificava, assim, os imigrantes como elementos desejáveis ou indesejáveis. Os indesejáveis são, no pensamento do autor, os mais despossuídos e os politicamente indesejados pelos governos. Nesse sentido, o Estado providenciava

veja Banton (1979, p. 43 e seguintes).

6 A referência que Miles faz é para “bons bretões” (1993, p. 140), uma vez que avalia a imigração destinada à Grã-Bretanha. Transformamos aqui o termo, que no Brasil, poderia ser associado a outras positavações, como “bom colono”, imigrante morigerado, entre outros.



as classificações, geralmente, a partir de atos e decretos, nos quais, classificava a imigração expondo os critérios de “indesejabilidade” (MILES, 1993, p. 144), que, em um primeiro momento, envolvem, em geral, loucura, idiotia ou registros criminais.

Em seu livro *Racism after ‘race relations’*, Miles (1993) trabalha a imigração direcionada para a Grã-Bretanha. Nessa análise, o imigrante é conceituado como sendo uma pessoa de cor, um indivíduo colonizado, mas que, legalmente ou juridicamente, é um súdito britânico, isto é, possui direitos civis reconhecidos como cidadão britânico, mesmo sendo classificado como originário de uma classe inferior. Eram condições atribuídas especialmente a imigrantes caribenhos e indianos, que chegaram ao país após a Segunda Guerra Mundial. O estudo de Miles mostra que esses não eram os primeiros imigrantes de cor a chegar ao país e que outros grupos imigrantes, originados de países do próprio continente europeu, produziam um vasto campo de discussões entre as autoridades. A principal referência são os imigrantes irlandeses, numericamente superiores, além de judeus poloneses russos e imigrantes alemães, ou seja, imigrantes brancos, que deram origem a uma série de atos, restrições ou privilégios imigratórios. Todos estes imigrantes foram racializados no processo migratório britânico,⁷ no qual parte das comunidades imigrantes era tratada como um problema.

Assim, o Ato Imigrante de 1905, na Grã-Bretanha, contribuiu para consolidar a noção de estrangeiros indesejados. O mesmo ato definiu um imigrante como “um estrangeiro viajando em um navio como um ‘passageiro de terceira classe’, uma categoria que foi distinguida de uma ‘cabine de passageiros’.” (MILES, 1993, p. 144). Desta forma, o controle da imigração, delineada no ato, recaiu sobre a parcela mais pobre dos imigrantes, uma vez que a viagem na terceira classe era a mais barata, excluindo do referido controle do Estado, os imigrantes que tinham melhores condições econômicas, ou seja, o mecanismo de controle operou pela exclusão de estrangeiros que não tivessem renda ou condições financeiras de se manter. Portanto, o fator mais sensível de controle, que marcou os critérios de desejabilidade/indesejabilidade naquele momento foi econômico (MILES, 1993, p. 146-147).⁸

As leis e os atos de controle, as definições e restrições do processo migratório, não apresentaram necessariamente conteúdos racistas, entendidos como teorias de superioridade/inferioridade biologicamente definidas. Por vezes, encobriram nomações, não estabelecendo grupos como raças, por exemplo. Contudo, Miles adverte que os contextos políticos que originam a legislação, quase sempre embebidos de ideologias e discussões que remetem às classificações racializadas, mostram que a formulação das leis e regulamentações se constitui a partir de visões racistas originadas nas relações sociais.

7 Especialmente o capítulo 5, que trata da história da imigração e do racismo britânico (MILES, 1993, p. 128-149).

8 Miles, como marxista, acredita que o mecanismo primário da inclusão e exclusão foi colocado na estrutura de classe e de relações de classe. Miles mostra que mesmo os judeus, que não eram bem aceitos no país, se apresentassem boas condições financeiras entravam livremente, sem necessidade de passar pelo controle imigratório. O autor ainda alerta para o fato de que judeus que eram cidadãos britânicos também sofriam as classificações racistas (mais detalhes desta discussão em Miles, 1993, p. 145-147).



Um exemplo singular de tais postulados são os judeus, que foram negativamente significados como raça por toda a Europa no início do século XX até o pós-guerra e, mesmo que não tivessem sido citados como imigrantes indesejados, faziam parte da grande massa de estrangeiros rejeitados na maior parte dos países, como ocorreu nos Atos de imigração britânicos que excluía os judeus, não por sua condição, mas pelo caráter econômico, já que integravam grande parte dos imigrantes pobres, refugiados e perseguidos política ou religiosamente. Assim, a dimensão racista de exclusão ficou encoberta, embora tenha sido institucionalizada.⁹

Deste modo, existe uma relação entre a imigração em massa e a legislação do país de destino, independente dos imigrantes serem classificados como desejáveis ou não, uma vez que as leis e os atos reguladores tanto podem garantir o acesso a determinados grupos quanto fechar as portas do país aos estrangeiros considerados indesejados. As legislações dependem das conjunturas sociais, econômicas e políticas envolvidas no processo migratório. Por outro lado, as classificações produzidas podem se alterar ao longo do tempo, acompanhando, portanto, as mudanças sociais e políticas de Estados Nações (MONSMA, 2013).

Na medida em que torna-se possível ao Estado através da promulgação de leis e decretos controlar, incentivar e até limitar a imigração, portanto, a questão central é a delimitação ou definição do papel do Estado neste processo de racialização. Miles afirma que o papel do Estado é crucial porque é ele que polícia as fronteiras nacionais, definindo quem é uma presença desejável ou indesejável. Particularmente, Miles se interessa pelos debates que envolvem as situações nas quais:

...agentes do estado avaliavam as fontes potenciais de imigração ou onde agentes do estado engajavam no debate sobre a introdução de restrições em imigração ou a deportação de seu território de uma população de origem imigrante. Essas são todas situações onde o estado define o que pode ser chamado de “critério de pertencimento”, ou seja, as características que são consideradas essenciais para tornar-se um membro de uma comunidade imaginada que é chamado de nação. (MILES, 1993, p. 135)¹⁰

9 Conforme Miles (1993, p. 146), “O conceito de racismo institucional teve alguma utilidade na análise dessas circunstâncias. Em uma conjuntura onde o sentimento e práticas anti-judaísmo era considerado ser vergonhoso (Holmes, 1979, 104), e ainda onde havia agitação popular para o Estado controlar a entrada de refugiados judeus estrangeiros, e onde essa categoria particular de migrantes constituiu uma proporção importante do total da migração interna, foi possível para o Estado implantar e fazer cumprir o controle para esse fim, sem identificar judeus pelo nome. Dado que a maior parte de refugiados judeus estrangeiros da Europa oriental não possuía os meios pelos quais eles podiam “decentemente sustentar a si mesmos”, uso desse critério de “indesejabilidade” podia funcionar efetivamente na prática para controlar sua entrada na Grã-Bretanha.”

10 Miles também está interessado em como esse processo ocorre nas instâncias mais informais, nas operações cotidianas que marcam desde a construção das leis até o policiamento e execução dos objetivos pretendidos.



Migração e a legislação brasileira em perspectiva histórica

A questão que colocamos é utilizar tais concepções para avaliar o caso brasileiro. Nossa primeira tarefa é avaliar historicamente a construção e desenvolvimento do processo migratório dirigido pelo Estado brasileiro e transportado para a legislação nacional. Nessa perspectiva, optamos por avaliar na legislação os aspectos que delimitaram os imigrantes desejáveis ou indesejáveis. Avaliamos o período que vai da independência, ou mais precisamente, da constituição de 1824 até as leis de nacionalização do Estado Novo (1937-1945), especialmente nos anos de 1938 e 1939.

Conforme Giralda Seyferth, os imigrantes chegados ao Brasil ainda no século XIX eram considerados estrangeiros ou alienígenas, “categorias que, indistintamente, remetem a indivíduos que não nasceram no país (mesmo quando naturalizados) e aos descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis com o pertencimento à nação” (SEYFERTH, 1999, p. 199). Os descendentes de imigrantes, já nascidos no Brasil, são brasileiros de nacionalidade e cidadania, contudo, problemas oriundos da baixa inserção destes na sociedade nacional levaram a acirradas discussões sobre o pertencimento nacional, ou, ainda, a própria formação da nação, e foram capazes de mudar os cursos do incentivo destinado a alguns grupos de estrangeiros, como ocorreu com os alemães, no início do período republicano.

Ao longo do século XIX até meados do século XX, o imigrante ideal para o Brasil foi definido como sendo o agricultor branco, de origem europeia, e que migra acompanhado de sua família, por vezes extensa e numerosa. Tal classificação, portanto, visava os possíveis imigrantes europeus, que além de serem diferenciados “racialmente” eram classificados pelo potencial enquanto camponeses. Tais classificações tornam-se qualidades positivas de imigrantes e descendentes, majoritariamente assentados em lotes agrícolas. Assim, surgem nas colônias qualificações como “bons colonos”, “bons agricultores”, “morigerados”, “sóbrios” (SEYFERTH, 2002, p. 119 e seguintes). Esse é um dos principais motivos para que a política imigratória brasileira estivesse alicerçada, basicamente, mas não exclusivamente, na regulamentação referente à propriedade de terras no país.¹¹

Esta classificação ganharia novos contornos ao longo do processo migratório, com o incremento de algumas questões raciais, que envolviam as discussões sobre as melhores raças para formar o cidadão brasileiro. Além de imigrantes que pudessem ser melhor assimilados no cenário nacional. Em todo o período aqui tratado, existia a ideia vigente de que a imigração era essencial para o desenvolvimento do país. Embora o Estado brasileiro fosse responsável direto pelo processo migratório, tornando-se o principal agenciador de imigrantes, mas as questões relativas à igualdade de direitos civis e de religião foram pensadas apenas tardiamente.

Como pode ser acompanhado pelo Quadro 1, a seguir, as diferenças entre a legislação dos vários períodos políticos são latentes. As contradições marcam oposições do pensamento político brasileiro, ao longo do tempo, envolvendo, prin-

11 Embora as regulamentações nem sempre culminassem em regularizações fundiárias ou evitassem problemas agrários pelo interior do país. Sobre alguns aspectos da colonização envolvendo a questão agrária, veja Neumann; Tedesco (2013).



principalmente, a formação do Estado nacional. No período imperial, foi regulamentada uma imigração que definiu o imigrante como aquele estrangeiro que deveria ser assentado na terra, em locais bem determinados e delimitados, em um processo chamado de povoamento estratégico, ou, dito de outro modo, quase sem a presença de brasileiros e em regiões afastadas. Por outro lado, eram preferidos elementos de origem nórdica ou germânica, que, com pouca ajuda do Estado nacional (sem escolas, atendimento pastoral ou administrativo), tomavam seus próprios rumos, em colônias bem distantes da Corte.

No período varguista (1930-1945), tal conjuntura seria um símbolo do perigo que ameaçava a soberania nacional e a construção da nação. Comunidades isoladas, com “cidadãos” que mal conheciam o idioma nacional, tornaram-se ameaças por representar a possibilidade de separatismo, transformando-se, então, no período entre guerras, em um problema nacional. São os chamados quistos raciais ou étnicos não assimiláveis, notadamente alemães no sul,¹² que representam o principal alvo do Estado Novo. As leis desse período eram claramente mais seletivas e restritivas do que àquelas decretadas em outros momentos, somando-se um efetivo controle policial, ou policialesco, do processo migratório em si e da instalação mais vigiada de imigrantes e descendentes.

Quadro 1 - Imigrantes desejáveis/indesejáveis na legislação brasileira

Legislação	Imigrantes desejáveis	Imigrantes indesejáveis	Condições e incentivos
Decreto nº 2168, de 1858	Imigrantes saudáveis e jovens.	Proibia entrada de loucos, idiotas, surdos, mudos, cegos e entevados, sem acompanhamento de parentes (art. 6º).	Os passageiros de um navio de emigrantes deveriam ter acomodações adequadas, com leitos, seriam separados por sexos, sendo que casais dividiriam um camarote. Alimentação de boa qualidade, acesso à enfermaria, e limpeza adequada, com latrinas suficientes.
Decreto n. 528, de 1890	Considerou livre a entrada de indivíduo válidos e aptos para o trabalho, que não estavam sujeitos a algum tipo de ação criminal no país de origem	Os indígenas da Ásia e da África, que só seriam permitidos por autorização do Congresso Nacional. Autorizava agentes diplomáticos e consulares a fazer o possível para evitar a vinda de tais grupos, bem como delegava a polícia portuária a tarefa de impedir a entrada de tais pessoas, assim como também de mendigos e indigentes. Já deficientes físicos ou enfermos teriam passagem paga somente se trouxessem duas “pessoas válidas”.	Proprietários agrícolas ou outros interessados poderiam apresentar na Inspeção Geral de Terras e Colonização um pedido para receberem imigrantes. O governo também subsidiava passagem para agricultores ou homens solteiros entre 18 e 50 anos, operários mecânicos ou industriais. Os imigrantes que fossem assentados em lotes agrícolas receberiam título provisório, bem como outras garantias.

12 Seyferth (2002) faz uma análise do debate entre imigrantistas e agentes do Estado, ao longo destes períodos, marcando essencialmente o papel e agência dos imigrantes alemães estabelecidos no Brasil. Por motivos de nicho de pesquisa, também nos interessamos mais especialmente por este grupo imigrante.



<p>Decreto nº 6.455, de 1907</p>	<p>Estrangeiros menores de 60 anos, e suas famílias, que não tivessem doenças contagiosas, nem exercessem profissões ilícitas, nem fossem criminosos, dementes, vagabundos, ou inválidos, que chegassem na terceira classe, á custa dos governo ou de empresas.</p>	<p>Maiores de 60 anos apenas acompanhando suas famílias com pessoas válidas.</p>	<p>A introdução de imigrantes era realizada com a fixação do indivíduo em lotes de núcleos coloniais, sendo tais migrantes agricultores acompanhados da família (art. 92), ou de imigrantes aptos para trabalhar em obras públicas, vias férreas ou afins (art. 94). O Estado acolhia os imigrantes espontâneos que chegassem ao país, com passagem de 2º ou 3º classe, que vinham por conta própria (art. 95). Plena liberdade de trabalho, que não fosse prejudicial à nação, liberdade religiosa e o gozo dos direitos cívicos; garantindo ainda proteção e auxílio no seu assentamento Os imigrantes ficariam livres de direitos de importação sobre as bagagens e instrumentos usados no trabalho.</p>
<p>Decreto nº 9.081, de 1911</p>	<p>Agricultores acompanhados por suas famílias.</p>	<p>Pelo art. 257, os imigrantes que não fossem agricultores, não teriam direito aos auxílios oferecidos aos imigrantes instalados nos núcleos coloniais.</p>	<p>No art. 5º, declarava-se que enquanto a entrada de imigrantes espontâneos no país não fosse suficiente, a União iria contribuir com valores de passagens, agasalhos, alimentação e tratamento de saúde na chegada dos imigrantes, além de transporte, isenção de impostos. Também acentuava a introdução de técnicos e especialistas na área agrícola, como veterinários e agrônomos. No art. 74, concedia um lote de terra com título provisório, recebendo o definitivo (no próprio idioma do imigrante) se conseguisse desenvolver o lote em um ano, para o estrangeiro que casasse com uma brasileira e para um nacional que casasse com uma estrangeira.</p>



Decreto nº 4247, de 1921	Não apresenta muitas diferenças com relação ao decreto anterior.	Impediu a entrada de aleijados, cegos, loucos, doentes incuráveis, prostitutas, e velhos. Além disso, firmava alguns quesitos que poderiam levar a expulsão de estrangeiros, como cometer algum crime.	
Decreto-Lei nº 406, de 1938	Os estrangeiros eram divididos em imigrantes permanentes ou temporários (turistas ou representantes de firmas). Foi estabelecida uma <i>Quota de entrada</i> ¹³ , que delimitava que o número de estrangeiros de uma determinada nacionalidade admitidos permanentemente no país (não poderia exceder 2% do número de imigrantes de tal origem entrados no Brasil, entre 1884 e 1933. E, desse percentual, 80% seriam de agricultores ou técnicos agrícolas).	Proibiu a entrada de aleijados, inválidos, cegos, surdos-mudos, ou doentes com moléstias contagiosas graves, com problemas mentais e alcoólatras. Não eram permitidos menores de 18 anos e maiores de 60 anos que estivessem sozinhos. Indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres, também eram vetados, assim como pessoas de conduta nociva a ordem e segurança nacional. Ou ainda, pessoas de costumes imorais, ou ligados à prostituição. Outro requisito importante, era a necessidade de provar exercer uma profissão ou possuir bens suficientes para se manter. Pelo art. 2, o governo reservava o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, através de pareceres do Conselho de Imigração e Colonização. Pelo art. 6º, letra b, cabia à autoridade consular, que soubesse fatos ou motivos, considerar o estrangeiro indesejável.	Nenhuma colônia poderia ser constituída de uma só nacionalidade, destinava-se 30% dos lotes agrícolas para brasileiros. Ficavam proibidas a presença de professores de origem estrangeira nas escolas, e o uso de nomenclatura para associações, comércio e outros negócios em língua estrangeira. Estabelecia-se que todas as aulas nas escolas rurais deveriam ser realizadas em Português, e não seria ensinada língua estrangeira para menores de 14 anos, obrigatoriedade do ensino de história e geografia brasileira, bem como a exigência de livros na língua oficial. Para adultos também haveria ensino de noções sobre as instituições políticas. Pelos arts. 86 e 87, as publicações em língua estrangeiras, como jornais, revistas, folhetos, livros, etc, ficavam a cargo do Conselho de Imigração e ou do Ministério da Justiça. O agricultor que exercesse atividade estranha a categoria seria expulso.

Fonte: Decreto nº 2168, de 1 mai. 1858. Regulamenta o transporte de imigrantes. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=61972&norma=77853>>. Acesso em 05 jan. 2014. Com algumas alterações promovidas pelo Decreto nº. 3.254, de 20 abr. 1864. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75373&norma=102182>>. Acesso em 07 jan. 2014. Decreto n. 528, de 28 jun. 1890. Regularizava a introdução e localização dos imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=528&tipo_

13 A aplicação das quotas começou com a nova constituição de 1934, diminuindo sensivelmente a imigração (cf. números em Mendes, 2010, p. 239). Embora o governo se reservasse o direito de preencher as quotas das nacionalidades que não alcançavam os números determinados pela lei, com os imigrantes que considerava particularmente aceitáveis.



norma=DEC&data=18900628&link=s>. Acesso em: 07 jan. 2014. Decreto nº 6.455, de 19 abr. 1907. Aprovou as bases regulamentares para o serviço de povoamento do solo nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-6455-19-abril-1907-502417-publicacaooriginal1-pe.html>>. Acesso em 07 jan. 2014. Decreto nº 9.081, de 3 nov. 1911. Dava novo regulamento ao serviço de povoamento. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9081-3-novembro-1911-523578-republicacao-102836-pe.html>>. Acesso em 07 jan. 2014. Decreto nº 4247, de 6 jan. 1921. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>>. Acesso em 07 jan. 2014. Decreto-Lei nº 406, de 4 mai. 1938. Dispondo sobre a entrada e o estabelecimento de estrangeiros. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 07 jan. 2014. O art. 73 tratava da criação do Conselho de Imigração e Colonização, constituído por 7 membros, responsável pela definição das quotas de admissão de estrangeiros, além de arbitrar sobre as demandas por imigrantes. A lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3010, de 20 ago. 1938, disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08 jan. 2014.

A primeira observação pode ser realizada a partir do regulamento de transporte de imigrantes, de 1858, que evidencia distinção que se procurava efetuar entre a imigração branca, quase toda de origem europeia, e a dos antigos navios negreiros, que transportavam escravos em condições degradantes. Apesar de não especificar, nem de maneira genérica, as características destes imigrantes, o texto procura mostrar que o processo migratório era organizado no sentido de proporcionar as oportunidades de vida dignas para a população estrangeira, como mostra a descrição das enfermarias e os cuidados com roupas de cama, banhos de sol, bagagens, etc...

Apenas com o regulamento de entrada de estrangeiros de 1907, fica exposto de forma categórica a evidente liberdade de trabalho, culto, bem como os direitos civis assegurados. O decreto nº 4247/1921, foi, provavelmente, inspirado no *Immigration Act*, editado nos Estados Unidos pouco antes, em 1917 (MENDES, 2010, p. 199), embora com inúmeras semelhanças comparativamente as leis brasileiras anteriores. Nesta época, várias ações estabeleceram políticas específicas para atrair imigrantes. Uma delas foi direcionada aos imigrantes portugueses, favorecendo a entrada e estabelecimento deste grupo, que apresenta como principal característica a espontaneidade da imigração e o estabelecimento em áreas urbanas, notadamente no Rio de Janeiro. Um exemplo pode ser a Convenção sobre Imigração e Trabalho (CASTRO; SARMENTO, 2006), entre o governo brasileiro e português, que determinou a extensão aos imigrantes de benefícios trabalhistas e previdenciários oferecidos aos brasileiros, direitos, no entanto, pouco estruturados na legislação do início dos anos de 1920 (MENDES, 2010, p. 200).¹⁴

Como mostrou Seyferth (2002, p. 126), “A legislação, de certa forma, também possui suas ambiguidades: nas leis maiores raramente existem referências raciais,

14 Outros dois tratados, da mesma época, foram o Tratado Regulando a Isenção do Serviço Militar e o de Dupla Nacionalidade, que “dispensava os brasileiros filhos de pai português de prestar serviço militar no Brasil, desde que servissem nas Forças Armadas de Portugal. Nesses casos, não haveria sanção para os jovens, que manteriam o exercício pleno dos direitos políticos, como cidadãos brasileiros.” (MENDES, 2010, p. 196) Contudo, um acordo com a Grã Bretanha, no mesmo ano, garantiu aos filhos dos britânicos a dispensa do serviço militar.



mas elas estão subsumidas no substantivo imigração, cujo significado genérico remete a europeu”. Decretos como o 528/1890 e o 406/1938 podem ajudar a mostrar algumas dessas ambiguidades. Em 1890, foi explicitada na lei, talvez pela primeira vez, a proibição da entrada de indígenas da Ásia ou África, e, em 1938, o decreto dava poderes para os consulares proibirem pessoas indesejadas de migrarem, ou seja, omite no texto os estrangeiros que eram politicamente reconhecidos e “policiados” pelos agentes do Estado. Miles alerta para estas práticas da exclusão que são institucionalizadas de tal maneira que o racismo fica obscurecido (MILES, 1993, 146). Este processo não é necessariamente proposital e pode respeitar conjunturas de articulação diferenciadas.

Em praticamente todas as legislações expostas no Quadro 1 é possível observar a preocupação com a ocupação dos imigrantes, evidentemente, padronizada na agricultura e na terra como elementos centrais. Assim, a lei de terras¹⁵ torna-se fundamental para o processo imigratório brasileiro. A lei de 1850 foi uma das mais importantes regulamentações brasileiras do século XIX e possui desdobramentos diretos na imigração e colonização do país. Bastante abrangente, acabou com a concessão de sesmarias, permitiu o comércio de terras, bem como estabeleceu as condições para o próprio governo vender as chamadas terras devolutas. Interessa mais particularmente à imigração os artigos 17 e 18. O primeiro dava naturalização aos estrangeiros que comprassem terras, após 2 anos vivendo no respectivo local, embora a referida naturalização não fosse automática, devendo ser requerida pelo estrangeiro que tivesse interesse na mesma. Além disso, ficavam isentos do serviço militar; e pelo segundo artigo, o governo reservava-se o direito, a partir da renda do Estado, de empregar colonos livres em estabelecimentos agrícolas, bem como fundar colônias onde fosse de seu interesse.

A partir desta lei, regulamentada em 1854, o processo de colonização do país ficaria a cargo de órgãos ligados ou envolvidos com a questão agrária. Os primeiros incentivos eram, evidentemente, fixar imigrantes como proprietários e agricultores. Assim, os órgãos responsáveis pelo agenciamento, seleção, fiscalização e regularização dos imigrantes no país são agências da colonização, focadas no processo de concessão e legalização de terras.¹⁶ Em 1867, o governo aprovou o

15 Brasil. Lei nº 601, de 18 set. 1850. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-601-18-setembro-1850-559842-publicacaooriginal-82254-pl.html>>. Acesso em 05 jan. 2014. Regulamentação: BRASIL. Decreto nº 1318, de 30 jan. 1854, que também criou a Repartição Geral de Terras públicas. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75492&norma=102306>>. Acesso em 05 jan. 2014.

16 A regulamentação da lei de terras (Decreto n. 1318, de 30 jan. 1854) criou a Repartição Geral de Terras Públicas, que além de regularizar as terras era responsável pela promoção da colonização nacional e estrangeira. Em 1876 (Regulamento n. 6129, de 23 fev.), foi criada a Inspetoria Geral das Terras e Colonização, dividida em duas sessões: uma para registro geral de terras e uma agência oficial de colonização. Com a República, a Repartição Geral das Terras Públicas (Decreto n. 603, de 26 jul. 1890) é reorganizada, mantendo uma sessão especial de Terras e Colonização, que tinha sede na Capital Federal, cabendo aos Estados organizarem as agências de colonização. Já em 1911 (Decreto 9081, de 3 nov. 1911) foi criado o Serviço de Povoamento, que também tinha uma sede federal e demais inspetorias em cada Estado. Por fim, em 1938, foi criado o Conselho de Imigração e Colonização (Decreto-Lei n. 406, 4 mai. 1938, com regulamento no Decreto n. 3691, 6 fev. 1939). A função do Conselho era mais ampla envolvendo a proposição de cotas de imigrantes, penalidades, modificações na lei, medidas de assimilação e estudos de seleção imigratória, étnica, social, etc. Também podia proibir a migração e tratar da colonização da Amazônia.



primeiro regulamento para as colônias do Estado.¹⁷ Seus principais artigos dão conta da expulsão de alguns imigrantes que fossem considerados “colonos de maus costumes” ou ociosos, ou que fossem julgados incorrigíveis pelos administrados coloniais. Por outro lado, o art. 40 proibiu a residência de escravos nas colônias, excluindo as pessoas que morassem na colônia e tivessem escravos.

O *Conselho de Imigração e Colonização*, criado no Estado Novo, é efetivamente mais específico em suas atribuições relativas ao processo migratório. Já as antigas repartições possuíam inúmeras competências, inegavelmente próximas das questões agrárias. Por outro lado, a legislação mostra que o governo brasileiro procurava oferecer bons incentivos para imigrantes agricultores, como por exemplo, títulos das propriedades no idioma de origem do imigrante, pelo decreto de 9081/1911 (anos mais tarde, com a campanha de nacionalização, os atos são em sentido totalmente oposto, isto é, promovendo o banimento das línguas de origem) além de assistência agrícola, ferramentas e materiais, e até a naturalização de quem possuísse bens ou terras, e conseqüentemente, o direito a voto e participação política. Portanto, para o governo brasileiro, seja no período imperial ou na república, a imigração estava mais propriamente embebida na colonização, que é entendida pelo ato de fixar estrangeiros em zonas agrícolas.

É evidente que imigração era entendida como imigração europeia. O processo de colonização nacional excluía negros e mestiços, brasileiros pobres, sem terra, livres ou escravos. Tanto os envolvidos no processo de colonização, agentes do estado, imigrantistas, e estrangeiros, “desqualificam a população negra e mestiça do país, na adjetivação estigmatizante do trabalho escravo” (SEYFERTH, 2002, p. 123). Desta forma, as leis de caráter agrário, como a lei de terras, o regulamento das coloniais, entre outras, favorecem o assentamento de imigrantes brancos e dificultam o acesso à terra para trabalhadores nacionais.

A ausência de negros nas colônias é associada ao preconceito dos imigrantes, escondendo a classificação, bem como a regulamentação da imigração existente nas leis brasileiras (SEYFERTH, 2002). Por outro lado, a própria vigência da escravidão no Brasil, somada a associação que havia de colocar negros como bárbaros, e, portanto, não admissíveis no processo civilizador da migração, desqualificava a migração de africanos para o país (SEYFERTH, 2002, p. 130-135). Como lembra Banton (1979, p. 159), há um favorecimento da imigração branca no continente americano e um total descompromisso com os negros, que, apenas com muitas dificuldades, conseguiam direitos civis plenos nestes países. É preciso estar atento ao fato que, especialmente, em se tratando de legislação, o reconhecimento de direitos civis e inserção social dos negros eram absolutamente preteridos, e por vezes, estava em sentido contrário ao que era designado aos estrangeiros. O principal exemplo de tal contraponto no Brasil é, sem dúvidas, o acesso a terra, que dá base para regulamentação do Estado sobre a imigração, bem como é um dos principais motivos de incentivo do governo. Veja no Quadro 1 por exemplo, o decreto de 1911, que entre os incentivos da imigração traz a propriedade de terras

17 BRASIL. Decreto n.º 3784, de 19 de janeiro de 1867. Aprovou o regulamento para as colônias do Estado. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=58880&norma=74736>> Acesso em 05 jan. 2014. Delimitava a forma de concessão e distribuição de terras, a forma de pagamento, a maneira pela qual seriam administradas as colônias, de que forma seria gerida a receita, entre outros aspectos.



para estrangeiros que casassem com brasileiras (ou brasileiros com estrangeiras).

Como vimos, a ideia de raça pressupunha uma superioridade biológica e intelectual dos europeus, essenciais para o desenvolvimento civilizador da nação brasileira. Neste sentido, as ideias trazidas da Europa mantinham o consenso de superioridade europeia e, como consequência, de inferioridade dos povos mestiços. Contudo, no Brasil, predominou uma ideologia de mestiçagem, que se baseou no cruzamento de três raças, negros, índios e brancos. Mantendo os padrões europeus de superioridade/inferioridade biológica e cultural, estimava-se que, ao longo do tempo, os mestiços iriam desaparecer, prevalecendo as características da raça branca. Tal ideologia ficou conhecida como “tese do branqueamento racial”. Desta forma, incentivando a mestiçagem como criadora do brasileiro típico, que em pouco tempo se apresentaria de fenótipo branco, acabava concorrendo com as ideias de inferioridade mestiça (a discussão remete a SEYFERTH, 2002, p. 134). Por isso, o privilégio a imigração branca, dispersa e assimilada pelo país.

Anderson (2008, p. 99 e seguintes) ressalta que as nações do continente americano, apresentam como característica a inserção tardia de grupos indígenas e de negros escravizados, nos âmbitos sociais, políticos e jurídicos. Em tais condições, elites formadas por fazendeiros ricos, antigos burocratas (o que se agrava no caso brasileiro, já que boa parte da corte portuguesa se mantém como corte brasileira após a independência), mantiveram as classes mais baixas afastadas, sem acesso a direitos civis e políticos. Banton mostra o favorecimento da migração branca para os Estados Unidos, o que pode ser similar para boa parte da América Latina:

Qualquer sistema social oferece aos seus participantes recompensas à sua lealdade e empenhamento. Aos imigrantes brancos, a América prometia progresso material e a oportunidade de participação na construção e no governo da sociedade. Para que o sistema funcionasse, os brancos tinham de transladar a sua fidelidade para uma nova bandeira, para uma nova constituição numa nova língua e apoiar as regras. Tinha de valer a pena tudo isto porque, não sendo cidadãos originais deste país, se lhes oferecia a oportunidade de viver nos Estados Unidos, embora formando comunidades separadas, como alguns grupos religiosos que se auto-segregaram, ainda que numa escala mais vasta. Os negros não tiveram, durante muito tempo, esta oportunidade, embora houvesse algumas comunidades negras auto-segregadas. Ninguém pensou procurar a aliança dos cidadãos negros, porque eles pareciam não ter outro futuro senão a assimilação, e a assimilação estabelecida em termos de brancos. (BANTON, 1979, p. 156-157).

Nos primeiros momentos da república começam a se intensificar as discussões sobre a assimilação dos imigrantes, bem como as concessões de direitos mais amplos. O mais marcante é a naturalização de todos os estrangeiros e a concessão de direitos civis a todos os imigrantes que estavam no Brasil no ato da proclamação da república. Amparada nas discussões sobre assimilação ou não dos estrangeiros, – embora seja uma discussão que tardiamente se asseverou, levando-se em conta os cem anos que a imigração no país completaria pós-inde-



pendência nacional – uma redefinição dos grupos imigrantes como desejáveis ou não na nação seria produzida.

Nas novas conjunturas políticas advindas com a república, a procura por imigrantes de origem latina (portugueses¹⁸, espanhóis, italianos e franceses, todos imigrantes de religião católica), colocava o critério de assimilação como um dos princípios para a admissão de estrangeiros. Acreditando-se na ideia de que estes grupos poderiam mais facilmente ser “abrasileirados.” Por outro lado, era vital a colonização de partes “vazias” da nação, caso do centro-oeste e norte do país, e o governo buscou incentivar a colonização destes espaços com elementos de etnias variadas, divididos em cotas, com a presença considerável de brasileiros de várias regiões (veja o decreto-lei de 1938, no Quadro 1).

O período mais exacerbado envolvendo a assimilação dos imigrantes e descendentes é com a campanha de nacionalização de 1937, na qual, o governo passa a obrigar as escolas a ensinar em português, bem como o ensino de história e geografia brasileira. São os Estados da federação que decretam a forma de padronização do ensino escolar, especialmente, na educação primária, bem como o incentivo ao patriotismo através dos símbolos nacionais. Proibiu-se ainda o uso de línguas estrangeiras, inclusive em repartições públicas. Todas as ações do Estado Novo foram acentuadas com o ingresso do Brasil na segunda guerra e o maior cerceamento de comunidades imigrantes. Conforme Seyferth:

A partir da década de 1930 não é possível dissociar a legislação restritiva sobre imigração da campanha de nacionalização planejada para impor a assimilação, cerceando as etnicidades e suas manifestações através da intervenção direta na organização comunitária e na cultura dos grupos imigrados. (SEYFERTH, 2002, p. 140).

Os imigrantes alemães, especialmente, no sul do Brasil foram um dos grupos mais “vigiados” deste período. Com inúmeras colônias espalhadas pelo interior dos estados, os imigrantes mantinham língua, hábitos e formas de organização que se distanciavam em parte dos grupos nacionais. Primeiramente, eram preferidos os alemães, especialmente por sua imagem de “agricultor eficiente”, persistente, ordeiro, etc., mas, durante os períodos iniciais da República e com as discussões sobre a formação nacional ocorridas no Estado Novo, os alemães foram sendo relacionados ao “germanismo” ou *Deutschtum*¹⁹, com evidências de distintividade ao pertencimento nacional. O discurso racializado pode atribuir características negativos e/ou positivos. Potencialmente, populações imigrantes podem ser racializadas em tal forma que eles são avaliados como uma presença benéfica, como populações possuidoras de características que são suscetíveis de fazer uma contribuição positiva à nação. (MILES, 1993, 139) Da mesma forma, essas características podem mudar ao longo do tempo e contemplar imagens diferentes para

18 Mendes (2010, pgs 204-224) aponta três grandes ondas migratórias espontâneas de portugueses, começando antes da proclamação da república: 1888-1898, 1904-1915 e 1919-1930.

19 As discussões desenvolvidas aqui são oriundas de Seyferth: “*Deutschtum* supõe pertencimento nacional baseado no direito de sangue e, por isso, imigrantes e descendentes são *Deutsche* (alemães) no Brasil; cidadãos diferentes de um Estado que, por ser imigrantista, deve assumir caráter plural.” (SEYFERTH, 1999, p. 204).



o mesmo grupo.

Comunidades de japoneses também geraram medo e apreensão dos nacionais, exatamente quando se completava 30 anos do início de sua imigração para o Brasil. O mesmo ocorre com imigrantes italianos e poloneses que desenvolveram sua identidade étnica em meio aos nacionais, não sendo este o requisito de pertencimento nacional. Tais sentimentos de etnicidade e as distinções entre os grupos imigrantes ampliaram as ideias de assimilação para os estrangeiros, que aspiravam à endogamia e, assim, “A apregoada necessidade da sua transformação em brasileiros de fato, e não apenas por direito de solo, motivou a campanha de nacionalização...” (SEYFERTH, 1999, p. 207-208).

Para finalizar, uma das mais significativas leis promulgadas pelo governo, no intuito de incentivar a formação nacional e coibir manifestações que dessem sustentação a sentimentos estranhos à nação brasileira, foi o Decreto-Lei nº 1545, de 1939,²⁰ que dispunha sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. O intuito das autoridades do Estado Novo era “institucionalizar a nação” em descendentes de estrangeiros ou abrasileirar a população que não percebia o Brasil como o “seu país”. No entendimento do governo, a adaptação se daria pelo ensino e uso da língua nacional, história do Brasil, incorporação em associações patrióticas e “por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum”, conforme seu art. 1º. As medidas para a formação de uma consciência comum prevista na lei de 1939 nos remontam para o conceito de comunidade imaginada de Anderson (2008). Conforme o autor, era preciso que todos os membros de uma nação, mesmo sem se conhecer, tivessem “em mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Anderson, p. 32). Esta comunidade política imaginada era limitada e soberana ao mesmo tempo. De certa forma, a imposição de tais medidas estava partindo do Estado brasileiro mais de um século após a independência nacional e após a formação de uma população de caráter multicultural.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1979.

20 BRASIL. Decreto-lei 1545, de 25 ago. 1939. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08 jan. 2014. Pelo decreto, cada órgão deveria se envolver em ações que perpassavam a criação de leis, escolas, bibliotecas, atos cívicos com participação de trabalhadores, prestação de serviço militar em lugares diferentes dos quais os descendentes habitavam, fiscalização de aglomerações, entre outros. Ainda havia proibição do uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas e a criação do cargo de inspetores para fiscalizar a execução da lei.



CASTRO, Zilia Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão (eds). **Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000**. Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Coleção Biblioteca Diplomática do MNE-Série A, 2006.

FREDRICKSON, George M. **Racism: A short history**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

IOTTI, Luiza Horn. **A política imigratória brasileira e sua legislação - 1822-1914**. X Encontro Estadual de História, ANPUH-RS. Santa Maria, 26 a 30 de julho de 2010.

JARDIM, Denise Fagundes (org). **Cartografias da imigração: interculturalidade e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de Sangue**. Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945). Porto: Fronteira do Caos – CEPESE, 2010.

MILES, Robert. **Racism**. London: Routledge, 2002 [1989].

_____. **Racism after 'race relations'**. Londres: Routledge, 1993.

MONSMA, Karl. **Racialização, racismo e mudança**: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. **XXVII Simpósio Nacional de História**, ANPUH, Natal/RN, 22 a 26 de julho 2013.

NEUMANN, Rosane M.; TEDESCO, João Carlos (orgs.). **Colonos, colônias e colonizadoras**: aspectos da territorialização agrária do Sul do Brasil. Porto Alegre, Letra&Vida, 2013.

SEYFERTH, Giralda. **Colonização, imigração e a questão racial no Brasil**. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar./mai. 2002.

_____. Imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: Dulce Pandolfi (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Recebido: 11 maio, 2017.

Aceito: 14 jun., 2017.



A imagem do “outro”: uma análise das notícias televisivas sobre o tema da imigração¹

The image of the “other”: an analysis of television news about immigration

Elaine Javorski²

Resumo

O Brasil tornou-se, na última década, novamente a porta de entrada de imigrantes. É no sentido de compreender de que forma esses grupos são representados na mídia que esse artigo se apresenta. Para entender o tratamento da temática foi realizada uma análise de conteúdo de peças sobre imigração encontradas nos telejornais matutinos de âmbito nacional e regional da Rede Globo, Bom Dia Brasil e Bom Dia Paraná, entre 2014 e 2016. Orientados teoricamente pelos estudos das Representações Sociais, os resultados apontam para uma cobertura positiva da questão migratória no dois informativos, especialmente no noticiário regional, com apelo às tradições, festividades e datas comemorativas dos imigrantes.

Palavras-chave: Fluxos migratórios; Monitoramento de mídia; Telejornalismo; Representações sociais; Migrações contemporâneas.

Abstract

In the last decade, Brazil has once again become a gateway for immigrants from different nations. This article presents itself as a way of understanding how these groups are represented in the media. In order to understand the treatment of the subject a content analysis of the pieces found in the national and regional morning newscasts of Globo Network, Bom Dia Brasil and Bom Dia Paraná, between 2014 and 2016, was carried out. Theoretically oriented by the studies of the Social Representations, the results point to a positive coverage of the migratory issue in the two informative, especially in the regional news, with appeal to the traditions, festivities and commemorative dates of the immigrants.

1 Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no IJ 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

2 Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de Coimbra - Portugal. Professora-pesquisadora do Centro Universitário UniBrasil - Curitiba. Líder do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Imigração.



Keywords: Migration flows; Media monitoring; Television journalism; Social representation; Contemporary migrations.

Introdução

Atualmente existem cerca de 250 milhões de migrantes internacionais e 750 milhões de migrantes internos, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Muito deles saem de suas terras por não ter outra opção de vida. São mais de 20 milhões de refugiados, o maior número de imigração forçada desde a Segunda Guerra Mundial, conforme o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). A maioria ocorre no hemisfério sul, sendo o deslocamento mais comum para países próximos ou vizinhos. Se por um lado, há uma superlotação demográfica em alguns países, por outro, esse fluxo de pessoas ajuda a contrabalançar a baixa taxa de natalidade, por exemplo, de muitos países desenvolvidos. E são justamente os imigrantes que reativam o mercado de trabalho, dão suporte ao sistema previdenciário e auxiliam no crescimento populacional.

Ao observar esses fluxos, é possível perceber que alguns fatores podem explicar esse complexo panorama migratório, como observa Marinucci (2008). Para o autor, há alguns facilitadores que permeiam as viagens, como por exemplo, o aprimoramento e barateamento dos meios de comunicação e transporte; as agências de tráfico de pessoas e as próprias redes sociais dos migrantes que facilitam o conhecimento sobre determinadas regiões e torna o acolhimento mais fácil, como é o caso também o reagrupamento familiar. As disparidades econômicas também influenciam os deslocamentos, uma vez que os países desenvolvidos estão no lado norte do hemisfério, embora as crises econômicas modifiquem esse cenário em determinadas épocas. Também o envelhecimento populacional e a necessidade de mão-de-obra, bem como a estratégias de alguns governos dos países emissores, contribuem para a imigração. Além disso, há o caso das pessoas em busca de refúgio e vítimas de projetos de desenvolvimento.

Até então sempre receptor de migrantes, no final dos anos 80 e início dos anos 90 o Brasil passa a ser um país de emigração quando cerca de 600 mil cidadãos deixaram o país. Na atualidade, há uma nova onda migratória em curso. Dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que 286.468 imigrantes vivem no Brasil há pelo menos cinco anos e em residência fixa. O número foi 86,7% maior do que em 2000, ano da última pesquisa, quando haviam 143.644 imigrantes na mesma situação. Os principais países de origem são os Estados Unidos (51.933), Japão, (41.417) Paraguai (24.666), Portugal (21.376) e Bolívia (15.753). Já as cidades que receberam juntas mais da metade dos imigrantes foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais, seguidas de Rio de Janeiro e Goiás.

A imigração recente advém tanto de países desenvolvidos como em desenvolvimento. Segundo o Ministério da Justiça, entre os anos de 2010 e 2012, o número de pessoas que pediram refúgio no país triplicou. Com os grandes eventos esportivos (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016) e o aquecimento na área imobiliária, muitos cidadãos foram atraídos pelos empregos na construção civil.



Segundo estatísticas da Polícia Federal de março de 2015, encontram-se regularizados no Brasil 1.847.274 imigrantes, sendo 1.189.947 “permanentes”, 595.800 “temporários”, 45.404 “provisórios”, 11.230 “fronteiriços”, 4.842 “refugiados”; e 51 “asilados”.

Embora os imigrantes representem somente 0,9% da população no país, é importante observar que há áreas de concentração onde percebe-se sua presença com maior intensidade, como é o caso do Paraná e os imigrantes haitianos. No caso desses cidadãos, depois de São Paulo, é no Paraná que eles estão mais concentrados. Em 2015, dos 18,7 mil haitianos que viviam no Brasil, 4,5% moravam na capital paranaense, segundo dados da Polícia Federal. Isso significa que, assim como outros imigrantes, eles estão pelas ruas, ocupando postos de trabalho diversificados, bastante perceptíveis aos moradores da cidade mas nem sempre visíveis aos olhos da mídia, principalmente desde o ponto de vista de suas motivações e riscos sociais.

A imigração estrangeira para o Brasil nos últimos anos é bem diferente da imigração do final do século XIX e início do século XX, quando cerca de 4 milhões de imigrantes, subsidiados pelo governo brasileiro, vieram trabalhar em culturas agrícolas. Hoje, os imigrantes procuram os centros urbanos mais desenvolvidos. Outra diferença evidente entre aquele fluxo migratório e o atual é a propagação dos meios de comunicação, que servem tanto para informar os imigrantes sobre o país de destino quanto refletir suas culturas nos diversos veículos do país acolhedor. Este trabalho pretende analisar de que forma a mídia brasileira, em especial o telejornalismo, atua na compreensão das migrações contemporâneas. Para tanto, foram observados durante os anos de 2014, 2015 e 2016 os telejornais matutinos Bom Dia Brasil e Bom Dia Paraná, da Rede Globo e afiliada no Paraná, de forma a compreender como é feita a representação destes grupos migratórios. O pesquisa expõe parte dos resultados do monitoramento realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Imigração.³

Os meios de comunicação como mecanismos de representação social

O que caracteriza uma comunidade é sua identidade autoatribuída, que é construída pelos membros por meio de um sistema de significados compartilhados. A maior parte desse sistema compreende itens culturais que derivam de tradições e processos históricos de longo prazo, como definiu Durkheim quando conceituou a teoria das representações coletivas. Esses significados costumavam ser relativamente estáveis ao longo do tempo e carregam ideias centrais sobre o mundo, impondo regras sociais sobre o que é certo ou errado. Para Wagner (2012), atualmente a mídia ocupa papel bastante importante nesse processo já que estabeleceu outro sistema de significados que é muito mais dinâmico e menos resistente às mudanças culturais de uma sociedade. Este sistema é composto por representações de fatos, objetos e eventos resultantes de rápidos avanços científicos e

3 Grupo de estudos da Escola de Comunicação, Design e Arquitetura do Centro Universitário UniBrasil.



tecnológicos, mas também de mudanças econômicas, políticas e sociais.

É por fazer parte de uma comunidade discursiva que os indivíduos adquirem a possibilidade de se comunicar e, portanto, de participar da construção das representações. A mídia contribui nesse processo já que promove publicamente debates sobre temas relevantes e factuais. Caso a questão de debate mantenha uma importância duradoura, a representação pode “emancipar-se”, de forma a ser usada por vários setores da comunidade de forma hegemônica e sem a lembrança da sua origem (WAGNER, 2012). O caso das migrações enquadra-se nessa problemática de maneira bastante ilustrativa. Quando o fenômeno aparece desconectado de uma situação negativa, há uma invisibilidade na sua cobertura. Não obstante, quando da ocorrência de problemas diplomáticos que envolvam crimes, por exemplo, a mídia passa a travar uma guerra em busca da repercussão. Na sociedade, as representações se propagam (ancoragem) fazendo com que a comunidade faça parte da discussão. Depois de criadas, as adquirem uma vida própria, autonomizando-se a partir de uma dinâmica que tende a dar origem a novas representações. Assim, quanto mais a origem é esquecida mais permanente ela se torna (MOSCOVICI, 2011). Por isso, para compreender uma representação é necessário detalhar o que lhe deu origem.

As formas contemporâneas de criação de representações estão entranhadas na vida moderna e nem sempre têm condições de sedimentar para se transformarem em tradições imutáveis. São perenes, cambiáveis, dinâmicos. Essas características coincidem com o perfil atual dos meios de comunicação eletrônicos que possuem produtos vendidos como mercadorias e, como tais, têm seu valor modificado pelo ciclo de consumo. Colocam os indivíduos permanentemente em contato com representações reorganizadas que adquirem novos sentidos.

Os meios de comunicação de massa aceleraram essa tendência, multiplicaram tais mudanças e aumentaram a necessidade de um elo entre, de uma parte, nossas ciências e crenças gerais puramente abstratas e, de outra parte, nossas atividades concretas como indivíduos sociais. Em outras palavras, existe uma necessidade contínua de reconstruir o “senso comum” ou a forma de compreensão que cria o substrato das imagens e sentidos, sem a qual nenhuma coletividade pode operar (MOSCOVICI, 2011, p.48).

As mídias são grandes produtoras de ideologia ao produzirem representações do mundo social, imagens, descrições e marcos que apresentam e explicam o mundo aos indivíduos. É também a partir dos meios de comunicação que se define o que é raça, ou etnia, o que implicam as imagens de raça ou etnia, e o que se entende por “problema de raça”. Desta forma, ajudam a classificar o mundo em termos de categorias raciais (HALL, 2010). No estudo sobre as representações sociais criadas pela mídia é necessário ter em conta os quatro princípios metodológicos descritos por Moscovici (2011), que podem se referir quer à mídia quer às interações cotidianas quer, ainda, à intersecção entre a mídia e as interações do cotidiano. O primeiro princípio afirma a necessidade de apreender as imagens que as pessoas fazem de determinados grupos sociais por meio das suas conversações. Como observou Tarde (2010 *apud* MOSCOVICI, 2011), opiniões e repre-



sentações são criadas no curso de conversações, são elementos utilizados nas relações e suas formas de comunicação, variam de acordo com o grupo e mudam com o passar do tempo. O segundo princípio refere-se às representações sociais como formas de recriar a realidade.

Através da comunicação, as pessoas e os grupos concedem uma realidade física a ideias e imagens, a sistemas de classificação e fornecimento de nomes. Os fenômenos e pessoas com que nós lidamos no dia a dia são, geralmente um material bruto, mas são os produtos, ou corporificações, de uma coletividade, de uma instituição, etc. (MOSCOVICI, 2011, p. 90).

Algumas percepções podem ser reproduzidas fora da realidade em que foram criadas, o que pode causar distorção e conflito com a concepção interna de cada indivíduo. O referencial, sobre o qual se reconstrói a realidade, pode ser repetido até que se torne autônomo, ou seja, independente da pessoa que o criou, e ganhe permanência e estabilidade.

O terceiro princípio leva em consideração o fato de que as representações sociais se revelam com mais clareza em tempos de crise, quando as imagens que se referem a um grupo passam por alguma transformação. Nesses momentos as pessoas estão ávidas por falar sobre o assunto, as memórias coletivas são mais facilmente acessadas, as imagens estão mais vivas e o comportamento é mais espontâneo. As pessoas tentam entender um mundo não familiar que se criou. As representações se mostram mais transparentes, pois os limites entre o mundo público e privado se misturam. Essas tensões podem modificar de forma concreta alguns pensamentos do senso comum. E o quarto e último princípio entende que as pessoas que ajudam na construção das representações são uma espécie de “professores” amadores. São nas reuniões não oficiais, ou seja, nas discussões em locais públicos como bares e clubes, que se criam laços sociais e se disseminam as representações, mas também a partir do trabalho de profissionais como cientistas que popularizam a ciência, e da mídia que, por meio da divulgação de fatos, disseminam informação e geram conhecimento. As representações são, portanto, geradas não pela contemplação pessoal, mas pela participação dos indivíduos no discurso social. Além disso, as conversas pessoais retomam o conteúdo midiático, que agendam cada vez mais os temas discutidos na sociedade e as relações interpessoais (ROUQUETTE, 1999). Assim, os meios de comunicação não funcionam somente como mediadores, mas como construtores da realidade, são sujeitos agentes na sociedade em que se inserem. Isso não significa dizer que as representações midiáticas contribuem a tal ponto para a produção simbólica da realidade que acabam por exercer um poder de influência sobre os públicos. Pelo contrário, os conteúdos e representações não passam simplesmente, sem posteriores elaborações, aos sistemas de representação e conhecimentos da audiência. A construção da realidade não é um produto, mas um processo (BUONNANO, 1999) durante o qual se apresentam, se interpretam, se comparam, se discutem e se negociam significados sobre aspectos da vida cotidiana e do mundo social. Esse papel que coube, no passado, aos rituais e mitos de sociedades antigas, hoje faz parte do processo das representações midiáticas. As atuais, como considera



Buonanno, são tão legítimas quanto as anteriores. Essa realidade, é importante observar, é, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade (LEWIN, 1948 *apud* MOSCOVICI, 2011). E é baseado nesta realidade social que os indivíduos agem.

Como afirma Hall (1994), as mensagens desse gênero têm mecanismos significativos que veiculam certos sentidos e escamoteiam outros, indicando uma leitura dominante/preferencial. É nesse ponto que representações sociais tornam-se elementos importantes para a construção das narrativas.

A função de familiarização com o mundo social, de acordo com Buonanno, diz respeito à preservação, construção e reconstrução do “sentido comum” da vida cotidiana pelo compartilhamento de crenças e pensamentos que promovem o reconhecimento do mundo social e os sentidos de perecimento e conexão. Conforme Moscovici (2011), as pessoas que vivem em sociedade possuem uma bagagem de valores que elas carregam durante toda a vida, ora modificando, ora reforçando valores. Essas pessoas possuem um modo de vida comum que já tem seus esquemas classificatórios, suas formas de julgamento, que informação pode ser verossímil, etc. Além disso, o autor sugere que quase todo conhecimento do indivíduo provem de outro, seja através da linguagem, das narrativas ou dos modelos. Assim, o que se herda são práticas coletivas que precisam se renovar a cada momento por meio da interação. O jornalismo, nesse sentido, conserva e garante a construção de um sentido comum e o reconhecimento de um “nós” amplo.

A natureza da repetição, a orientação consensual, a tendência da narrativa televisiva de trabalhar sobre o compartilhado e sobre o compartilhável não são falsos mas requerem ser contextualizados em uma situação na qual os coros, as visões consensuais, as esferas de significados compartilhados se pluralizam dentro e por meio das múltiplas realidades do mundo em que vivemos (BUONNANO, 1999, p. 68).

Nesta perspectiva, as representações tendem a ser simplificadas e abre-se espaço para os estereótipos, que não exigem complexas construções mentais de elaboração e percepção. O inconveniente é que a repetição dessas representações acaba por perpetrar imagens estandardizadas, muitas vezes carregadas de conotações negativas. Isso não significa dizer que elas são estéticas, já que, provenientes de uma criação coletiva, adquirem uma vida própria que se choca, se aproxima e se repele, como moléculas em combinações com outras (MOSCOVICI, 2011). Essa dinâmica gera a oportunidade do nascimento de novas representações e a morte de velhas.

Análise de conteúdo dos telejornais

Como forma de compreender as representações dos imigrantes na mídia brasileira, foram analisados durante os meses de março e outubro de 2014, 2015 e 2016 os telejornais matutinos da Rede Globo e sua afiliada no Paraná, RPCTV. A opção pelo monitoramento do Bom Dia Brasil e Bom Dia Paraná se dá tendo em vista sua expressiva audiência e suas características editoriais. Os noticiários do



período da manhã geralmente têm um tom de prestação de serviço. Eles possuem uma característica comunitária que foi iniciada com o informativo Bom Dia São Paulo, o primeiro telejornal matutino, estreado em 1977 (PATERNOSTRO, 2002). Possuem a função de resumir as principais notícias do dia anterior e preparar o telespectador para a jornada que se inicia - com previsão do tempo, condições das vias, e outras informações de utilidade pública. Além disso, possuem um estilo mais coloquial dos âncoras e têm espaço para opinião e análises.

A análise feita pelo Núcleo de Estudos sobre Mídia e Migração abrangeu peças que tratavam de imigrantes e refugiados, excluindo os conteúdos sobre visitantes e turistas, analisando-as a partir de variáveis de forma (data, gênero jornalístico, espaço ocupado), conteúdo (personagens apresentados, nacionalidade e situação jurídica do imigrante, tema principal da matéria) e discurso (narrativa, tom e argumentação dominante da peça, fontes) (CUNHA, 2012). Também foram classificadas reportagens nacionais (que tratavam do tema no Brasil) e internacionais (realizadas por correspondentes no exterior).

O monitoramento destes três anos mostra que o tema da imigração no Brasil não tem muito espaço no noticiário, principalmente no telejornal de âmbito nacional. No Bom Dia Brasil, em 2014, foram encontradas nove peças que tratavam do tema. O interesse cresce nos anos seguintes somente a partir da cobertura internacional devido à chegada de refugiados em massa nas fronteiras da Europa. Em 2015 foram encontradas 63 peças, sendo que delas apenas cinco eram sobre a imigração no Brasil. Em 2016, das 51 reportagens encontradas, duas se referiam a notícias nacionais. As 16 reportagens encontradas durante os três anos de pesquisa foram categorizadas da seguinte forma: *Mercado de trabalho/estudos* (quatro delas tinha foco sobre haitianos e sua atuação profissional); *Polícia/crimes* (duas matérias associando italianos ao tráfico de drogas); *Chegada/cifras* (duas matérias sobre a chegada de refugiados sírios); *Esporte* (quatro peças relacionadas à deportistas estrangeiros e três faziam parte da série “Brasil, o espelho do mundo”, sobre estrangeiros que moram no país e que veriam seus times na Copa do Mundo); *Polícia/violência contra migrantes* (uma peça sobre violência contra um alemão).

No caso do telejornal regional, a inserção do tema é um pouco maior e cresce ao longo dos anos analisados. Em 2014 foram encontradas três peças; em 2015, 10; e em 2016, 15. Neste informativo os temas se diferenciam substancialmente do telejornal nacional. Em 2014 apareceram as categorias *Festividades/datas comemorativas* (Ramadã, dia da bandeira do Haiti); *Mercado de trabalho/estudos* (atuação de médicos cubanos em Ponta Grossa). Em 2015 são encontradas matérias referentes a *Festividades/datas comemorativas* (Ramadã, Oktoberfest de Rolândia, Expo Japão Londrina, Festival Oriental de Maringá, imigrantes orientais no aniversário de Maringá); *Mercado de trabalho/estudos* (três peças relacionadas a haitianos); *Chegada/cifras* (sobre o acolhimento de refugiados sírios); *Polícia/crimes* (peruano preso por tráfico de drogas). Em 2016, constam na análise: *Festividades/datas comemorativas* (duas peças sobre Ramadã, Festival de Cultura Haitiana, artista plástico alemão em Maringá, artista chinesa em Foz do Iguaçu, Expo Japão em Londrina, 65 anos da imigração alemã em Guarapuava); *Mercado de trabalho/estudos* (curso de camareira para haitianas e vagas em cursos superiores para refugiados); *Chegada/saída/cifras* (haitianos deixam o estado); *Polícia/violência contra migrantes* (agressão a estudante haitiano); *Polícia/crimes* (argentino



preso por tráfico de drogas); *Esporte* (estreia de jogador de futebol turco); *Redes de apoio/associações* (aumenta atendimento da Cáritas em Londrina) e *Trâmites burocráticos* (cadastramento de imigrantes em Toledo).

Isso significa que metade de todo material encontrado sobre imigração no Bom Dia Paraná está ligado à questões de cultura, festividades e tradição. Algumas explicações para o fenômeno podem partir da própria rotina jornalística, já que assuntos agendados são facilmente incorporados aos noticiários, principalmente no caso dos matutinos que têm como característica resumir ou dar uma outra roupagem aos assuntos do dia anterior. Outra característica desses telejornais é adotar um linha mais leve de notícias com espaço para assuntos comunitários e também mais ligados à área cultural e de entretenimento. Por isso, são nesses espaços que o tema mais aparece. Além disso, há a questão da visibilidade dos grupos com mais acesso à mídia. Para Trigueiro (2001), cada dia mais as festas populares atuais incorporam aspectos comerciais, o que realça a necessidade da inserção midiática. Festividades grandes e tradicionais como as organizadas pelos orientais no norte do Paraná podem ter nesse motivo a divulgação porque os grupos de imigrantes faz parte de uma elite que consegue articular os interesses de divulgação. Segundo Trigueiro (2001, p.146), “as festas populares estão sendo alcançadas pela mídia, pelas empresas de turismo e de entretenimento, passando por profundas transformações para atender novos interesses e sentidos do mercado de consumo do mundo globalizado”. As festas organizadas por grupos migratórios com menos poder e voz nos meios têm seus eventos excluídos ou divulgados em menor quantidade e com espaço reduzido.

Em relação às fontes que aparecem nas reportagens, é importante destacar que nas nove notícias nacionais as fontes tem as seguintes origens: imigrantes (13), órgãos de governos e polícia (3), populares/pessoas que convivem com imigrantes (3) e associações ou instituições ligadas às redes de apoio (4). Nos telejornais locais, nas 28 reportagens as fontes provêm de: imigrantes (19), órgãos de governos e polícia (11), populares/pessoas que convivem com imigrantes (5) e associações ou instituições ligadas às redes de apoio (5).

Embora a abordagem do tema ainda seja escassa, o progressivo aparecimento de matérias é sinalizador de um crescente interesse midiático. Entretanto, mesmo sob um enfoque que tende a uma aproximação à diversidade trazida pela presença migratória, como no caso do enfoque pelo mercado de trabalho ou atividades culturais, as quais sugerem uma folclorização do imigrante (JAVORSKI, 2017), ainda é pequeno o espaço ocupado na mídia por matérias que priorizem o protagonismo migrante e que resguardem aos próprios sujeitos um lugar de fala prioritário sobre as experiências vividas. Em alguns casos, mesmo que a matéria jornalística se proponha a mostrar, de maneira humanizada, a situação dos migrantes que chegam ao Brasil, ainda o fazem a partir de referentes que tendem a naturalizar as diferenças entre nós, nacionais, e o Outro migrante.

Outro ponto que chama a atenção é a inserção do tema das imigração por meio do futebol, entendido com um patrimônio nacional, principalmente no informativo de cobertura nacional. Ainda que seja um tipo de entretenimento, possui um valor importante no imaginário brasileiro. Assim, este universo mostra-se também permeado por estrangeiros que participam do esporte que é parte cultural do Brasil.

Este tipo de enquadramento das notícias sobre imigração podem ser positivas



no sentido de desviar o foco da violência, que é, muitas vezes, utilizado como mote principal na divulgação de informações sobre esse grupo, como observado em alguns estudos como de Cogo (2006), e Zanforlin; Kalume; Fidalgo; Palhares (2014). Por outro lado, pode transformar as manifestações culturais em algo voltado apenas ao entretenimento, as festividades, o pitoresco, sem levar em consideração o complexo processo que envolve o fluxo migratório. Além disso, como observa Canclini (1989), são mais valorizadas as obras e artes destes povos do que seus processos e indivíduos. Geralmente, as reportagens apenas apresentam as festividades e a cultura de determinado grupo sem contextualizar as circunstâncias em que eles se encontram.

Conclusão

Se incluíssemos na observação as notícias de âmbito internacional, teríamos uma análise diferenciada do tema da imigração. As notícias internacionais e a exaustiva cobertura da chegada de embarcações à Europa tiveram destaque nos meses de maio e junho de 2015 com repercussões também ao longo de 2016, proporcionando um enquadramento negativo, baseado na tragédia. Algumas reportagens nacionais também tiveram um tom voltado ao discurso negativo, como os casos policiais. Por outro lado, destacam-se as reportagens na categoria esportiva e cultura que evidenciam a colocação do tema sob um aspecto menos pessimista: o do entretenimento. Porém, tanto a etnização da delinquência como a superficialidade no tratamento do tema eliminam a possibilidade que a mídia tem de contribuir para pautar discussões públicas sobre o tema e, conseqüentemente, perde-se a oportunidade de ampliar e melhorar as condições sociais e de integração dos imigrantes.

No âmbito das representações sociais, entende-se que questões factuais e relevantes podem contribuir para a construção e manutenção de determinadas representações. Entretanto, a discussão superficial sobre o tema apenas cria rápidos estereótipos que depois se desfazem e são substituídos por outros. Mas há também a possibilidade dessas representações “emancipar-se” e tornarem-se lembranças compartilhadas por toda sociedade.

No caso das migrações, a mídia, de forma geral, tende a repercutir apenas ocorrência de caráter negativo, seja a criminalidade ou os desastres envolvendo imigrantes. Como essas notícias tornam-se subsídios das narrativas quotidianas, as representações são repassadas e reconstruídas nos diálogos diários. É assim, passando de voz em voz, que muitas vezes perde-se de vista a origem da representação, restando apenas o pré-conceito sobre ela.

Por outro lado, é notável a tentativa local de desconstrução de estereótipos negativos, como o exemplo do Bom Dia Paraná. Embora traga apenas 3 reportagens em 2014, 10 em 2015 e 15 em 2016, mostra-se interessado em contextualizar, ainda que de forma superficial, o fluxo migratório. Em relação à identificação dos entrevistados, todos são devidamente creditados e há mais vozes populares e imigrantes do que oficiais. Também é necessário observar alguns comentários após as reportagens que, em tom de opinião, revelam a linha editorial seguida pela emissora. Em uma matéria sobre as aulas de português para haitianos, o apre-



sentador diz “É... Afinal de contas, tirando os índios, todos nós somos imigrantes”. Já na reportagem sobre os sírios empreendedores, coloca-se a seguinte nota pé: “queremos desejar toda a sorte ao refugiados que chegaram no Paraná”.

Esse tipo de aproximação com a realidade de forma positiva pode auxiliar a mudança no sistema de julgamento da sociedade. Se as representações podem modificar ou reforçar determinados valores, isso também se dá por meio do conteúdo informativo. É a formação do “nós” amplo, que nesse caso, integra também imigrantes, entendidos como pessoas que têm aspectos positivos a agregar na sociedade. Porém, como são raros os exemplos de peças deste tipo que abranjam essa temática, dificulta-se a discussão mais aprofundada e frequente.

Referências

BUONANNO, Milly. **El drama televisivo: identidad y contenidos sociales**. Barcelona: Gedisa, 1999

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**: Estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1989.

COGO, Denise. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**. Rio de Janeiro/Brasília, E-Papers/CSEM, 2006.

CUNHA, Isabel F. **Análise dos media**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012

HALL, Stuart. “Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales” in Restrepo, Eduardo; Walsh, Catherine; Vich, Víctor. (Eds.) **Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales**. Bogotá: Instituto de estudios sociales y culturales/ Pensar, Universidad Javeriana, Instituto de Estudios Peruanos, Universidad Andina Simón Bolívar sede Ecuador, Envió Editores, 2010

HALL, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage Publications, 1997

JAVORSKI, Elaine. La folklorización del inmigrante en la televisión brasileña. In: BOLAÑO, César; CABRAL, Adilson; ARAUJO, Denize; ANDACHT, Fernando Andacht; PAULINO, Fernando O. **Nuevos Conceptos y Territorios en América Latina**. E-book Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAI) e União Latina da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC-Brasil), 2017 (no prelo).

MARINUCCI, R. **Migrações internacionais contemporâneas**: as razões da crescente intensidade. In Revista In Cammino . XXXIII, 83, julho/dezembro – 2008, p.7-16.



MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 8. ed. Petrópolis, Vozes, 2011.

ROUQUETTE, M. L. **El flujo y el fino (comentários sobre el artículo de Serge Moscovici)** (J. S. Ramirez, Trad.). Iztapalapa: Departamento Autónoma Metropolitana, 1999.

TRIGUEIRO, Osvaldo. O São João de Campina Grande na mídia: um mega espetáculo de folk-religioso. **Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional n. 5**. Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, Universidade Metodista de São Paulo. V (5), 135-150, jan./dez. São Bernardo do Campo:Umesp, 2001.

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti; KALUME, Ana Carolina; FIDALGO, Maycon Domingues; PALHARES, Mariana de Ávila. **MídiaMigra**: relato de uma experiência de observação da mídia. Revista de Estudos da Comunicação (Impresso). , v.15, 2014, p.33 – 48.

WAGNER, Wolfgang. **Social Representation Theory In Christie, D. The Encyclopedia of Peace Psychology**. New York, NY: Wiley-Blackwell, 2012

Recebido: 19 maio, 2017.

Aceito: 31 maio, 2017.



Conflitos Contemporâneos: A Categoria Refugiado no Telejornalismo Brasileiro

Contemporary Conflict: The Refugee Category in Brazilian Telejournalism¹

Liege scremin²
Susana Trovão³

Resumo

Entender a complexidade da mobilidade humana, em pleno século XXI, faz-se necessário não apenas na agenda dos direitos humanos, mas nos meios de comunicação social. Por meio de uma Análise de Conteúdo Qualitativa referente a cinco meses dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record e, posteriormente, a uma Análise de Discurso de quatro peças, foi possível verificar que esses meios não tem o cuidado de diferenciar as variações existentes dentro das migrações, como os refugiados, por exemplo, atualmente protagonistas de grandes conflitos. Para embasar teoricamente o estudo foram utilizadas as Teorias da Comunicação e a hipótese de *Agenda-Setting*, assim como a influência de agências internacionais na pauta da mídia nacional e as Representações Sociais de Serge Moscovici.

Palavras-chave: Refugiado, Imigração, Telejornalismo, Agenda-Setting, Representação Social.

Abstract

Understanding the complexity of human mobility in the 21st century is necessary not only in the human rights agenda, but in the media. Through a Qualitative Content Analysis referring to five months of the Jornal Nacional and Jornal da Record television newsletters and, later, a four-part Discourse Analysis, it was possible to verify that these media are not careful to differentiate the existing variations within the Migrations, such as refugees, for example, currently leading major conflicts. To theoretically base the study, we used the Communication Theories and the Agenda-Setting hypothesis, as well as the influence of international agencies on

1 Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no XI Evento de Iniciação Científica da UniBrasil EVINCI em 2016.

2 Mestranda em Ciências Sociais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (2017); graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, pelo Centro Universitário UniBrasil (2013); intercambista pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (2012). Contato: liscremin@hotmail.com

3 Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Contato: sst@fcsh.unl.pt



the national media agenda and the Social Representations of Serge Moscovici.

Keywords: Refugee; Immigration, Television Journalism, Agenda – Setting, Content analysis,

Introdução

As migrações internacionais são uma realidade social que se tornaram uma temática central de debates políticos, econômicos e sociais de governos e organizações internacionais e, conseqüentemente, da mídia nos últimos anos. Desde o atentado às Torres Gêmeas, em Nova Iorque (EUA), em 11 de setembro de 2001, este assunto ganhou maior visibilidade contemporânea e ainda divide opiniões entre a racionalidade e a emotividade dos países de acolhimento. Entender a complexidade da mobilidade humana em pleno século XXI, constitui um imperativo não apenas na agenda dos direitos humanos, mas também nos meios de comunicação social. Como afirmam Maxwell McCombs e Donald Shaw, na obra *The Agenda-Setting function of Mass Media* (1972), a mídia passa a ditar a pauta dos debates que acontecem entre cidadãos do mundo e, sobretudo, passa a definir o que é ou não pensado com relação a assuntos em voga.

Este artigo, recorte de uma dissertação, aborda um tipo particular de migrações – a dos refugiados. Os processos migratórios desenvolvidos pelos refugiados são impostos pela necessidade de buscar proteção em outro território que não o de sua origem ou residência habitual. Dados disponibilizados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) mostram que até o final de 2015 já havia um total de 65,3 milhões de pessoas deslocadas por guerras e conflitos e que até julho de 2016, a cada 113 pessoas no planeta, uma era solicitante de refúgio. Esse total inclui 21,3 milhões de refugiados ao redor do mundo, 3,2 milhões de solicitantes de refúgio e 40,8 milhões deslocados que continuam dentro de seus países. Com o aumento de 2,6 milhões de casos apenas em 2015, na comparação com os dados de 2004, nota-se um recorde mundial de deslocados internos. Além disso, calcula-se que a apatridia⁴ tenha afetado pelo menos 10 milhões de pessoas até o final de 2015, embora os dados enviados pelos governos indiquem a presença de 3,7% em 78 países.

Concomitantemente, as políticas migratórias caracterizam-se cada vez mais por serem políticas de controle (Reis, 2004), incluindo deslocamentos forçados que produzem refugiados. Os Estados exercem melhor a função policial de proteger suas fronteiras e de controlar os fluxos migratórios, penalizando os migrantes irregulares. Segundo o ACNUR (2007, p. 21), “as pessoas desalojadas à força por causa dos conflitos têm encontrado fronteiras fechadas, condições de grande hostilidade e insegurança no exílio, ou regressos apressados ou involuntários devido a medidas antiterroristas nos países de asilo”.

A exposição que algumas notícias ganham nos telejornais podem tornar os fatores elencados acima ainda mais sinuosos. Toma-se como exemplo o atentado

4 Apátridas: são pessoas que nascem sem nacionalidade ou têm sua nacionalidade retirada pelo Estado, ficando, portanto, sem proteção de um Estado nacional.



ocorrido no dia 13 de novembro de 2015, 10 meses após o ataque ao jornal satírico Charlie Hebdo, onde tiros e bombardeios enviados pelo Estado Islâmico aconteceram em pelo menos seis pontos de Paris, deixando 130 mortos e mais de 350 feridos. Foram cerca de 89 mortos na casa de shows Bataclan e outros 40 próximos ao Stade de France, onde acontecia o amistoso entre a seleção de futebol da França e a da Alemanha. Este tipo de noticiário, se não especificado (de que, por exemplo, o Islã não é sinônimo de terrorismo), cria nas comunidades acolhedoras um estereótipo negativo do imigrante de tal pertença religiosa ou de tal nacionalidade. A velocidade atual de disseminação da informação gera uma fácil assimilação do que é sugerido pelos meios de comunicação. Wolf, citando Wright (1999, p. 203) sugere, baseado na Teoria Hipodérmica⁵, que “cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa monopolizados”. Wolf ainda afirma que “se o alvo é atingido, a propaganda obtém o êxito que antecipadamente se estabeleceu” (1999, p. 8).

Portanto, este trabalho tem como objetivo investigar a forma como os meios de comunicação brasileiros expõem os refugiados nos telejornais diários e entender se as notícias veiculadas em território nacional são pautadas pelos meios de comunicação internacionais, com base nas Teorias da Comunicação e na hipótese de *Agenda-Setting*, (Neumann (1973), Lippmann (2004), Shaw (1972), Wolf (2003)) que define a importância que a mídia possui no que os cidadãos devem pensar, sobre quais temas devem se preocupar, e conseqüentemente como devem se posicionar acerca dos elementos expostos.

As representações sociais nos meios de comunicação

A forma das pessoas se relacionarem entre si está intimamente ligada às representações sociais e o modo ao qual cada cultura faz uso, tanto da designação, como da relação e suas simbologias. Bartle (1961, p.12 In Moscovici, 2011, p.99) afirma que “quando uma forma de representação comum e já convencional está em uso antes que o signo seja introduzido, existe uma forte tendência para características particulares desaparecerem e para que todo o signo seja assimilado em uma forma mais familiar”.

É fato que hoje os meios de comunicação trabalham, inclusive, com a “fabricação” de representações sociais, podendo criar estereótipos, estigmatizar certas comunidades e difundir informações conforme lhes parecer mais cômodo. Para Alexandre (2001), tal liberdade de representações com relação à realidade coloca questões de peso sobre os efeitos da globalização da tecnologia para os grupos sociais minoritários ou excluídos, assim como os imigrantes. “Diante desse quadro mundial (da indústria da Comunicação de Massa) a mídia tem pouco espaço para a verdade, pois depende das verbas publicitárias, que são manipuladas pelas

5 A Teoria Hipodérmica é baseada no estudo do comportamento, por meio da psicologia behaviorista, em que há uma relação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta. Persuadir os destinatários se torna uma tarefa possível e as mensagens dos meios de comunicação contêm características do estímulo que interagem de maneira diferente com os traços específicos da personalidade dos elementos que constituem o público.



grandes indústrias e conglomerados financeiros. De cada dez notícias veiculadas pela mídia, uma é positiva” (Alexandre, 2001, p. 122).

Moscovici explica que o conhecimento, ao nível social, permite que a coletividade utilize informações veiculadas pela mídia, transformando-a em algo impessoal e recodifique-a e utilize-a conforme os valores da sociedade a qual pertence. Ou seja, a mídia integrada por um grupo de especialistas formadores e, sobretudo, difusores de representações sociais, é responsável pela estruturação de sistemas de comunicação que visam comunicar, difundir ou propagar determinadas representações (Alexandre, 2001).

Compreendendo os telejornais como o veículo temos “a principal fonte de informação das pessoas sobre o mundo que as cerca” (Carvalho In Vizeu, 2003, p. 90), e “para a maioria das pessoas, os telejornais são a primeira informação que elas recebem do mundo: como está a política econômica do governo, o desempenho do Congresso Nacional, a vida dos artistas, o cotidiano do homem comum, entre outras coisas.” (Vizeu, 2003, p.6). Essa seleção é realizada pelo jornalista em função de fatores com diferentes graus de importância e rigidez e o que se verá a seguir são os critérios para eleger o que é e o que não é notícia, na tentativa de entender porque certos assuntos têm mais relevância que outros e são colocados na pauta do dia.

Critérios para ser notícia

A seleção de notícias é elaborada por profissionais da área de jornalismo que se utilizam dos chamados valores-notícia ou critérios de noticiabilidade, para elencar os acontecimentos reais e transformá-los em produtos jornalísticos. O português Nelson Traquina (2001, p. 94) afirma que “as notícias são o resultado de um processo de produção definido como a percepção, a seleção e a transformação de uma matéria-prima (principalmente os acontecimentos) num produto” e têm um papel fundamental no processo de divulgação das notícias. Entendemos que a mídia, em específico o telejornalismo, têm uma participação importante na construção da realidade que nos cerca. “A divulgação cotidiana de notícias ajuda a construir imagens culturais que edificam todas as sociedades” (Motta, 1997, p. 319).

Para demarcar o conceito de valores-notícia é necessário compreender que a notícia é uma construção social, ou como prefere Schudson (1978), é um produto cultural. Essa perspectiva, por sua vez, atua orientando o trabalho do jornalista, que tem a capacidade de identificar de forma mais precisa quais são os acontecimentos que possuem valor para divulgação. A proposta dessa investigação é entender como os telejornais brasileiros expõem as notas sobre os refugiados e, principalmente, se as expõem. Para isso é necessário compreender quais são os critérios que as aproximam da divulgação e quais as afastam, até mesmo porque não há espaço para a publicação ou veiculação da infinidade de acontecimentos que ocorrem no dia a dia.

Enquanto alguns fatos tornam-se notícias, outros são simplesmente ignorados e é a partir dos critérios elencados por Traquina, que a análise desse artigo se baseará. É importante salientar que o autor (2005, p.78), subdivide dois grupos



para canalizar esses conceitos, porém se utilizará apenas o primeiro para analisar as peças: Critérios Substantivos, que dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos da sua importância ou interesse.

Sobre os valores notícia – Critérios Substantivos, temos: Morte, Notoriedade, Proximidade, Relevância, Novidade, Tempo, Notabilidade, Inesperado, Conflitos e controvérsias. Esses elementos são fundamentais para o trabalho jornalístico em todas as suas etapas, desde a construção da pauta até a publicação da notícia.

A influência das agências de notícias e a Agenda-Setting

Nota-se que, recentemente, emergiram publicidades, comunicação e até culturas como parte dos instrumentos transnacionais, entre eles as agências de notícias. O sistema de comunicação transnacional foi desenvolvido com o apoio e o serviço de uma estrutura de poder, que inclui como parte fundamental a sociedade da informação. Através desta, valores e estilos de vida são transmitidos para países em desenvolvimento, que estimulam o tipo de consumo e o tipo de sociedade transnacional exigido pelo sistema como um todo. Isso engloba políticas públicas, econômicas e sociais, visando a expansão do sistema. Para Somavía (1976, p.49) “Si el sistema transnacional perdiera su control sobre la estructura de comunicaciones, perdería una de sus armas más poderosas; de ahí la dificultad de cambio”.

Desta forma, a população dos países em desenvolvimento, desprovida de igualdades sociais, torna-se uma receptora passiva, sem julgamento crítico em relação à mensagem. Nestas condições, o público vai se convencer que o modelo transnacional de consumo e desenvolvimento é historicamente inevitável. “Assim, o sistema de comunicação cumpre a sua função principal: de penetrar culturalmente o homem subdesenvolvido para condicionar a aceitar os valores de uma estrutura de poder transnacional política, económica e cultural” (Somavía, 1976, p.3).

Suaréz-Navaz (2008) distingue a comunicação como uma das principais dimensões presentes na abordagem teórica dos fenômenos transnacionais. Ao conteúdo das agências, é de relevância entender que, segundo Paterson (2006, p.3), Boyd-Barrett & Rantanen (2002, p.4) e Mattelart (1994, p.28), a função elementar das mesmas é a importação e exportação de conteúdo jornalístico, especificamente aquele de origem internacional, além-fronteiras. O Brasil, porém, tem uma situação bem peculiar.

Grande parte dos países do mundo que dispõe de alguma agência nacional, elas têm uma de duas funções, ou ambas: ou servem para abastecer sua própria mídia nacional com cobertura internacional (Reuters, AFP, AP, EFE, ANSA, DPA nasceram assim) ou operam como “assessorias de imprensa” de seus governos para fora. O primeiro tipo é de input: exige manter uma vasta rede de correspondentes, o que tem alto custo operacional – por isso, só grandes empresas (sejam públicas ou privadas) conseguem manter. O segundo tipo é de output: mais barato e, em geral, mantido sob modelo estatal. Nós nunca tivemos nem uma



coisa, nem outra (Aguiar, 2009, p.13).

Optou-se por expor o assunto do transnacionalismo e das agências para pressupor a questão de que por conta de o Brasil carecer de agências de notícias com correspondentes brasileiros no exterior, tudo que o país recebe são matérias já formuladas com conteúdo estrangeiro, ou brevemente, dos seus escritórios e escassos correspondentes, e não há, no próprio território nacional, o estímulo da produção local. Isso, como consequência, faz com que notícias internacionais (que tem uma demanda maior), provindas de agências, sejam mais visíveis do que as nacionais, que requerem produção própria.

Um segundo levantamento a ser proposto é referente a hipótese do *Agenda-Setting* que, para Barros (1995, p.169), significava que “as pessoas agendam seus assuntos e suas conversas em função do que a mídia veicula”. Onde para Maxwell McCombs e Donald Shaw, inspirados pelos estudos de Walter Lippmann, “depende-se dos meios de comunicação para se informar sobre os assuntos, personalidades e situações; para que possa-se experimentar sentimentos de apoio ou de repulsa e para conhecer aqueles pontos de atenção”. Partindo-se deste princípio e das questões levantadas anteriormente, é de se supor então que, graças à importação de notícias estrangeiras (pela falta de agências de notícias), a população brasileira tenha maior contato com os problemas da imigração e dos refugiados internacionais, do que dos nacionais, e como consequência, os assuntos de maior impacto e conhecimento da população são do exterior, e não o contrário.

Considerando o que foi levantado chega-se à conclusão de que não há uma ruptura entre as agências de notícia e o *Agenda-Setting*, e sim um link, de que assim como a mídia influi sobre o que a população deve pensar, também a mídia internacional age perante a nacional.

O desempenho da pesquisa e sua aplicação

Para a organizar a recolha dos dados optou-se por elencar como fontes de análise dois telejornais brasileiros. O primeiro é o Jornal Nacional (JN), produzido e transmitido pela Rede Globo desde sua estreia, em 1 de setembro de 1969, exibido no horário noturno, a partir das 20h30, de segunda-feira a sábado, onde a cobertura no exterior se deu a partir de 1973 e atualmente atinge cerca de 5,5 milhões de telespectadores ao redor de mais de 130 países.

O segundo trata-se do Jornal da Record (JR), produzido e exibido pela Rede Record. O mesmo estreou em 1972, substituindo o antigo Jornal da REI, também vai ao ar de segunda-feira a sábado, a partir das 21h30. Atualmente faz a cobertura dos principais acontecimentos no Brasil e no mundo, com a produção de reportagens especiais e investigativas. Também conta com correspondentes internacionais, alcançando mais de 150 países.

Em uma análise primária foram assistidos 131 dias de telejornais, na íntegra. O Jornal Nacional tem duração média de 45 minutos diários, contabilizando um total de 98 horas e 25 minutos assistidos, enquanto que o Jornal da Record, que possui em média 55 minutos de duração, obteve 109 horas e 16 minutos no total.



Dentro desse panorama foram encontradas 61 matérias em que, de alguma forma, mencionavam o termo “imigração” e, posteriormente, as mesmas passaram por uma nova análise, chegando-se a um segundo recorte e elencando apenas as reportagens que falavam sobre os refugiados.

Os refugiados

O número de matérias sobre refugiados é relativamente pequeno se comparado ao de imigrantes, sendo 15% contra 85%, mas há ainda maior disparidade em relação ao veículo de comunicação, uma vez que o Jornal da Record teve apenas uma matéria veiculada em cinco meses de telejornal. Já o Jornal Nacional, da Rede Globo, reproduziu oito matérias.

Em relação ao volume, houve um grande vácuo no período estudado. Em maio, junho e agosto apareceram apenas uma matéria; em julho não foram encontradas reportagens; e em setembro uma quantidade mais elevada de seis matérias, ou seja, o dobro dos meses anteriores. Ambas tiveram quase uma semana de intervalo, sendo publicadas nos dias 7, 14, 16 e 17, e posteriormente, duas no dia 29.

Das nove peças assistidas, a maior parte das notícias (5), teve um tempo de exposição de 1’01” a 2’59”, ficando entre a média de tempo tida como aceitável para abordar de forma objetiva um assunto. Duas delas obtiveram um tempo de exposição menor do que um minuto, e ambas eram notas simples; ou seja, o apresentador do telejornal fez apenas um comentário sobre o assunto, não aprofundando a notícia. Em contrapartida, também duas delas obtiveram um tempo de exposição de 3’a 4’59”, mostrando de forma mais aprofundada o que estava em pauta, ou seja, a primeira referente a repressão da polícia da Hungria à refugiados que tentavam entrar no país pela fronteira com a Sérvia e a segunda sobre refugiados que queriam morar no Brasil.

Em relação as fontes que são utilizadas para compor as matérias, existe um equilíbrio; em cinco delas, são utilizadas fontes cidadãos e oficiais; quatro delas não apresentaram nenhum personagem falando sobre a temática. Porém, é relevante ressaltar que em relação aos personagens que apareceram apenas de forma ilustrativa, houve um descuido ao não comentar de forma clara e concisa a nacionalidade. Isso foi observado principalmente em relação as pessoas de origem africana, em que não havia menção do país de origem ou qualquer descrição mais detalhada, como se viu, por exemplo, com nacionalidades europeias.

A Análise de Discurso

Segundo afirma Orlandi (1999), a Análise de Discurso começa por um recorte, que consiste na identificação de fragmentos de corpus dotados de sentido (associações semânticas), portanto, optou-se por analisar uma peça de cada mês em que foram encontradas reportagens sobre os refugiados, visando assim, aprofundar o conteúdo. Como os meses de maio, junho e agosto tiveram apenas uma peça, foram essas as escolhidas. Já no mês de setembro, optou-se por analisar a peça veiculada no Jornal da Record, uma vez que essa foi a única



matéria exibida pelo telejornal. Sendo assim, foram analisadas, com base na AD, um total de quatro notícias. A seguir, seguem as peças analisadas.

Peça 1 – 14 de maio de 2015

A matéria de âmbito internacional, veiculada no Jornal Nacional, tem como título “Tailândia e Malásia se recusam a receber barcos superlotados de refugiados”, com duração de 1’ a 2’59” e sendo uma reportagem completa (off⁶ + passagem⁷ + sonora⁸).

Descrição da peça, conforme o discurso do repórter Márcio Gomes: “Só nos três primeiros meses deste ano, **25 mil se arriscaram** nas águas do sul da Ásia. **Fogem da perseguição** religiosa e da **pobreza** em Myanmar e Bangladesh. O destino: qualquer país que os aceite. Na Tailândia, foram **barrados**. A vizinha Malásia chegou a receber mil pessoas, mas depois passou a **rebocar** os barcos para fora das suas águas territoriais. Segundo as Nações Unidas, milhares de refugiados estão neste momento **à deriva, sem conseguir socorro** apesar de tantos países por perto. A situação já dura meses e se transformou em mais uma **tragédia** humanitária. Na foto, pescadores lançam mantimentos para 300 pessoas em uma embarcação na costa tailandesa. A tripulação abandonou o barco há uma semana. **Dez pessoas morreram e foram jogadas** ao mar. Mas a marinha da Tailândia não levou os passageiros para terra. Alega que cumpriu a obrigação humanitária ao dar água e comida. A polícia da Tailândia diz que aceitar os barcos seria estimular o **tráfico** de seres humanos. Para o representante da Organização Internacional de Migração (que não tem o nome divulgado na reportagem), “É necessário **combater** o tráfico, mas há pessoas em risco de vida”.

Desta forma, pelas palavras destacadas, é possível observar na reportagem que as três vozes existentes convergem para um mesmo ponto – o tom de drama proposto pelo telejornal. São expressões fortes e que podem causar ao telespectador uma percepção de desespero, tristeza e gravidade. Apesar de a matéria mostrar, aparentemente, apenas o lado trágico e de resistência na recepção de alguns países, ao final dela, na fala do representante da OIM, eles iniciam uma outra percepção bastante pertinente e que deveria ser continuada - que mesmo sendo necessário o combate ao tráfico, as pessoas têm, sobretudo, direito à vida e necessitam de ajuda -, ou seja, eles lançam uma ideia importante, mas não dão vazão para a mesma. É possível notar que a Tailândia, mesmo recusando os refugiados, se diz satisfeita por ter prestado socorro, o que é o mínimo que um governo deve fazer. Ressalta-se aqui o que diz o autor Coulthard (1977), em que a linguagem parece dirigir as percepções dos indivíduos e “faz coisas” acontecerem, construindo e criando as interações sociais e os diversos mundos sociais. É notável também que, tanto na fala da âncora, quanto na fala do repórter, as palavras destacadas como “dramática”, “problema”, “recusam”, “barrados”, “à deriva” e “tragédia” aparecem com um tom mais forte na voz de ambos, dando

6 Off: texto lido pelo repórter;

7 Passagem: aparição do repórter na notícia;

8 Sonora: fala do entrevistado/fonte/personagem;



maior ênfase e conotação ao sentido de cada uma delas. Em relação aos valores-notícia, podemos elencar a relevância e notabilidade, pois trata-se de um tema bastante pertinente; a novidade, uma vez que era um acontecimento relativamente novo; podemos utilizar também a atualidade, pois era um assunto que estava nos telejornais de vários países; conflitos, onde para Traquina (2001) é sempre motivo de se ter um jornalista por perto; e elenca-se também a dramatização, por se tratar de um assunto delicado e com desdobramentos que atingem o emocional do telespectador.

Peça 2 – 15 de junho de 2015

Na segunda peça, de cunho internacional e veiculada também no Jornal Nacional, tem-se como tema a Itália acusando a França de fechar suas fronteiras para os refugiados. O contexto da matéria afirma que na Europa o governo italiano acusou a França de fechar as fronteiras para impedir a entrada de refugiados africanos. Com duração de 1' a 2'59", trata-se de uma nota coberta, em que aparecem citadas as seguintes nacionalidades - etíope, eritréios, senegaleses, somalianos e sudaneses, porém também não há utilização de nenhum tipo de fonte compondo a matéria.

Descrição da peça, conforme o discurso da repórter Ilze Scamparini: Há 30 anos, um acordo abria as fronteiras entre os países da Europa. Agora, na **pior crise** de refugiados depois da Segunda Guerra Mundial, a França decidiu fechar as dela. Na cidade italiana de Ventimiglia, imigrantes africanos estão sendo **proibidos** de atravessar para o lado francês. Há dois dias dormem em cima de pedras. Rezam ali as orações muçulmanas e tomam banho no mar. Vieram da Etiópia, Eritreia, Senegal, Sudão e Somália, fugindo de **conflitos, miséria e ditaduras**. Alguns têm parentes já instalados no norte da Europa, mas são **impedidos** de seguir viagem. O ministro do Interior da França afirmou que o problema é da Itália, porque a Convenção de Shengen prevê que os imigrantes fiquem no país de entrada no continente. A Itália recebe a maioria dos que vem pelo Mar Mediterrâneo. Os centros de acolhimento estão **superlotados**, e a capital, Roma, montou abrigos temporários. As estações de trem começam a ser ocupadas por imigrantes. Jornais italianos relatam **denúncias de racismo** nos trens que vão para Munique, na Alemanha, onde negros têm sido **barrados**. O primeiro-ministro da Itália, Matteo Renzi, está preparando uma proposta para apresentar à União Europeia. Ele declarou que a França não pode usar navios para fechar o acesso pelo Mediterrâneo, e deixar os imigrantes para a Itália.

Nessa peça, novamente as palavras destacadas ressaltam o sentimento negativo da situação. É possível de se entender a forte participação pejorativa da França, uma vez que termos como “impedir”, “conflitos” e “superlotado” trazem a situação delicada pela qual passam os refugiados, e mesmo assim há um país que se recusa a auxiliá-los. De acordo com Chomsky (1975), a linguagem possui uma estrutura profunda de representação do significado, um conjunto de regras transformacionais relacionadas com a estrutura cognitiva dos sujeitos, desta forma, o telespectador pode traduzir essa peça colocando a França em uma imagem deturpada. Outro fato notável é a falta de fonte cidadã, não há quem fale por eles,



como se realmente os refugiados estivessem esquecidos e sem voz. A peça também traz outro tema importante – o racismo – que ainda é bastante incidente em vários países e o que faz com que aumente o difícil momento pelos quais passavam os refugiados. Nessa notícia destacam-se os valores de relevância e tempo, já que o tema era atual e importante para ser debatido; conflitos e controvérsias, pois a presença da violência fornece mais valor-notícia e representa a quebra do que é normal; visualidade, uma vez que matérias desse cunho normalmente trazem imagens tristes e de impacto; e amplificação, ou seja, quanto mais amplificado o acontecimento, mais possibilidade de veicular a notícia.

Peça 3 – 26 de agosto de 2015

Em agosto foi ao ar uma matéria de até 26”, de âmbito internacional, veiculada no JN, intitulada “Hungria enviará cães e exército para impedir entrada de refugiados”. A nota coberta foi apresentada pela âncora do telejornal, Renata Vasconcellos, com o seguinte texto: “O governo da Hungria vai mandar **cães** e o **exército** para **impedir** a entrada de refugiados pela fronteira com a Sérvia. A polícia húngara **lançou bombas** de gás para **conter** um **protesto** num centro de imigrantes. Famílias que fogem de guerras se arrastam pelo chão para passar pela **cerca** que o governo está erguendo. Também nesta quarta-feira (26), equipes de resgate encontraram **50 corpos** de refugiados num barco, na costa da Líbia”.

A nota, apesar de curta, revela através das palavras o tom literal de guerra pelo qual passavam os refugiados que tentavam chegar ao território húngaro. Mais do que nas reportagens anteriores, essa ressalta uma situação bastante grave de violência, enaltecida por “cães”, “exército”, “bombas” e “cerca”, o que poderia induzir o pensamento do telespectador em enxergar a Hungria como um país um tanto quanto hostil e fechado, assim como averiguar o desespero e a situação de brutalidade ao qual estavam sujeitos os refugiados. Para Véron (1980), operações técnicas-discursivas que até então estavam na órbita do campo midiático e dos seus peritos, se disseminam para outros campos, cujas práticas produtivas tomam lógicas e operações midiáticas, como condição de produção para a construção de novos processos enunciativos. Foram utilizadas as imagens de imigrantes sírios, mas que não foram usados como fontes, podendo ter a mesma conotação anterior, de que era impossível ouvi-los, até mesmo pela situação delicado pela qual passavam.

É possível compreender o uso dos valores-notícia: morte, contabilizando os 50 corpos encontrados no barco; inesperado, por tratar-se de uma notícia que desperta o interesse da população; concorrência, gerando a busca pelo furo jornalístico e pela exclusividade; e personalização, pois o jornalista valoriza as pessoas envolvidas no acontecimento e valoriza o fator “pessoa” como forma de agarrar o leitor.

Peça 4 – 7 de setembro de 2015

No dia 7 de setembro o Jornal da Record veiculou uma matéria de 1’ a 2’59”,



de cunho internacional, que tinha como enfoque a distribuição dos refugiados na Europa.

Descrição da peça, conforme o discurso do repórter Teo Taveira: Na próxima quarta-feira a União Europeia vai apresentar uma proposta de distribuição dos imigrantes pelo continente. O plano é acolher 120 mil, além dos que já chegaram aqui. A Alemanha puxa a fila dos que compraram a **briga** dos refugiados. A chanceler Angela Merkel, anunciou verba de 24 bilhões de reais para conter a crise. Reino Unido e França, devem juntos abrir as portas para 44 mil pessoas nos próximos cinco anos, mas Húngria, Eslováquia e República Tcheca **criticam** o sistema de cotas. Enquanto isso, a presidente Dilma Rouseff disse que o Brasil também está disposto **a ajudar**. “Teremos os nossos braços abertos para **acolher** os refugiados”. Novas imagens mostram a operação da marinha brasileira que salvou 220 imigrantes no Mar Mediterrâneo no fim de semana.

Na única peça encontrada no Jornal da Record, e justamente por esse motivo a escolhida para a análise de setembro, é possível verificar um tom mais informativo em relação às peças do Jornal Nacional, com a menção de números importantes e dados concretos; ao mesmo tempo que reflete o que passam os refugiados, mostra também a posição dos países. O mais interessante é que, mesmo o repórter estando no exterior, ele traz informações sobre o posicionamento do Brasil, algo que não se viu anteriormente. Vale ressaltar apenas que o imigrante que é utilizado como fonte não foi identificado, assim como a conotação sobreposta de se tratarem tanto de imigrantes, quanto de refugiados, sem especificar cada um. Para compor a notícia foram utilizados os valores - proximidade, uma vez que o JR faz um link com o Brasil, para tornar o assunto mais relevante no país onde o jornal é exibido; relevância, já que é um tema atual e que envolve um grande número de pessoas; novamente notabilidade e conflitos; e consonância, em que o jornalista insere novidades num contexto ou numa história já conhecida para facilitar a compreensão pelo público.

Tratamento dos resultados e conclusão

Quando se optou por trabalhar, já de início, as Representações Sociais, tendo como base o autor Serge Moscovici, o propósito era fazer a seguinte ligação – influência dos meios na sociedade – promovendo o debate das possíveis consequências que a veiculação de informações – seja de forma positiva ou negativa – poderiam acarretar numa população multicultural, que mesmo tendo essa característica, ainda apresenta algumas formas de preconceito, como é o caso do Brasil. Portanto, buscou-se analisar a forma que os temas dos deslocamentos migratórios, a imigração e mais precisamente, o refúgio, foram enquadrados pela mídia nacional, dentro dos telejornais Jornal Nacional e Jornal da Record.

Em relação aos dois primeiros objetivos elencados, de perceber como eram noticiados os refugiados e se havia o cuidado de diferenciá-los dos imigrantes, lembrando que isso poderia gerar a possível criação de estereótipos, notou-se que não, não havia o cuidado de diferenciar refugiados de imigrantes e, muitas vezes, as categorias eram sobrepostas. O mesmo ficou visível para o inverso, nas matérias sobre imigração haviam citações de refúgio sem nenhuma distinção. A partir



disso, verificou-se também o objetivo seguinte – nenhuma matéria referenciava refugiados no Brasil - tendo as notícias estrangeiras mais importância do que as nacionais. De nove peças, nenhuma era de cunho brasileiro, todas tratavam da crise que estava se passando na Europa e seus desdobramentos.

Dessa percepção surgiu o levantamento da hipótese de que isso aconteceria porque existem poucos correspondentes brasileiros no exterior, o que acarretaria em uma reprodução automática do que as agências internacionais enviam. A especulação que se dá nesse ponto é de que, há realmente essa lacuna, uma vez que os escritórios internacionais, tanto da Rede Globo, quanto da Record, não estão em todos os países, podendo haver assim uma defasagem na cobertura midiática. Como há, por parte do jornalismo brasileiro, essa produção defasada, para não deixar de noticiar certos acontecimentos, principalmente com foco nas migrações, os telejornais simplesmente reproduzem o que lhes é enviado. Porém, outra especulação que surge é o porquê da mídia nacional, observando a quantidade de pedidos de refúgio que chegam diariamente ao Brasil, não utilizam essas informações para noticiar esses acontecimentos, buscando manter a população local informada.

A hipótese do *Agenda-Setting* também se confirmou, com base no referido acima. Essa teoria diz que, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social. Logo, o que foi noticiado internacionalmente passou a ser veiculado pelos telejornais brasileiros abrindo-se uma subcategoria de que a mídia “agenda” a própria mídia, e que a pauta internacional acabou agendando a nacional, até mesmo pela dinâmica televisiva, uma vez que o imediatismo faz parte desse veículo. Optou-se também por fazer uma Análise de Discurso nas peças sobre os refugiados para entender se as palavras utilizadas poderiam impactar na recepção da população, com base em hipóteses levantadas, e de como eles se comportariam ao receber os refugiados.

Portanto, a conclusão desse estudo é satisfatória no sentido de ser, mesmo que pequeno, um instrumento para debater um assunto tão relevante e atual.



Referências bibliográficas

ACNUR. “**Perguntas e Respostas**”. Acessado em 13 de junho de 2016. <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>, 2016.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. In: **Revista Comum**. v. 6, nº 17. Rio de Janeiro: Comum, 2001.

BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BOYD-BARRET, Oliver et al. **News Agencies as News Sources: A Re-Evaluation**. In: Paterson, Chris e Sreberny, Annabelle (orgs). *International News in the 21st Century*. Londres: John Libbey/University of Luton Press, 2002.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**. Nova Iorque: Dover Editions, 2004.

MATTELART, Armand. **Comunicação-Mundo: história das técnicas e das estratégias**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MCCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. **The Agenda-Setting Function of Mass Media**. Vol. 36, p. 176-187. Oxford: Oxford University Press, 1972.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: Mouillaud, Maurice e Porto, Sérgio Dayrell. **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NEUMANN, Noelle. Return to the Concept of Powerful Mass Media. In: **Studies of Broadcasting**. vol. 9, p. 67-112, 1973.

PATERSON, Chris. News Agency Dominance in International News on the Internet. In: Skinner, D., Compton, J. e Gasher, M. (orgs.) **Converging Media, Diverging Politics: A Political Economy of News in the United States and Canada**. Lexington/Rowman and Littlefield, p. 145- 164. 24p, 2006.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, Direitos Humanos e Migrações Internacionais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 19, nº 55, p. 149 – 164, 2004.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of american newspaper**. Nova Iorque: Basic Books, 1978.

SOMAVÍA, Juan. La Estructura Transnacional de Poder y la Información Internacional. Elementos para la definición de políticas frente a las agencias,



transnacionales de noticias. In: **Revista Nueva Sociedad**. nº 25, 1976.

SUÁREZ-NAVAZ, L. Lo transnacional y su aplicación a los estudios migratorios: algunas consideraciones epistemológicas. In: Santamaría, E. **Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales**. (pp. 55- 78). Barcelona: Anthropos, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia. Os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação: Mass Media: contextos e paradigmas**. 8ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Recebido: 03 ago., 2016.

Aceito: 06 mar., 2017.



Um balanço da produção acadêmica sobre a imigração de bolivianos em São Paulo

A balance of the academic production on immigration of Bolivians in São Paulo

Fabio Martinez Serrano Pucci¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar um balanço da produção acadêmica sobre a imigração de bolivianos para São Paulo. Em seguida, exploram-se algumas das lacunas no conhecimento deixadas por esses estudos, indicando de que maneira a pesquisa de Mestrado *Viver “Outramente”: Moradia, Condições de Vida e a Produção da Alteridade dos Bolivianos em São Paulo*² se apropriou delas. Por fim, expõem-se sucintamente as referências teóricas do referido projeto.

Palavras chave: Imigração; Bolivianos; Cidade; Alteridade; “Estado da arte”.

Abstract

The main objective of this article is to present the balance of the academic production about the immigration of Bolivians to São Paulo. Thus, it is explored some issues that were not sufficiently developed by these studies, showing in which way the Master Degree Research *Living differently: housing, living conditions and the production of the otherness of Bolivians in São Paulo* developed them. Finally, it is briefly demonstrated the theoretical references of this project.

Keywords: Immigration; Bolivians; City; Otherness; “State of the art”.

1 O autor é graduado em Ciências Sociais pela PUC-SP e mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição. É doutorando em Sociologia pela UFSCar.

2 Esse projeto é desenvolvido junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, sob orientação da Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras. Ele é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 14/21387-3.



Introdução

Segundo Silva (1997), o processo de emigração boliviana para o Brasil inicia-se a partir de 1950. O perfil dos emigrantes era de jovens que chegavam ao país para estudar ou trabalhar e acabavam permanecendo. Hoje em dia estes jovens são “pequenos empresários e profissionais liberais” (SILVA, 1997, p. 82). Alguns deixaram de lado a ideia de voltar à Bolívia por causa da “conjuntura política e econômica que se instaurou em 1952 pelo *Movimento Nacionalista Revolucionário* (MNR) (SILVA, 1997, p. 84, grifo do autor), pois este “frustrou as expectativas de mudanças profundas no país e passou a estimular a saída desses jovens profissionais.” (SILVA, 1997, p. 84).

Em 1940 apenas uma boliviana entrou via marítima. Esse número sobe para três em 1950. Silva levanta a hipótese de que isso ocorreu porque a entrada se dava principalmente via aérea (SILVA, 1997, p. 84).

A partir da década de 1966 até 1973, a economia brasileira está crescente por causa das grandes obras da ditadura militar. Nesse período “o fluxo de imigrantes se mantém” (SILVA, 1997, p. 85). Na década de 1980 continua estável, ainda que a economia estivesse em crise. Esses bolivianos vinham em busca de trabalho e “acabaram preenchendo a necessidade de mão-de-obra barata para pequenas confecções” (SILVA, 1997, p. 85). Antes dominada pelos judeus, e a partir da década de 1970 pelos coreanos (SILVA, 1997, p. 85).

Segundo estimativas da Pastoral dos Migrantes, há cerca de 80 mil bolivianos em São Paulo, mas este número pode estar sendo tanto superestimado como subestimado, pois as pesquisas oficiais não levam em conta os imigrantes indocumentados (SILVA, 2005a). Já o Censo 2010 (IBGE) estima que há 21.680 bolivianos na cidade. Essa diferença ocorre devido ao fato de o Censo ser uma fonte oficial, o que faz com que muitos bolivianos indocumentados não queiram participar, por esse motivo subestima-se o número real de bolivianos por essa fonte.

Silva (1997) traçou um perfil dos imigrantes bolivianos com base no fichário da Pastoral do Migrante. Ele consultou “332 fichas *entre os anos de 1985 a julho de 1994*” (SILVA, 1997, p. 91, grifo nosso). Muitas dessas fichas não continham informações completas. Ele chegou ao seguinte resultado:

[...] a maioria, **74,2%**, é do sexo masculino, e **25,8%** do sexo feminino. [...] faixa etária [...] **entre os 20 a 40 anos, 74,3%**, sendo que **dos 40 aos 50 anos, apenas 8,9%**, e o restante acima de 50 anos. [...] Quanto à origem [...] **La Paz, [...] 42,16%**. Isso não significa que todos sejam naturais desse Estado, [...] **Cochabamba, 9,2%; Oruro, 4,9%**; Potosí, Santa Cruz e Chuquisaca. A **profissão** mais citada [...] **costureiro, totalizando 48,8%**. [...] outras profissões [...], médicos, estudantes, operários, domésticas etc. O estado civil da **maioria é solteiro, 56,6%**, [...]. **Quanto ao local de residência na cidade de São Paulo predominam os bairros do Brás, Bom Retiro e Pari.** (SILVA, 1997, p. 91-2, grifos nossos).

Entretanto, em pesquisa feita mais recentemente, ele notou algumas mudanças que alertam para algumas conclusões importantes: ele aponta para uma maior



proporção de mulheres em relação a homens do que se constatava tempos antes. Se antes elas representavam 25,8% (SILVA, 1997:91 apud SILVA, 2003: 29), agora representam 44,9% (SILVA, 1999: 24 apud SILVA, 2003: 29). Segundo o autor, isso quer dizer que os imigrantes estão trazendo suas famílias para cá ou constituindo novas famílias aqui. A conclusão que ele chega é a de que esta mudança é sinal da *consolidação da imigração boliviana na cidade*.

Síntese da bibliografia fundamental

Tendo em vista este contexto introdutório, apresenta-se uma breve síntese do “estado da arte” da literatura sobre a presença de bolivianos em São Paulo, para então exporem-se os assuntos nos quais a presente pesquisa se centrará, bem como o marco teórico que embasará esta pesquisa.

O primeiro artigo produzido sobre a imigração boliviana em São Paulo foi publicado na revista *Travessia* por Sidney Antônio da Silva (SILVA, 1995a). Ele abordou as vivências desses imigrantes e os conflitos com a população local. Então, o autor realizou uma dissertação de mestrado sobre o assunto (SILVA, 1997) na qual analisou desde a diáspora desses imigrantes até o seu cotidiano, suas estratégias de sobrevivência e o papel da cultura em suas trajetórias. Em outros trabalhos ele aborda o tema da intolerância e do preconceito (SILVA, 1998a e SILVA, 2005b), da mobilidade econômica e social desses imigrantes (SILVA, 1998b; SILVA, 2006), dos processos de formação de uma identidade cultural (SILVA, 2005a, SILVA, 2005c; SILVA, 2007) e de sua religiosidade, tradições e festas (SILVA, 2003). Embora suas pesquisas tenham abrangido grande diversidade de assuntos, permaneceram temas que foram mais explorados por outros pesquisadores.

Há uma pesquisa que trata sobre a questão do lazer e a relação dos bolivianos com o futebol, esporte que eles apreciam bastante. Alves (2011) busca “estudar as figurações sociais, as relações de poder, a diferenciação e as redes de interdependência relacionadas a prática do futebol na Praça Kantuta” (ALVES, 2011, p. 29).

Há uma série de pesquisas (PRETURLAN, 2012; FREITAS, 2009; FREIRE DA SILVA, 2008) cuja preocupação central é o assunto da subcontratação de mão-de-obra para as oficinas de costura e a relação disto com processos de reestruturação produtiva do ramo de confecção em São Paulo. Estes trabalhos buscam apreender as relações de subalternidade, informalidade e precariedade envolvidas na mão-de-obra não qualificada. Além disso, estudam até que ponto esse ramo oferece oportunidades de mobilidade social para os imigrantes.

Nesse sentido, Preturlan (2012) explora até que ponto as diferenças e hierarquias de classes sociais (no interior do grupo de bolivianos em São Paulo) contribuem para o entendimento dos fluxos migratórios desses imigrantes – relacionando a mobilidade social com a heterogeneidade encontrada entre os bolivianos. Já Freitas (2009) estuda a mobilidade social dos imigrantes relacionando esse processo com fenômenos mais amplos, como a reestruturação produtiva do capitalismo global. Por fim, Freire da Silva (2008) inverte a relação causal e busca explicar a subcontratação de imigrantes bolivianos nas confecções como um efeito do processo de reestruturação produtiva do ramo de confecção em São Paulo – minimizando, no entanto, a importância das “redes sociais” (TRUZZI, 2011) na



constituição de um mercado étnico de bolivianos nesse ramo.

Assim, pode-se considerar que há um grupo de trabalhos que versa sobre a questão do nicho étnico/econômico entre os imigrantes bolivianos (FREIRE DA SILVA, 2008; SILVA, 1997; SOUCHAUD, 2012). Para Freire da Silva (2008), há um nicho econômico e não étnico. Souchaud (2012), por sua vez, conclui que não há relações suficientes para se considerar a presença boliviana no ramo um nicho étnico:

As observações sobre a participação, no passado e no presente, de várias ondas migratórias, oriundas da Bolívia, Coréias e Paraguai na atividade acabam com a ideia atual da oficina como uma hipotética enclave étnica, baseada em especificidades bolivianas ou andinas” (SOUCHAUD, 2012, p. 90).

Já para Silva (1997), entretanto, a presença boliviana neste ramo tem sim uma dimensão nitidamente cultural e étnica, pois eles formam redes sociais que acolhem os recém-chegados no ramo da costura, formando uma economia étnica. Como oferecem salários baixos, isso dificulta que outros grupos se insiram no ramo com a mesma competitividade.

Outro grupo de pesquisas (TIMÓTEO, 2011; ILLES, TIMÓTEO & FIORUCCI, 2008; AZEVEDO, 2005) enfoca o assunto do tráfico de pessoas, do trabalho degradante e da escravização. Estes trabalhos têm uma perspectiva jurídica, tomando acordos internacionais como referência para a análise de seu objeto de estudos.

Azevedo (2005), objetiva estudar até que ponto há a existência de trabalho forçado/degradante entre os bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo, tomando como referência as legislações internacionais sobre o assunto. Já Timóteo (2011), busca investigar em que medida a exploração do trabalho dos bolivianos no ramo de costura em São Paulo pode ser considerada uma forma contemporânea de escravidão, tomando como referência a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Por fim, Illes, Timóteo & Fiorucci (2008) intentam, entre outros objetivos: discutir o assunto do contrabando de imigrantes e do tráfico de pessoas, apresentando distinções entre a definição de ambos e especificando a problemática do tráfico de pessoas na cidade de São Paulo.

Além disso, há um conjunto de estudos (REZERA, 2012; FAVARETTO, 2012; CAMPOS, 2009) cujo assunto central é o impacto que o trabalho degradante, o tráfico de pessoas e a indocumentação trazem para a trajetória dos imigrantes.

Rezera (2012) dá ênfase à condição da mulher na subcontratação de mão-de-obra boliviana na indústria têxtil de São Paulo. Favaretto (2012) busca entender “o impacto da experiência da migração nas trajetórias individuais, os efeitos do preconceito e a discriminação na identidade dos grupos que ocupam posições subalternas” (FAVARETTO, 2012, p. V). Por fim, Campos (2009) objetiva estudar de que modo se dá a produção da subjetividade dos bolivianos nas oficinas de costura em São Paulo.

Outro conjunto de trabalhos se debruça sobre o assunto da territorialidade e da espacialização dos bolivianos em São Paulo. Enquanto alguns deles procuram entender o deslocamento de bolivianos para o município de Guarulhos (APARECIDA DA SILVA, 2012; OLIVEIRA AGUIAR, 2009), outros buscam apreender os



projetos migratórios dos bolivianos e como isto se relaciona com suas escolhas residenciais pelo centro ou pelas periferias (XAVIER, 2010; SOUCHAUD, 2011).

Xavier (2010) busca, entre outros objetivos, reconstruir toda a trajetória do boliviano, recompondo o cenário migratório da cidade de El Alto, reconstituindo as origens da migração boliviana ao Brasil e entendendo a configuração socioespacial dos bolivianos residentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (buscando suas especificidades ao escolher o centro ou a periferia para viver). Já Souchaud (2011) interpreta “a trajetória recente de alguns distritos centrais da cidade de São Paulo, focando a espacialização da população migrante e das atividades ligadas ao subsetor da confecção no centro expandido.” (SOUCHAUD, 2011, p. 64).

Sobre a questão da habitação, existe o trabalho de Simone (2014). Seu objetivo é o de “identificar relações entre novas formas de encortamento de imóveis [nos bairros do Brás e Belenzinho] e a organização de oficinas de costura por imigrantes bolivianos.” (SIMONE, 2014, p. 7-8).

Pucci (2011) e Vidal (2012) procuram compreender as relações de vizinhança e a produção da alteridade do ponto de vista dos brasileiros, ou seja, são trabalhos que abordam como os bolivianos são vistos por seus vizinhos da sociedade receptora. Essas pesquisas empíricas se deram nos bairros centrais de São Paulo, especialmente Brás, Bom Retiro e Pari.

Em Pucci (2011) escutaram-se muitos depoimentos manifestando hostilidade em relação aos bolivianos, enquanto em Vidal (2012) afirma que esses imigrados provocam poucas reações de hostilidade, chegando a afirmar, inclusive, que a relação entre brasileiros e bolivianos é constituída por “uma convivência organizada em torno de relações sociais fluidas” (VIDAL, 2012, p. 94) – o que contrasta de maneira clara com os resultados obtidos por Pucci (2011). Segundo este autor, os bolivianos vivenciam muitas formas de preconceito que dificultam a sua integração na sociedade paulistana, tanto no caso da sociabilidade com os vizinhos para os bolivianos de 1ª geração, quanto no caso das crianças e adolescentes descendentes de bolivianos nas escolas.

Mas não se esgotam aqui os estudos que focam os temas do preconceito, da intolerância e da discriminação. Baeninger & Simai (2010) estudam o discurso de bolivianos e brasileiros sobre o preconceito. Os seus objetivos são: a) apresentar “formas discursivas contemporâneas de negação da xenofobia”; b) identificar até que ponto há xenofobia no discurso dos brasileiros em relação aos imigrantes bolivianos; c) analisar o discurso dos próprios bolivianos sobre as suas vivências em São Paulo; d) responder em que medida os bolivianos introjetam um sentimento de inferioridade, expresso em seu discurso sobre como se veem no Brasil; e e) estabelecer tipos de negação do racismo. Como conclusão, afirmam as autoras, o grupo estigmatizado (dos bolivianos) internaliza o preconceito contra si mesmo e adota um discurso de favorecimento do grupo dominante (dos brasileiros).

Alguns trabalhos abordam a questão da segunda geração de imigrantes. Enquanto um foca nos conflitos entre primeira e segunda geração de imigrantes (PAES, 2011), outros (CAMARGO DE OLIVEIRA, 2012; HUAYHUA, 2007) abordam o processo de aculturação e integração da segunda geração de imigrantes latino-americanos entre os brasileiros.

A originalidade do trabalho de Paes (2011) está em problematizar sobre como



se dá o processo de negociação de identidades entre a primeira e a segunda geração de imigrantes bolivianos e destes com a sociedade brasileira.

Camargo de Oliveira (2012) destaca mais a segunda geração de imigrantes latino-americanos, tentando entender a sua relação com os brasileiros em escolas públicas.

Huayhua (2007), por fim, busca analisar comparativamente como se dá o processo de integração de jovens peruanos, bolivianos e argentinos (de primeira e segunda geração, em todos os casos) na sociedade brasileira.

Fernandez (2015) se foca na questão da identidade dos bolivianos em suas festas e manifestações culturais. O seu objetivo geral é analisar “por meio das atividades cotidianas de trabalho e lazer, [...] a manutenção da identidade do grupo [de bolivianos em São Paulo] e suas formas de fixação na sociedade de acolhimento.” (FERNANDEZ, 2015, p. 13).

Há pesquisas que estudam a relação dos bolivianos com os brasileiros nas escolas públicas e o acesso às políticas de educação (PUCCI, 2011; PONTEDEIRO OLIVEIRA, 2012; MAGALHÃES, 2010).

Pucci (2011) dá destaque às relações de alteridade, a partir de entrevistas com professores e diretores de escolas onde há alta prevalência de descendentes de bolivianos. Já Pontedeiro Oliveira (2012) objetiva analisar a interação social entre alunos bolivianos e brasileiros, dentro e fora da sala de aula; ou seja, seu foco está na observação dos próprios alunos, mas também tendo em vista as relações de alteridade. Tanto Pucci (2011) quanto Pontedeiro Oliveira (2012) adotam Elias & Scotson (2000) como referência bibliográfica, de modo a entender a relação entre os brasileiros e os bolivianos a partir da dinâmica estabelecidos-outsiders.

Magalhães (2010), embora também tenha como um objetivo específico analisar como os bolivianos constroem sua relação com a comunidade escolar local, dá maior ênfase no acesso à educação como um direito humano – adotando, inclusive, Hannah Arendt como referência bibliográfica.

Por fim, há outro grupo de estudos que abordam as dificuldades que os bolivianos enfrentam no acesso à saúde por conta das diferenças culturais, da situação irregular no país e da falta de informação (AGUIAR, 2013; AGUIAR & MOTA, 2014; FALEIROS, 2012; KHOURI, 2010; MARTINEZ, 2010; MASCARO, 2014; SILVEIRA et. al., 2014).

Aguiar (2013) busca “compreender, em sua historicidade, como diferentes grupos, no caso bolivianos e coreanos, percebem e expressam suas necessidades de saúde e como o serviço as toma.” (AGUIAR, 2013, p. 10) A unidade de saúde do estudo é o Bom Retiro.

Faleiros (2012), por outro lado, problematiza a diferença que existe, para o acesso à saúde por parte dos imigrantes, entre aquele oferecido pelo sistema universal e aquele oferecido pelo sistema de dominância privada, no Brasil (para imigrantes bolivianos) e nos EUA (para imigrantes brasileiros), respectivamente.

Khouri (2010) busca estudar “a violência [física] de gênero contra a mulher boliviana residente no Brasil”. Entre seus objetivos específicos estão, entre outros: a) “compreender os aspectos culturais da mulher na sociedade boliviana e estudar sua cultura”; b) estudar “a questão da violência doméstica contra a mulher boliviana e identificar a sua totalidade como ser social na sociedade de gêneros”; e c) analisar os atendimentos prestados pelos profissionais de saúde à mulher



boliviana.

Martinez (2010) tem como objetivo:

Descrever o comportamento da tuberculose (TB) na comunidade boliviana residente em quatro distritos do município de São Paulo (MSP), Belém, Bom Retiro, Brás e Pari, no período de 1998 a 2008, analisar seu possível impacto na tendência dessa doença e investigar possíveis disparidades em relação ao acesso aos serviços e na qualidade do atendimento entre bolivianos e brasileiros.(MARTINEZ, 2010, p.6).

Mascaro (2014) busca cruzar o diálogo que se estabelece entre os direitos humanos e o direito ao desenvolvimento a partir da análise do acesso da comunidade de imigrantes de bolivianos em São Paulo às políticas sociais de saúde.

Silveira et. al. (2014), por fim, buscam fazer um balanço bibliográfico das abordagens teóricas utilizadas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano, para depois se deterem especificamente no caso de São Paulo e dos bolivianos.

Tendo em vista o balanço da produção sobre imigração boliviana em São Paulo apresentada acima, segue-se com a exposição dos temas que foram pesquisados na dissertação “‘Viver Outramente’: Moradia, Condições de Vida e a Produção da Alteridade dos Bolivianos em São Paulo” (PUCCI, 2016).

Viver “Outramente”: Moradia, Condições de Vida e a Produção da Alteridade dos Bolivianos em São Paulo (PUCCI, 2016)³

Esta pesquisa centrou-se no estudo um bairro central (Brás, por concentrar grande contingente de bolivianos) e um distrito periférico (Grajaú), por ter havido um importante aumento de bolivianos nessa região de 2000 a 2010 (Censo Demográfico 2000 e 2010, IBGE).

Esta dissertação se ocupou das condições de moradia dos bolivianos em São Paulo, da exclusão desse grupo das políticas sociais (principalmente as de habitação e saúde). Essa escolha se justifica pelo fato de que tem sido negada aos bolivianos uma condição digna de moradia, o que vem a se somar às demais formas de subalternidade a que esse grupo é submetido como é o caso da clandestinidade (do ponto de vista da legalidade), da exploração de sua mão-de-obra e da estigmatização de que esse grupo é alvo.

3 Esta dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, sob orientação da Professora Doutora Maura Pardini Bicudo Vêras. Foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 14/21387-3. A pesquisa empírica envolveu 22 entrevistas com imigrantes bolivianos nos dois bairros. Adotou-se como estratégia de campo o estabelecimento de contato com organizações não-governamentais de assistência aos imigrantes e as governamentais. Foram realizadas entrevistas em duas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) no município de São Paulo, uma no Grajaú e outra no Brás. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da PUC-SP e da Secretaria Municipal de Saúde. Foi obtido o consentimento livre e esclarecido dos entrevistados.



Vemos na literatura que têm sido muito estudadas as dificuldades de adaptação desses imigrados às políticas sociais de educação (PONTEDEIRO OLIVEIRA, 2013; MAGALHÃES, 2010), das políticas de saúde (AGUIAR, 2013; AGUIAR & MOTA, 2014; KHOURI, 2010; MARTES & FALEIROS, 2013; MARTINEZ, 2010; SILVEIRA, 2014). Porém, há deficiência de estudos que se debruçam sobre as políticas sociais e/ou as condições de moradia dos bolivianos na cidade. Adotou-se a hipótese de que a precariedade dos serviços públicos em seu país de origem os leva a buscar nossas políticas sociais. Assim, por um lado, este projeto visou ocupar-se desse assunto.

Por outro lado, este projeto objetivou estudar um assunto não tão explorado entre os estudos sobre a territorialidade dos bolivianos em São Paulo, já que os estudos que se debruçaram sobre esse assunto privilegiaram os bolivianos concentrados em Guarulhos (APARECIDA DA SILVA, 2012; OLIVEIRA AGUIAR, 2009), e na região centro (Brás, Bom Retiro e Pari), norte e leste de São Paulo (XAVIER, 2010). Também se tomou conhecimento de apenas um trabalho sobre a questão da moradia entre os bolivianos em São Paulo (SIMONE, 2014), centrado nos bairros do Brás e Belenzinho. No entanto, não conhecemos estudo que tenha se focado especificamente sobre os imigrados bolivianos que começam a habitar a região sul. Além disso, tais análises têm como base os dados do Censo de 2000 e pretendo fazê-lo a partir do Ceno de 2010.

A esse conjunto de problemas também se soma a questão da alteridade (VIDAL, 2012; PUCCI, 2011, 2013; BAENINGER & SIMAI, 2000) e da convivência entre bolivianos e brasileiros. A literatura nos tem mostrado que esses imigrados são tidos por “invisíveis” pelos brasileiros (PUCCI, 2011). Além disso, tem sido ressaltado que os bolivianos são taxados pelos brasileiros como sujos, baderneiros, índios, traficantes e escravos (PUCCI, 2011).

Esse fenômeno também pode ser percebido nas interações entre esses imigrados e os brasileiros em escolas e hospitais públicos. A literatura (PUCCI, 2011) revela que existe um discurso de que esses imigrantes estariam disputando com os brasileiros por serviços públicos de educação, saúde e habitação.

A obra *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*, de Abdelmalek Sayad, foi a principal referência do trabalho. Este autor trabalha com o paradoxo de ser um imigrante. Segundo esse autor, “o imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. (SAYAD, 1998, p. 54).”

Sobre as teorias das migrações internacionais adota-se Sasaki & Assis (2000), Patarra (2006) e Muniz (2002) como referências. Procura-se “agregar as teorias neoclássica (micro) [em que o indivíduo faz escolhas racionais] e histórico estrutural (macro) [em que o indivíduo é impelido pelo contexto social mais amplo a tomar decisões] sob uma perspectiva domiciliar (ou familiar).” (MUNIZ, 2002, p. 3).

Adentrando um pouco mais ao tema principal da pesquisa, a alteridade, fundamentou-se em Elias e Scotson (2000), em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, que analisa a estigmatização como ferramenta para afastar os indesejados da concorrência pelo poder. Trabalhou-se também com Truzzi (2012), Hall (2003), Wieviorka (2006) e Castells (1999) para desenvolver as noções de “assimilação”, “identidade cultural”, (in)tolerância, reconhecimento das diferenças e o próprio racismo.

Quanto mais um grupo está segregado, mais ele reforça o discurso do racismo. Para trabalhar com “segregação” baseou-se em Marques (2005). Ele a conceitua



como *separação e desigualdade de acesso*.

Para trabalhar com o tema da precariedade e acesso à moradia apoiou-se em Bonduki (1998), Kowarick (2009) e Vêras (2003b). Entende-se moradia não só como a residência de fato, mas também os “seus complementos de infra-estrutura, serviços, transporte, equipamentos sociais e paisagem.” (VÉRAS, 2003b, p. 326).”

Já sobre a territorialidade, adotou-se Vêras (2003a), Santos (2007) e Carneiro (2009) como referência. Esse é um conceito explicativo tanto para o processo de formação de identidades, quanto para a reprodução das desigualdades sociais.

Essa pesquisa, portanto, procurou suprir as supracitadas lacunas presentes na bibliografia sobre os bolivianos em São Paulo.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Márcia E. (2013). **Tecnologias e cuidado em saúde: a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o caso do imigrante boliviano e coreano no bairro do Bom Retiro – SP**. Dissertação (Mestrado em Ciências). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

AGUIAR, Márcia E. & MOTA, André (2014). “Os imigrantes bolivianos e coreanos no bairro do Bom Retiro através das lentes do Programa Saúde da Família.” In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (organizadores), **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes: Direitos, Instituições e Circularidades.** – São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014.

ALVES, Ubiratan S. (2011). **Imigrantes bolivianos em São Paulo: a praça Kantuta e o futebol**. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade de São Paulo.

APARECIDA DA SILVA, Fabiana (2012). **Trabalho e (i)migração: determinações do movimento migratório de bolivianos da cidade de São Paulo para Guarulhos**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AZEVEDO, Flávio Antonio Gomes de. (2005). **A presença de trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo: Brasil/Bolívia**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM), Universidade de São Paulo, São Paulo.

BAENINGER, Rosana & SIMAI, Szilvia (2010). Práticas discursivas da negação do racismo em São Paulo. In: ANPOCS, 35, 2010, Caxambu. **Anais**. Caxambu, 2010.

BAENINGER, R; SOUCHAUD, S. (2007). **Vínculos entre a Migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/celade/noticias/paginas/4/28454/RBaeninger.pdf>> Acessado em: 04 de set. de 2010.



BAENINGER, Rosana (2012). “O Brasil na rota das migrações internacionais”. In: BAENINGER, Rosana (org.), **Imigração Boliviana no Brasil**. – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/ Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf#page=10>. Acesso em 27 de agosto de 2014.

BARALDI, Camila et al. (2013). “Informe Brasil”. In: GAINZA, P. P. (coord.). **Informe Políticas Migratorias e Integración em América del Sur**. São Paulo: Espacio Sin Fronteras. Disponible en: <<http://www.cdhic.org.br/wp-content/uploads/2013/06/Informe-Políticas-Migratorias-America-do-sul.pdf>>. Acesso 28 de julho de 2013.

BONASSI, Margherita (2000). **Canta, América sem fronteiras!: imigrantes latino-americanos no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola.

BONDUKI, Nabil, (1998) **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP.

CACCIAMALI, M. C; AZEVEDO, F. A. G. de. (2006). “Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: A situação dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo”. **Cadernos PROLAM/USP**. São Paulo, vol. 1, ano 5, pp. 129-43. Disponível em <www.usp.br/prolam/downloads/2006_1_7.pdf> Acesso em 17 jan. de 2011.

CAMARGO DE OLIVEIRA, Gabriela (2012). **A segunda geração de latino-americanos na Região Metropolitana de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas.

CAMPOS, Geraldo A. G. de. (2009). **Entre devires e pertencimentos: a produção da subjetividade entre imigrantes bolivianos em São Paulo**. 116f. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, Ciências Sociais. São Paulo.

CARNEIRO, Sandra de Sá (2009). “Tu mora onde? Território e produção de subjetividade no espaço urbano carioca”. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria Josefina G. (organizadores): **Cidade, olhares e trajetórias**, Rio de Janeiro: Garamond.

CASTELLS, Manuel. (1999). **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra.

DORNELAS, Sidnei M. (2009) – “Para sair do confinamento: a experiência das visitas às oficinas de costura de imigrantes bolivianos no quadro do projeto Somos Hermanos”. **Travessia – Revista do Migrante**. São Paulo, n.º. 63, pp. 20-5.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. (2000). **Estabelecidos e outsiders**. São Paulo, Zahar.

FALEIROS, Sarah M. (2012). **Universalidade e Políticas Públicas: a experiência**



dos imigrantes no acesso à saúde. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo.

FAVARETTO, Júlia S. (2012). **Descolonizando saberes**: histórias de bolivianos em São Paulo. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

FERNANDEZ, Camila C. G. (2015). **Entre dois países, sonhos e ilusões**: trajetórias de e/imigrantes bolivianos em São Paulo (1980-2000). Tese (Doutorado em História) apresentada à PUC-SP – História – São Paulo, 2015, 295p.

FREIRE DA SILVA, Carlos. (2008). **Trabalho informal e redes de subcontratação**: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____ (2009). “Precisa-se: Bolivianos na Indústria de Confecções em São Paulo”. **Travessia**. São Paulo, ano XXII, nº. 63, jan./ abr., pp. 05-11.

FREITAS, Patrícia Tavares (2009). **Imigração e Experiência Social**: o circuito de subcontratação transnacional de força-de-trabalho boliviana para o abastecimento de oficinas de costura na cidade de São Paulo. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas.

HALL, Stuart (2003). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovik ; trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte : UFMG - Brasília : Representação da UNESCO no Brasil.

HIRYE, H. M. Cursino de Moura (2006). **Estrangeiridade, invisibilidade política e vulnerabilidade psíquica: imigrantes bolivianos em São Paulo**. Ago. 2006. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/anais2006/4.20.3.1.htm>>. Acesso em: 28 Set. 2010.

HUAYHUA, Gladys L. (2007). **Primeira e segunda geração de jovens imigrantes argentinos, bolivianos e peruanos em São Paulo**: um estudo psicossocial da identidade e aculturação. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

ILLES, Paulo; TIMÓTEO, Gabrielle L. S. & FIORUCCI, Elaine da S. (2008). “Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo”. In: **Cadernos Pagu**, nº 31, Universidade de São Paulo.

KHOURI, Selma (2010). **Mulheres bolivianas em um Hospital Público em São Paulo**. Monografia (Especialização em Serviço Social). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília (UnB).



KOWARICK, Lúcio. (2009). **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34.

MAGALHÃES, Giovanna M. (2010). **Fronteiras do direito humano à educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARQUES, Eduardo. (2005). “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo (organizadores), **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**, São Paulo: Editora Senac São Paulo.

MARTINEZ, Vanessa N. (2010). **Equidade em saúde: o caso da tuberculose na comunidade de bolivianos no município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MASCARO, Laura D. M. (2014). “Imigrantes bolivianos: abordagem de direitos humanos ao direito ao desenvolvimento.” In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (organizadores), **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes: Direitos, Instituições e Circularidades**. – São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014.

MUNIZ, Jerônimo O. (2002). Um ensaio sobre as causas e características da migração. In: **UFMG / Cedeplar / Demografia – Avaliação** (Componentes de Dinâmica Demográfica). Disponível em <http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf> Acesso em 08 de maio de 2014.

OLIVEIRA AGUIAR, Ana Lúcia (2009). **Os bolivianos na periferia de Guarulhos**. Iniciação Científica. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo.

PAES, Vanessa G. (2011). **Trânsito de identidades e estratégias de negociação familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

PATARRA, Neide Lopes. (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. v. 20, n. 57, pp. 7-24.

PONTEDEIRO OLIVEIRA, Lis R (2013). **Encontros e confrontos na escola: um estudo sobre as relações sociais entre alunos brasileiros e bolivianos em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



PREURLAN, Renata B. (2012). **Mobilidade e classes sociais**: o fluxo migratório boliviano para São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

PUCCI, Fabio Martinez Serrano (2011). A Inserção dos Bolivianos nos bairros do Bom Retiro, Brás e Pari e a Produção da Alteridade: como são vistos pela vizinhança. **Relatório Científico**, São Paulo, CNPq. 316p.

_____. (2013). **Bolivianos em São Paulo: redes, territórios e a produção da alteridade**. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8902.dir/Pucci_trabajo_final.pdf> Acesso em 12 de mar. de 2014.

_____.(2014). **Os bolivianos nos bairros do Bom Retiro, Brás, Pari e a produção da alteridade: como são vistos pela vizinhança**. In: Alejandro Grimson. (Org.). Culturas políticas y políticas culturales. 1ed.Buenos Aires: Böll, 2014, v. 1, p. 47-56.

_____(2016). **Viver “outramente”**: moradia, condições de vida e a produção da alteridade dos bolivianos em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP.

REZERA, Danielle N. (2012). **Gênero e trabalho**: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo 1980 a 2010. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo.

ROLNIK, Raquel (2001). **São Paulo**. São Paulo: Publifolha. – (Folha explica).

SANTOS, Milton (2007). **O espaço do cidadão**. São Paulo: EDUSP.

SASAKI, Elisa; M.; ASSIS, Gláucia O. (2000). Teorias das migrações internacionais. In: **Anais do XII Encontro Nacional da ABEP**. Caxambu, outubro de 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf> Acesso em 11 de maio de 2014.

SASSEN, Saskia (1998). **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel Editora.

SAYAD, Abdelmalek. (1998). **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

SILVA, Sidney A. da. (1995a). “Uma face desconhecida da metrópole: os Bolivianos em São Paulo”. **Travessia**. São Paulo, nº. 23, set.

_____. (1995b). “Migrações Laborais na América do Sul: o caso dos bolivianos”. In: PATARRA, Neide (org.), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. 1a edição. Vol. 1. São Paulo, FNUAP, pp. 181-7.



_____. (1997). **Costurando Sonhos – Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo**. São Paulo, Paulinas.

_____ (1998a). “Clandestinidade e Intolerância: O caso dos Bolivianos em São Paulo”. **Travessia**. São Paulo, nº. 30, jan./abr.

_____ (1998b). “**Costureiros hoje ‘oficinistas’ amanhã? Indagações sobre a questão da mobilidade econômica e social entre os imigrantes bolivianos em São Paulo**”. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1, 1998, Curitiba. Anais. Curitiba: ed. IPARDES/FNUAP, pp. 383-94.

_____ (1998c). “Imigrantes bolivianos que trabalham nas pequenas confecções de São Paulo: aspectos do seu processo de reprodução social”. SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES ET ALII. **O Fenômeno Migratório no Limiar do Terceiro Milênio - Desafios Pastorais**. 1a ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, pp. 175-90.

_____ (2003). **Virgem/Mãe/Terra: Festas e Tradições Bolivianas na Metrópole**. São Paulo: HUCITEC/ FAPESP.

_____ (2005a). **Bolivianos: A presença da cultura andina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____ (2005b). “‘A Praça é Nossa!’: Faces do Preconceito num Bairro Paulistano”. **Travessia**. São Paulo, nº. 51, jan./abr.

_____ (2005c). “A Migração dos Símbolos: diálogo intercultural e processos identitários entre os bolivianos em São Paulo”. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, vol. 19, nº 3, jul./set.

_____ (2006). “Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade”. **Revista de Estudos Avançados da USP – Dossiê Migrações**. São Paulo, vol. 20, nº 57, mai./ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a12v2057.pdf>> Acesso em: 07 set. de 2010.

_____ (2007). “Etnia, Nação e Regionalismos no jogo identitário entre os imigrantes bolivianos em São Paulo”. In: HEIDEMANN, Heinz D.; SILVA, Sidney A. Da (orgs.): **Simpósio Internacional – Coletânea de Textos – Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais**. São Paulo, Humanitas, pp. 123-36.

SILVEIRA, Cássio et. alli (2014). “Processos Migratórios e Saúde: uma breve discussão sobre abordagens teóricas nas análises em saúde dos imigrantes no espaço urbano.” In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (organizadores), **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes: Direitos, Instituições e Circularidades**. – São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2014.



SIMONE, Angélica dos Santos (2014). **Os cortiços na paisagem do Brás e Belenzinho, São Paulo**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Geografia Física). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo.

SINGER, Paul Israel (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional.

SOUCHAUD, Sylvain (2011). “Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo” in: LANNA, Ana Lúcia D. et. alli (orgs.), **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda.

_____ (2012). “A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo?” In: **Imigração Boliviana no Brasil**, Rosana Baeninger (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p.

TIMÓTEO, Gabrielle L. S. (2011). **Os trabalhadores bolivianos em São Paulo**: uma abordagem jurídica. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo.

TRUZZI, Oswaldo (2011). “Redes em processos migratórios” in: LANNA, Ana Lúcia D. et. alli (orgs.), **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda.

_____ (2012). Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Dec. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000200008>.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (1980). **A vida em conjunto**: um estudo da política da habitação popular. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____ (coord.) (2000). Estrangeiros na Metrópole: espacialização, trajetórias e redes de sociabilidade dos imigrantes em São Paulo. **Relatório de Andamento**, São Paulo, CNPq, 346 p.

_____ (2003a). **DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo**. São Paulo: EDUC.

_____. (2003b). “Novos nômades urbanos na cidade contemporânea: desigualdade e exclusão sociais” in: CHAIA, Miguel e SILVA, Ana Amélia da (orgs.)



Sociedade, cultura e política: ensaios críticos. São Paulo: EDUC. pp. 323- 367.

_____ (coord.) (2003c). **Estrangeiros na metrópole: a produção da alteridade, cultura e territórios em São Paulo.** Relatório de Andamento da Pesquisa. São Paulo, CNPq.

_____. (2009). **Alteridade e Segregação em São Paulo: habitações da pobreza e a produção do “OUTRO”.** Vínculos e Rupturas. Projeto de Pesquisa aprovado pelo CNPq, período 2010-2014.

VIDAL, Dominique. (2012). “Convivência, alteridade e identificações: brasileiros e bolivianos nos bairros centrais de São Paulo”. In: BAENINGER, Rosana (Org.), **Imigração Boliviana no Brasil**, – Campinas: Núcleo de Estudos de População- Nepo/ Unicamp; Fapesp; CNPq; Unfpa, 2012. 316p. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/bolivianos/livro_bolivianos.pdf#page=10>. Acesso em 27 de agosto de 2014.

WEBER, Max (1946). **Economia e sociedade.** México, Fondo de Cultura Económica.

WIEVIORKA, Michel. (2006). **Em que mundo viveremos?** Trad. Eva Landa e Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva.

XAVIER, Iara Rolnik. (2009). “A Cidade de El Alto e os Fluxos de Bolivianos para São Paulo”. **Travessia.** São Paulo, ano XXII, nº. 63, jan./abr.

_____ (2010). **Projeto migratório e espaço:** os bolivianos na região metropolitana de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Recebido: 13 mar., 2017.

Aceito: 21 jun., 2017.



As migrações recentes como possibilidades poéticas e políticas de transformação do mundo social

Recent migrations as poetic and politic possibilities of transformation of the social world

Janaina Santos¹

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão acerca das migrações recentes como possibilidades poéticas e políticas de transformação do mundo social. O fenômeno migratório deste século XXI, a partir de Santa Catarina, é analisado a partir de suas liminaridades, montagens e possibilidades de desencadear transformações. O enfoque proposto, para além das precariedades e restrições de direitos que incidem sobre populações migrantes, atenta para a sua positividade. Através desta perspectiva, os constantes deslocamentos e reelaborações de identidades e de modos de estar no mundo, mais fluídos e menos estáveis presentes no cotidiano destes novos fluxos migratórios podem ser compreendidos como desencadeadores de novos paradigmas de relações contra-hegemônicas.

Palavras-Chave: migração, transformação social, liminaridades, poética, antropologia.

Abstract

This article proposes a reflection about the recent migrations as poetic and politic possibilities of transformation of the social world. The migratory phenomenon of this XXI century, from Santa Catarina, is analyzed from its liminarities, mounts and possibilities to trigger transformations. The proposed approach, in addition to the precariousness and restrictions of rights that affect migrant populations, is attentive to its positivity. Through this perspective, the constant shifts and re-constructions of identities and ways of being in the world, more fluid and less stable in the daily life of these new migratory flows can be understood as triggering new paradigms of counter-hegemonic relations.

1 Doutoranda em Antropologia Social no PPGAS/UFSC, Mestre em História Cultural, Especialista em Educação a Distância, membro do GAIRF (Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e região), do GT I (Grupo de Trabalho sobre Imigração da Comissão de Direitos Humanos da ALESC) e do Observatório das Migrações da UDESC. Vinculada ao GESTO (Grupo de Estudos em Oralidade e Performance).



Keywords: migration, social transformation, liminaries, poetics, anthropology.

De acordo com Taussig as categorias precisam ser pensadas não como manifestações do natural mas “como um produto do desenvolvimento de relações humanas mútuas – ainda que encobertas por aparências reificadas em uma sociedade baseada na produção de mercadorias” (Taussig, 2010, p.30). Deste modo, a imigração e o refúgio podem ser compreendidos como efeitos das condições históricas e sociais em que vivemos. Os fatos sociais não existem naturalmente, mas “revelam-se de alguma maneira, como signos de relações sociais” (idem, p.31), assim como seus usos seletivos nos processos de construções de memórias e identidades, enquanto processos que se fortalecem na diáspora, com base na *différance*, conceito que Hall (2003) busca em Jacques Derrida, remetendo a um significado que não é fixo nem completo, mas que está em constante deslizamento e fluidez. A identidade, portanto, é vista como um tornar-se, um vir a ser relacional e contextual. E, como percebido por meio de trabalho etnográfico com populações migrantes de haitianos e senegaleses – historicamente reconhecidas como diaspóricas -, através de seus constantes deslocamentos, torna-se possível compreender este caráter aberto e em construção dos processos identitários.

A ideia deste artigo é refletir sobre as múltiplas maneiras pelas quais imigrantes e refugiados - doravante designados como migrantes, conforme propõe Agier (2016) - se fazem presentes coetânea e simultaneamente nos mais diversos contextos, bem como sobre a positividade do fenômeno das migrações. Este termo, como propõe o autor, engloba as imigrações e as situações de refúgio e solicitação de refúgio, através da adoção de uma posição descentrada e crítica em relação aos enunciados administrativos, midiáticos ou públicos, que são categorias sempre em defasagem em relação à complexidade social. Segundo o autor a palavra migrante é um termo descritivo, neutro e genérico, referindo-se a pessoas em deslocamento, sem prejudicar de onde elas vêm ou para onde vão, ao passo que refugiados é uma categoria histórica e como tal, sujeita a reelaborações conforme o contexto, além de compreender uma definição jurídica e institucional².

2 O estatuto do refugiado é definido por um ambiente internacional e histórico que evolui com seu contexto. Por esta razão Agier defende uma posição nominalista, através da qual são refugiados aqueles designados como tais pelas instituições habilitadas a fazê-lo, a HCR, a OFPRA (*Office français pour la protection des réfugiés et apatrides*) na França, CONARE no Brasil, etc. Isso porque muitos dos que são genericamente chamados de ‘refugiados’ não tem hoje o estatuto nem os direitos relacionados, sendo na maior parte das vezes solicitantes de refúgio ou imigrantes. Segundo a ONU - através da Convenção de Refugiados de 28 de julho de 1951 que entrou em vigor a 21 de abril de 1954 com a criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e em seguida pelo “Protocolo de 1967”, ampliado pela Convenção que Regula os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados na África, adotado pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana em 10 de setembro de 1969 - refugiado é “qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o seu lugar de residência habitual para procurar refúgio em outro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade” (p. 8).



O mundo contemporâneo experimenta um momento em que constantes deslocamentos populacionais vêm transformando continuamente relações, escalas e paisagens sociais (Appadurai, 2004). Apesar destes deslocamentos não constituírem um fenômeno recente, estas interações apresentam-se em nova intensidade, implicando transformações relacionadas a (re)construções identitárias e des-re-territorializações constantes, mas também a precariedades, conforme Butler (2009) e Sayad (1998). Butler faz uma crítica à violência de Estado empregada por Israel contra os palestinos, subjugando uma população nativa e minoritária, colocando-se em defesa de “atos formais que garantam uma igualdade mais inclusiva e que acabem com as formas contemporâneas de discriminação, violência diferencial e assédio diário ao povo palestino” (Butler, 2017, p. 42).

No Brasil não se pode afirmar que exista uma tal violência institucional contra as populações imigrantes e refugiadas, mas a omissão e a ausência do Estado também não permitem admitir que esta violência não exista, ou pelo menos que não seja admitida e tolerada (quando não incentivada), uma vez que todos atendimentos é baseado na securitização³. As instituições responsáveis pelo atendimento às populações migrantes são o Ministério da Justiça e o Ministério do Trabalho, definindo as populações migrantes nos âmbitos da segurança nacional ou do trabalho. Se o poder público mostra-se ausente da discussão sobre migrações e não trabalha no estabelecimento de políticas públicas, como de fato tem ficado demonstrado pela realidade catarinense, pode-se inferir que contribui para segregar, excluir e incitar a violência. As populações imigrantes e refugiadas ficam, desta forma, expostas a mais uma fragilidade e muitas vezes tornam-se o alvo de hostilidades sociais agravadas em tempos de crise. No intuito de minimizar esta tragédia social, movimentos não governamentais, organizações religiosas, militantes, pesquisadores e os próprios migrantes se organizam e performam quadros de resistência e de transformação social.

Refletir sobre o fenômeno dos múltiplos trânsitos de pessoas, mercadorias, saberes e práticas em escala global na contemporaneidade, bem como sobre os ruídos provocados e evocados, pode caminhar na direção de uma maior interdependência política no sentido do intercâmbio de experiências proposto por Walter Benjamin, em que se reflita sobre simetrias ao invés de perpetuar práticas de dominação e desigualdades. Os novos fluxos migratórios inserem-se em um movimento amplo e complexo, consequência das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que atravessam o mundo, aceleradas pela globalização, pela crise dos estados-nação e da modernidade, pelo aumento das desigualdades e

3 Gradualmente é possível percebermos lentas mudanças em alguns estados do Brasil, como é o caso de São Paulo, principalmente devido à pressão da sociedade civil e das próprias populações migrantes. Em São Paulo, estado que concentra boa parte dos migrantes que chegam ao Brasil, pelo menos inicialmente, em 2014 foram inaugurados o Centro de Referência e Acolhida para Migrantes (CRAI), sob responsabilidade da prefeitura municipal, e a Casa de Passagem Terra Nova e o Centro de Integração e Cidadania do Imigrante (CIC do Imigrante), administrados pelo poder público e estadual. Mas na prática as ações de recepção e acolhida aos migrantes continua sob responsabilidade da Igreja Católica, através da Pastoral do Migrante e da Cáritas, de outras organizações religiosas, de grupos voluntários, de iniciativas pontuais de pessoas da sociedade civil, pesquisadores, servidores públicos e dos próprios grupos organizados de migrantes que aqui se encontram.



dos conflitos locais, dos efeitos da colonização, do imperialismo, do desenvolvimento do capitalismo, dos processos de racialização, bem como da circulação de informações e bens, e portanto, não podem ser considerados isoladamente.

Sob esta perspectiva, o processo migratório coloca em relação o passado e o presente, assim como o contexto de origem e o contexto de chegada através dos transnacionalismos e translocalismos, dos discursos de 'nós' e 'eles', articulando novos sentidos às experiências vividas e evocando devires, resistindo à invisibilidade e ao silêncio. Migrantes, voluntários ou involuntários⁴, insistem em se deslocar pelos espaços, em criar novas formas de existir, constituindo um movimento que além de político é poético, na medida em que articula novos sentidos e sensibilidades, mas também é performativo na medida em que é transformador de contextos e relações.

Agier associa este interesse da antropologia das fronteiras, das mobilidades e da migração à mundialização humana e a uma nova condição cosmopolita (Agier, 2016, p.9). Sua análise, baseada em pesquisas feitas ao longo quinze anos com pessoas em deslocamento, refugiadas e migrantes em diferentes partes do mundo, entretanto, constata que a mundialização, ao contrário das melhores perspectivas do final do século XX, tem tido por efeito a multiplicação de fronteiras, muitas vezes endurecidas por muros, o aumento das especificidades nas regulamentações regionais ou nacionais, e a distinção de categorias jurídicas de pessoas cada vez mais desiguais do ponto de vista dos direitos. Toda esta lógica burocrática e securitária, calcada no 'pânico social' (Bauman, 2016) tem contribuído para tornar a precariedade das migrações permanente e ordinária, estabelecendo performances excludentes de alteridade. Com argumento que propõe pensarmos os caminhos divergentes, Butler considera que a "universalização só tem chance de se renovar dentro de um projeto radicalmente democrático quando essas [suas próprias] normas são desmontadas" (Butler, 2017, p. 32).

Partimos do princípio de que as narrativas de pessoas migrantes se desdobram em performances e poéticas de constantes transformações e refletem a ambivalência da liminaridade. Isso porque "os migrantes, os refugiados e os nômades não se limitam a circular. Necessitam também estabelecer-se, solicitar asilo ou nacionalidade, exigir acesso à moradia e à educação, fazer valer seus direitos econômicos e culturais e procurar para si o estatuto de cidadãos" (Bhabha, 2013, p. 26, tradução livre).

Frederico Lucena de Menezes (2007), que é médico e psicanalista, e utiliza uma perspectiva "bio-lógica" para compreender as migrações, afirma que o equilíbrio ecológico da vida não é possível sem perturbações e movimentos, pois estes permitem a diversidade e a transformação da natureza. O autor descreve o processo migratório da seguinte forma:

4 A migração voluntária é um fenômeno que se refere ao deslocamento por motivos econômicos, afetivos, socioculturais ou outros. A migração involuntária está muitas vezes associada às situações refúgio ou de solicitação de refúgio, e decorre de perseguições ou exposição a riscos concretos no país de origem ou de residência. A migração forçada, historicamente, refere-se também ao deslocamento de pessoas escravizadas. Refugiado é, portanto, um migrante amparado pela Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados (também conhecida como Convenção de Genebra, de 1951) e pelo Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967.



“A viagem de migração é também uma viagem do espírito humano. É a imaginação viajando através do caos, tentando reduzir o caos à clareza e ordem interior. Nessa viagem, a dimensão poética, criativa, não exclui o toque da imagem de novos começos em novos lugares. O poeta vai a novas terras através da criação, enquanto o migrante viaja poeticamente a novos lugares para criar” (Menezes, 2007, p.131)

Esta abordagem das migrações como possibilidades poéticas e políticas de transformação do social foi inicialmente pensada a partir de leitura de *O espelho da Tauromaquia*, de Michel Leiris (2001). Narrando diversas imagens evocadas a partir da tauromaquia, o autor menciona a importância dos ‘construtores de espelhos’, aqueles que ao invés de banir ou mascarar a morte, incorporam-na à vida, com todos os riscos envolvidos e assim, ao olharem a morte de frente, mergulham no abismo e de lá saem, num processo de transmutação. Fruto de uma revelação, no sentido de uma experiência crucial, a tauromaquia vista através do espelho, esclarece aspectos obscuros da vida, aquilo que não tem uma forma única, mas que é repleto de ambivalências e polissemias. Segundo Leiris,

(...) certos lugares, certos acontecimentos, certos objetos, certas circunstâncias muito raros suscitam, quando sobrevêm que se apresentem ou que nos envolvamos com eles, a sensação de que sua função na ordem geral das coisas consiste em nos pôr em contato com o que há em cada qual de mais profundamente íntimo, de mais quotidianamente turvo e mesmo de mais impenetravelmente oculto (Leiris, 2001, p.11).

Neste sentido a tauromaquia, bem como a arte, teria lugar na interação de contrastes, no paroxismo, no escancaramento de ambiguidades, dissonâncias, passagens liminares e, portanto, transformadoras. Segundo ele os construtores de espelhos seriam os toureiros, os poetas e os amantes que nos proporcionam revelações a partir de experiências cruciais, lançando luz sobre nós mesmos e visibilizando contradições e contrastes, como no jogo/dança/luta/relação entre o touro e o toureiro. No limiar entre a vida e a morte, entre o sagrado e profano, na fronteira entre o ‘reto’ e o ‘torto’ acontece um movimento de aproximação e afastamento da morte e um (re)nascimento torna-se possível, sob a iminência e a presença dos riscos. Sua função a partir dos “lugares em que o homem tangencia o mundo e a si mesmo” (idem, p.75) seria incorporar a morte a vida, lembrando que o mundo vai além do que é visível, objetivo, fixo e estável.

Nossa proposta aqui é considerar os migrantes também como construtores de espelhos, na medida em que nos obrigam a olhar para outras realidades, assim como para nós mesmos e refletir sobre as construções sociais que tornaram possível nossa atual configuração social com suas hegemonias e fronteiras.

A migração, portanto, constitui-se como um fenômeno social liminar, político e poético, que articula passado e presente através de temporalidades e espacialidades múltiplas. Assim os fluxos relacionados à imigração apontam para o que Turner (2008, 2013) definiu como liminaridade, enquanto zona simbólica de transição ou passagem, espaço de indefinição que em si já é transformativo, indefinido, criativo mas também desconhecido e repleto de rupturas. Tal sentido de



liminaridade me foi sugerido por diversos dos meus interlocutores migrantes, tanto homens quanto mulheres que se referem ao fato de que é 'natural' mudar para outro país para 'conhecer outras realidades' e talvez também para poder ajudar os que ficaram nos países de origem ou em alguns casos trazê-los para juntarem-se a eles no novo contexto.

'Conhecer' neste sentido assume o significado de uma experimentação. Trata-se de um processo através do qual o movimento de deslocar-se de um lugar a outro gera, além de novas possibilidades, novas percepções. A vida para imigrantes e refugiados é escancaradamente aberta a improvisações no sentido atribuído por Deleuze, de "juntar-se ao mundo, ou fundir-se com ele" (Deleuze & Guattari, 2004, p.343-344) e implica em riscos. Mas estes, costumeiramente tomados em sua negatividade, podem ser positivados, conforme Mary Douglas (1992) que compreende o risco como um cálculo ou uma aposta que fundamentalmente é positivo, mas que aos poucos foi culturalmente transformado em um perigo ou uma perda, assumindo assim uma conotação negativa.

Desta maneira os constantes deslocamentos migratórios constituem-se em processos liminares, na medida em que possibilitam movimentos que transformam a realidade tanto dos contextos de origem quanto de chegada, desencadeando performances e experiências intersticiais. Como afirma Dawsey (2006, p.136) as "experiências de liminaridade podem suscitar efeitos de estranhamento em relação ao cotidiano". Este estranhamento produz uma reflexividade que consideramos aqui em sua positividade na medida em que opera uma exposição das fissuras do real e possibilita ou escancara a necessidade de transformação.

Não se trata de descartar ou minimizar as dificuldades pelas quais passam imigrantes e refugiados, nem todo o racismo, preconceito e xenofobia de quem vem sendo vítimas por parte de um precariado emergente que insiste em falar de 'crise', pânico social (Bauman, 2016) e de fronteiras. Trata-se de perceber estas (dis)junções e (des)continuidades como [tentativas de] interrupções nos fluxos, mas de buscar construir com e através delas uma certa poética que é também política, algo que Crapanzano (2004; 2005) definiu como 'horizontes imaginativos' e que Turner descreveu como efeito de um "espelho mágico" (Turner 1987, p.22).

Os migrantes, tendo deixado de ser de seu país de origem, tampouco pertencem imediatamente a outro país. Estão numa zona liminar, num interstício experiencial que provoca múltiplas reflexividades. Estar presente não corresponde a permanecer, é antes parte de um processo, de um fluxo, de um descobrir-caminho através do qual as experiências são transformadas continuamente. As relações familiares e de gênero são transformadas irremediavelmente com a migração, conforme aponta Nancy Green (Green, 2011).

O migrante, como sujeito social, torna-se um sujeito liminar, que não pertence a nenhum lugar definitivamente mas que está transnacionalmente conectado, falando diversas línguas e em contato com diferentes culturas, afetos e países quase simultaneamente. Trata-se de um processo que se inicia com uma ruptura com o contexto de origem, com um caos que se espera reordenar no lugar de imigração, mas que também é repleto de caos. Para Agier a figura do migrante contemporâneo se forma em "um lugar que é múltiplo, entre diversas ancoragens, mesmo que estas sejam precárias, entre inserções parciais e provisórias na economia do ou dos países de acolhida ou de trânsito, sendo uma forma de presença no mundo



que permanece mais ou menos na fronteira” (Agier, 2016, p. 27).

As novas ancoragens e reconfigurações, não apenas na economia, mas como sujeito de direitos, precisam ser construídas, performadas, produzindo espelhamentos que anunciam uma inversão: através da experiência das populações migrantes somos forçados a enxergar a alteridade que há em nós, pois ao nos depararmos com a alteridade do outro nos encontramos com nossa própria alteridade e desta forma um movimento de transformação social acontece.

O olhar espelhado do estrangeiro nos torna também estrangeiros em busca de resignificação. Do mesmo modo, a identidade hegemônica só existe na relação com outra que lhe é alheia, pois é na alteridade que ambas se constituem, afinal “a diferença é parte ativa da formação da identidade” (Silva, 2014, p.84) e ainda que tomemos os processos identitários como múltiplos, assim como seus mecanismos discursivos, simbólicos e linguísticos de produção, eles são possíveis através da relação, bem como são impossíveis de fixar.

Conforme Dawsey afirma a observação dos dramas sociais ilumina “o lado cotidiano do extraordinário. Se as margens, como diz Turner, podem revitalizar a vida social, o teatro dos ‘bóias-frias’ tende a colocar-se, poder-se-ia dizer, às margens dessas margens” (Dawsey, 2005a, p.30), provocando um estranhamento do extraordinário. Sua jornada, inscrita como liminaridade é o extraordinário, da mesma forma que os deslocamentos migratórios. Migrar é extraordinário, é colocar-se na margem, abrir-se para o estranhamento e para a construção de estranhamentos múltiplos. Assim, pode-se compreender as performances poéticas e políticas e a presença de migrantes como ações cotidianas sobre o extraordinário, que atuam construindo continuamente relações de sobreposições e articulando cada nova experiência e cada novo contexto, em um trabalho de montagem histórica, social, cultural e política.

Acreditamos, tal qual John Dawsey, que “experiências que irrompem em tempos e espaços liminares podem ser fundantes. Dramas sociais propiciam experiências primárias” (Dawsey, 2005b, p.165). Desta forma é possível percebermos o quanto as migrações podem revelar sobre, não apenas estar fixo, mas sobre o modo como as sociedades modernas e contemporâneas constroem seus valores e suas fronteiras físicas e simbólicas, sobre os resíduos históricos do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo. Segundo Turner (1987) através do efeito de espelhamento (do espelho mágico) que constitui uma experiência liminar, a sociedade se vê se se reflete por múltiplos ângulos.

Ainda, de acordo com Hall pensar a migração a partir da perspectiva transcultural implica em dialogicidade porque busca compreender tanto “como o colonizado produz o colonizador quanto vice-versa” (Hall, 2009, p. 31). Neste processo de mútua produção ou transformação, importa-nos perceber as ‘zonas de contato’ e suas invenções, seleções e montagens. Esta ideia de montagem foi utilizada por Taussig (1993) para descrever os horrores do colonialismo e do ciclo da borracha na Floresta Amazônica colombiana e os processos de cura xamânicas que tornaram possível reelaborar o passado a partir de múltiplas montagens. O autor descreve cenas ou imagens e as desloca, criando efeitos de estranhamento, desfazendo a ideia de uma narrativa linear e coerente sobre o passado e tornando evidentes as múltiplas perspectivas e suas justaposições, tanto da história quanto de suas possibilidades narrativas.



Taussig oferece algumas definições de montagens, dentre elas: “alterações, brechas, deslocamentos e guinadas”, “súbita mudança de cena, que rompe com qualquer tentativa de ordenamento narrativo e que impede o sensacionalismo”, “situações que se alteram subitamente” (Taussig, 1993, p.413-414), assim como oscilações para dentro e para fora, fragmentos. O autor adota uma técnica de ‘crítica e descoberta’ que “não se sujeita a uma imagem da verdade” mas a “uma imagem da verdade enquanto experimento, revestida de particularidades” (idem, p.415). Esta ideia de montagem enquanto possibilidade do presente que atua articulando imagens se encaixa no modo como compreendemos a migração a partir das narrativas múltiplas e fragmentadas dos sujeitos migrantes, acionando sentidos e performances, construindo uma poética em transformação contínua ao mesmo tempo em que espelha a fixidez, tanto dos sujeitos não migrantes quanto dos estados-nações e suas fronteiras.

Assim, pensar sobre as transformações desencadeadas e demandadas pelas situações de refúgio e imigração, em busca de visibilidade e direitos sociais, incluindo o direito de migrar tal qual proposto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, aponta para uma possibilidade de transformação da ordem hegemônica e estabelecida. Isto porque o atravessamento das múltiplas fronteiras por populações migrantes aponta para uma forma de poética e política de resistência e desobediência civil, no sentido da não aceitação da ordem e da ética estabelecida (Butler, 2017).

Portanto, refletir sobre os trânsitos de pessoas que se deslocam e cruzam fronteiras nos possibilita refletir sobre o deslocamento na sua liminaridade, na sua imanência e ao mesmo tempo, compreender os lugares como não-lugares, na medida em que são também espaços de deslocamento e de trânsito que nem sempre acionam pertencimentos e engajamentos mais sólidos. Este movimento requer novos arranjos que são experimentados através de sucessivas e múltiplas fronteiras, alternando estabilidade e desestabilidade, e através dos sucessivos e múltiplos deslocamentos (e montagens), constituindo novas configurações políticas, sociais e poéticas, uma vez que, como afirma Geertz, “o sentimento de ser estrangeiro não começa à beira d’água mas à flor da pele” (Geertz, 1999, p. 22).

Por fim, a poética dos processos de migração remete a Sansot (1986) no sentido de evitar significações unívocas sobre os sujeitos nestes fluxos e os processos relacionados, focando nas múltiplas possibilidades que as imagens e os significados que seus deslocamentos e presenças criam, transformam e evocam. Assim os deslocamentos humanos, para além dos trânsitos de pessoas, práticas e saberes, nos fazem refletir sobre a fixidez, as fronteiras, a permeabilidade, e a transformação dentro um fluxo constante de movimento.

Este movimento de abertura que as migrações produzem gera novos movimentos, transformando contextos e identidades. Como nos lembra Serge Gruzinski, “a identidade define-se sempre, pois, a partir de relações e interações múltiplas. Foi o contexto da conquista e da colonização da América que incitou os invasores europeus a identificarem seus adversários como índios e, assim, englobá-los nessa apelação unificadora e redutora” (2001, p.53). Da mesma maneira os migrantes, individual e coletivamente, estão inscritos em múltiplas categorias identitárias, articulando-as em diversas montagens, juntamente com as situações experimentadas, performadas e narradas e encontram-se em constante movimento, provocan-



do sucessivas transformações.

Partimos, portanto, de uma perspectiva que busca um olhar atento ao movimento contínuo e transformador da vida através da agência dos sujeitos migrantes e à positividade poética e política desta liminaridade enquanto abertura para o mundo, devir de possibilidades do sensível. Da mesma forma, trata-se de aceitar novos reflexos da realidade e do presente e suas possibilidades de espelhamentos, reflexos que por si só, são transformadores.

As migrações, segundo esperamos ter demonstrado, atuam como construtoras de espelhos que refletem e transformam o real, informando que migrantes e não-migrantes estão irremediavelmente inseridos em um processo dialógico de liminaridade e transformação. Neste processo articula-se uma poética e uma política da migração, através da compatibilização e fricção entre as múltiplas dimensões da vida social, percebidas e atravessadas em suas pontes e fronteiras reais ou metafóricas. Entre os diversos desafios que se colocam sublinhamos a compreensão destes novos fluxos migratórios em sua positividade, através de seu potencial transformador, a partir de uma responsabilidade ética e contra-hegemônica.

Afinal, “estamos vinculados uns aos outros antes de um contrato e antes de qualquer ato volitivo” e “não existe uma parte sequer da população que possa reivindicar a Terra para si. Fazer isso é entrar numa política de genocídio” (Butler, 2017, p. 32). Compreender e dialogar com a pluralidade, a diversidade e a heterogeneidade pode colaborar para a construção de novas bases relacionais, e neste aspecto as migrações recentes têm muito a ensinar sobre relações mais éticas e igualitárias através de seus múltiplos deslocamentos bem como dos múltiplos deslocamentos e socialidades que desencadeiam.

Referências

AGIER, Michel. 2001. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, vol. 7 (2): 7-33.

AGIER, Michel. 2011. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.

AGIER, Michel. 2016. **Les Migrants et Nous: Comprendre Babel**. Paris: CNRS Éditions.

BAUMAN, Zygmunt. 1999. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar.

BUTLER, Judith. 2009. **Dar cuenta de sí mismo. Violência ética y responsabilidad**. Buenos Aires, Amorrortu.



_____. 2015. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____. 2009. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2009.

_____. 2017. **Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo**. São Paulo: Boitempo.

CRAPANZANO, Vincent. 1991. **Diálogo**. *Anuário Antropológico*, Brasília, n.88, p. 59, 80, 1991.

_____. 2005. Horizontes imaginativos e o aquém e além. *Revista de Antropologia*, 48 (1), 363-384.

DAWSEY, John. 2006. **O Teatro em Aparecida: a santa e o lobisomem**. MANA 1291: 135-149.

_____. 2005a. **O teatro dos 'bóias-frias': repensando a antropologia da performance**. *Horizontes Antropológicos* 11 (24): 15-34.

_____. 2005b. Victor Turner e a Antropologia da Experiência. In: **Cadernos de Campo**, n. 13.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. 2004. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Ed. Assírio e Alvim.

DOUGLAS, Mary. 1991. **Pureza e perigo: ensaios sobre as noções de poluição e tabu**. Lisboa, Edições 70.

FELDMAN-BIANCO, Bela. 2009. Reinventando a localidade: Globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 19-50, jan/jun 2009.

GREEN, Nancy. 2011. Mudando paradigmas em estudos de migração, de homens para mulheres para gênero. In: **Diásporas, Mobilidades e Migrações**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres.

GRUZINSKI, Serge. 2001. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras.

HALL, Stuart. 2003. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

LEIRIS, Michel. 2001. **Espelho da Tauromaquia**. São Paulo: Cosac & Naify Edições.



MENEZES, Frederico Lucena. 2007. Migração: Uma perspectiva psicológica, uma leitura pós-moderna ou, simplesmente, uma visão preconceituosa. In: CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti et all. 2007. **Migração e identidade: olhares sobre o tema**. São Paulo: Centauro.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Genebra, 1948.

SAYAD, Abdelmalek. 1998. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP.

SILVA, Tomaz Tadeu da. 2014. A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes.

TAUSSIG, Michael. 1993. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Turner, Victor. 1987. Images and Reflections: Ritual, Drama, Carnival, Film and Spectacle in Cultural Performance. In **The Anthropology of Performance**. New York: PAJ Publications.

Turner, Victor. 2008. **Dramas, Campos e Metáforas**. Niterói, EDUFF.

_____. 2012. **Liminoide em Brincadeira, Fluxo e Ritual. Um ensaio sobre simbologia comparativa**. Mediações 17(2): 214-257.

_____. 2013 [1969]. **O Processo Ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. 1981. **Social Dramas and Stories about them**. In: **On Narrative**. W.J.T. Mitchell (org.). Chicago, University of Chicago Press, pp. 137-164.

_____. 2005. **A Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.

SANSOT, Pierre. 1986. **Les formes sensibles de la vie sociale**. Presses Universitaires de France: Paris.

Recebido: 19 maio, 2017.

Aceito: 22 jun., 2017.



A leste do Éden: *migrações por amenidade* num balneário da costa atlântica uruguaia

East of Eden: amenity migrations in a seaside resort on the Uruguayan Atlantic coast

Daniel Cajarville¹

Resumo

Este trabalho procura refletir sobre o fenômeno das *migrações por amenidade*, a partir das manifestações que desta modalidade não-convencional de migração se desdobram para o caso do balneário uruguaio La Paloma e sua área de influência. O artigo discute algumas entre as aspirações assinaladas por parte de diferentes migrantes que chegaram à referida área nos últimos anos, assim como aprofunda sobre diversos aspectos da vida cotidiana no balneário em relação à sua adaptação a essa região da costa leste uruguaia.

Palavras chave: migrações, turismo, estilo de vida.

Abstract

This paper reflects on the phenomenon of *amenity migrations*, through the expressions this unconventional modality of migration shows for the case of the Uruguayan seaside resort La Paloma and its area of influence. The article discusses some of the aspirations pointed out by different migrants who arrived in this area during the last years, as well as it deals with different aspects of everyday life related to the adaptation to this region of the Uruguayan east coast.

Keywords: Migrations, tourism, lifestyle.

Introdução

As *migrações por amenidade* representam uma dinâmica de escala global, que pode ser definida como “a mobilidade de pessoas a lugares, de maneira permanente ou parcial, principalmente por causa de uma real ou aparente alta per-

1 Bacharel em Sociologia pela Universidade de La República (Uruguai), mestrando em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Docente e pesquisador associado ao Departamento de Ciencias Sociales y Humanas, do Centro Universitario Regional Este, da Universidad de la República. Contato: daniel.cajarville@gmail.com



cepção de qualidade ambiental e diferenciação cultural do destino”² (GLORIOSO & MOSS, 2007, p. 138). Este tipo de migração pode também ser entendido como *contraurbanização*, de acordo a Stewart (2002), ao constituir uma tendência contrária aos fluxos campo - cidade. A referida estratégia de mobilidade envolve objetivos e justificativas específicas, as quais geralmente tem a ver com *projetos de vida* associados às camadas médias e altas desde aspirações estreitamente ligadas a elas sobre as quais este artigo aprofunda para o caso de La Paloma.

A morte das distâncias (BAUMAN, apud SELLER & URRY, 2004: 4), a partir de uma velocidade a cada vez mais vertiginosa para os fluxos informacionais e de pessoas em perspectiva global, junto à concomitantes valorações contemporâneas revigorantes de representações favoráveis à vida fora das grandes cidades (pelo menos entre alguns dos habitantes destes últimos cenários), possibilitam à referida migração inversa àquela desde o campo à cidade. Ao pensar as *migrações por amenidade*, usualmente encontramos pessoas que após serem turistas em um lugar optam por ser residentes permanentes nele, passando muitas vezes a se envolver na *indústria turística* como prestadores de serviços. Entre outros fatores a prática do turismo, desde o seu vertiginoso ascenso nas últimas décadas, tem envolvido como correlato dinâmicas de mobilidade, tais como este tipo de migrações (MOSS, 2006), a qual pode ser entendida como uma sombra do turismo (GONZALEZ et al., 2009). Ambos fenômenos envolvem percepções ambientais assim como profundos laços com o território escolhido, os quais envolvem *horizontes imaginativos* nos que convergem a busca de uma maior proximidade de uma natureza e paisagens como aqueles encontrados em lugares tais como balneário aqui abordado, seguindo práticas denominadas por Carvalho & Steil (2008) de *cultivo do ambiente* que acompanham certo *cultivo de si*.

Ao considerar-se La Paloma como lugar a habitar, entram em jogo significações sobre a pequena cidade contrastantes do modo de vida da grande cidade. Aham-se representações sobre o campo e a pequena cidade que remetem à cativantes noções de comunidade, pessoalidade e intimidade associadas a tais lugares (BAUMAN, 2006; TÓNIES, 1947; WILLIAMS, 1989). Ao mesmo tempo, a restrição de oportunidades e ausência de anonimato representam alguns entre vários atributos negativos desse tipo de cenário (ibid.), não obstante prevalecendo para os migrantes por amenidade um marcado acento nas anteriores significações sobre o lugar. De acordo a Williams (1989, p. 70), encontra-se entre os moradores da cidade idealizações sobre um “encantador refúgio na costa”, o qual não representa um sonho rural e sim urbano.

Os deslocamentos associados às *migrações por amenidade* envolvem distâncias que atravessam continentes, para vários entre seus exemplos, e atrelam-se geralmente a entornos catalogados como destinos turísticos tal como se assinalou. Estes residentes passam a habitar esse espaço físico e possivelmente continuam habitando outros, embora de maneira esporádica (realizando viagens ocasionais, de maior ou menor duração), ou virtual (desenvolvendo atividades laborais ou de sociabilidade além das fronteiras físicas às quais se circunscrevem). Essas características, associadas a este tipo de migrações, resultam possíveis no entanto este

2 “The movement of people to places, permanently or part-time, principally because of the actual or perceived higher environmental quality and cultural differentiation of the destination”.



tipo de escolha resulta possível com maior frequência entre pessoas que tendem a deter níveis de qualificação e/ou poder aquisitivo médio e alto (Stewart, 2002). A morfologia local se vê transformada pelos novos moradores, cujos valores e atitudes próprios de camadas médias e altas urbanas irão repercutir de maneira notória nela.

Este artigo busca refletir sobre as migrações por amenidade no balneário La Paloma, considerando as convergências a respeito do que os migrantes encontram nela, assim como o que buscam encontrar. Por que escolher Uruguai? E nele, por que escolher La Paloma? À continuação, apresento reflexões surgidas a partir do trabalho de campo realizado no balneário, onde permaneci um total de três meses durante dois períodos: o primeiro deles, entre julho e agosto de 2016; e o segundo, entre fevereiro e abril de 2017. O trabalho etnográfico levado a cabo, envolveu 42 entrevistas a migrantes que chegaram a La Paloma desde outras regiões do Uruguai e principalmente do estrangeiro (acompanhando as origens mais frequentes: Argentina, Alemanha, França, Espanha e Estados Unidos), além de participar de diversas atividades da comunidade local, conviver de maneira cotidiana com diferentes migrantes compartilhando vários encontros e mantendo diálogos informais com dezenas deles. Esse processo de imersão em La Paloma surge no marco da minha dissertação para o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, da Universidade Federal Fluminense.

Uruguai: Um Éden, antes esquecido

“O Globo Repórter nos leva hoje ao país do bem-viver, o menos corrupto, o menos violento e mais alfabetizado da América Latina. Nas cidades uma vida sem pressa, nenhum engarrafamento e internet de graça em qualquer lugar. Nas escolas públicas, um computador para cada aluno. Na mesa a melhor comida do mundo, carne de fama internacional, pescados fresquíssimos, iogurtes, doce de leite, pães, vinhos deliciosos, e até azeites, tudo produzido na própria terra. No campo, paisagens deslumbrantes, e um litoral pra lá de charmoso. Se você está achando isso muito distante, saiba que estamos falando de um povo vizinho” (GLOBO REPÓRTER, 2013).

Jorge Drexler faz alguns anos declarou “Vengo de un prado vacío/ un país con el nombre de un río un edén olvidado /un campo al costado del mar”, ao escrever a letra de *Un país con el nombre de un río* (DREXLER,1999). O cantor, ao compor essa música, dificilmente imaginaria que anos depois seria o músico uruguaio em atividade de maior renome fora e dentro das fronteiras. Ao mesmo tempo, os que ouviram sua interpretação dessa canção anos atrás também não imaginaram que esse país con el nombre de un río deixaria de ser um Éden tão esquecido, chegando instigar a inusual atenção que hoje gera dentro e fora das fronteiras. Nos últimos anos, o país adquiriu uma notoriedade global jamais vista a partir de diferentes transformações sociais, concretizadas desde uma agenda política que atribuiu ao país um caráter vanguardista e progressista de destaque na América Latina e



no mundo³. Entre outros fatores, tais como carisma singular do ex-presidente José Mujica. Tanto ele, como os aspectos anteriores, para alguns emergem como uma mostra de um *estilo de vida* uruguaio que chama a atenção favoravelmente.

Em entrevista com a imprensa o subsecretário do Ministério de Turismo, Benjamín Liberoff, responde sobre quais diferenciais distinguem o Uruguai:

“Si no tengo las cataratas, no tengo picos nevados, el Amazonas, algo tengo que tener, y lo que Uruguay tiene es una cosa que no tiene precio: calidad de vida. Su diferencial principal está en que tiene las condiciones para disfrutar de su recreación con determinada facilidad y trato con la población y en el entorno. Lo que tiene es ese tema, que defino como calidad de vida.” (EL OBSERVADOR, 2016)

Nesse sentido, múltiplos sites do ramo turístico listam *10 razões para viver en Uruguay*, apelando a caracterizações locais de uso frequente. Apresentarei as cinco primeiras de um desses listados (URUGUAY PROPERTIES, 2017), considerando a sua relevância assim como caráter ilustrativo delas:

-Usted y su familia podrán vivir tranquilos en uno de los países más seguros del mundo. Redescubra el placer de caminar tranquilo por la calle y de ver a sus hijos jugando despreocupadamente en los parques ubicados en cada rincón del país.

-En Uruguay el aire es limpio, el agua es cristalina y los espacios verdes abundan. La calidad de vida está asegurada en un país donde la naturaleza y el respeto por el medioambiente reinan.

-El pueblo uruguayo es amable, abierto y educado; en su enorme mayoría descendiente de inmigrantes europeos.

-En Uruguay Usted puede pasar de la ciudad al campo o a la playa en menos de 30 minutos. Todo queda cerca; todo es más sencillo.

-El clima es templado y ni Usted ni su familia estarán expuestos a grandes inclemencias. No hay tormentas de nieve, arena, u olas de calor que afecten la salud de la población.

O país, nos últimos anos, tem passado a transformar alguns dos efeitos distintivos do seu *olvido* ou esquecimento, em elementos chave para a sua atual re-lembrança ou visibilidade.

Os migrantes europeus e norteamericanos com os quais dialoguei e interagimos, assinalam que Uruguai se aproxima, mais do que outros países latino americanos, às suas expectativas; eles não procuravam aqui o exótico senão o familiar. O Uruguai oferece garantias em termos de acesso à saúde e educação que são caros a eles, de acordo com suas exigências, e também o Uruguai oferece um

3 Algumas manifestações do referido posicionamento do país ecoam em fatos tais como que The Economist considerou a Uruguai o *país do ano*, em 2013; assim como The New York Times tem se referido ao país como *Uruguay's Quiet Democratic Miracle*; e artigos tais como o realizada por BuzzFedd em 2013 #, *21 Reasons Why You Need To Move To Uruguay In 2014*, tiveram um chamativo alcance em redes sociais. Contudo, além desses médios e suas específicas esferas de influências, a imagem que eles promovem atinge públicos e formadores de opinião de diverso tipo.



clima que lhes resulta conhecido (até menos adverso, falam aqueles que viveram em áreas nevadas; e menos contrastante, respeito de opções tropicais). Em geral, insistem aqueles associados a este perfil migratório, que no país as diferenças em relação à Europa, embora existam, lhes resultam leves. Aliás, aqui a terra é barata! A opção de viver perto do mar resulta possível, em áreas ainda *salvajes* - pouco antropizadas, segundo a sua perspectiva e denominação-, seguindo o que muitos deles veem e manifestam utilizando esse termo em itálico.

Aos argentinos, por outro lado, incisivamente presentes em La Paloma, segundo as opiniões registradas o que os atrai de Uruguai é geralmente o contraste que este país tem para eles, embora desde sua familiaridade e proximidade em termos de imaginários e práticas. Quero dizer, o Uruguai se parece muito com a Argentina, mas ao mesmo tempo se diferencia nitidamente. E, ao mesmo tempo, está tão próximo que não envolve um distanciamento radical com o seu país de origem. A *natureza* uruguaia e palomense, com praias definidas como superiores às melhores da Argentina, e um *ethos* local definido como discreto, aprazível, reservado, humilde e generoso. “Pequeño pero especial, sin pretensiones.”⁴ Especialmente para aqueles cansados de Buenos Aires, *ciudad de la furia*, La Paloma cobra um valor de destaque. Em contraste, efetivamente parece um lugar de utopia para muitos entre eles.

“El nivel de seguridad, la alta tasa de alfabetización, altos niveles de salubridad y un territorio con un 98% e redes de agua potable, son algunos de los indicadores que confirman que la calidad de vida es uno de los patrimonios más importantes del país.” (MRREE, 2017). Aliás, Varese (2001, p.230) em *Rocha: tierra de aventuras*, conclui a publicação sobre o departamento onde se encontra La Paloma assinalando entre várias outras questões, que “gracias a nuestra cultura los uruguayos tenemos mucho para ofrecer”. Embora isso pode se ouvir desde tantos outros lugares, e inclusive a frase resulte quase obrigada para encerrar uma publicação dessas características, em Uruguai essa percepção ecoa. De alguma maneira um certo *ethos* que identifica o país, embora sempre em constante redefinição, convoca a alguns afins a suas particularidades reais e aparentes a estabelecerem-se entre suas margens.

La Paloma: À beira do Edén

La Paloma é uma pequena cidade da costa leste uruguaia com 3.495 habitantes (INE, 2012), embora junto com outros balneários adjacentes e zonas rurais contíguas, conforma uma área maior povoada por 5.516 (ibid.) corriqueiramente denominada La Paloma Grande. A faixa costeira que compreende La Paloma Grande abrange os balneários La Paloma, La Aguada, Costa Azul, Arachania, San Sebastián de La Pedrera, La Pedrera, Punta Rubia, Santa Isabel y San Antonio. Esta conurbação, embora levemente povoada e composta principalmente por *casas de verão*, constitui o principal polo urbano da costa do departamento

4 A introdução feita por Alan Estrada (2016) sobre Uruguai para os episódios filmados no país para o seu canal Alanxelmundo, refletem a construção do *ethos* país que desde fora-dentro é corriqueiramente definido.



de Rocha. Tanto este, como o departamento de Maldonado, são os únicos dos 19 departamentos uruguaios situados sobre o Oceano Atlântico. Especialmente em busca desse mar entre vários outros propósitos, durante a temporada turística alta que se desenvolve entre os meses de janeiro e fevereiro, a quantidade de pessoas neste território chega a multiplicar-se até cinco vezes em comparação aos habitantes permanentes que constam no censo mencionado anteriormente. A cidade reúne dois aspectos distintivos: a pesca, como cidade portuária; e o turismo, como cidade balneária.

A valorização das terras imediatas às costas, de acordo com Corbin (1993), irrompe na Europa na metade do século XIX como uma novidade capaz de transformar um espaço considerado até esse momento como enigmático e perigoso. Esse lugar do *vazio*, segundo o autor, incorporou novos significados e começou a produzir novas sensações e sensibilidades. O *turismo* surge como uma criação própria daquele contexto, e em busca daqueles entornos dirigem-se os turistas. Eis então que começam a constituir-se espaços urbanos estabelecidos ao redor de cenários paisagísticos naturais (ou naturais-culturais), pensados para ser habitados por aqueles visitantes que chegavam a eles maiormente por períodos exíguos (MARÍN, 2009). A nova moda rapidamente foi emulada pela burguesia de outras regiões do mundo, como a sulamericana, de maneira tal que a partir de finais do século XIX desérticas e improdutivas parcelas areosas de terra progressivamente se transformaram em cidades balneárias (ibid.).

Após a chegada de incipientes turistas a partir de 1880 (VARESE, 2001), entre as décadas de 1900 e 1950 começaria a se pensar a urbanização de La Paloma seguindo uma estética balneária, atrelando isso a ambiciosos planos a longo-termo junto a outros que o curto-prazo trouxe alterando os anteriores. A área que abrange Paloma Grande foi florestada com o objetivo de controlar a virulência do vento e da areia que com ele era transportada, além de se pensar o traçado de ruas e espaços públicos. “El balneario se puede leer en algunos casos como lugar de ensayo de expresiones tempranas de la modernidad”, assinala Leicht (2012, p. 309), e de fato La Paloma contou com o urbanista Carlos Gomez Gavazzo como um dos principais planejadores urbanos. Este discípulo de Le Corbusier que apostou por pensar uma cidade onde espaços comuns e transitáveis prevaleceram (SÁNCHEZ, 2012), embora tenham se concretizado somente algumas entre as suas propostas as mesmas têm resultado significativas para a cidade.

La Paloma foi se tornando um local de referência durante os verões da costa leste uruguaia, sendo o principal balneário do departamento de Rocha considerando tanto o número de residentes como de turistas que a cada ano chegam a ele. *O olhar do turista* (URRY, 2004), colocou-se sobre La Paloma especialmente por parte do público uruguaio, originalmente rochense em sua maioria, seguidamente adquirindo uma ênfase montevideana, e a cada vez mais diversificando-se embora sempre existiram turistas e marinheiros que chegavam a essas costas provenientes de origens remotas. O verão oferece barulho e ritmo, mas a tranquilidade prevalece na maior parte do ano. E isso é parte do que os migrantes manifestam ir encontrar, sem necessariamente diminuir atenção aos meses de verão, e muitas vezes possibilitando a sua subsistência através deles.

“El balneario es una forma de urbanización específica, diferente a una



ciudad corriente. Sus trazados y ramblas, el aporte del verde y el árbol, sus equipamientos, sus imaginarios asociados, conforman un paisaje cultural urbano bi-polar cambiante según la estacionalidad. El invierno bucólico, el bullicio del verano.” (LEICHT, 2012, p. 307)

Migrantes de diversas origens têm marcado a história do lugar, desde aqueles primeiros que construíram o farol, e outros que chegaram atraídos basicamente pelo porto, ou o turismo (SÁNCHEZ, 2012). Contudo, a heterogeneidade de seus habitantes tem se incrementado ostensivamente nos últimos anos. Seguindo os dados do último censo nacional realizado em 2011 (OPP, 2017), somente 32,3% dos 5.516 moradores do Município de La Paloma afirmam ser originários do lugar; no entanto, 32,6% destes procedem do departamento uruguaio de Rocha, ao qual pertence a referida área. Um total de 31,1% procede de outros departamentos, e 4% de fora do país. Todavia, observam-se e inferem-se mudanças ligeiramente nestes últimos seis anos, especialmente no que refere à chegada de estrangeiros. A taxa de migração total para o total de habitante do país correspondia a 2,08%, em 2011, sendo este dado uma média do país; o qual era dobrado em número para o caso do Município de La Paloma. Embora Uruguai tenha tido um saldo migratório negativo desde mediados da década de 1960 até o ano 2008, o país tem revertido essa tendência de maneira progressiva e cada vez mais acelerada (KOOLHAAS & NATHAM, 2013; PELLEGRINO, 2014). A maior parte dos migrantes com os quais interagi em La Paloma chegaram após 2011 ao lugar, ano em que o último censo nacional foi realizado.

La Paloma, embora tenha atraído *veraneantes* durante várias décadas, o fez com uma incidência que poderia ser considerada modesta em relação a outros balneários do país, e isto possibilitou que a cidade se expandisse a um ritmo lento e de maneira paulatina. O que lhe concede um certo diferencial ao balneário, respeito de outros maiores.

“El desarrollo económico regional hizo que los fraccionamientos en las playas de Rocha no alcanzaran su consolidación absoluta, lo que actualmente permite a la administración y a particulares, ofrecer un turismo “natural”, característica que lo diferencia de modalidades y sitios más antropizados de balnearios cercanos (el modelo Punta del Este)” (GADINO et al., 2012, p. 33).

Uma justificativa bastante estendida sobre esse atrativo em ascensão das margens costeiras, envolve uma real e (?) aparente baixa antropização da área. Em contraste com outros entornos costeiros do Uruguai, este seria mais *virgen e selvagem* de acordo a categorias nativas a modo de diferencial local. Pensando nas trajetórias de vários dos migrantes que chegaram até lá, resulta também decisiva a existência da infraestrutura básica com a qual conta a cidade de La Paloma.

O acesso a serviços básicos tais como postos de saúde, centros de ensino primário e secundário, banco, e lojas comerciais são colocadas como determinantes para muitos migrantes que escolhem os balneários que conformam a faixa costeira de La Paloma Grande. A cada momento vital, um outro serviço pode resultar indispensável; desde a existência de centros de ensino para aqueles com filhos em



idade escolar, à presença de postos de saúde para aqueles mais velhos. Também, a proximidade com a capital departamental emerge como significativa à decisão migratória de morar ali, assim como uma proximidade relativa com Montevidéu. Entre esses aspectos, La Paloma concilia múltiplos elementos desejados pelos migrantes por amenidade.

O anseio do paraíso, e algumas interpretações sobre sua formação

No romance *La Uruguaya*, Mairal (2016) retrata a passagem do protagonista pelas costas de Rocha e sua imersão em “un mundo sin compromisos, sin tener que volver a la responsabilidad de ningún tipo, sin familia, sin trabajo, sin horarios, ni ciudad, ni autos, ni peligros de accidentes, arena blanda por todos lados, calor, puro hedonismo playero” (ibid., p.25). E embora contrabalançando os paroxismos que possa utilizar o narrador, a prática do turismo atrela hedonismo (CAMPBELL, 2001), tanto desde os devaneios prévios à viagem que compõem a *experiência turística* (KRIPPENDORF, 2003), assim como a lembrança desta. A significação e teor desse desfrute, que sobre os cenários turísticos se projetam e são projetados, contribuem a que sem grandes dificuldade aflore o sonho de tornar esse momento de exceção um entorno cotidiano.

O devaneio é definido por Campbell (2001) da seguinte maneira, “essa forma de atividade mental em que imagens futuras positivamente vívidas são trazidas à mente (em primeiro lugar, quer deliberadamente, quer não) e ora são julgadas agradáveis, ora são elaboradas de um modo que assim as faça” (ibid., p.120). Diferencia-se da antecipação, entendida como a imaginação de algo previsível ou esperado; e da fantasia, a construção de imagens mentais de impossível concretização material. O devaneio recorre ao conhecido, ou aquilo por conhecer, e que poderemos encontrar no futuro. Este consiste em um processo imaginativo definível como a combinação entre os prazeres da fantasia e a antecipação da realidade, apontando a sonhos potencialmente materializáveis. Em uma primeira instância, difícil resulta não mudar-se de encontrar um lugar onde em determinado momento nos sentimos melhor do que em nenhum outro, quando ao mesmo tempo observamos um lugar até então cotidiano onde nos achamos visivelmente desconformes.

Mas, tão simples assim é que surge o anseio de viver no país de las cercanías segundo o denominou Real de Azúa (1964), e dentre seu território em algum pequeno balneário da sua costa leste? A chave para compreender a concreção desse potencial anseio, envolve a noção de *campo de posibilidades* (SCHUTZ, 1970; VELHO, 2004). Ao avaliar a opção de uma mudança do tipo, devem ser avaliados os ganhos e perdas atreladas a isso; devem se mensurar as condições de possibilidade que acompanham a disposição de mudança. O que La Paloma tem a oferecer para quem decide morar o ano todo nela? O que posso oferecer lá, ou a partir de quais recursos poderiam me inserir nesse espaço vital? Eis então que contar com uma formação profissional que possibilite trabalhar desde lá (embora seja de maneira virtual), ou simplesmente a disponibilidade de emprego na área



para o perfil do solicitante, a existência de recursos que tornem possível investir (principalmente na área de turismo, ou afins), ou de ingressos assegurados (a partir de uma aposentadoria, rendas, ou outros), ou simplesmente a disponibilidade de emprego na área, entre outros.

Mas por que procurar um paraíso? Por que esse desejo e por que ir atrás dele? Podemos inclinar-nos a responder que, pelo menos entre as camadas médias e altas envolvidas com a dinâmica migratória que venho trabalhando, “há um investimento a ser feito nas coisas deste mundo e há um comprometimento íntimo de cada sujeito nessa tarefa”, segundo propõe Dias Duarte (2010, p. 245). Em tal direção, a mundanização da experiência resulta em uma incisiva chave interpretativa da modernidade ocidental, desde um “sistema de significado específico, a que se pode chamar, tentativamente de cultura ocidental moderna” (DIAS DUARTE, 1999, p.22). O autor nos propõe pensar em um *dispositivo de sensibilidade* para nos aproximarmos às características deste período onde a imanência da experiência carnal - do corpo, da mente e quiçá do espírito - resultam centrais. As noções de *perfectibilidade*, *experiência* e *fisicalismo*, demarcam a este.

A noção de perfectibilidade erige-se sobre a “idéia de que nós somos seres providos de uma capacidade de *perfectibilidade* constante e indefinida que nos distingue dos demais entes existentes sobre a face da Terra” (ibid., p. 24), baseada em um aparente aperfeiçoamento indefinido. Por outra parte, o autor descreve a persistência de um lugar de preeminência concedido à *experiência*, através de recorrer a “um mecanismo de “verdade” (a razão), que se encontra impresso em seu “interior” e que sustenta (ou deveria sustentar) sua “vontade”, sua responsabilidade ativa em relação a divindade, a si mesmo e a outrem” (ibid.). Eis então que a relação com o mundo, através da experiência, possibilita a busca pela perfeição ao ser esta mediada pela razão. Os sentidos passam a ser constituídos com um elemento chave em esse processo, tanto pelo seu caráter de veículos da razão, assim como também de estímulos à imaginação e à emoção. Por último, o *fisicalismo* emerge num período “decorrente da separação radical entre o corpo e o espírito (...) se passa a poder considerar a corporalidade humana como dotada de uma lógica própria” (ibid.). A corporalidade em si se torna detentora de uma capacidade auto-explicativa, e através de uma reflexividade aplicada à experiência uma certa inclinação a aperfeiçoar o momento de estar-no-mundo conta com o sustento para vir à tona.

O surgimento do romantismo, entendido como uma resposta à modernidade, tem resultado central ao desenvolvimento dos valores por trás desse *dispositivo de sensibilidade*. Ao dizer de Campbell (2001), esse movimento abriu as portas para a valorização do prazer como meio de satisfação, dissociável do apelo preminentemente produtivista a partir do qual tendia-se a interpretar as ações a serem realizadas em vida. A escolha de morar em La Paloma dialoga com uma busca por novas formas de estar hoje no mundo, sobre a qual o *dispositivo* assinalado considero joga luz.

Un encuentro de seres diferentes

Ao pensar às migrações a outra faixa costeira embora por grupos também



de camadas médias principalmente, Velho observou uma (1989, p.8) “sensação de triunfo com a chegada a Copacabana”. Para o caso do balneário uruguaio em questão, poderia ser descrita segundo o que os migrantes persistentemente indicam, a percepção de uma *sensação de sossego ao chegar a La Paloma*. É claro, isso também envolve um certo triunfo, no entanto resulta valioso para o migrante, embora desde uma outra perspectiva. Contudo, o que a seguir nos interessa é refletir sobre as formas e nuances no momento de compreender esse sossego. E, a partir dali, aprofundar sobre os dilemas em volta à chegada de novos moradores com valores e atitudes próprios a um outro desde moradores com valores e atitudes em alguns sentidos diferentes.

No balneário *nadie se apura, nadie lo desmiente*, segundo canta Julio Victor em *Un lugar de medio locos*. O consagrado cantor local, apresenta uma dimensão central à vida em La Paloma, esse balneário onde se experimenta *um mágico encuentro de seres diferentes* segundo ele também interpreta. “Si andás apurado en el supermercado, te miran raro”, comenta A., um entre tantos migrantes sobre suas primeiras impressões após chegar a viver nessas costas desde Buenos Aires. Os novos na cidade, usualmente encontram constrangedor a radicalidade entre a temporalidade com que chegam e uma outra que encontram. La Paloma é um lugar onde *nadie se apura, nadie lo desmiente* (Julio Victor), seguindo a mesma canção, e de fato não chama atenção que ter pressa - pelo menos fora do verão, pois no verão La Paloma *es de los turistas* também canta Julio Victor, possa gerar olhares e opiniões de julgamento. “Si andás apurado en el supermercado, te miran raro”, comenta A.

Os *novos* na cidade, usualmente encontram constrangedor a radicalidade entre a *temporalidade* com que chegam e uma outra que encontram. Contudo, a negociação que cada um faz a respeito do ritmo cotidiano que encontram na cidade e aquele que trazem, conduz a vários caminhos: desde a resignação, a frustração, ou até algo que é chamado - por alguns - como *palomenización*. Eles, os novos, também passam a perder a pressa em diferentes gradações; às vezes, de maneira bastante perceptível se comparado com seu ponto de partida. Isto, apesar de parecer caricaturesco, é apresentado como um aspecto central em cada entrevista; envolve um emergente que constantemente sobressai, e respeito ao qual se interpelam os moradores de La Paloma e área de influência. Em tal sentido, podemos encontrar isto como uma manifestação de certo *efeito espelho* (GONZALEZ et al, 2009), segundo o qual o migrante passa a exigir diferentes necessidades às quais estava acostumado nos meios urbanos dos quais procede. A qualidade e velocidade em relação aos serviços solicitados, são parte disso. Mas, o “*mañana voy*” talvez represente uma tática que coloca o poder local, do lado dos que estavam embora não sejam os que mais credenciais ou recursos tenham, aqui; deles dependem os que chegam, por enquanto.

O Éden e suas maçãs: uma conclusão provisória

A convergência entre uma conjuntural visibilidade do país, as condições de vida na costa leste cujo atrativo até fazia pouco tempo se reduzia aos meses de verão, assim como a redução das distâncias globais, regionais e nacionais con-



tribuem como transformações notórias na composição de cenários como o deste balneário da costa uruguaia. Ao mesmo tempo, essas transformações alinham-se a busca por desenvolver projetos de vida atrelados a elementos caros aos *estilos de vida* almejados por camadas médias e altas.

La Paloma é um lugar de encontros de pessoas de origens diversos, é um lugar de heterogeneidade, é um território de contrastividades embora a sua escala resulte reduzida e evoca uma aparente ausência de conflitos perante a iminência de uma percepção de tranquilidade para esse cenário. Contudo, os valores e as atitudes aos que se deparam os migrantes em relação àqueles que encontram em La Paloma (outros migrantes, e não migrantes), envolve negociações constantes que diferenciam a vida no balneário das férias neles.

“Uno elige a La Paloma, pero La Paloma te tiene que elegir también”, assinala um migrante reproduzindo uma ideia que vários outros também manifestam. O lugar, segundo ele, não é o que as pessoas querem que seja embora possam modificar ele em um sentido ou outro. La Paloma tem uma *personalidade própria*, a qual o migrante deve ter em conta, e seu conhecimento de si indicará se o encontro entre um e outro resulta compatível. La Paloma muda com os migrantes, embora também muda aos migrantes e o que trazem consigo. Esse desafio, hoje está sendo transitado por muitos na costa leste uruguaia.

Bibliografia

BARRETO, Margarita. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo**. Horiz. antropol. v.9 n.20 Porto Alegre out. 2003.

BAUMAN, Z.: **Comunidad. En busca de seguridad en un mundo hostil**. Madrid: Siglo XXI, 2006.

CARVALHO, I & STEIL, C: A sacralização da natureza e a ‘naturalização’ do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade. Em: **Ambient. soc.** 2008, vol.11, Nº 2, pp.289-305.

CAMPBELL, Colin. **A ética romântica e o espírito do consumismo moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.



CORBIN, Alain El territorio del vacío. **Occidente y la invención de la playa (1750-1840)**. Barcelona: Mondadori, 1993.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. “O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna”. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 21-30.

DIAS DUARTE, Luiz Fernando. Muitas felicidades! Diferentes regimes do bem nas experiências de vida. In: Freire Filho, João (Org.). **Ser feliz hoje**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ESTRADA, Alan. **Hola Montevideo! #Uruguay**. Youtube, 11 mar, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RKPIfwax7ko> Acesso: 12 fev, 2017.

DREXLER, Jorge. Un país con el nombre de un río. En: **Frontera**. Virgin, 1999. Mano de obra no puede ser el “embudo que trabe” el turismo. El Observador , 2016, 18 abr. Disponível em: <http://www.elobservador.com.uy/mano-obra-no-puede-ser-el-embudo-que-trabe-el-turismo-n898024> . Acesso: 20 abr 2017.

GADINO, Isabel et al. El modelo actual de desarrollo turístico al oeste del Balneario La Paloma, Rocha, Uruguay. Tendencias, riesgos y propuestas. In: **Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 3, Nº. 2**, p. 21-40, jul/dez. 2012.

Koolhaas, M. & Nathan, M. Inmigrantes internacionales y retornados en Uruguay: magnitud y características. Informe de resultados del Censo de Población 2011. Montevideo: INE - UNFPA - OIM, 2013.

GLOBO REPORTER.**Uruguay**., 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3CpP-EwguXs>. Acesso 12 abr 2017.

GLORIOSO, Romella S., & Laurence A.G. MOSS. **Amenity migration to mountain regions: current knowledge and a strategic construct for sustainable development**. Social Change 37, 1: 137–161. 2007.

GONZALEZ, Rodrigo; OTERO, Adriana; NAKAYAMA, Lia; MARIONI, Susana. Las movilidades del turismo y las migraciones de amenidad: problemáticas y contradicciones en el desarrollo de centros turísticos de montaña. Em: **Revista de Geografía Norte Grande, 44**: 75-92. 2009.

INE. Resultados Finales. Rocha. **Censo 2011**. Montevideo: IN, 2012.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

LEICHT, Eleonora. **El proyecto territorial del balneario uruguayo: modelos, paradigmas y utopías**. “Identidades: territorio, proyecto, patrimonio”, Gener,



núm. 3, p. 293-320. 2012.

MAIRAL, P. **La uruguay**. Buenos Aires: Emecé, 2016.

MARÍN, F.: Cultura de la playa: Sociabilización, ocio y territorio en los balnearios de la costa atlántica bonaerense, Argentina. En: **Argos v.26, N° 51**, Caracas. 2009.

MOSS, L. (Ed.). **“The amenity migrants. Seeking and sustaining mountains and their cultures”**. Wallingford: CABI Publishing. 2006.

MRRER. **Vivir y visitar Uruguay**. Ministerio de Relaciones Exteriores, 2017. Disponível em: <http://www.mrree.gub.uy/frontend/page?1,inicio,vivir-y-visitar-uruguay,O,es,0>, Acesso: 8 mai, 2017.

OPP . **Observatorio territorial de Uruguay**. Disponível em: <http://www.otu.opp.gub.uy/content/observatorio> Acesso: 17 mar, 2017.

PELLEGRINO, A. (2014) **Migraciones**. Colección Nuestro Tiempo. Montevideo: Comisión del Bicentenario.

REAL DE AZÚA. **El impulso y su freno**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental. 1964.

SÁNCHEZ, M. **De paseo por el cabo Santa María**. Montevideo: Ediciones Torre del Vigía, 2012.

SHELLER, Mimi & URRY Jhon. **“Tourism mobilities: places to play, places in play”**. Routledge: London, 2004.

SCHUTZ, Alfred. **The problem of social reality**. Em Collected Papers. Haia: Martinus Nijhoff, 1970.

STEWART, S. **Amenity migration**. LUFT & MACDONALD, S. (eds.) Trends 2000: shaping the future. Lansing: 5th Outdoor Recreation & Tourism Trends Symposium. Department of Park, Recreation and Tourism Resources, Michigan State University, 2002, p. 369-378.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad**. Losada: Buenos Aires, 1947.

URRY, John. **La mirada del turista**. Universidad de San Martín de Porres: Lima, 2004.

VARESE, Juan Antonio. **Rocha, tierra de aventuras**. Montevideo: Ediciones de Banda Oriental, 2001.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.



VELHO, Gilberto. **Individualismo e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

VICTOR, Julio. **Un lugar de medio locos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-NSEEvdF4yA> Acesso: 06 mar, 2017.

URUGUAY PROPERTIES. **Diez razones para vivir en Uruguay**. Disponível em: <http://www.uruguayproperties.com.uy/es/vivir-en-uruguay.html>. Acesso: 17 abr, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Recebido: 20 maio, 2017.

Aceito: 02 jul., 2017.



Os Fasci¹ no Brasil

Angelo Trento

Tradução, revisão e notas
Paolo Targioni e Marinei Almeida

Delimitar a história dos Fasces italianos no Brasil representa uma tarefa ainda a ser completada. Tal lacuna pode ser só parcialmente imputada à escassez de documentação primária sobre o assunto. Pelo contrário, ela deriva, em boa medida, da tendência que se firmou nas quatro décadas sucessivas à segunda guerra mundial, de minimizar quanto possível ou de silenciar a adesão dos italianos de além-mar ao regime de Mussolini.² Só nos últimos vinte-trinta anos algumas pesquisas, por meio de um paciente e meticuloso trabalho de busca em arquivos, em publicações e na imprensa periódica da época, ofereceram finalmente para a temática a justa problematização. Na realidade, o consenso concedido pelo imigrante ao fascismo, inicialmente fraco e restrito às classes altas e médias, foi-se ampliando a partir do final da década de 1920, para alcançar seu ápice na segunda metade da década sucessiva. Não devemos, porém, esquecer que a passagem de uma situação de “a-fascismo” difuso para uma situação de apoio ampliado, passou por um envolvimento mais instintivo do que meditado, baseado sobretudo em pulsões nacionalistas.³

No Brasil, talvez mais que na Argentina e no Uruguai, o regime teve sucesso em dar uma conotação ideológica à construção de uma identidade nacional que envolvesse também as classes populares, que criasse nestas o orgulho de um pertencimento étnico, aproveitando um processo que estava acontecendo havia duas décadas, através do trabalho da imprensa, das escolas e das associações étnicas, sobretudo nas áreas urbanas. O mérito do governo de Roma, de suas estruturas e de seus seguidores no Brasil, foi o de tornar em próprio favor esta imperfeita aquisição de uma consciência nacional, identificando e fazendo identificar italianidade e fascismo, exaltando também todas as conquistas - verdadeiras ou contrabandeadas como tais - do regime. Neste sentido, a alta consideração que a

1 Com a expressão *Fasci Italiani di combattimento* – Fasces em português (no singular italiano Fascio) – se entende os grupos políticos fundados em 1919 na Itália por Mussolini, que em 1921 serão transformados no Partido Nacional Fascista – PNF. Estes Fasces tiveram também suas representações no exterior, funcionando junto aos migrantes italianos. Nota do Tradutor.

2 Exemplar em tal sentido, é o ensaio de J. A. Rios, *Aspectos políticos da assimilação do italiano no Brasil*, in: “Sociologia, 21, 1958, pp. 501-29. Uma confirmação de como o fenômeno do fascismo seja praticamente removido nos estudos de mais amplo respiro sobre a emigração italiana nos é dado por Franco Cenni, *Italianos no Brasil. “Andiamo in ‘Merica’...”*, Martins, São Paulo, 1975, cuja primeira edição é de 1958.

3 No subcontinente em geral, organizações do PNF, imprensa e escolas italianas teriam suscitado nos imigrantes “mais que uma verdadeira adesão à ideologia fascista (...) novas formas de ritualidade patriótica, nas festas civis e religiosas, e nas escolas, uma linguagem permeada pela retórica nacionalista” (C. Vangelista, *Dal vecchio al nuovo continente. L’immigrazione in America Latina*, Paravia, Turim 1997, p. 132).



opinião pública, as personalidades e os governos estrangeiros nutriam por Mussolini desenvolveu um papel muito importante na progressiva adesão dos imigrantes ao novo modelo político, pois estes viveram o prestígio internacional como uma espécie de desforra em relação aos seus percursos individuais e coletivos.

Para a afirmação daquele que foi batizado “fascismo difuso”⁴ contribuíram façanhas que entraram no imaginário coletivo, como as várias travessias do Atlântico que pilotos italianos realizaram entre 1927 e 1931, incluída aquela liderada pelo ministro fascista da Aeronáutica Italo Balbo, que, assim como outras iniciativas, veiculavam a ideia de uma “nova Itália” – criação moderna e audaz, além de vitoriosa e produtora, guiada e amada pelo *Duce* – e tinham como objetivo conquistar o consenso não somente dos imigrantes, mas da opinião pública brasileira. A propaganda dessa ideia tornou-se uma arma indispensável, e esta batalha foi engajada oferecendo, entre outras coisas, bolsas de estudo a alunos brasileiros, financiamento de viagens de jornalistas para que conhecessem e descrevessem a nova realidade, e com isso inundassem as redações locais de artigos e fotos provenientes da península, oferta de subsídios a agências e jornais brasileiros que colocassem em boa luz o regime, multiplicação de esforços para conseguir projetar nos cinemas documentários do *Istituto Luce* (agência cinematográfica criada por Mussolini em 1925) e filmes politicamente comprometidos, normalmente reservados a um público de imigrantes. Paralelamente a Itália fascista procurou recortar seu próprio espaço em campo cultural, roendo o predomínio francês, por meio do envio de personagens importantes - Bontempelli, Marconi, Fermi - e de professores universitários como Ungaretti para ensinar nas universidades locais⁵.

Tais manobras foram facilitadas pela pouca hostilidade despertada no Brasil pela realidade política italiana que, pelo contrário, a nível governamental desembocava em uma aberta simpatia, encontrando uma concretização, após 1930, no recebimento das teorias corporativistas e do modelo sindical. A presença de um presidente - Getúlio Vargas – e de um grupo de liderança, incluindo as forças armadas, fortemente interessados à experiência italiana, além do surgimento de um partido - Ação Integralista Brasileira (AIB) - que se inspirava no fascismo, levaram Roma à esperança de ter influência sobre o panorama político local. Baseando-se em tais convicções, o AIB foi financiado mesmo depois de sua dissolução por Vargas em 1938, episódio que de qualquer forma não impediu Roma de continuar a

4 Bertonha utiliza muito esta categoria para indicar a grande massa daqueles que são envolvidos quase epidermicamente pelo regime, mas que representam a base de sustento para o núcleo restrito de inscritos ao fascismo e às organizações controladas por Roma como também aquele mais amplo dos simpatizantes verdadeiros. Cfr. J. F. Bertonha, *Brasile: gli immigrati e la politica estera fascista*, in “Latinoamerica” 70, 1999, pp. 91-104; Id., *sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo*, FAPESP - Annablume, São Paulo 1999 e Id., *O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil*, EDIPUCRS, Porto Alegre, 2001.

5 Os sucessos destas operações foram limitados tanto no plano cultural e cinematográfico, campo este no qual já se assistia a um claro monopólio de Hollywood, como naquele jornalístico. Ainda no final de 1930, o enviado do “Corriere della Sera”, Cesco Tomaselli, comunicava numa carta a Pavolini, que no Brasil “quem dá corda ao relógio da opinião pública é a Inglaterra” (Archivio Centrale dello Stato, Ministério da Cultura Popular, B. 275, Fasc. 5/46), juízo que poderia ser estendido a todo subcontinente, como denunciava G. Quartara, *Un viaggio nel Sud - America*, Bocca, Milão 1939, p. 146.



manifestar apreciação para com o chefe do executivo que, com o golpe de 1937 tinha deixado claro o desejo de querer abandonar toda aparência de democracia em favor de um modelo autoritário. Esta amizade terminou após a decisão do Rio de Janeiro de se colocar ao lado dos Aliados, em troca de palpáveis benefícios nas fases iniciais da guerra. Haviam se passado apenas quatro anos desde o momento em que as relações entre as duas nações tinham alcançado seu ápice, por consequência da recusa brasileira de aplicar as sanções impostas a Roma por causa da agressão à Etiópia. A campanha africana marcará também o ápice do consenso entre a coletividade imigrada, que se mobilizou com grandes manifestações, coleta do ouro, boicote das mercadorias dos países sancionistas, envio de bens e de voluntários.

As fotos e os documentos escritos do regime ilustram eficazmente como, entre os italianos no Brasil, foram se difundindo os sinais da ritualidade fascista: camisas pretas, saudações romanas, distintivos lictores, reuniões “oceânicas” em ocasiões de visitas de personagens da mãe pátria, comemorações de vários tipos, mas todas confluindo na exaltação da “nova Itália”. Além dos fatores sumariamente lembrados, outros elementos tiveram peso em determinar tal alinhamento, mas entre eles o trabalho desenvolvido pelos *Fasci* no exterior não ocupa uma posição de relevo, apesar deles terem recebido alguma força graças à ampliação do consenso a Mussolini entre a coletividade imigrada. Não casualmente o número de inscritos aumentará na segunda metade da década de 1930, em especial depois da campanha etiópica e coincidentemente com o quase total desaparecimento de um movimento antifascista que sempre foi mais fraco que na Argentina e com a ilegalidade e perseguição das forças locais de esquerda.

O primeiro *Fascio*, em homenagem a Filippo Corridoni, surgiu na cidade de São Paulo em março de 1923 por iniciativa de Emídio Rochetti, implicado, na Itália, no homicídio do secretário do partido comunista de Macerata, acontecido em 1921. Dois meses depois abria o *Fascio* “Pietro Poli” no Rio de Janeiro e, dali a um ano, seriam criadas sessões do PNF (Partido Nacional Fascista) em outros centros do país, para responder também às pressões exercidas por Ottavio Dinale, enviado para tal fim para a América Latina em 1923. Em termos quantitativos, a progressão de tais estruturas é, a primeira vista, significativa. Ao final de 1924 será o próprio Mussolini a fornecer, numa intervenção no senado, o número de quarenta unidades no Brasil (equivalente a pouco menos de um décimo do total dos *Fasci* no exterior⁶), indicação que, porém, não condiz com aquelas de outras fontes da mesma época. Em setembro de 1927, de qualquer forma seu número subiu para 52 e em 1934, segundo estimativas declaradamente partidárias, para 82⁷, das quais 35 no estado de São Paulo, no qual residia mais que 70% da coletividade italiana. Mesmo deixando de lado a atendibilidade de tais indicações, a sensação de uma extraordinária difusão das estruturas de Partido enfraquece se manusearmos os parciais e fragmentários dados sobre os inscritos. No Rio de Janeiro passaram de 130 em 1924 a 1.000 em 1928 e para 1.100 em 1932; Em Minas Gerais eram 700 nesta última data, ano que contava uma centena deles

6 B. Mussolini, *Scritti e discorsi*, IV, II 1924, Hoepli, Milão 1934, p. 441.

7 Para o 1927, cfr. “Fanfulla”, 15 de setembro 1927; para o 1934, *Gagliardetti italiani nel mondo*, s.e., Novara 1934, p. 9.



na Bahia; em São Paulo passaram de 400 em 1924 a 1745 em 1928 e a mais ou menos 2.000 logo após meados da década de 1930⁸.

Considerando que os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro hospedavam mais que 80% dos italianos, não é exagero afirmar que, até meados da década de 1930, o total dos inscritos no Brasil nunca superou as 5-6 mil unidades, uma quantidade risível em relação ao número de peninsulares residentes que era de 558 mil no censo de 1920, de 435 mil segundo estimativas confiáveis em 1930 e de 325 mil no censo de 1940. Tal inconsistência é documentada também nos registros sequestrados no *Fascio* de São Paulo, pelos polícias brasileiros, no começo da década de 1940, que demonstra como em 18 anos de vida nunca se superou o nível das 18 mil filiações totais, uma porcentagem irrelevante em relação aos italianos adultos de sexo masculino residentes na cidade⁹.

A proliferação das seções do PNF no Brasil tem, portanto, que ser relacionada não tanto a uma efetiva capacidade de radicação entre os imigrantes, quanto à dispersão territorial dos mesmos, numa área muito ampla, que incitava à implantação de estruturas de Partido - sob o impulso do corpo consular ou da elite étnica - em cada localidade na qual existisse um mínimo de presença italiana. Os 14 inscritos à seção do PNF de Sobral Pinto, pequena cidade de Minas Gerais que em 1933 tanto enchia de orgulho o semanal dos *Fasci* no exterior¹⁰, representavam o exemplo mais bem acabado desse processo e do triunfo da lógica multiplicativa. Na realidade, muitas estruturas acabaram por existir apenas no papel, outras, mesmo durando por anos, desenvolveram uma atividade extremamente reduzida, como testemunham episodicamente os relatórios diplomáticos que lamentam seu estado de abandono nesta ou naquela localidade, enquanto somente algumas deixaram rastros certos de sua presença.

Mesmo não podendo ser considerado uma regra, alguns elementos indicam que nos centros menores e nas áreas mais periféricas prevaleceu a tendência - sobretudo ao longo da década de 1930 quando se afirmou uma espécie de pensamento único graças ao trabalho desenvolvido pelas estruturas oficiais e oficiosas da coletividade italiana no Brasil - de rotular a agregação ao *Fascio* com o valor de uma afirmação de identidade de grupo, onde o impulso associativo em direção étnica prevalecia sobre a adesão política e ideológica. Pelo mesmo motivo, nos centros maiores, onde o mundo das associações sempre foi exuberante (especialmente no campo do socorro mútuo, devido às manifestas deficiências do país do acolhimento), o protagonismo das elites e classes médias italianas - que dos cargos diretivos ganhavam prestígio social, recortando-se também uma esfera de poder - alimentou uma forte desconfiança em relação às novas estruturas. Assim, se no clima da época era praticamente impossível subtrair-se à politização, devido às pressões às quais eram submetidas, quase todas as associações preferiram manifestar, mesmo com entusiasmo, a adesão ao regime em primeira pessoa,

8 Cfr. Rios, *Aspectos Políticos* cit., p. 56; "Fanfulla", 7 de março de 1928; F. Rubbiani, *Almanacco degli italiani nel Brasile pel 1932*, s.e., São Paulo 1932, pp. 415-57; S. Pisani, *Lo Stato di San Paolo nel cinquentenario dell'immigrazione*, s.e., São Paulo 1937, pp. 1248 - 51.

9 Bertonha, *O fascismo* cit., p. 101.

10 *Dalle fazende alle miniere d'oro*, in: "Il Legionario", 4 de março 1933, *apud*: E. Franzina, *Storia dell'immigrazione veneta. Dall'Unità al fascismo*, Cierre, Verona 1991, p. 163.



ultrapassando as estruturas do PNF e aprofundando a colaboração com as autoridades diplomáticas.

A situação descrita e as normas contidas no novo estatuto dos *Fasci all'estero* emanado pelo regime em 1928 obrigaram essas estruturas a entrar abertamente em concorrência com as agregações étnicas tradicionais, que, por sua vez, começaram a invadir o campo da representação política, pelo menos em suas formas exteriores. Acontecia assim que manifestações de exaltação da “nova Itália” e comemorações das datas do regime fossem realizadas um pouco em todo lugar, envolvendo rotativamente PNF, OND¹¹, associações, institutos escolares, sedes diplomáticas e até sociedades esportivas, como em ocasião da visita de Luigi Federzoni (presidente do Senado e figura de destaque do regime) a São Paulo, quando o encontro com a coletividade aconteceu no estádio do “Palestra Itália” decorado com bandeiras e brasões italianos, brasileiros e fascistas. É aliás conjecturável que sem esse tipo de terceirização da representação teria sido impossível, para o *Fascio*, juntar, nesta como em outras circunstâncias, milhares e milhares de pessoas. As atividades relacionadas ao funcionamento do partido, ou seja, aquelas promovidas sem a colaboração de outras instituições, pelo contrário, raramente garantiam, pelo menos nos grandes centros urbanos, um número satisfatório mesmo se relacionado ao total dos inscritos¹².

Como lembrado, um papel importante na homologação das funções dos *Fasci* com as exercidas pelas instituições já testadas de vida coletiva foi desempenhado pelo estatuto de 1928, que subordinava as estruturas do PNF ao corpo diplomático e, reforçando a obrigação do respeito absoluto das leis do país hospedeiro, proibia toda intromissão na vida política interna, além de fornecer outras diretrizes. O estatuto com certeza foi respeitado no Brasil em relação ao primeiro ponto e em relação à recomendação de criar seções femininas e juvenis. As organizações reservadas às mulheres - que se destacaram sobretudo pelo desempenho de funções assistenciais e pela tutela de maternidade e infância - tiveram um sucesso ainda mais limitado daquelas masculinas, inclusive em termos de inscrições. Maior consenso foi obtido pelas Organizações juvenis dos italianos no exterior (OGIE em italiano) que, mesmo sem obter adesões em massa promoveram atividades envolventes, mesmo que repetitivas, para os filhos e as filhas dos imigrantes. A importância dada por Roma ao OGIE local é comprovado pelo envio, em 1936, de um funcionário de Partido - Lamberto Lippi - com a tarefa de dirigir o grupo, tarefa que ele já desenvolvera na Bulgária.

Depois de 1928 apareceu um hibridismo embaraçante para os *Fasci* que, mesmo sem renunciar às funções de proselitismo ideológico, assumiram cada vez mais aquelas de “associacionismo apolítico de forma mais ou menos nacionalística”¹³, enquanto a atividade política do regime acabou por assumir “um caráter

11 OND – Opera Nazionale Dopolavoro: tratava-se de uma organização criada pelo regime fascista em 1925, que tinha como objetivo cuidar do tempo livre dos trabalhadores. (NDT)

12 Sobre a modesta participação às convocatórias do Partido, cfr. A. Trento, *Il fascismo e gli italiani in Brasile*, in: “Latinoamerica”, 29, 1988, p. 50.

13 A expressão é de E. Santarelli, *I Fasci italiani all'estero (note e appunti)*, in: “Studi Urbinati di Storia, Filosofia e Letteratura”, 1-2, 1971, p. 1373.



oficial formal em estreita ligação com a diplomacia fascista”¹⁴. No Brasil também chegaram inúmeros cônsules inseridos no sistema de representação do próprio país no exterior por méritos políticos e alguns, entre eles, tiveram também cargos de responsabilidade nas seções do PNF nas localidades nas quais prestaram serviço. Foi o caso de Giorgio Tiberi, medalha de ouro da marcha sobre Roma e vice-cônsul em Ribeirão Preto, Giovanni Moscati, vice-cônsul e secretário do *Fascio* em Campinas, Cesare Gobato, agente consular e dirigente do *Fascio* de Caxias, onde mais tarde ocuparia a cadeira de prefeito¹⁵. O mais importante destes diplomatas fascistas foi, sem sombra de dúvida, Serafino Mazzolini, ex nacionalista, voluntário da I Guerra Mundial, legionário de Fiume, ex deputado do PNF e homem com cargos de Partido na Itália, que presidiu o consulado de São Paulo de 1928 a 1932, ano em que foi transferido para Montevidéu¹⁶.

Alguns dos novos representantes tiveram um peso importante ao orientar os conterrâneos em favor do regime, aproveitando também o aumento das representações diplomáticas que permitiu uma penetração mais capilar entre as comunidades do interior. Mesmo assim, o maior cuidado na indagação sobre as condições das nossas coletividades, ainda em lugares que até aquele momento nunca tinham recebido visitas consulares, foi um mérito exclusivo de iniciativas diplomáticas individuais. Os estudos mais recentes puseram em evidência o papel destes personagens ao empurrar para o regime, por meio de passividade ou chantagens, o mundo associativo, a imprensa e as escolas italianas¹⁷, setores estratégicos na orientação da opinião pública, e não só da italiana. O mundo da instrução recebeu especial atenção depois que a secretaria geral dos *Fasci* no exterior impôs, em 1928, a inscrição dos filhos dos imigrantes nas escolas italianas. No plano ideológico, a função da doutrinação foi desenvolvida pelos inúmeros institutos primários, mas sobretudo pela única instituição de educação média - “Dante Alighieri” - sustentada pela homônima sociedade com sede na Itália, pelas autoridades diplomáticas e por um grupo de patrocinadores imigrados pertencentes às classes abastadas¹⁸.

O estatuto de 1928 marcou uma inversão de tendência na escala de prioridades dos *Fasci*. As seções do Partido no Brasil tinham, de fato, começado suas

14 E. Santarelli, *Fascismo e neofascismo*, Editori Riuniti, Roma 1974, p. 128.

15 Sobre a interessante figura de Gobato, cfr. L. Slomp Giron, *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*, Parlenda, Porto Alegre 1994, pp. 86-90.

16 Sobre a obra de Mazzolini no Brasil, cfr. A. Trento, *Presenze e personaggi marchigiani in Brasile, 1876-1945*, em E. Sori (org.), *Le Marche fuori dalle Marche*, II, Quaderni monografici di “Proposte e Ricerche”, Ancona 1988, pp.405-16. Sobre o período uruguayo, cfr. J. Oddone, *Serafino Mazzolini: un missionero del fascismo in Uruguay (1933-1937)*, ivi, pp. 566-80, e G. Marocco, *Sull'altra sponda del Plata. Gli italiani in Uruguay*, Franco Angeli, Milão 1986, pp. 108-20. Veja-se também S. Mazzolini, *Parole di fede*, Tisi, São Paulo 1929.

17 Cfr. sobretudo A. Trento, *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil*, Nobel, São Paulo 1989, pp. 314-46, e Id., *Il Brasile, gli immigrati e il fenomeno fascista*, em V. Blengino, E. Franzina, A. Pepe (a cura de), *La riscoperta delle Americhe. Lavoratori e sindacato nell'emigrazione italiana in America Latina, 1870-1970*, Teti, Milão 1994, pp.257-64; Slomp Giron, *As Sombras* cit., pp. 85-104, e Bertonha, *O fascismo* cit., pp.87-164.

18 Sobre esta sociedade, cfr. P. Salvetti, *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società “Dante Alighieri”*, Bonacci, Roma 1995, pp. 249-56.



atividades preocupando-se em organizar palestras e comemorações, de distribuir material de propaganda, de promover projeções de películas italianas (mais tarde em colaboração ou em concorrência com as OND), de criar pequenas bibliotecas nas quais prevalecessem uns textos que exaltassem o regime, de difundir a cultura da mãe pátria, de fornecer ao PNF de Roma informações econômicas e políticas sobre o Brasil, de cultivar o patriotismo dos imigrantes. Paralelamente, estas estruturas estavam envolvidas no controle (e episodicamente na repressão), do antifascismo, recorrendo também, para melhor desenvolver esta tarefa, à colaboração de informantes pagos que operavam junto aos órgãos de polícia brasileiros¹⁹. Escasso parece ter sido, pelo contrário, seu papel na manutenção de contatos de vértices com o movimento fascista local na década de 30, operação esta efetuada por pessoas designadas de tais responsabilidades por Roma, ou seja pelo corpo diplomático.

Independentemente da avaliação sobre a eficácia com a qual foram desenvolvidas as tarefas elencadas, após 1928 os no Brasil restringiram seu raio de ação, limitando-se a prestar sua obra em campo cultural, educativo, assistencial e recreativo, aprofundando assim papéis que, mesmo presentes desde seu nascimento, a partir deste momento em diante se tornaram o traço característico dessas organizações. O papel assistencial se limitou à distribuição de gêneros alimentícios e outros bens de primeira necessidade em favor dos imigrantes pobres, na parca concessão de subsídios em dinheiro aos mais necessitados, na assistência médica gratuita e, no caso do *Fascio* feminino, na entrega de enxovais para os recém-nascidos. Os resultados foram de qualquer maneira modestos e a decisão da embaixada de destinar, para as atividades assistenciais das seções do PNF, uma parte das entradas das doações da coletividade não serviu para uma melhora da situação. Para determinar tal insucesso contribuiu mais uma vez a desconfiança, ou a pura hostilidade, manifestada pelas inúmeras associações étnicas já existentes, cujas atividades primárias se sobrepunham àquelas dos *Fasci*, desde a beneficência ao socorro mútuo, da instrução à organização do tempo livre.

No plano cultural registrou-se um esforço fraco na abertura de cursos escolásticos e um mais forte para a promoção de representações teatrais, colocadas em cena por companhias amadoras de imigrantes, às vezes durante tardes ou noites dançantes, em total sintonia com aquela que fora uma prática comum, nas décadas anteriores, do movimento operário a caráter étnico, sobretudo de orientação anarquista. Ao final das contas, a organização do tempo livre acabou por representar uma das principais preocupações dos *Fasci*, que criaram bandas musicais, abriram cursos de danças e de canto, organizaram passeios dominicais, cópia perfeita dos trens populares na Itália²⁰, e promoveram manifestações esportivas, dispondo, às vezes, de suas próprias estruturas para estas últimas atividades.

Muito difundido foi também o costume de criar colônias de férias e a insistência em tais operações era motivada tanto pela importância de instilar italianidade

19 V. T. Dos Santos, *Os seguidores do Duce: os italianos fascistas no Estado de São Paulo*, Arquivo do Estado-Imprensa Oficial, São Paulo 2001, p. 29. As próprias autoridades diplomáticas também usavam de tal recurso.

20 Tratava-se de trens a preço reduzido organizados pelas OND para levar a população a destinos, geralmente de praia ou turísticos durante os feriados. Obtiveram grande sucesso de público e inauguraram na Itália o turismo de massa.. (NDT)



no coração dos filhos dos imigrantes nascidos no Brasil - e portanto brasileiros a todos os efeitos pela legislação local que se baseava no princípio do *ius soli* - seja pela consciência do alto valor propagandísticos destas iniciativas no plano político. As colônias e as escolas primárias acabaram sendo centros de doutrinação e proselitismo²¹. A difusão das colônias foi apoiada também pela Opera Nazionale Dopolavoro (OND) com tanta energia que chegou a pôr o Brasil no topo da lista dos países latino-americanos para estas específicas iniciativas. Neste sentido, a OND acabou por exercer ao longo da década de 30 uma concorrência aos *Fasci*.

A sobreposição de funções era objetivamente ineliminável, dado que as diretivas impartidas pelo regime às OND no exterior eram de prover à educação física e esportiva dos trabalhadores, à instituição de cursos profissionalizantes, à organização do tempo livre, à propaganda patriótica, à assistência econômica e moral, ou seja, numa palavra, à tarefa “de absorver cada manifestação da vida das nossas massas emigradas”²². Assim, mesmo trabalhando em sintonia com as seções do PNF, das quais eram parcialmente projeções e instrumentos aos olhos dos imigrantes, as OND lhes roubaram espaço, sobretudo graças ao favor que encontraram, em termos nem tanto de multiplicações de sedes (19 em todo o Brasil no final da década de 30) quanto de inscritos: na cidade de São Paulo eram 1500 em 1931, ano de sua abertura, 5.437 em 1934 e 7.000 em 1935.

Todo o trabalho das OND em cobrir um raio de ação quanto mais amplo possível - desde as representações teatrais e musicais às escolas noturnas, dos passeios pós trabalho às festas dançantes, dos jantares sociais aos bailes mascarados, das projeções cinematográficas às atividades esportivas - era destinado a conseguir encontrar interlocutores e apoio junto às classes populares. Esforços nesse sentido eram realizados também pelos *Fasci*, que, mesmo se propondo como organizações interclassistas e “nacionais”, ao interior das quais não existiam divisões baseadas em renda e profissão, almejavam conquistar a grande massa dos imigrantes. Na realidade, apesar dos pouco pontuais acenos presentes na imprensa partidária daquele período, direcionados a mostrar uma pronta resposta do proletariado urbano e dos trabalhadores rurais, pelos raríssimos dados sobre a profissão dos inscritos emerge que a adesão destas classes resultou mínima, enquanto o PNF foi composto basicamente por elite, classe média e pequena bur-

21 Citamos, como exemplo, o hino cantado, no ritmo de *Fischia il sasso*, pelas crianças do acampamento “Edda Ciano Mussolini” de Nova Friburgo no começo da década de 1940, ou seja, quando o governo brasileiro já tinha proibido as atividades políticas aos estrangeiros: “ Di una fede sol sorretti/ presentiamo il nuovo sole;/ noi del Duce siam gli eletti,/ del fascismo siam la prole./ del fascismo audace e fiero/ che i nemici spezza e doma,/ del fascismo che l'impero/ ricondusse all'alma Roma./ Giovinezza è il nostro canto;/ noi d'Italia rifiorita,/ per l'Italia amata tanto/ noi siam pronti anche a morir” (Por uma só fé regidos/ apresentamos o novo sol;/ nós do Duce somos os escolhidos,/ do fascismo somos os filhos./ Do fascismo audaz e altivo/ que os inimigos quebra e doma,/ do fascismo que o Império/ trouxe de volta para a mãe Roma./ Juventude é nosso canto;/ nós da Itália reflorescida/ para a Itália amada tanto/ estamos pronto até a morrer), (“Fanfulla”, 25 de janeiro 1940).

22 I. Guerrini, M. Pluviano, *L'organizzazione del tempo libero nelle comunità italiane in America Latina: l'Opera Nazionale Dopolavoro*, em Blengino, Franzina e Pepe (orgs.), *La riscoperta* cit., p. 381. Dos mesmos autores, cfr. *L'Opera Nazionale Dopolavoro in Sudamerica*, in: “Studi Emigrazione”, 119, 1995, p. 518-37.



guesia²³. Para enfrentar tal indiferença, em São Paulo em 1937, se registraram duas iniciativas: a abertura de 3 seções em bairros italianos a forte composição popular (Braz, Bela Vista e Ipiranga) e a criação de uma “Legião operária do *littorio*”. Em realidade, todas estas iniciativas tinham como objetivo, sobretudo, reforçar aquele paternalismo empresarial em base étnica que já vinha de uma longa tradição. Mais difícil ainda de definir é a participação nas estruturas de Partido da mão de obra rural, mesmo que a seu desfavor houvesse a distância dos centros urbanos e a progressiva perda de importância desse destino profissional entre os italianos no Brasil no período entre as duas guerras.

A adesão mais firme veio dos segmentos situados no meio da escala social ou pouco além dela, dado que a elite, mesmo se mostrando solícita em se colocar ao lado do regime de Mussolini, limitou seu compromisso dentro das organizações do Partido, sobretudo no plano dos cargos diretivos. As estrelas mais brilhantes do firmamento italiano além oceano se destacaram, com certeza, por doações monetárias, porém raros foram os exemplos de envolvimento pleno nos *Fasci* e nas OND, com exceção do magnata do açúcar Pietro Moranti, que dirigiu por algum tempo a seção do PNF em Piracicaba no estado de São Paulo. Verdade é que empresários, latifundiários, construtores e grandes comerciantes não podiam se permitir, por problemas de visibilidade e de relações, de demonstrar indiferença em relação aos *Fasci*, mas é também verdade que muitos entre eles avaliavam com preocupação as implicações das manifestações políticas de mais baixo perfil e mais barulhentas, dado que eles demonstravam muito cuidado em evitar a instauração de um clima de tensão - de fácil explosão numa área na qual o nacionalismo era tão difundido - que teria se voltado negativamente tanto contra a coletividade italiana quanto contra as atividades econômicas deles próprios.

Justamente os órgãos dirigentes do Partido se tornaram alvo das críticas maiores, tanto por parte dos observadores da mãe pátria, como de muitos expoentes da coletividade residente que censuravam o comportamento destes e que os culpavam pela escassa incisividade do PNF, em um ambiente que parecia ser mais que preparado para decretar o sucesso do Partido. Já em 1924, Giovanni Giurati, que estava liderando uma empreitada de promoção do *made in Italy* - o cruzeiro do navio Itália que hospedava a bordo uma mostra itinerante de produtos manufaturados e obras de arte que tocou vários Países do subcontinente - sinalizou para Mussolini que, na América Latina, os *Fasci* eram regidos por indivíduos que não haviam sido submetidos a nenhuma seleção. Em realidade tal circunstância não parecia preocupar muito a secretaria de Roma, se era verdade que a única proposta formulada pelo futuro secretário do PNF, ou seja o afastamento de Rocchetti (delegado do Partido no Brasil), não teve “outro êxito do que aquele de oferecer ao

23 Dentre das 54 fichas relativas aos inscritos ao Fascio de São Paulo, compiladas pela polícia política, conservadas no Arquivo de Estado, e apresentadas por Dos Santos (*Os seguidores* cit., pp. 93-152) bem 14 são relativas a comerciantes, 8 a profissionais liberais, 7 a empregados e o mesmo número a pequenos empresários, assim como a pessoas trabalhando em serviços, enquanto os operários não passam das 3 unidades.



Rocchetti o apoio de Bastianini²⁴²⁵. Em 1931, depois de conseguir verificar o funcionamento do Partido durante uma viagem na área, Piero Parini²⁶ também mostrou perplexidade acerca do funcionamento de tais estruturas na América Latina.

Ainda mais duras eram as críticas por parte daqueles que estavam em contato cotidiano com os responsáveis de tais organizações. A acusação mais frequente era aquela de perseguir vantagens pessoais, deixando de defender os interesses tanto dos imigrantes quanto do fascismo. O costume de explorar os cargos dentro do Partido para promover a si próprios e seus negócios, a incompetência, o vacuidade, a mesquinhez, a falta de tato e outros defeitos eram evidenciados, sobretudo ao longo da década de 20, pelas mesmas autoridades diplomáticas que, entre as linhas ou abertamente, atribuíam exatamente à incapacidade dos dirigentes as dificuldades enfrentadas pelos *Fasci*. A seqüela de lutas intestinas desencadeadas por causa das vantagens oferecidas pelo acesso às altas hierarquias do PNF foi acompanhada por uma práxis de frequentes expulsões e por um alto nível de rotação aos vértices. Os doze secretários que se alternaram à guia da organização paulista entre 1923 e 1938 testemunham a intensidade destas ambições, mas também a dificuldade de encontrar elementos capazes, como era o desejo das autoridades diplomáticas, que a partir de 1928 tentaram também frear a desmedida combatividade interna, não desdenhando a intervenção em primeira pessoa para dirimir contrastes e eventualmente facilitar a renovação.

Além de tais problemas, as estruturas do Partido transmitiram ao externo uma sensação de arrogância e de agressividade (não necessariamente só verbal) que suscitou o temor de uma parte da opinião pública local. As preocupações se concentravam sobretudo na liberdade de ação concedida aos *Fasci*, em sua pretensão de poder decretar ostracismos contra outros imigrantes da mesma nacionalidade, no atrevimento com que tais organizações se arrogavam o direito de coerção e de chantagem. Tudo isso acontecia também em outros destinos da emigração italiana, mas no Brasil as perplexidades pareciam mais justificadas, dado que aqui, por boa parte do *ventennio*²⁷, o livre exercício dos direitos políticos sofreu uma série de restrições, razão pela qual o que era proibido aos nativos parecia consentido aos estrangeiros. Estas anomalias e o mal estar suscitado por algumas iniciativas das seções do PNF induziram não só a esquerda (fraca no Brasil por boa parte desse período) mas também exponentes de outros partidos e em especial a imprensa a pedir em intervalos mais ou menos regulares seu fechamento, sobretudo durante a década de 20, quando o papel político por elas desempenhado era mais evidente

24 Giuseppe Bastianini – político e diplomata italiano, foi deputado, vice-secretário do PNF e secretário dos *Fasci* italianos no exterior. (NDT)

25 Cit. em Istituto italo-latino americano, *Sartorio 1924. Crociera della Regia Nave "Italia"*, edizioni De Luca, Roma 1999, p. 97. Giurati, inclusive, exprimia parecer negativo a propósito dos *Fasci* que, não podendo desenvolver plena atividade política em terra estrangeira, "constituem uma Sociedade colonial que muitas vezes aumenta as causas da desagregação das nossas coletividades. Vestem, em algum País, a camisa preta, gritam *alalà* mas não podem alcançar resultados de importância relevante".

26 Piero Parini – político italiano, foi o terceiro secretário dos *Fasci* italiano no exterior (NDT).

27 A palavra *Ventennio* em italiano se refere ao período em que Mussolini e o fascismo ficaram no poder: aproximadamente vinte anos, de 1922 a 1943. (NDT)



e, entre os brasileiros, manifestavam-se menos difusamente simpatia e admiração em relação ao modelo italiano. Os maiores alvos dessa campanha não foram, porém, os *Fasci* (demonstrando a já assinalada fraqueza na presença política e na capacidade de proselitismo), mas as representações diplomáticas, os jornais e as escolas. Não foi casual que os únicos dois reais acidentes registrados no período, seguidos de manifestações de praça, violência, gritos contra a Itália, tivessem sido desencadeados não por dirigentes e inscritos a seções locais do PNF, mas por fascistas recém chegados da Itália que trabalhavam no campo da imprensa étnica e da diplomacia²⁸.

Em abril de 1938, cinco meses depois que Vargas havia imposto a dissolução de todos os partidos brasileiros, foi emanado um decreto que proibia aos estrangeiros de manter suas próprias organizações políticas e punha limitações àquelas associações que mesmo não sendo expressão direta de partidos, poderiam lhes servir de cobertura. A medida, mesmo sendo impulsionada por exigências de política nacional e por preocupações relativas sobretudo às atividades desempenhadas pelos alemães no sul do Brasil, atingiu tanto os *Fasci* como as OND e foi acompanhada por uma campanha contra as escolas étnicas, que levou à proibição de ensinar em língua estrangeira às crianças abaixo dos quatorze anos.

O respeito da norma foi de qualquer forma decididamente elástico, menos no Rio Grande do Sul, onde a nova linha foi aplicada com rigor e mais ainda o será a legislação criada a partir do início de 1942, tanto de levar a afirmar que a repressão do fascismo transformara-se em repressão dos italianos *tout court*²⁹. No resto do país, pelo contrário, as escolas continuaram a funcionar, a OND manteve a própria sigla, mas se tornou Organização Nacional Desportiva (pondo o acento no campo de intervenção no qual suscitou maior interesse) e os *Fasci* procederam a operações de maquiagem, diluindo-se em instituições mais amplas como as “casas de Itália” ou transformando sua razão social e assumindo frequentemente aquele papel que já desempenhavam na realidade. Assim o Fascio de São Paulo continuou a existir sob a denominação de *Ente Assistenziale “Filippo Corridoni”*³⁰, trocando de secretário. O ex-tenente Bifano, de qualquer forma, não abdicou de seu papel político e os fascistas não se resignaram às limitações impostas, tanto que, a dois anos de distância da emanção da legislação restritiva, o aniversário da fundação dos *Fasci* na Itália foi comemorado na sede do Circolo Italiano (não por acaso a associação mais elitista da comunidade) e o discurso solene foi proferido pelo próprio Bifano. Que a antiga seção do PNF mantivesse funções que não tinham nada a ver com a obra assistencial é comprovado pelo fato que, em janeiro de 1941, durante uma busca no “Filippo Corridoni” foram encontrados e sequestrados milhares de

28 Sobre os episódios que em 1928 envolveram Luigi Freddi, que já fora vice secretário dos *Fasci* no exterior e que transferiu-se no Brasil para dirigir o jornal “Il Piccolo” e, a distância de menos de um mês, Osvaldo Brancaleoni, secretário do cônsul Mazzolini, cfr. Bertonha, *O fascismo* cit., pp. 332-35 e Trento, *Presenze* cit., pp 410-14. Em ambos os casos a acender a faísca foram alguns comentários ofensivos em relação aos brasileiros e às brasileiras.

29 Cfr. Slomp Giron, *As sombras* cit., e B. Corsetti, *O crime de ser italiano: a perseguição no estado Novo*, em L. A. De Boni (org.), *A presença italiana no Brasil*, I, EST, Porto Alegre 1987, pp.363-82.

30 Entidade assistencial Filippo Corridoni (NDT)



panfletos de propaganda fascista³¹.

Somente com a ruptura das relações diplomáticas em janeiro de 1942 e ainda mais com a declaração de guerra de agosto do mesmo ano se chegará ao definitivo dissolvimento de *Fasci* e OND, como também ao fechamento de escolas, associações e jornais italianos. Comentando a primeira das duas decisões, Galeazzo Ciano³² assim anotava, realisticamente, em seu diário: “Mussolini queria que eu dissesse ao Encarregado de negócios responsável pela comunicação que ele tinha a doença do elefante e que um dia iria fazer pagar caro (ao Brasil) aquela iniciativa. Mas onde? Mas como?”³³.

31 Ambas as notícias em Dos Santos, *Os seguidores* cit., pp. 26-29 e 42.

32 Galeazzo Ciano (1903 – 1944) foi um político italiano, genro de Benito Mussolini e ministro dos assuntos exteriores de 1936 a 1943. NDT

33 G. Ciano, *Diário, 1937-1943*, Rizzoli, Milão, 1980, p. 585.



Interseccionalidade de violências na migração feminina: casos de mulheres e trans brasileiras

The intersectionality of violence in female migration: cases of Brazilian women and trans

Milena de Lima e Silva¹

Resumo

A partir de dados empíricos de atendimento no Posto de Atendimento Humanizado aos Migrantes no Aeroporto Internacional de Guarulhos, apresento como a migração das mulheres e *trans* brasileiras ocorrem de forma ainda mais vulnerável que a migração masculina, pois lidam com violações de direito características de construções societárias em que os papéis de “mulheres” e “homens” são acentuadamente marcados e diferenciados, e supostamente atendem a um padrão normativo. Para tanto, o recorte específico no tipo de migração que este trabalho está voltado é a migração de mulheres, e a representação do termo *trans* como um universo que abriga travestis, transexuais e transgêneros.

Palavras-chave: Migração; Gênero; Violência; Brasileiras

Abstract

Based on empirical data from the Humanized Attendance Service for Migrants at the International Airport of Guarulhos, I present how the migration of Brazilian women and transgenders occurs with more vulnerability than the male migration, since they deal with law's violations characteristic of social constructions in which the roles of “women” and “men” are marked and differentiated, and supposedly attend a normative standard. For this, the specific type of migration that this work is focused on is the migration of women, and a universe that shelters “travestis”, transsexuals and transgenders.

Keywords: Migration; Gender; Violence; Brazilian.

Sobreposição de vulnerabilidades na migração feminina

1 Socióloga, com Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos.



Este trabalho se baseia nos relatos coletados quando eu ainda era atendente no Posto Humanizado de Apoio aos Migrantes no Aeroporto Internacional de Guarulhos, entre os anos de 2009 e 2010. Este Posto foi idealizado como um projeto piloto para a política pública migratória brasileira, de execução da organização não governamental Asbrad (Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude), com autorização e apoio da Secretaria Nacional de Justiça e do Ministério da Justiça do Governo Federal do Brasil, e Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas, mas sob o financiamento de uma das maiores agências internacionais, a holandesa Cordaid (Catholic Organisation for Relief and Development Aid). Responsável por atender os migrantes brasileiros que retornavam ao país como deportados ou inadmitidos no exterior, em suas específicas vulnerabilidades e possíveis violências sofridas no processo migratório, as funcionárias² do Posto ainda mapeavam e identificavam outro grave crime humanitário que é o Tráfico de Pessoas.

Importante apontar que após quatro anos de projeto piloto, a Secretaria Nacional de Justiça aprovou o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), com a criação de Postos Avançados de Atendimento Humanizado aos Migrantes nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, e Amazonas, e o Posto Avançado de Direitos para Viajantes, no município de Belém, no Pará. Ou seja, este projeto piloto de uma organização não governamental efetivamente influenciou a política pública brasileira.

Salvaguardados os nomes das e dos assistidos, tratarei de apresentar os dados de como a migração das mulheres e trans³ brasileiras ocorrem de forma ainda mais vulnerável que a migração masculina, pois lidam com violações de direito características de construções societárias em que os papéis de “mulheres” e “homens” são acentuadamente marcados e diferenciados, e supostamente atendem a um padrão normativo.

Migração brasileira e direitos humanos

Em 2009⁴ a Infraero informou que o movimento anual de passageiros aéreos no Brasil era de 128.135.616⁵, isso somando-se as viagens nacionais e internacionais. Ainda segundo a Infraero, o Aeroporto de Guarulhos representa o maior fluxo de passageiros entre todos os aeroportos do Brasil, é o primeiro lugar no ranking por movimento de passageiros. No mesmo ano de 2009 este aeroporto representou a fatia de 16,96% da rede de aeroportos brasileira, em um total de 21.727.649 passageiros atendidos neste ano. Este é o local em que o Posto foi estabelecido, e é o campo em que realizei as entrevistas.

“Dois em cada três brasileiros que vivem fora do Brasil estão em situação irregular”, título de matéria jornalística de setembro de 2010, essa reportagem do

2 Curiosamente todas mulheres.

3 Universo que abriga Travestis, Transexuais e Transgêneros.

4 Ano das entrevistas de atendidos selecionados do Posto.

5 Considerados os embarcados mais os desembarcados.



Jornal Estadão usou os dados do Ministério das Relações Exteriores em que apresentava que 3.030.993 (o que significava 1,57% do total da população brasileira no ano) estava com sua situação jurídica instável. O título de regularidade é dado ao indivíduo que cumpre as leis migratórias do país de destino, “cada Estado regula os fluxos migratórios para o seu próprio espaço territorial. A migração regular se dá dentro dos parâmetros da legalidade estabelecidos por Estado” (OIT, 2009). E a lista de ações para o processo regulatório pode variar, nos países de maior procura para o destino migratório, como Europa Ocidental ou EUA, trata-se de assegurar que o migrante se for turista levará uma quantia mínima de dinheiro, ou “recursos suficientes para cobrir as despesas relativas a viagem e estadia nos Estados Unidos”⁶, e para o migrante que deseja residir nestes países, deverá assegurar que já possui vínculo empregatício ou estudantil, esta suposta variedade de alternativas em todas elas procura exigir que o migrante seja responsável pelo seu próprio sustento, consumo e saúde. Lembrando também, que uma vez considerado regular, os impostos públicos poderão ser cobrados desses migrantes, o que os tornam atrativos novos vetores para taxações.

Ainda que a Declaração Universal dos Direitos Humanos disponha no Artigo XIII que “1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado; 2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar” (1948), o que compreendemos sobre o direito internacional é que existe uma maior valorização nas ações de soberania nacional, com vistas ao controle migratório, e onde é permitido a livre circulação de mercadoria, dinheiro e serviço, no entanto a circulação dos indivíduos é cerceada. Este contraditório conjunto de mecanismos podem facilmente ser descritos como não humanitários.

Se esse desejo de migrar, de se deslocar internamente em um mesmo país para fixar residência, ou ainda atravessando fronteiras político administrativas, alterando o sentido de pertencimento, friccionando culturas, língua, costumes, mas com vistas a uma melhoria nas anteriores condições sócio econômicas de vida, podem não ser a estratégia de todos os Estados receptores, então quais são as condições reais em que as pessoas realizam este fluxo migratório?

Sexualização da nacionalidade brasileira e a desumanização das trans

Gostaria de expor aqui um recorte específico no tipo de migração que este trabalho está voltado: a migração de mulheres, transgêneros e transexuais. São dois os argumentos pelos quais defendo este recorte, e eles se retroalimentam. O primeiro diz respeito a um fenômeno contemporâneo da migração brasileira internacional – o da feminização. De acordo com Piscitelli (2008) a experiência de migração das mulheres brasileiras no cenário internacional é afetada pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade.

Refiro-me às noções sexualizadas e racializadas de feminilidade pelo

6 Retirado do site do Consulado dos EUA no Brasil, como um exemplo.



fato de serem brasileiras. Independentemente de serem consideradas no Brasil, brancas ou morenas, nos fluxos migratórios para certos países do Norte as brasileiras são racializadas como mestiças. No lugar desigual atribuído ao Brasil no âmbito global, a nacionalidade brasileira, mas do que a cor da pele, confere-lhes essa condição. E essa racialização é sexualizada (Piscitelli, 2008).

O segundo argumento abarca uma definição de gênero que ultrapassa o binarismo masculino/feminino, para tanto baseio-me nos estudos de uma das críticas mais radicais do conceito de gênero – Judith Butler. Butler trata de formular o conceito gênero deslocando esse binarismo naturalizado, em diálogo construtivo com o pensamento feminista, com o pensamento *queer* e com os movimentos da Nova Política o Gênero, reivindicando os direitos humanos, e incluindo assim as pessoas intersex e trans. No livro *Undoing Gender* (2002), a autora buscou analisar o extremo risco que correm aqueles que desconstroem os padrões binários de gênero, a estes seres, mesmo a humanidade muitas vezes lhes é ignorada,

ao ponto de a vida lhes ser insuportável, pela violência sobre eles exercida, muitas vezes até à morte – sendo a morte e as condições de possibilidade do seu luto o horizonte teórico por excelência duma qualquer política do reconhecimento (Rocha, 2006).

Juntos os dois argumentos versam sobre formas de violência que se relacionam e que somados caracterizam o recorte no objeto de pesquisa, a sobreposição de vulnerabilidades na migração de mulheres e trans brasileiras.

Análise dos casos de vulnerabilização da migração de mulheres e trans

Dos dois anos que trabalhei no Posto de Atendimento Humanizado de Guarulhos, selecionei para este ensaio cinco casos emblemáticos em que fui a responsável direta pelo atendimento ou que acompanhei parte dele.

A primeira entrevistada a ser apresentada é Joana⁷ que em dezembro de 2009 foi atendida no Posto, como um caso especial a pedido do Consulado do Brasil no México. Ela é natural de Governador Valares (MG), mas já morava nos Estados Unidos e trabalhava como faxineira há 7 anos. Durante este tempo que ficou lá levou seu filho para morar junto a ela, onde ele ficou durante dois anos, e depois acabou voltando ao Brasil para ficar com a avó. Nestes cinco anos que ficou sozinha, nos últimos três ela conheceu um brasileiro que trabalhava com colocação de pisos, e estavam juntos desde então. Ela disse que era esposa dele, mas não cheguei a perguntar se eram casados no papel. Em 2009, o filho já com 15 anos, ela desejou aproximar o núcleo familiar. Com o visto para expirar, ela veio ao Brasil para tentar renová-lo, e para levar seu filho. No Brasil, ela não conseguiu renovar o visto, então pensou em alguma outra forma de entrar com o filho no país, caminho

7 Nomes fictícios, para garantir segurança às atendidas.



escolhido: o deserto do México. O trajeto contava com a parada na Guatemala para encontrar um casal de amigos, uma guatemalteca e um estadunidense, e eles a auxiliariam a arrumar uns papéis de casamento com o homem estadunidense.

Algumas reflexões já podem ser evidenciadas na fala de Joana, um exemplo disso é apontar que os estudos sobre migração historicamente negligenciaram os dados sobre o crescente fluxo de mulheres que executaram mobilidade nacional e internacional, bem como demoraram para buscar alguns parâmetros para caracterizar os motivos do processo migratório.

(No passado) Enquanto os homens são representados como aqueles que vinham em busca de trabalho, as mulheres não foram inicialmente representadas como trabalhadores imigrantes, e sim como aquelas que acompanhavam maridos e filhos. Dessa forma, nunca eram percebidas como sujeitos no processo migratório (Assis, 2007).

Hoje é possível inferir que em busca por melhores condições de vida, mulheres e trans migram em busca primeiro de trabalho, para enviar dinheiro aos familiares, e segundo por relacionamentos amorosos – que podem ser tanto o fator de “atração” para o país de destino, como ainda o fator de “expulsão” do Brasil, caso em que estejam sofrendo violência, doméstica, sexual ou psicológica aqui. Os caracteres distintivos seriam o fator emocional bastante constante nas entrevistas com esse público, ainda a alta mobilização das redes sociais para executar a migração, como é possível visualizar a partir do caso da Joana.

Sobre a violência de gênero é possível apresentar todo um leque possibilidades que só são encontradas com frequência na migração de mulheres e trans. Darei alguns exemplos a seguir:

Ainda sobre Joana (2009), ela fez o trajeto pelo deserto do México, contou sobre a grande dificuldade do percurso, sobre o calor, sobre os únicos dois litros d’água que lhes dão, sobre os espinhos dos cactos em seus corpos, e que quando finalmente chegam na fronteira, ela e o grupo em que estava foram pegos pela migração. Ao contrário do que ocorria sete anos antes, eles ficaram em prisões à espera da partida para o país de origem. Seu filho desistiu de entrar nos EUA desta forma. Sobre sua passagem no México ela acabou contando que ao desembarcar na Guatemala não chegou nem a encontrar com o casal de amigos (com quem arranjaría os papéis de casamento para o visto nos EUA). Acabou pegando um táxi e foi sequestrada. Ela contou sobre o grupo conhecido no México que pratica este crime, e que tem ajuda de forças policiais, o Zeta. Contou que o grupo tem a prática de sequestrar turistas e subornar as famílias para devolver as vítimas. Como ela não passou nenhum contato pessoal a eles, e ficava sempre repetindo que só tinha o dinheiro que carregava com ela na viagem, eles foram gastando seu dinheiro e levando ela de carro até o México. Em um momento em que fizeram uma parada, ela escapou e recorreu a um taxista para lhe levar a um centro de polícia para reportar o roubo. Chegando neste posto policial eles desconfiaram da história dela, em suas palavras: “os policiais mexicanos pensam como os americanos, que todos imigrantes que se encontram no México estão tentando atravessar a fronteira para os EUA”. Ela ficou detida, e começou a sentir que estava grávida. A levaram para fazer exames médicos, mas o de urina não acusou, bem como



o exame de toque. Só quando fez o sanguíneo é que apontou um feto de quatro semanas. Nas contas dela ela tinha certeza de que era mais tempo. Com uma semana presa começou a sangrar, a levaram para o hospital e fizeram um ultrassom acusando nove semanas de formação do feto. Este problema de saúde a atrasou em uma semana para voltar ao Brasil. Ela chorou muito lá.

O segundo caso é de Mônica (2009), com idade aproximada de 30 anos. Ela foi inadmitida pelos policiais de migração, as causas teriam sido suas roupas que pareciam caras demais para ela. Diziam que as brasileiras só vão para trabalhar como prostitutas, que no caso dela deveria ter alguém a bancando. Teve de esperar doze horas a para embarcar novamente ao Brasil.

O terceiro caso é de Sara de 31 anos, natural de Santa Rosa (RS). Ela tinha como destino final a Suíça. Estava acompanhada de um homem, possivelmente um conhecido da sua cidade de origem, que estava atuando como agenciador da viagem. Disseram que já haviam passado pela migração, no entanto foram parados no meio do caminho por outro policial que os advertiu que tinham pouco dinheiro. Um dizia ter 50 dólares, e outro 100, mais dois cartões, Visa e Mastercard. O que eu encontrei de característica negativa no caso é que ela mesma, a mulher não estava portando nenhum destes valores. Demoraram dois dias para voltar ao Brasil. Ela me contou que trabalhava em lavoura no RS, e que tinha intenção de fazer o mesmo na Suíça. Sobre as especificidades do caso, Sara era uma mulher tinha experiência de trabalho em ambiente rural, com pouca oportunidade de instrução, talvez por essas características, somadas a um papel esperado de gênero, são tiradas delas a segurança de portar seus próprios documentos e somas econômicas, que consistem exatamente nos únicos meios de efetivarem sua entrada regular em outros países.

Agora quando analisamos mais atentamente as violências, passamos a identificar outros crimes correlatos e de ainda mais gravidade, como é o caso do Tráfico de Pessoas. Este crime é definido internacionalmente⁸ através do *Protocolo de Palermo sobre Tráfico de Pessoas*, como sendo:

(...) o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou da situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos (OIT, 2009).

Uma especificidade encontrada para o público de mulheres e trans, vítimas deste crime, é a atividade de trabalho ao qual elas são destinadas a executar. Quando os homens são vítimas deste crime na grande maioria das vezes são para fins de Trabalho Escravo, no ambiente agrário ou da construção civil. Enquanto as mulheres e trans estão destinadas ao fim de Exploração Sexual do Trabalho. Os

8 E ratificado pelo governo brasileiro em março de 2004.



dados que embasam esta afirmação são os casos de atendimentos do Posto Humanizado aliados ao relatório OIT (2005). Este último apresenta que enquanto o total de exploração econômica forçada, homens e meninos são 44% das vítimas, mulheres e meninas somam 56% (ou seja, aqui já representam as maiores vítimas). Mas quando os dados são específicos sobre exploração sexual comercial, o gênero se destaca desproporcionalmente, mulheres e meninas são 98% das vítimas, enquanto homens e meninos 2%.

O quarto caso, Nádia (2009) aproximadamente 40 anos, foi um caso de retorno voluntário⁹ ao Brasil. Ela contou que já havia viajado muitas vezes para a Suíça e a última havia sido em 2004. Na primeira vez, foi com a ajuda de uma mulher de Goiânia. Ela trabalhava em uma agência de modelos e disse que precisava de pessoas para ajudar as modelos e trabalhar na limpeza. Nádia pagou sua passagem e chegando em Zurique foi enviada à uma casa de prostituição. O engano na proposta de trabalho no exterior já pode indicar o crime de Tráfico de Pessoas, mas ainda não foi apenas com isso que Nádia lidou. Como sua bagagem não havia chegado, a mulher aliciadora deixou o passaporte com a assistida, dizendo que iria pegá-lo no dia seguinte. Na mesma noite, a assistida fugiu do prostíbulo pela janela: “saí andando em um muro fininho assim”. Disse que foi ajudada por um italiano, que ela havia conhecido aqui no Brasil. Ela tinha o contato dele, mas não achava que realmente iria encontrá-lo. Eles casaram-se tempos depois. Ficaram juntos por mais de um ano e meio, quando ele a expulsou de casa em uma noite, sem roupa, documentos, dinheiro nem nada. Dormiu uma noite na estação de trem. Foi quando procurou o Centro de apoio às mulheres migrantes e vítimas de tráfico de mulheres - FIZ. Por estar casada com um italiano, ela tinha permissão para trabalhar na Suíça. Com a separação, o pedido de permissão teria que ser analisado. Ela queria o divórcio, ele não. Ele queria ficar com todo o dinheiro do trabalho dela. Chegou a levá-la para uma casa de prostituição, a força, e pagar um “brucutu” para ficar na porta vigiando-a. Ela conseguiu fugir novamente. “Fiquei craque em pular janelas”. Ela disse que aprendeu alemão e italiano. Chegou a trabalhar no setor de limpeza do aeroporto de Zurique e em um hotel Hilton. Contou de seu trabalho em um restaurante. Falou com paixão sobre as comidas que fazia e que todos gostavam, ela tinha formação em culinária no Brasil. Depois do pedido de separação, ela não podia sair do país, pois tinha um processo em andamento e não podia ficar oficialmente no país, trabalhando. Por isso, abandonou esse emprego formal. Chegou a ficar um mês em um abrigo para mulheres. Depois, conseguiu um trabalho em uma indústria de alimentos. Perguntei a ela se o fato de não ser suíça, de ser estrangeira, deixou o processo de separação mais demorado. “Se eu fosse suíça...” (e fez um gesto indicando rapidez). Falou sobre a Langstrasse, rua de Zurique reconhecida pela prostituição. “É nessa mesma rua onde fica o comércio de produtos brasileiros. Dá para comprar o nosso arroz, peças para feijoada. Uma brasileira andando ali, a cada minuto um homem pergunta: quanto é? Ali é o paraíso e o inferno”. Disse que apesar de não ganhar muito, vivia muito bem na Suíça, pois os alimentos e bens materiais são acessíveis mesmo para quem é pobre. Consequia enviar dinheiro para a família. Tem um filho de nove anos, que

9 Termo que significa quando alguma organização internacional, ou mesmo o governo federal do país estrangeiro que a abrigava, paga sua passagem de volta ao país de origem.



vive com a tia, sua irmã. Falava com o menino diariamente pelo skype. Contou que um dia, saindo do hotel onde trabalhava, o ex-marido a atacou, roubou sua bolsa e bateu nela. Ela ligou para o telefone de emergência do Consulado brasileiro e foi muito mal atendida. Disse que todas as vezes que precisou do consulado, foi atendida com grosseria. Saímos da área externa e fomos para a lanchonete dos funcionários para beber um suco e comer alguma coisa. Lá, continuamos conversando. Ela contou que em sua cidade natal os aliciadores ficam rondando as pessoas nas ruas, em bares e restaurantes para descobrir quem está desempregada e aplicar o golpe. Foi assim que a rede de aliciadores a contactou. Contou também que houve um problema no atendimento do FIZ em um primeiro momento, pois a funcionária quis fazer papel de polícia e acabou colocando o ex-marido em alerta. Ela não teve direito a pegar suas coisas na casa dele e o processo relativo ao pagamento de pensão ainda está rolando. Ela entrou em contato com a OIM através de um pastor da igreja batista que frequentava. “Eu não tenho nenhuma religião específica, mas busco quem fale de deus como eu acredito”. O pastor trabalha com migrações. “Deveriam ter me tratado bem. Eu sou brasileira e não quis ser prostituta, deveriam ter me tratado diferente”.

Enquanto conversamos, ela parou para tomar remédio. Disse que estava tomando medicamentos fortes, antidepressivos. Sua médica não queria que ela saísse da Suíça, pois precisava continuar o tratamento, no entanto a migração suíça insistiu em seu retorno. Contou que por conta de tudo que o ex-marido fez, ela tentou suicídio três vezes e chegou a ser internada. Disse também que a FIZ pagou sua passagem, pois havia uma questão entre cantões (estados, divisão político territorial do país) que atrasou a solução pela OIM (Organização Internacional para as Migrações). Pelo que contou, o governo suíço errou muito com ela. Sobre o erro da FIZ no primeiro atendimento, recebeu aproximadamente mil reais de ressarcimento. O segundo atendimento foi positivo. Não ficou claro se ela havia feito denúncia contra a mulher que a levou, mas contou que depois de fugir, ajudou outras mulheres a fugirem também.

A pesquisadora Saskia Sassen (2003) fez dura crítica à invisibilidade imposta à dinâmica da feminização migratória em sua articulação com a economia capitalista global. Os dados do crime: “quatro milhões de mulheres traficadas para a indústria do sexo e sete milhões de dólares de benefícios para as organizações criminais”. E isso é lucro aos agenciadores deste fenômeno de gênero massificado. Associados, ao crescente fenômeno da feminização da força de trabalho nos países periféricos, bem como o da feminização da pobreza, o Tráfico de Pessoas para fins de Exploração Sexual do Trabalho é infelizmente mais um dado da violência não combatida dos Estados. Uma violência interseccionada por gênero, cor, etnias, e classe social.

Finalmente, o quinto caso, é de uma mulher Trans, Giovana de 27 anos, natural de Lagartos-SE. Contou que foi para a Europa primeiramente para a Itália, onde teve um relacionamento amoroso com um senhor casado que a bancava. Disse que um dia ele tirou o passaporte dela e demonstrou muito ciúme, o que a deixou assustada. Por conta disso, pediu a ele uma passagem para viajar por um dia à Espanha, onde visitaria uma amiga. Viajou e nunca mais voltou para a Itália. Já na Espanha, denunciou situação de tráfico de pessoas para a polícia, mas não foi reconhecida como vítima. Ela temia pela segurança de sua família e disse que



queria tirar toda a família da sua pequena cidade.

Mencionou a denúncia a uma ex-patroa de casa de prostituição e narrou ter sido aliciada, reconhecendo-se vítima de tráfico. Afirmou que se envolveu em muitas brigas com outras trans como forma de sobreviver ao trabalho sexual nas ruas, mencionando inclusive agressão física. Disse que quando viveu na Itália afirmou ter sido apoiada pela Cruz Vermelha, e que apesar de ter tido apoio quando necessitou “eu voltei a ser puta, voltei para as ruas, mas eles me ajudaram muito quando precisei. Cheguei a doar dinheiro para eles”.

Durante o atendimento na sala do Posto Humanizado afirmou estar com uma vertigem, no entanto, recusou-se a voltar ao Posto Médico conforme sugestão da equipe. Disse que já havia passado por situação semelhante (referindo-se ao inchaço) e atribuiu ao stress e as inúmeras vezes que teve que subir e descer escadas nos vinte dias que ficou presa no Centro de Migração em Madrid. Sobre o inchaço: “eu tenho silicone no corpo e ele está descendo, mas não está doendo. O remédio está fazendo efeito. Outra vez fiquei assim também e meu namorado e minha sogra cuidaram de mim”. Revelou que foi presa seminua na casa de prostituição que trabalhava.

O cenário que Giovana descreve de seu cotidiano no trabalho com a prostituição, as violências, as agressões, são fatores que necessariamente devem ser interseccionado com seu gênero, a prostituição como um trabalho massivamente feminino. Ou ainda, a exata questão de sua identidade de gênero apresentando outras vulnerabilidades no campo da saúde pública, como as interferências que fez no corpo – o silicone injetado, que em sua forma mais barata são aplicadas sem o envoltório chamado implante, apenas em líquido, e que por inúmeros motivos pode percorrer o corpo, causar infecções, necrosar pele e músculo, assim como obstruir vasos sanguíneos ou levar a óbito.

Notas Finais

Se faz necessário pontuar, que o crescente fluxo migratório de mulheres e trans para trabalhar como domésticas e prostitutas em países centrais do capital é consequência direta do desenvolvimento desigual promovido pelo capitalismo neoliberal. Podemos analisar que países periféricos do sistema econômico – que em grande maioria são os países originários da migração – além de não darem acesso ao trabalho e emprego para todo o conjunto de mulheres e trans, principalmente de classes sociais mais baixas, ainda proporcionam uma vida não digna, com a falta de política pública ou dificuldade na aplicação jurídica punitiva aos inúmeros casos de violência de gênero, como a violência contra a mulher, violência doméstica, transfobia e feminicídio. Fatores que os estudos de migração de gênero apontam como grandes indutores da migração de mulheres e trans.

As camadas de sobreposição da violência exercida pelos Estados são variadas, tanto o Estado de origem que “expulsa e repele” pela falta de oportunidade em oferecer vida digna, como pelo Estado de destino que além de tratar a migrante irregular, ou indocumentada, como infratora da lei, destina às migrantes regulares trabalhos de baixíssima qualificação e de frágil controle e fiscalização de órgãos da legislação trabalhista. Acrescentamos a isso a interseccionalidade das vulne-



rabilidades, porque este Estado de destino também pode vilipendiar os direitos humanos desta parcela da população, quando as julgam menos dignas de migrar, por sua raça, etnia, gênero e trabalho, e, assim, barram sua migração.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais, redes sociais e migração internacional. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(3): 336, setembro-dezembro/2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948.

IPEA. Comunicado do Ipea nº 61. Migração Interna no Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5289/2/Comunicados_n61extra_Migra%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 08/08/2017.

INFRAERO, aeroportos. Anuário estatístico operacional 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/images/stories/Estatistica/anuario/final.pdf>>. Acesso em 08/08/2017.

LISBOA, Teresa Kleba. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 805-821, Dec. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300017>

OIT. Uma aliança global contra o trabalho forçado. Relatório Global do Seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, 2005.

OIT. Manual de capacitação sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/tip/pub/manual_capacitacao_tif_378.pdf>. Acesso em 08/08/2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, vol. 11, núm. 2, julho-diciembre, 2008, pp. 263-274. Universidade Federal de Goiás. Goiania, Brasil

ROCHA, Anabela. Butler, Judith, Undoing Gender . *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 76 | 2006, colocado online no dia 01 Outubro 2012, criado a 03 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/875>

SASSEN, Saskia. *Contrageografias de la globalización – gênero e cidadania nos circuitos fronteiriços*. Madri: Traficantes de Sueños, 2003.

Recebido: 10 ago., 2017.

Aceito: 17 ago., 2017.



Um “brasilianista italiano”: entrevista com Angelo Trento

Carla Fernandes da Conceição¹
João Paulo da Silva²

Apresentação

Angelo Trento é professor aposentado de História da América Latina na Universidade de Nápoles “Istituto Orientale”. Sendo referência internacional dos estudos sobre a imigração italiana, possui inúmeras obras publicadas, tendo pesquisado diversos temas como a imigração italiana no Brasil de 1850 a 1970, o fascismo e a história da América Latina. Atualmente, dedica-se à pesquisa e participa do grupo de pesquisa no CNPq TRANSFOPRESS Brasil - Grupo de Estudos da Imprensa em Língua Estrangeira no Brasil.

O senhor é graduado em Filosofia, mas que sua área de trabalho é, sobretudo, a História da América Latina. Gostaríamos de saber o que o levou a se interessar pelo estudo de História e por que, em específico, da América Latina?

Para falar a verdade eu sempre me interessei por História, desde os tempos do ginásio - que acredito não se chamar mais assim. Inclusive por causa de uma professora que me forneceu instrumentos para conhecer e, por conseguinte, gostar de História. Mas quando eu comecei a cursar a Faculdade, na época – e estou falando do ano 1960, não existia aqui na Itália, uma Faculdade de História. Assim, para poder ter um percurso que fosse mais caracterizado nesse plano a única opção era se matricular em Filosofia, e isso, em parte, dependia do fato de que uma das saídas profissionais dos alunos formados nessa Faculdade era o ensino nos colégios - melhor seria utilizar o termo escolas, pois na Itália quase não existem institutos particulares de instrução e a educação é quase que totalmente pública (por volta de 90-95%) mesmo a universitária. Foi por isso que eu me graduei em Filosofia.

O tema da imigração italiana para o Brasil é recorrente em seus escritos. Como e por que o senhor começou a se interessar pelo estudo da imigração italiana no Brasil?

Quando eu iniciei meu percurso acadêmico, logo voltei meu interesse para o estudo da América Latina em geral e, depois de pouco anos, do Brasil em especial,

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Contato: carlafcon@gmail.com

2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, bolsista CAPES. Contato: jps.historia@gmail.com



mesmo não negligenciando outros países e situações que mais chamavam minha atenção, por curiosidade ou - e era o caso mais frequente - por afinidade política. Foi esta última a razão que me levou a escrever, já década de 90, um livro de 130 páginas sobre a Revolução Cubana, que teve um razoável sucesso, como aliás demonstra o fato de ter sido traduzido na França, na Bélgica, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na República Tcheca e até na China. Minha propensão a pesquisar a imigração italiana para o Brasil manifestou-se a partir do começo da década de 80 e daí por diante foi um tema com o qual fiquei sempre mais comprometido, tendo aprofundado nesse últimos 35 anos diferentes aspectos desse fenômeno, das ocupações rurais às urbanas, das escolas às associações (principalmente de mútuo socorro), do exílio republicano antes da unificação italiana à presença da Igreja nas coletividades (sobretudo nas mais fechadas, como as do Rio Grande do Sul), da procedência regional ao movimento operário, chegando até o fascismo e a luta anti-fascista, deixando também algum espaço ao segundo pós-guerra, todos temas que toquei em especial no caso da imigração italiana no Estado de São Paulo. O porquê desse meu interesse depende principalmente da fascinação que começou a exercer em mim a tarefa de dar uma voz aos que não tinham voz, de contar a história dos que não tinham história.

Você possui parentes/familiares que fizeram o percurso e chegaram “do outro lado do Atlântico”?

Eu próprio cheguei do outro lado do Atlântico, ainda criança, com 12 anos, desembarcado em 1954 na cidade de São Paulo, onde meu pai trabalhava na Alitalia. Foi uma experiência muito importante para mim, apesar de ter ficado no Brasil menos de 6 anos (voltei para Roma no começo de 1960 para cursar a Faculdade), pois deu-me uma grande abertura mental e uma atitude à convivência e ao intercâmbio cultural, mesmo tendo frequentado o Colégio Dante Alighieri, que, naqueles anos, já era um instituto totalmente brasileiro e hospedava alunos de diferentes nacionalidades, se bem que com preponderância de italianos e descendentes.

O professor se considera um brasilianista? Por quê?

Com certeza, eu acredito ser um brasilianista, aliás um dos pouquíssimos brasilianistas italianos e não só porque estudo a imigração do meu país no vosso (mas afinal posso até dizer que o vosso chega a ser o meu, pois lá eu vivi os anos da minha formação, que são os mais importantes da vida de cada um). Eu sinto-me brasilianista porque foi ao Brasil que dediquei grande parte da minha vida profissional, escrevi artigos e livros sobre a sua história, principalmente dos dois séculos posteriores à independência.

Como o professor analisa as mutações sofridas pela imigração ocorridas nos séculos XIX, XX e XXI? Qual(is) seria(m) as principais diferenças da imigração entre estes séculos?

Antes de qualquer outra consideração, falando do Brasil mas também de praticamente todas as metas emigratórias, está muito claro que o mais fácil a ser



detectado é a composição profissional dos imigrantes (ou pelo menos das nacionalidades que chegaram mais numerosas), seu nível de profissionalidade, o alcance dos seus estudos, posto que um certo número tivesse um qualquer tipo de educação na própria pátria. Justamente pelo fato do Brasil pagar a passagem principalmente a famílias camponesas – seja para poder utilizá-las nos núcleos coloniais espalhados na área meridional do país, mesmo que não somente lá, seja, a partir da proclamação da República ou do domínio econômico e político da oligarquia do café e, por conseguinte, dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais – esta imigração – dirigida principalmente a partir do início da década de 90 do século XIX para a área mais rica do país e a que mais podia sustentar as despesas para custear a chegada gratuita de imensos contingentes de mão de obra para as fazendas de café – era em sua grande maioria rural já na origem, mesmo que houvesse exceções, raras no início e mais frequentes a partir do começo do século XX ligadas a pessoas que provinham de experiências urbanas, geralmente do sul da Itália ou da Toscana: artesãos, comerciantes, mestres de obras e até mesmo intelectuais. Com o passar do tempo, esse contingente foi aumentando de maneira muito apreciável, conglobando não somente os que chegavam nas cidades brasileiras sem ter passado antes pela fazenda, mas também um grande número de imigrados que, no final de cada ano agrícola, abandonavam o mundo do café, por causa das difíceis condições de vida e de trabalho que nele encontravam e da ainda vigente mentalidade escravocrata de fazendeiros, administradores e capangas. Esses contingentes repatriavam ou, mais frequentemente, instalavam-se nos centros urbanos, cuja economia era ainda indefinida nos anos da imigração massiva (pelo menos de italianos) e por isso mesmo eles não se puseram como concorrentes dos trabalhadores locais, muitos dos quais haviam deixado há pouco tempo sua condição escrava. É bem verdade que os imigrados também não tinham grande familiaridade com os ofícios urbanos, mas é igualmente verdade que a solidariedade étnica ou mesmo aldeana os levava a aprender o ofício em laboratórios artesanais de parentes, amigos ou simplesmente de patrícios. E quando isso não era possível começavam a própria mobilidade social partindo dos degraus mais baixos como foi o caso dos mascates, profissão por muito tempo monopolizada pelos italianos e que era o primeiro passo para abrir uma lojinha – de secos e molhados ou de qualquer outra coisa – numa qualquer cidadezinha do interior paulista, mas idealmente em São Paulo. A partir da proibição emanada pelo governo de Roma da emigração a passagem paga pelas autoridades brasileiras, diminuiu cada vez mais a porcentagem de agricultores e trabalhadores braçais em favor de uma composição profissional mais variada, incluindo proletariado fabril, que, porém, muitas vezes entrou pela primeira vez numa fábrica justamente no Brasil e principalmente em São Paulo. Junto com uma maior profissionalidade vai aumentar também o número de imigrados que podiam se gabar de ter frequentado a escola por algum tempo, até mesmo só o primeiro e talvez o segundo ano do primário, mas com os anos esse número aumentou e aumentaram os anos de estudo, chegando a alcançar o nível mais elevado de profissionalidade no segundo pós-guerra. Por fim, e sempre por simplificação, a partir de 1946 vai entrar no Brasil uma nova imigração, com valores distintos dos que haviam chegado ainda no século XIX e também nos primeiros 30 anos do século XX, pessoas, estas últimas, que gloriavam-se muitas vezes de “ter feito a América” através de inúmeros sacri-



fícios, trabalhando sem parar, engolindo sapos ou simplesmente recorrendo aos costumeiros canais das *migration chains*, da solidariedade aldeana ou regional. A nova imigração tinha horizontes culturais diferentes, reclamava direitos trabalhistas, levava dentro de si uma imagem da Itália que pouco se adaptava à que era interiorizada pela velha imigração. E não foi por um acaso que todas as formas de vida coletiva da imigração, tão numerosas no passado (escolas, associações, imprensa) não conseguiram reconquistar não digo as posições anteriores, mas nem chegaram perto delas. Quanto à imigração mais recente, nesse caso não somente no Brasil, mas no mundo em geral, o que mais chama a atenção são os países de saída e de chegada. Entre os primeiros sobressaem os do continente africano e principalmente os da faixa mediterrânea e os que são devastados pelas guerras – a caráter religioso ou não – que num percurso odioso pelos seus custos humanos e monetários suportados pelos interessados revezam na Europa, a partir da década de 80, centenas de milhares de indivíduos que fogem dos massacres e/ou da fome. Quanto à América Latina, o fluxo mais consistente é representado, já a partir do imediato segundo pós-guerra, pelos mexicanos e por alguns vizinho centro-americanos nos Estados Unidos. Em ambos os casos, a resposta das áreas de recepção tem sido de fechamento, bem mais evidente no caso da Europa, mais ligada às conjunturas políticas no caso dos Estados Unidos. Em ambos os casos, porém, essa atitude choca pesadamente com a total abertura do passado imigratório dessas áreas (no caso europeu, principalmente da Inglaterra, da França e da Alemanha). Quanto aos países de chegada, impressiona a mudança quase que repentina da caracterização de alguns deles no cenário imigratório. O caso mais evidente é justamente o da Itália, que, depois de ter espalhado mais de 20 milhões de seus filhos em todos os continentes nos séculos XIX e XX, agora é receptora de fluxos consistentes de imigrados do Oriente Próximo e da África, embora para muitos deles o país mediterrâneo representa, nas intenções sempre mais difíceis a serem realizadas, somente uma etapa de uma viagem mais longa, que tem como meta final a Alemanha, a Inglaterra, a França e o norte da Europa.

Sobre as imigrações históricas para o interior de São Paulo entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, mesmo que tenha entrado para trabalhar nas lavouras de café um grande contingente de portugueses e espanhóis, a identidade italiana parece se sobressair na região. Na sua visão, quais fatores causam essa invisibilidade dos portugueses e espanhóis e, conseqüentemente, a construção de uma “italianidade” como uma espécie de “tipo ideal” da identidade dos imigrantes em São Paulo, sobretudo no interior?

O raciocínio é válido principalmente no que diz respeito aos portugueses, que já na época colonial tinham como principal campo de negócios no Brasil o setor comercial. Já os espanhóis não faltaram nas fazendas, mas justamente na época que marca a passagem do trabalho escravo ao trabalho livre, isto é de 1887 a 1903, eles chegaram em número infinitamente menor daquele dos italianos (pouco mais de 300.000 contra quase um milhão) e essas quantidades aumentaram só nos anos seguintes até o começo da primeira guerra mundial. Foi por isso que os proprietários da lavouras de café utilizaram principalmente italianos, mas manifes-



tando preferências bem claras na escolha dessa mão-de-obra no que diz respeito a sua proveniência regional, privilegiando a utilização de vênetos (e lombardos) por causa de sua parcimônia, frugalidade e sobretudo docilidade (o que chegava a ser fator básico nos primeiros anos de utilização do trabalho livre; e vênetos e lombardos representaram, entre 1887 e 1902, quase 45% da imigração italiana no Brasil). Como revés da medalha, eram contratados com muito menor entusiasmo os que chegavam de regiões meridionais, considerados briguentos e sempre prontos ao protesto, se bem que uma outra estratégia foi a de empregar italianos de diferentes regiões para impedir que se unissem solidarizando entre eles, operação bem difícil até mesmo por causa do fato que falavam diferentes dialetos e não se entendiam.

A questão das possibilidades de ascensão social e de acesso à propriedade rural dos imigrantes estrangeiros que chegaram a São Paulo no período dos grandes fluxos migratórios é bastante controversia nos estudos sobre o tema. Há duas interpretações: uma mais “clássica”, que sustenta que as condições econômicas dos imigrantes e a conjuntura interna da região quase sempre impossibilitavam a ascensão dos imigrantes; e outra que defende que a conjuntura favoreceu a ascensão econômica e social do imigrante. Como o senhor se insere nesse debate?

Eu insiro-me na linha traçada já no final da década de 60 por Michael Hall, isto é na da negação que tenha havido um significativo percurso de ascensão através de aquisições de terra no Estado de São Paulo, como aliás já era sugerido na época pelos observadores e viajantes italianos no Brasil. Das estatísticas, infelizmente incompletas mas das quais se servem também os historiadores que defendem a tese da facilidade de acesso à terra, até 1920 os proprietários rurais italianos representavam apenas 6,6% do total dos proprietários estaduais, por um total de menos de 12.000 pessoas e normalmente tratava-se de propriedades menores do que as pertencentes a brasileiros e também a outras nacionalidades. De qualquer forma, a cifra total de proprietários até aquela data sempre foi excepcionalmente baixa se comparada com o número de imigrantes entrados e o peso relativo dos italianos na população total da região. Só com o passar dos anos vão aparecer os grandes fazendeiros, cujo símbolo mais notório foi Geremia Lunardelli, “o rei do café”. Diferente foi a situação nos núcleos coloniais principalmente do Rio Grande do Sul, mas também de Santa Catarina, Paraná e até Espírito Santo, onde o acesso à propriedade da terra fazia parte do contrato assinado pelo imigrante, que pagava a prestações e a preços bastante baixos.

Quais as novas possibilidades teóricas e metodológicas no campo dos estudos migratórios?

Eu acredito que o caminho que temos pela frente será o de aprofundar alguns temas, por exemplo da organização interna das coletividades imigradas, de sua participação à vida da sociedade receptora, isto é aprofundar tudo o que ilustre que o caminho da identidade étnica (que foi, aliás, um valor difícil a ser interiorizado para essas grandes massas de desiguais que logicamente foram os imigrantes)



não apresentou contradições ou, pior ainda, não se transformou em barreira a atitudes que facilitaram a transnacionalidade. Acho também que, mais que enfrentar temas que já foram bastante pesquisados, seria melhor aventurar-se em estudos de microhistória, com todas as cautelas que isso requer.

O senhor tem observado alguma lacuna nesse campo de estudos no Brasil?

Eu acredito que os estudos migratórios fizeram importantes progressos no Brasil, mas se tivesse que lamentar alguma coisa, lamentaria a falta de artigos e principalmente livros que analisem a presença estrangeira em algumas situações locais, apesar de sua consistência quantitativa. No caso da imigração, lamento a falta quase total de pesquisas sobre os italianos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, mas também no Espírito Santo, no Norte e Nordeste, e lamento a frugalidade de estudos sobre o interior do Estado de São Paulo, mesmo não possuindo uma fertilidade excepcional como no caso do Rio Grande do Sul.



Migração haitiana: um estudo etnográfico com crianças, pais, professores em escolas públicas de Sinop MT.

Ivone Jesus Alexandre¹

Resumo

A pesquisa de doutorado em andamento “Crianças migrantes haitianas em Sinop/MT: inserção nas instituições escolares” tem como objetivo compreender como ocorre a inserção e socialização das crianças migrantes e haitianas nas instituições escolares públicas de Sinop. Objetiva também analisar como as instituições escolares recebem e percebem essas crianças; verificar as experiências vivenciadas por elas em relação às outras crianças/colegas, professores e gestores e como os pais das crianças haitianas veem e percebem a escola. A metodologia é qualitativa com desenho etnográfico para gerar dados através de observações livres, entrevistas e depoimentos. O recorte temporal da pesquisa é a migração de crianças que vieram com seus pais no ano de 2015 a 2016 para Sinop MT. Os dados preliminares apontam que nas escolas, as crianças haitianas têm muitas dificuldades com a língua portuguesa o que limita sua comunicação e interfere na relação com os professores, colegas, aprendizagem dos conteúdos e na internalização das regras escolares. Os professores, em sua maioria, demonstram preconceito racial de forma velada em seus discursos e em relação à origem dos alunos. Para eles o Haiti é um país pobre e miserável, em consequência os haitianos podem ser subalternos, sujeitos e “diferentes” em relação aos demais negros brasileiros. Os pais das crianças haitianas valorizam a escola e os professores dos seus filhos. Nas relações entre alunos o preconceito racial é mais perceptível na fase da Educação Infantil, na faixa etária de 5 a 6 anos. Na fase dos 12 anos é mais perceptível nas meninas do que nos meninos brasileiros.

Palavras-chave: Migração. Crianças. Pais. Professores

Abstract

The doctoral research in progress “Haitian migrant children in Sinop/MT: insertion in school institutions” aims to understand how the insertion and socialization of the migrant and Haitian children occurs in the public-school institutions of Sinop. It also aims to analyze how school institutions receive and perceive these children; to verify the experiences they lived by them in relation to the other children/colleagues,

1 Graduada em Pedagogia pela UNEMAT, Mestre em Educação pela UFMT e cursando doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Professora Assistente na área de Metodologia de Ensino na Universidade Estadual de Mato Grosso. Email: jesusalexandre.ivone@gmail.com



teachers and managers and how the Haitian children parents' see and perceive the school. The methodology is qualitative with ethnographic design to generate data through free observations, interviews and testimony. The temporal cut of the research is the migration of children that came with their parents in the years of 2015 to 2016 to Sinop MT. Preliminary data point that in schools, Haitian children have many difficulties with the Portuguese language, which limits their communication and interferes with the teachers, colleagues, content learning and internalization of school rules. Teachers, for the most part, show racial prejudice in a veiled way in their speeches and in relation to the origin of the students, for them Haiti is a poor and miserable country, in consequence the Haitians may be subaltern, dirty and "different" in relation to the other Brazilian blacks. Parents of Haitian children value the school and teachers of their children. In relations between students, the racial prejudice is more noticeable in the phase of Early Childhood Education, in the age group of 5 to 6 years. In the 12-year phase, it is more noticeable in girls than in Brazilian boys.

Keywords: Migration. Children. Parents. Teachers.

1. Introdução

A pesquisa em andamento "Crianças migrantes haitianas em Sinop/MT: inserção nas instituições escolares" do programa de pós-graduação em Sociologia da universidade federal de São Carlos se insere na linha de pesquisa Sociologia da Infância e tem como orientadora a professora Dra Anete Abramowicz.

Nesse texto apresento dados parciais da pesquisa que envolve a migração em Sinop, especificamente a inserção das crianças haitianas em quatro escolas públicas da cidade. O recorte temporal é a migração de crianças que vieram com seus pais no ano de 2015 a 2016.

A questão que norteia a pesquisa é saber qual o impacto que a presença e a inserção das crianças haitianas trazem para o ambiente escolar.

O objetivo da pesquisa é compreender como ocorre a inserção e socialização das crianças migrantes haitianas nas instituições escolares públicas de Sinop. Pretende também analisar como as instituições escolares recebem e percebem essas crianças; verificar as experiências vivenciadas por elas em relação às outras crianças/colegas, professores e gestores e como esse grupo de pais das crianças haitianas veem e percebem a escola.

Para atender o propósito da pesquisa questiono como é o processo de recepção das escolas para essas crianças que vêm de um outro país e falam outra língua? Quais as experiências que crianças haitianas vivenciam na creche e escola? Quais as experiências das crianças haitianas na escola? Como as crianças haitianas são percebidas no contexto escolar pelos colegas, professores e gestores? Como os pais das crianças haitianas veem a escola?

A pesquisa tem abordagem qualitativa através da perspectiva etnográfica onde os dados foram gerados através de observações livres, depoimentos, conversas informais e entrevistas com os alunos haitianos, com seus pais, com os professo-



res e gestores escolares.

Os dados foram registrados em diário de campo digital, onde anotamos as impressões dos sujeitos da pesquisa durante depoimentos e entrevistas. Um recurso utilizado foi o gravador e o aplicativo whatsapp para registro de conversas e anotações da pesquisa.

2. Discussão teórica

O texto discute sobre as crianças migrantes haitianas em Sinop/ MT do projeto de tese em desenvolvimento “Crianças migrantes haitianas em Sinop/MT: inserção nas instituições escolares”. O interesse surgiu a partir do meu encontro com uma criança haitiana em uma escola de Educação Infantil.²

Nesse sentido, fiquei instigada em saber se havia mais crianças nas escolas e se havia como estava sendo a inserção delas nas instituições escolares? A partir deste contexto, passei a buscar dados sobre crianças migrantes do Haiti e também saber sobre a existência de mais crianças em outras instituições em Sinop/ MT.

O interesse no tema não se configura somente por ser criança e migrante³, mas também por ser estrangeira e negra em um país que teve uma migração seletiva⁴ e em uma cidade como Sinop, que foi pensada e planejada para brancos sulistas com determinado perfil racial, distante do padrão europeu, as relações raciais possivelmente são atravessadas e racializadas⁵.

A ideia de “racialização” ou “formação de raça” se baseia no argumento de que a raça é uma construção social e categoria não universal ou essencial da biologia. Raças não existem fora da representação. Em vez disso, elas são formadas na e pela simbolização em um processo de luta pelo poder social e político. O conceito de racialização refere-se aos casos em que as relações sociais entre as pessoas foram estruturadas pela significação de características biológicas humanas, de tal modo a definir e construir coletividades sociais diferenciadas (SILVERIO, TRINIDAD, 2012, p.910)

Em minha dissertação de mestrado pesquisei crianças negras, na linha de pesquisa Relações Raciais e Educação, constatei que o ambiente escolar é hostil para as crianças negras. Nesse espaço, ela enfrenta diariamente o racismo explícito e implícito, além de ouvir insultos raciais, também é vítima dos mecanismos

2 Portaria Nº067/2016 que dispõe sobre as denominações das unidades de Educação Infantil do Município.

3 [...] o uso do termo migrante (no lugar de imigrante) e migração (no lugar de imigração) nos permite enfatizar as dimensões múltiplas tanto de movimento, trânsito e fluidez quanto de temporalidades e motivações que marcam as migrações contemporâneas e que podem variar em função de diferentes fatores políticos, econômicos e sociais (COGO E BADET, 2013, p. 12).

4 SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP. São Paulo, n.53, março/maio 2002. p. 117-149.

5 SILVERIO, Valter. Ação Afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa, nº 117, p. 219-246, 2002.



intra e extraescolar que opera dificultando sua permanência e sucesso escolar. O Insulto racial é definido como “um ato, observação ou gesto que expressa uma opinião bastante negativa de uma pessoa ou grupo [...]” (FLINN apud GUIMARÃES, 2002, p.171).

As relações raciais no Brasil são complexas e apresentam características específicas. O racismo no país se manifesta de forma obtusa, camuflada, na maioria das vezes não se explicita abertamente.

Constatei com as observações certa afetação ou mesmo cuidado ao se referir às crianças haitianas, isso em função da cor delas. Os professores não assumem ser racistas, não falam sobre a cor e não chama ninguém de preto, denomina-os de “moreninhos”.

Uma das principais características do racismo no Brasil é o preconceito de marca, definido por Nogueira (2006, p.299) como etiqueta das relações raciais.

Quanto à etiqueta: onde o preconceito é de marca, a etiqueta de relações inter-raciais põe ênfase no controle do comportamento de indivíduos do grupo discriminador, de modo a evitar a susceptibilização ou humilhação de indivíduos do grupo discriminado; onde é de origem, a ênfase está no controle do comportamento de membros do grupo discriminado, de modo a conter a agressividade dos elementos do grupo discriminador. Assim, no Brasil, não é de bom tom “puxar o assunto da cor”, diante de uma pessoa preta ou parda. Evita-se a referência à cor, do mesmo modo como se evitaria a referência a qualquer outro assunto capaz de ferir a susceptibilidade do interlocutor – em geral, diz-se que “em casa de enforcado, não se fala em corda”. Em contraposição, em qualquer contenda com uma pessoa de cor, a primeira ofensa que se lhe assaca é a referência a sua origem étnica.

Ao me deparar com crianças vindas do Haiti e considerando as relações raciais no Brasil, onde o racismo ocorre principalmente em função da cor⁶ passei a pensar sobre o processo migratório de haitianos que chegam ao Brasil com seus filhos. Pessoas que vem de uma realidade diferente, de um país pobre e devastado pelo terremoto de 2010, são negros com costumes e uma língua diferente.

A língua oficial no Haiti desde 1987 é o crioulo haitiano (também conhecido como Kreyòl, em Francês). Kreyòl é falado por 100% da população, enquanto 8-10% dos haitianos consegue falar francês. Como todos os crioulos baseados em francês, Kreyòl é uma mistura de francês e das línguas africanas que os haitianos falam. (DUTRA e GAYER, 2015, s/n)

Pesquisas (GINSBERG, 1955; ROSEMBERG, 1991; CAVALLEIRO, 2000; OLIVEIRA, 2004; FAZZI, 2004; CARVALHO, 2005; ALVES E SOARES, 2002, SANTIAGO, 2014) apontam que desde a Educação Infantil, as crianças negras são

6 Cor neste trabalho tem como parâmetros as categorias de cor utilizada pelo IBGE e também dos traços fenotípicos. A classificação por cor [...] teve como critério não somente a cor da pele, mas é um conceito extensivo, que considera também a textura dos cabelos, a forma do nariz e a cor e espessura dos lábios (OLIVEIRA, 1999, p.48).



vítimas do preconceito racial nas creches e pré-escolas. Elas vivenciam diferentes tipos de discriminação racial. Para Abramowicz, Oliveira e Rodrigues (2010, p.76), na escola “há uma mecânica racista que funciona em toda engrenagem escolar”.

A escola se funda em uma imposição de um saber, de uma racionalidade, de uma estética, de um sujeito epistêmico único, legitimado como hegemônico, como parâmetro único de medida, de conhecimento, de aprendizagem, e de formação.. A partir destes parâmetros desses parâmetros únicos de medida e da avaliação levam a classificar o outro como inferior, incivilizado, fracassado, repetente bárbaro, etc.(ABRAMOWICZ, RODRIGUES e CRUZ, 2011, p.94)

Na escola, independente da modalidade, as relações das crianças negras são conflituosas em função da sua cor e dos seus traços fenotípicos.

Para saber sobre pesquisas com crianças e migração iniciei primeiramente pela revisão bibliográfica, pois a produção intelectual dos programas de mestrados e doutorados serviria como base teórica para a produção da tese.

Não encontrei registro de pesquisas sobre crianças migrantes haitianas em instituições educacionais no Brasil no entanto, encontrei pesquisas nas quais o Brasil é o país de origem dessas crianças migrantes, um exemplo são as crianças que vão para o Japão (NOZAKI, 2015).

Em relação a migração internacional, em que o Brasil é o país receptor, nesse caso, as crianças bolivianas, pomeranas, haitianas e crianças migrantes em geral, tanto as migrantes de segunda geração, isto é, crianças que nasceram no país receptor quanto as crianças que vieram com seus pais do país de origem, denominadas de geração 1/5⁷ (OLIVEIRA, 2014). Os dados ainda são incipientes necessitando refinar a busca.

Os estudos enfocam a situação da criança imigrante, suas dificuldades com a língua, e, conseqüentemente com aprendizagem e aproveitamento escolar. Os dados revelam sobre as interações entre crianças migrantes e seus pares; e com professores no espaço escolar. As interações das crianças migrantes com as não migrantes são perpassadas por processos de tensões e conflitos em função da condição de estrangeiro, as dificuldades com a língua influenciam no processo de socialização.

3. Metodologia da pesquisa

O conceito de infância utilizado será em uma acepção ampla, a mesma utilizada por Florestan Fernandes (2004) em sua pesquisa com crianças e seus pares em seu trabalho monográfico sobre o folclore “As trocinhas do Bom Retiro”. O termo infância neste trabalho será para designar crianças em geral.

A pesquisa pretende saber como está ocorrendo a inserção das crianças hai-

7 OLIVEIRA, Gabriela Camargo de. A segunda geração de latino-americanos na cidade de São Paulo: a questão do idioma. – REMHU- Rev. Interdisciplinar Mobilidade Humana, Brasília, Ano XXII, n. 42, p. 213-230, jan./jun. 2014.



tianas nas escolas em Sinop, MT. A questão que norteia a pesquisa é saber qual o impacto que a presença e a inserção das crianças haitianas trazem para o ambiente escolar. A pesquisa também tem por objetivos analisar o processo como as instituições escolares recebem e percebem essas crianças; verificar as experiências vivenciadas por elas em relação às outras crianças/colegas, professores e gestoras e verificar como os pais das crianças haitianas percebem a escola bem como os professores e gestores escolares.

Para atender o propósito da pesquisa questionei como é o processo de recepção das escolas para as crianças haitianas que vem de um outro país e falam outra língua? Quais as experiências que elas vivenciam nas instituições escolares? Como são percebidas no contexto escolar pelos colegas, professores, gestores? Como os pais das crianças haitianas percebem as escolas que seus filhos frequentam?

A proposta metodológica para geração e análise dos dados se configura como qualitativa:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (CRESWELL, 2010, p.26).

Segundo Creswell (2007b apud CRESWELL, 2010, p.37), a análise qualitativa busca através da abordagem etnográfica estudar “[...] durante um período de tempo prolongado, coletando principalmente dados observacionais e de entrevistas”

Para coletar os dados fiz observações livres, entrevistas e conversas informais com os alunos haitianos, pais, professores e gestores.

As observações livres permitiram aproximar das vivências das crianças haitianas nas escolas. Para Corsaro (1985 apud CORSARO, 2005), ser aceito no mundo da criança é um desafio por causa das diferenças etárias, formas de maturidade da comunicação e da cognição. A partir do levantamento do número de crianças haitianas existentes nas escolas de Sinop contatamos as secretarias de educação e assessorias para a autorização da pesquisa. Através das escolas me aproximei dos pais desses alunos para pedir autorização das entrevistas, “[...] a entrevista é considerada uma interação, uma troca de ideias, uma troca de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas” (BAUER e GASKAEL, 2003, apud PINTO, 2015, p.73).

Essas entrevistas foram gravadas e estão sendo transcritas. O uso do gravador é indicado quando o estudo envolve entrevistas extensas ou quando a entrevista é uma das técnicas principais do estudo (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

Nessa pesquisa também faço uso de aplicativos whatsapp, pois é uma ferramenta muito utilizada pelas pessoas para se comunicarem, passar informação e estabelecer diálogos. Sobre o uso da tecnologia para diferentes fins, e em nosso caso levantamento de dados, verifiquei “[...] os avanços dos meios de comunica-



ção acabam por criar novas formas de agir e interagir e também faz nascer novos tipos de relacionamentos sociais e a internet passa a produzir essa nova dinâmica social” (GUIMARAES, 2017, p.80).

Resultados preliminares

A migração internacional é hoje uma realidade em diferentes estados do Brasil, portanto, pensar políticas educacionais que inserem as crianças vindas de um outro país nas escolas é fundamental.

É um desafio para as instituições educacionais que as recebem pensar propostas pedagógicas que respeitam a origem, as diferenças culturais e religiosas dos haitianos que aqui chegam.

Os dados parciais mostram que as crianças haitianas têm muitas dificuldades em relação à língua portuguesa e isso prejudica a comunicação com os professores e colegas, pois os mesmos não compreendam as regras escolares, que ainda são rígidas em nossas escolas, isso faz com que os mesmos sejam punidos não por indisciplina para por transgredir as regras, por exemplo, não saber pedir para ir ao banheiro.

As crianças haitianas, na escola, sofrem preconceito racial e isso se difere de uma sala para a outra. Na sala da Educação infantil, na faixa etária dos 5 anos, o preconceito é mais explícito. As crianças se negam a sentar perto, abraçar, tocar e brincar com as crianças haitianas, não porque sejam migrantes, mas porque são de pele negra e cabelos afros. No Ensino Fundamental esse preconceito racial é mais velado, se negam a fazer trabalho em grupo e a sentar-se perto dos meninos haitianos, isso ficou visível no comportamento das meninas.

Em relação a serem crianças migrantes, os colegas gostam de brincar com os meninos haitianos em relação aos significados das coisas no Brasil e com as diferenças da língua.

Nos professores e gestores observei um preconceito racial velado em função da cor e da origem dos haitianos, no discurso dos mesmos ficou evidente um imaginário do Haiti como um país pobre e miserável.

Em relação aos pais, os discursos dos professores faziam referência a serem pobres, subalternos e no caso específico das mães haitianas, não serem capazes para o serviço doméstico e serem submissas aos maridos e atrasadas cognitivamente.

Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; Oliveira, Fabiana de. A Sociologia da Infância no Brasil: uma área em construção. **Educação. Revista do Centro de Educação**, vol. 35, no. 1, janeiro-abril, 2010, pp. 39-52.

ABRAMOWICZ, A; OLIVEIRA, F. de; RODRIGUES, T. C. A criança negra, uma criança negra. In: ABRAMOWICZ, A; GOMES, N. L. (Orgs.). **Educação e raça: perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



ABRAMOWICZ, A. RODRIGUES, Tatiane Cosentino, CRUZ, Ana C.J. A diferença e a diversidade na educação. **Revista Contemporânea**. Dossiê Relações raciais e Ação Afirmativa. No. 02, jul-dez, 2011, p.85-97.

ALVES, Maria T. Gonzaga. SOARES, José Francisco. **Raça e Desempenho Escolar as evidências do Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Trabalho submetido ao XXVI-Encontro Anual as ANPOCS, Caxambú, 2002.

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação** - Uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. Maria João Álvares et alii. Ed. Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Marília. **Quem é negro, quem é branco: Desempenho escolar e classificação racial de alunos**. In. Anped, jan/fev/mar/abr, 2005, nº28, p.77-97.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio escolar ao silêncio do lar-Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

COGO, Denise Maria; SOUZA, Maria Badet. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores – Migrantes no Brasil**. Bella-terra: Instituto Humaitas; Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB, 2013. (Coleção: Guias De Diversidade Cultural Para Comunicadores).

CORSARO, William A. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, no. 91, Maio/Ago, 2005, p. 443-464.

DEMARTINI, Zélia de Brito F. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. **Pro-Posições**, v. 15, n. 3 (45) - set./dez., 2004, p. 215-228.

_____ Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos. **Cadernos Ceru**, v. 21, n. 2, 03, 2011, p.49- 75.

DUTRA, Cristiane Feldmann. GAYER, Suely Marisco. **A Inclusão social dos imigrantes haitianos, senegaleses e ganeses no Brasil. Seminário internacional de demandas sociais e políticas na sociedade contemporânea**. VIII mostra de trabalhos jurídicos científicos, 2015.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FLORESTAN, Fernandes. As “Trocinhas” do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis. In **Pro-Posições**. V. 15, n.1 (43) – jan./abr. 2004, p.229-250.

FREITAS, Marcos Cezar; SILVA, Ana Paula. **Crianças bolivianas na educa-**



ção infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. Cad. Pesqui. [online]. 2015, vol.45, no.157, pp.680-702. ISSN 1980-5314. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143246>. Acesso: 29/03/2016.

GINSBERG, Anieta M. Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor. In Roger Bastide e Florestan Fernandes (orgs.) **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo, Anhembi: 1955.

GUIMARÃES, Antonio Sergio. Democracia Racial: O ideal, o pacto, o mito. In. OLIVEIRA, Iolanda (org.) **Cadernos de Pesquisas: Relações raciais e educação - Temas contemporâneos**. –Niterói: EdUFF, 2002.

GUIMARÃES, M.; MOROSOV, K.; BORGES, R. C. S. “Prá que engolir rejeitados do Haiti?” O lugar de onde falo! **Revista ABPN. Dossiê Questões Étnico-Raciais e Linguagens**. Vol. 7, No. 17, 2015. p. 143-162. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/581/449> Acesso em: 19/12/2016

GUIMARÃES, Maristela Abadia. **O “eu” confronta o “outro”: o que (re) velam as manifestações de brasileiros sobre haitianos nas mídias e Redes sociais digitais**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. CUIABÁ, MT, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, vol. 19, no. 1. 2006, p. 287-308.

NOZAKI, Izume. **Escolarização de crianças brasileiras migrantes no Japão: política de inserção escolar e currículo**, Revista Educação Pública. Cuiabá, v. 24, n. 56, maio/ago, 2015, p. 379-403.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Sociologia da infância, raça e etnografia: intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras. **Revista Eletrônica de Educação**, vol. 9, no. 2, 2015, p. 413-440.

OLIVEIRA, Iolanda. **Desigualdades Raciais: Construções da infância e da Juventude**. Niterói: Intertexto, 1999.

PINTO, Mariele Schuck. **Os deslocamentos forçados dos haitianos e suas implicações: um desafio global na sociedade de risco**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós Graduação em Ciências sociais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e educação inicial. **Cadernos de pesquisa**, n. 77, mai. 1991, p. 25-34.



SANTIAGO, Flávio. Hierarquização e racialização das crianças negras na educação infantil. 2015. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, São Paulo, vol.33, no.1 (64), 2015, p.31-47.

SILVERIO, Valter, TRINIDAD, Cristina T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? **REduc. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul.-set. 2012. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 04/07/2017.

Recebido: 11 jul., 2017.

Aceito: 24 jul., 2017.



Quando Uma Aparente Saída ao Capitalismo é a Concreta Individualização: a Subjetividade de Bob Dylan na “Ruptura” com o *Folk* (1962-1966)¹

When an apparent exit to capitalism is the concrete individualization: The Bob Dylan’s subjectivity in a “rupture” with folk (1962-1966)

Filipe Moreno Horta²

Resumo

Este trabalho pretende analisar o contexto e o evento de 25 de julho de 1965, quando *Bob Dylan* tocou com uma guitarra e acompanhado de uma banda elétrica durante o *Newport Folk Festival*. A hipótese central deste artigo é de que o capitalismo pode oferecer aparentes saídas de fuga ao indivíduo, porém, tais podem ser representadas como uma pintura de Escher, na qual o indivíduo, mesmo saindo de um plano, permanece no mesmo circuito retroalimentando processos aos quais está submetido historicamente e materialmente. Este caso empírico permite a observação de como a busca de si, o desejo por uma produção própria e em romper com laços limitantes de produção provocaram maior individualização, isolamento e maior capitalização sobre a produção artística justamente nos anos considerados como de ruptura.

Palavras-chave: alienação, materialismo, subjetividade, Bob Dylan, Karl Marx.

Abstract

This work intends to analyze the context and the event of July 25, 1965, when *Bob Dylan* played with an electric guitar and accompanied by an electric band during the *Newport Folk Festival*. The central hypothesis of this article is that capitalism can offer apparent exits to the individual, but these can be represented as an Escher’s painting, in which the individual, even out of a plane, remains in the same feeding

1 Este artigo é fruto de uma pesquisa paralela que vem sendo feita desde 2012, inicialmente incentivada e guiada por Frédéric Vandenberghe (IESP/UERJ). O primeiro esboço deste texto recebeu importantes considerações de Maria Aparecida de Moraes e Silva, a quem agradeço. Somam-se a estes dois, Gabriel de Santis Feltran, que também vem dialogando com esta iniciativa acadêmica nos últimos anos.

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e pesquisador do NaMargem - Núcleo de Pesquisas Urbanas (UFSCar). Mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). E-mail: hortafilipem@gmail.com.



back circuit processes to which it is subjected historically and materially. This empirical case allows the observation of how the search for yourself, the desire for one's own work and to break with the limiting production ties provoked greater individualization, isolation and capitalization on the artistic production precisely in the years considered as his rupture.

Keywords: alienation, materialism, subjectivity, Bob Dylan, Karl Marx.

Introdução

Eles mantiveram o plano em segredo até subirem ao palco. Dylan vestido numa camisa cor de laranja de matador e um casaco de couro preto, carregando uma guitarra. No momento em que a banda tocou os primeiros acordes de uma versão elétrica de “Maggies’s Farm”, a plateia entrou em estado de choque. Eu ouvi uma incrível hostilidade verbal vinda de todas as direções a minha volta. Quando a banda terminou de tocar “Farm”, houve poucos aplausos, reservados, e um turbilhão de vaias. Quando Dylan e a banda passaram a tocar “Rolling Stone”, o público ficou ainda mais agitado: “Toque música *folk*! Vendido! Isso é um festival de *folk*! Suma com essa banda!” [...]. Dylan desceu do palco com a banda seguido por um longo e desajeitado silêncio [...] Quando Bob voltou sozinho ao palco, ele se deu conta de que não estava com a gaita certa [...] Sob gritos pedindo “Tambourine Man”, Dylan disse: “Está bem, vou tocar essa para vocês”. A canção mais antiga teve um efeito paliativo sobre a plateia e foi aplaudida de forma efusiva. Então Dylan tocou “It’s All Over Now, Baby Blue”. A letra adquiriu um novo sentido, como se ele estivesse cantando um adeus para Newport, para os puristas do *folk*. Ele deixou o palco vencido pela hostilidade daqueles que não aceitavam sua música elétrica [...] Encontrei-me duas vezes com Dylan em Nova York na semana seguinte ao festival. Ele ainda parecia perplexo e angustiado por ter despertado tanta hostilidade. Estava abalado que as pessoas houvessem gritado “livre-se dessa guitarra”. [...] A respeito da apresentação da sua música elétrica em Newport, Dylan disse, vezes a fio: “**Foi honesto. Foi honesto**”. (SHELTON, 2009, p. 423-425, itálico no original, negrito meu).³

Aquela tarde de domingo, 25 de julho de 1965, foi a última vez que Bob Dylan se apresentou no *Newport Folk Festival*.

3 Depoimento do crítico musical Robert Shelton (1926-1995). Shelton foi o primeiro crítico da grande imprensa estadunidense a noticiar o surgimento de *Bob Dylan*, em artigo na *New York Times* de 29 de setembro de 1961 e a ser próximo ao artista nas décadas seguintes.



As *protest songs* e produção anos iniciais⁴

Robert Allen Zimmerman, ou *Bob Dylan*, esteve presente no contexto da *protest song*, que surgiu como uma forma de manifestação cultural de forma a denunciar o contexto histórico-social vivido nos Estados Unidos da América (EUA). Segundo o próprio cantor, música e poesia se tornavam uma, uma poética preocupada com a realidade imediata que volta-se para uma poesia do social. A *folk song* estadunidense, que cruza além do *blues* a estrutura de escrita em *ballad*, oriunda do *folk* inglês e irlandês, também era reconhecida por ser oriunda de classes oprimidas, de expressarem uma contra ideologia, que se distingue da música oficializada pelo *establishment*, colocando sobretudo a questão da música como uma forma de expressão crítica ao contexto experimentado, vivenciado (CESAR, 1990).

Eu não sei, a música folk estava me transmitindo alguma coisa, sabe... Que foi o jeito que eu sempre senti a vida, e as pessoas e as instituições e ideologias e era como... Você sabe... descobrir tudo. (Depoimento de *Bob Dylan* em *Don't Look Back*, 2005, tradução livre).

O jovem interiorano chegou a New York entre dezembro de 1960 e janeiro de 1961, após abandonar o curso de Letras da *Minnesota University*. A partir de fevereiro de 1961, morou e frequentou o Greenwich Village, em Manhattan, centro da boemia e de manifestações culturais do começo do século XX, no qual passou a participar de circuitos locais de *folk*, tocando em cafés e bares universitários por alguns trocados, cantando essa experiência:

"I swung on to my old guitar, grabbed hold of a subway car, and after a rocking, reeling, rolling ride, I landed up on the downtown side, Greenwich Village. I walked down there and ended up in one of them coffee-houses on the block. Got on the stage to sing and play, man there said, "Come back some other day; we want folk singer here. **Well, I got a harmonica job, begun to play, blowin' my lungs out for a dollar a day.** I blewed inside out and upside down. the man there said he loved m' sound, he was ravin' about how he loved m' sound; **Dollar a day's worth.**" (*Talking New York*, 1962).

E nas *coffehouses* passou a se apresentar como *Bob Dylan*⁵. Inserido no cir-

4 Se falar em trajetória supõe uma linha unidirecional, há um contraponto feito por Lévi-Strauss (1978, p. 42) no qual não há como compreender um "mito" como algo linear e que tal não é compreendido através de uma sequência de acontecimentos, mas de grupos de acontecimentos que ocorrem em momentos diferentes da história: "ou seja, não só temos de ler da esquerda para a direita, mas simultaneamente na vertical, de cima para baixo. Temos de perceber que cada página é uma totalidade". O filme *I'm Not There* (2007) foi feito exatamente nessa forma de exposição.

5 Entre 1959 a agosto de 1962, o artista utilizou os nomes "Bob Dillon", "Elston Gunn", "Bob Landy" e, legalmente registrado, *Bob Dylan*. Nas décadas seguintes se apresentou também com os pseudônimos de "Tedham Porterhouse", "Blind Boy Grunt", "Robert Milkwood", "Thomas Boo



cuito local, estabeleceu contato e rede com *folk promoters*, *folk managers*, *concert promoters* e após uma crítica positiva de Robert Shelton no *The New York Times*, um agente da *Columbia Records* propôs um contrato ao artista em outubro de 1961, para gravação de um disco. Assim, em março de 1962, foi lançado o álbum *Bob Dylan*, no qual das treze faixas apenas duas canções eram autorais: “Talking New York” e “Song to Woody”, e as demais eram regravações de canções clássicas do *folk*, como “House Of The Rising Sun”. Apesar da pouca popularidade o álbum rendeu um contrato com o empresário Albert Grossman, que inseriu o artista em shows, entrevistas e aparições em programas de televisão nos EUA, começando a transição do circuito e das redes regionais para outra categoria de rede, de consumo e produção musical.

Um ano depois do primeiro álbum, em maio de 1963, o segundo, *The Freewheelin' Bob Dylan* elevou o artista até ao final daquele ano a ícone nacional, programando turnês não só nos EUA, mas também na Inglaterra. Contando apenas com produções próprias, trouxe grandes sucessos transformados em hinos pelos movimentos civis, como “Blowin' In The Wind”, “Masters of War”, “A Hard Rain's a-Gonna Fall” e a *protest song* e *folk ballad* mais característica: “Oxford Town”. Em 28 de agosto de 1963, participou da *The March on Washington for Jobs and Freedom* e foi o único a se apresentar após o famoso discurso “I have a dream” de Martin Luther King. Segundo o próprio artista,

Eu estava perto quando King pronunciava seu discurso. Até hoje ele me afeta de uma maneira muito profunda. [...] Eu olhei o palanque, olhei o público e me lembro de pensar comigo mesmo: “Cara, eu nunca vi uma multidão tão grande.” (Depoimento de *Bob Dylan* em *Don't Look Back*, 2005, tradução livre).

Naquela época *Dylan* já possuía não só o respaldo dos *folksingers*, como aquele que levaria a tradição à frente, mas também algum sinal de aprovação por parte dos cantores como Sam Cooke, Odetta, Nina Simone, Richie Havens, Duke Ellington, Joséphine Baker e outros que regravam várias de suas músicas. Em janeiro de 1964, lançou seu terceiro álbum: *The Times They Are A-Changin'*, focando ainda mais no processo de mudança na sociedade, tal como na canção que dá nome ao disco, a temática da pobreza e desemprego nas baladas de “North Country Blues” e “Ballad Of Hollis Brown”, e a questão do conflito racial e da violência, principalmente em “Only a Pawn in Their Game” e “The Lonesome Death of Hattie Carroll”. *Dylan* tornara-se definitivamente um símbolo da música *folk* e das *protest songs*, aos 22 anos.

Folk: dissonâncias

É interessante pontuar o quanto para além dos empresários de *Dylan*, Pete Seeger e Joan Baez tiveram cuidados com o jovem artista, seja com os locais nos quais moraria, o local onde passaria as férias e inclusive os refúgios em momentos

Wilbury” e “Sergei Petrov” (EPSTEIN, 2012; SHELTON, 2011).



de crise pessoal. Estruturação que ocorria simultaneamente ao processo de consolidação do artista no movimento *folk* que faz questionar o quanto, em termos de Marx (1985) e os adaptando a análise aqui proposta, a *reprodução dos indivíduos* em determinadas relações com sua comunidade, garantiram um objetivo que, se não necessariamente econômico neste primeiro momento, mas de produção de valores de uso que, necessariamente, atendiam a alguns elementos: a) “o indivíduo, simplesmente, considera as condições objetivas de trabalho como próprias, como a natureza inorgânica de sua subjetividade, que se realiza através delas” (MARX, 1985, p. 77): se para o camponês a terra é condição objetiva de trabalho, para o artista é sua escrita, sua produção musical, seus direitos autorais que são cedidos por contrato a uma gravadora, como a *Columbia Records*; b) um segundo elemento é o que Marx caracteriza enquanto *modo objetivo de existência*, existência não só do indivíduo, historicamente desenvolvida e modificada, como *membro da comunidade*, mas também na pressuposição de que “o indivíduo pertença subjetivamente a uma comunidade que serve de mediação de sua relação com as condições objetivas de seu trabalho” (MARX, 1985, p. 78): no filme *I'm Not There* (2007), em que seis atores interpretam diferentes fases de *Bob Dylan*, a primeira personagem se chama “Woody”, uma criança negra, órfã, que conta mentiras, que viaja em trens de carga e que carrega uma caixa de violão com a inscrição “*This Machine Kills Fascists*”⁶. Se pegamos uma biografia sobre o artista vemos que esta representação é precisa: *Dylan* constantemente era pego em mentiras (sobre quem havia conhecido ou tocado junto, ou locais aos quais supostamente teria viajado), roubou vinis de *folk*, *jazz* e *blues* em Denver, Minneapolis e nos primeiros anos em New York (SHELTON, 2011), além da própria autoconstrução como órfão e de um *eu-lírico*, um *self*, uma autoidentificação enquanto *hobo* e cantando apenas músicas tradicionais e com temáticas estritamente do recorte *folk* do início do século XX (sobre as linhas férreas, os vagões de trem, o sindicato –*union*–, desemprego, pobreza na cidade e no campo etc.), que também rendeu críticas negativas nos momentos iniciais da carreira⁷.

Eventos críticos ou momentos de ruptura são processos históricos, construídos e gestados dentro de um tempo social. Lembrando e reduzindo o escopo analítico das palavras de Arendt (2009), o desafio à tradição é também evidente neste caso, na qual vários modos de violências emergem, como parteira em uma história, a partir da ação humana “livre” e “consciente”, que surge através de uma “revolução” a impulsionar a emergir algo “novo”, que na verdade são forças ocultas – por tanto já existentes – da produtividade humana (ARENDR, 2009, p.49). Em 1965, *Dylan* disse:

6 A frase é um famoso escrito no mundo *folk*, inscrita no violão de Woody Guthrie, que também deu nome à personagem citada. *Dylan* chegou a compor a música “Song to Woody” e a recitar seu poema “Last Thoughts On Woody Guthrie” em shows durante o ano de 1963.

7 *Hobo*, aqui, diz respeito àquele indivíduo sem casa, viajante e que, para o caso dos EUA costumava habitar as estações de trem linhas férreas, utilizando vagões de carga para se deslocarem pelo território. *Bob Dylan* chegou a compor as músicas “Only a hobo” (1962) e “I Am a Lonesome Hobo” (1967) e em várias outras aparece como o *ragman* (homem em andrajos), o *orphan* (o órfão), o *rambling* (desconectado), o *gambler* (apostador em jogos de azar), o *clown* (palhaço), o *thief* (ladrão) e outros milhares de personagens socialmente marginalizados.



Entrevistador: Por que você parou de compor e cantar *protest songs*? - O que você acha que vai acontecer quando você envelhecer [...]?

Bob Dylan: Eu curto a nova geração [...] **Logo a nova geração vai se rebelar contra mim, do mesmo modo com que eu me rebeliei contra a geração mais velha [...]** Não há nada tão estável quanto a mudança. [...] Tento pensar sobre a minha própria vida. [...]. **Preocupo-me com minha cabeça. Não com a comercialização da música folk** (SHELTON, 2011, p. 283-284, grifo meu).⁸

Entre 1963 e 1965, *Dylan* foi acusado e criticado por vários motivos: se trabalhava num blues, ele era um “branco roubando a música negra”; se desenvolvia o talking blues, um “imitador”; quando não compunha músicas de protesto, os tradicionalistas diziam que ele era um “traidor” e “apolítico”, quando era subjetivo, era taxado de “existencialista centrado em si mesmo” (SHELTON, 2011). Um dos primeiros momentos críticos foi uma matéria da revista *Newsweek*, de novembro de 1963, que além de expor o nome verdadeiro, desmentiu toda a construção de que o artista era um órfão⁹. Depois da mídia, o segundo momento crítico foi com a própria “esquerda”: em dezembro de 1963, durante jantar em comemoração ao *Bill of Rights*, organizado pela *Emergency Civil Liberties Committee* (ECLC), o artista, homenageado com o *Tom Paine Award*, disse em um determinado momento – após fazer críticas à “velha guarda”:

Vou me impor e ser inconciliável em relação a isso, o que **tenho de ser honesto**, simplesmente tenho de ser, ao chegar a admitir que o homem que atirou no presidente Kennedy, Lee Oswald, não sei exatamente onde, o que ele pensou que estava fazendo, mas **tenho de admitir com honestidade** que eu também, eu vi algo de mim mesmo nele (DYLAN, 1963, grifo meu, tradução livre).

A arrecadação ficou 30 mil dólares abaixo da expectativa. Se *Bob Dylan* já estava em rota de colisão com a mídia e com a “esquerda”, faltava agora o conflito com os próprios fãs e indivíduos localizados dentro do circuito *folk*. O álbum *Another Side Of Bob Dylan*, lançado em agosto de 1964, já mostrava claramente aquilo que pretendia: um outro lado do artista. Traz não apenas o desgaste do artista perante sua posição e situação no circuito cultural, o seu cinismo, a rejeição a mitos sociais – como o “amor” – mas, ao que aqui interessa mais, *Dylan* compreendeu o papel que desempenhava e passa a contestar a si mesmo e o que representava. Alguns críticos foram indiferentes e a “esquerda folk” denunciou o que seria “subjetividade demais”.

A partir do momento em que *Dylan* já é estabelecido como a “nova geração”

8 Entrevista para Stuart Crump, do *Brown Daily Herald*, Brown University, 1965.

9 *Bob Dylan* se declarou órfão ao sindicato em 1961 para conseguir autorização legal para exercer a profissão de músico. Uma matéria da *Newsweek* de 4 de novembro de 1963 desmentiu a história, trazendo o primeiro momento de ruído entre o artista e a imprensa. Após a notícia cortou a comunicação com os pais, irmãos e com Billy James, do departamento de publicidade da Columbia Records. É a partir daqui que surge, timidamente, as famosas antientrevistas (SHELTON, 2011).



do *folk*, o momento social e política também está se modificando, são processos históricos que ocorrem simultaneamente. Como bem pontuado por Marx,

o ato de reprodução, em si, muda não apenas as condições objetivas [...] mas os produtores mudam com ele, pela emergência de novas qualidades transformando-se e desenvolvendo-se na produção, adquirindo novas forças, novas concepções, novos modos de relacionamento mútuo, novas necessidades e novas maneiras de falar (MARX, 1985, p. 88).

O álbum foi um passo no desenvolvimento de uma poética repleta de metáforas, de imagens grotescas e de pontos de conflito extremamente individuais do artista. Meses depois, no *Newport Folk Festival* de 1964, *Dylan* demonstrou o quanto aquela experiência seria diferente do festival anterior: em 24 de julho, sexta-feira, durante um *workshop* sobre *protest song* o artista tocou “It Ain’t Me Babe” e “Mr. Tambourine Man”, a última, claramente “subjetivista” e “introspectiva”, que destoava das músicas do artista:

Ninguém pareceu se importar que as duas novas canções fossem de protesto apenas para o cantor [...] O restante do repertório não foi tão bem recebido; quanto mais ele ficava no palco, mais descuidada ficava a apresentação [...] A apresentação desordenada impressionou muita gente, mas não a dois amigos nos bastidores [...] Tony percebeu que Bob estava claramente tenso com a perspectiva de enfrentar uma plateia de mais de 15 mil pessoas. Dylan disse a Tony: “Eu não me importo. Vou apenas tocar a minha música. Não me importo.” Brincando, Tony sugeriu que Dylan cantasse de costas apara a plateia para evitar a hostilidade. E foi o que ele fez, em um momento da apresentação. Dylan recebeu a sua cota de aplausos, mas havia tensão no ar (SHELTON, 2011, p. 363).

O desapontamento com o cantor foi geral. O editor da *Sing Out!* escreveu uma carta aberta denunciando que “a parafernália da fama entrou em seu caminho”, enquanto um jornalista da *Broadside* que até então era próximo do artista sentenciou que ele havia “desertado em busca de forma mais elevada de arte”, acusando-o de renunciar o *protesto*, de “inocuidade”, “completa indiferença a plateia”, “inibição egoísta” e ainda, criticando as músicas por “falha” e “nível absurdo de confusão” (SHELTON, 2011). *Dylan* confidenciou a Shelton: “já não escrevo canções para todos, mas para mim mesmo”, afirmou também que sua consciência estava mudando significativamente. Nessa dinâmica relacional de produção, crítica, consciência e, novamente, produção, como não lembrarmos dos escritos dos escritos de Karl Marx quando este escreve sobre a transformação da consciência, da atividade autoconsciente, da emancipação e do sentimento de si (MARX, 2009)?



Folk: ruptura

Segundo a concepção materialista, a mudança social é promovida por fatores econômicos, num plano, e pela força das ideias e valores sociais e culturais, ou seja, da constituição da própria realidade social mediante os significados subjetivos. Principalmente, a preocupação de Marx e Engels (2007) é em relação a produção e consciência da sociedade, a partir das relações sociais de produção que seriam influenciadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, nas quais para os autores, ao contrário do que havia proposto Hegel, não é a consciência dos homens que determina a realidade social, mas sim esta última, o *ser social*, que determina a consciência, que “é de antemão um produto social” (MARX; ENGES, 2007, p. 53). Ou seja, o problema de fundo deste artigo é de como uma *práxis* reflexiva pro exterior (crítica artística ao meio externo) ou pro interior (autocrítica que dá dinâmica a produção do indivíduo ou do *self*), como atividade humana transformadora da realidade individual ou coletiva. O que está de fundo é a percepção da realidade e ação do artista, a ação subjetiva e objetiva do indivíduo em seu meio e em sua prática.

Uma das perguntas centrais de Karl Marx é: quem somos nós enquanto indivíduos [*self*] no sistema capitalista, em um estado burguês? Para Marx (1844a), na sociedade capitalista há o ser genérico, aquele que pertence e é reconhecido enquanto *ser social* pelos seus pares, e há o ser egoísta, produto da sociedade burguesa que apenas é possível a partir do processo de individualização e, principalmente, da ação do dinheiro como mediador e produtor de relações sociais. Assim, não se trataria apenas de uma emancipação política do indivíduo, mas a emancipação deste perante todos os processos aos quais se encontra submetido dentro do sistema de produção capitalista, incluindo a propriedade privada. Em termos de Marx, “a *atividade autoconsciente* concentra-se no *ato político*” (MARX, 2009, p. 70, grifo no original), mesmo sendo que “*toda* emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo *egoísta independente*; por outro, a *cidadão*, a pessoa moral” (MARX, 2009, p. 71, grifo no original). E por quê? Justamente pelo fato de que a emancipação política que se discute não é aquela própria à emancipação humana, mas a emancipação de um *cidadão* bem definido: “o homem *bourgeois* que é tomado por homem *verdadeiro* e *propriamente dito*” (MARX, 2009, p. 66, grifo no original). Essa é uma chave possível para se ler a crítica de Joan Baez, quando ela acusa *Dylan* de não participar, pós 1965, das manifestações contra a Guerra do Vietnã.

E qual a principal categoria que aparece como ponto central na constituição do ser social? O trabalho. Através dele se observa como está estruturada a divisão do trabalho social e da propriedade privada, trabalho que resulta nos processos de alienação e estranhamento¹⁰.

Everything is changed now from before. I guess I was going to quit singing. **I was very drained, and the way things were going,**

10 Importante para minha intenção em destacar que parar Marx e Engels (2007), a divisão do trabalho só se converte em verdadeira divisão a partir do momento em que se separam os trabalhos material e espiritual. A divisão do trabalho social também cria contradições entre os distintos interesses, individual, familiar e comunitário.



it was a very draggy situation [...] I was playing a lot of songs I didn't want to play. I was singing words I didn't really want to sing. [...] But "Like a Rolling Stone" changed it all: I didn't care anymore after that about writing books or poems or whatever. I mean it was some thing that I myself could dig (DYLAN, 2017, grifo meu).¹¹

O trecho destacado, de muitos possíveis, demonstra uma percepção do artista sobre si mesmo, tomando consciência de que ele, aquele quem compunha as músicas, criava a musicalização, apresentava em shows etc., não determinava a sua própria atividade, alienando-o, em certa medida, do produto criado pela sua própria força de trabalho. A relação do artista com o produto do trabalho enquanto objeto estranho torna-se ao trabalhador algo hostil, pela mesma distinção da energia espiritual e física na divisão do trabalho, em sua vida pessoal, levando ao estranhamento-de-si (MARX, 2008).

A biografia de *Bob Dylan* traz vários momentos de um não reconhecimento do "eu", ou de "transformação", de "morte" de personalidades, de constituição de *self* e *selves*, cindidos, que reforçam a hipótese da alienação a qual esteve submetido em tal recorte histórico. Pouco antes de uma de suas muitas "mortes", *Dylan*, extremamente exausto pela rotina de shows, entrevistas e com a saúde debilitada, sentado num canto em um quarto de hotel em Birmingham, durante a turnê inglesa no início de 1966, lendo um jornal com pesadas críticas, disse apenas: "Ainda bem que eu não sou eu". Para Marx, uma consequência da trabalho estranhado é que esta aliena do homem a natureza de si, do ser genérico do homem, levando ao estranhamento do homem pelo próprio homem: "Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem" (MARX, 2008, p. 85-86). Além do trabalho estranhado alienar do homem sua natureza, do produto de seu trabalho e de si mesmo, a alienação implica em divisões e cisões interiores ao próprio sujeito (SILVEIRA, 1994).

Ocorreu então mais um momento em busca de "emancipação"¹²: se o primeiro foi o discurso no jantar de dezembro de 1963 e o segundo ato o lançamento de *Another Side*, o terceiro momento foi o momento descrito na introdução deste artigo. Composta por *Bob Dylan*, gravada em janeiro de 1965 e lançada no álbum *Bringing It All Back Home*, em março do mesmo ano, sua versão elétrica abriu aquela tarde de festival. Ruptura estética, instrumental, lírica e sonora ocorreram durante aquela apresentação, crítica intensa ao circuito *folk*, seus empresários, o público e se compara a um escravo sendo explorado em uma fazenda:

[...] I ain't gonna work for Maggie's brother no more/No, I ain't gonna work for Maggie's brother no more/**Well, he hands you a nickel** [moeda de 5 centavos]/**He hands you a dime** [moeda de 10 centavos]/**He asks you with a grin/If you're havin' a good**

11 Entrevista para Nat Hentoff da revista *Playboy* dos EUA no segundo semestre de 1965, publicada em março de 1966.

12 Prefiro usar o termo entre aspas para não confundir e pontualmente caracterizar esta emancipação enquanto ato político individual, diferente da emancipação humana de Marx.



time/Then he fines you every time/ you slam the door/I ain't gonna work for Maggie's brother no more/[...] I ain't gonna work on Maggie's farm no more/No, I ain't gonna work on Maggie's farm no more/Well, I try my best/ To be just like I am/But everybody wants you/ To be just like them/They sing while you slave and I just get bored/I ain't gonna work on Maggie's farm no more (*Maggie's Farm*, 1965, grifo meu).

Como nos diz Marx (1985), o objetivo das comunidades é a preservação, isto é, a produção de indivíduos que as constituam não apenas como proprietários, isto é, no mesmo modo objetivo de existência que, também, forma o relacionamento recíproco dos membros e, portanto, forma a própria comunidade. Mas, “esta reprodução, é ao mesmo tempo, necessariamente nova produção e destruição da velha forma” (MARX, 1985, p. 87). Após o *Newport Folk Festival* de 1965, houve divisão na comunidade *folk*. Um músico escreveu na *Sing Out!*:

Foi perturbador para a **velha guarda** [...] **Bob já não é mais um neo-Woody Guthrie** [...] A rodovia pela qual ele viaja agora é desconhecida para aqueles que viajavam nos vagões de trem [...] **Ele viaja de avião** [...] as montanhas e os vales que ele conhece são os da mente – uma mente atenta para a violência dos mundos interior e exterior. ‘O povo’ tão amado por Pete Seeger é ‘a multidão’ tão odiada por Dylan. (SHELTON, 2011, p. 425, grifo meu).

A animosidade era recíproca. *Dylan* se via explorado e limitado pelo que esperavam e queriam dele. Esse embate é próprio da relação essencial de apropriação e dominação, que nos diz Marx (1985). Para o autor, a apropriação da própria vontade de outrem é pressuposto básico na relação (social) de dominação,

entretanto, o que vemos aí é como as relações de domínio e servidão incluem-se nesta fórmula de apropriações dos instrumentos de produção; e constituem um fermento necessário do desenvolvimento e decadência de todas as primitivas relações de propriedade e produção. (MARX, 1985, p.96, grifo no original).

Dylan acreditava que sendo “honesto” consigo mesmo poderia alterar as formas de produção que, ao seu modo de ver, lhe pertenciam. Ao tentar romper com a lógica de dominação a qual estava submetido sob o circuito *folk*, o artista adentrou num processo maior de exploração, alienação a, por fim, leva-lo quase a morte física.

1966: ganho de capital

O *Toronto Star*, em setembro de 1965, deu a seguinte manchete: “NÃO PODE SER QUE O ÍDOLO FOLK DA JUVENTUDE TENHA FICADO COMERCIAL” e traz uma entrevista com o artista:



Eu costumava tocar *rock'n roll* há muito tempo, antes de começar a tocar *folk* à moda antiga, dez anos atrás, quando eu ainda era adolescente [...] a indústria da música está completamente diferente [...] Os cantores de *rock* de hoje deixam os velhos doentes [...] As músicas de protesto e sobre direitos civis, eu as compus quando ninguém mais as compunha. Agora todo mundo faz isso. **Mas aprendi algumas coisas.** Os grupos que promovem essas coisas, o movimento, tentavam fazer com que me envolvesse, com que eu fosse um porta-voz cantor – e dentro desses grupos [...] está a política. Na sua própria insignificância, eles são tão ruins quanto os grupos de ódio [...]. **Acredito que as melhores coisas são feitas por indivíduos.** (SHELTON, 2011, p. 295).

Desengajamento político, social, indiferença e individualidade. Os processos históricos e sociais que agiam sobre *Dylan*, assim como sua reação subjetiva e objetiva, transpassavam para as práticas e discursos sobre o dinheiro, sobre rupturas nas relações sociais e ao processo de isolamento social.

Em outubro de 1961, disse: “I don’t want to make a lot of money, I want to get along”¹³. Depois, já com contrato assinado com a *Columbia Records* e recebendo US\$ 2 mil por um conjunto de entrevistas e apresentações para o canal BBC em London, primeira viagem ao exterior, completou:

They’re paying me two thousand dollars to do this play [...] If I got to stay another three weeks to finish it they’ll probably have to pay the same money all over again. [...] But to me two thousand, four thousand, I can’t imagine the difference. It’s too much money. (DYLAN, 2017).¹⁴

Entre 1963-1964, *Dylan* morou principalmente no histórico Chelsea Hotel, em New York, onde constantemente recebia pessoas próximas, empresários e outros artistas *folk*, ano de 1964 que também marcou o encontro do artista com a *boyband* inglesa The Beatles, episódio notório, vez que a partir dali foi estabelecida um amizade pessoal entre *Dylan* e John Lennon e, principalmente, George Harrison¹⁵. Na música “Restless Farewell” (1964), o artista é taxativo:

Oh all the money that in my whole life I did spend/Be it mine right or wrongfully/
I let it slip gladly past the hands of my friends/To tie up the time
most forcefully (*Restless Farewell*, 1964).

13 Entrevista para Izzy Young no *Folklore Center* em New York, em outubro de 1961.

14 Entrevista para Richard Gilbert, publicada pela revista inglesa *Scene*, em janeiro de 1963.

15 Tanto John Lennon e Paul McCartney dão depoimentos sobre a influência de *Dylan* e a importância daquele primeiro encontro, retratado em *I’m not there* (2007). Em 1966, retratado no documentário *Eat the document* (1972), há toda uma cena entre *Dylan* e Lennon num táxi londrino. Me parece que McCartney escreveu a música “Rocky Raccon” (1968) para *Bob Dylan*; assim como fez David Bowie, “A Song For Bob Dylan” no álbum *Hunky Dory* (1971). Já com Harrison, *Bob Dylan* se apresentou no *Concert for Bangladesh* (1971) organizado pelo *beatle*.



No início de 1965, mesmo antes da “ruptura” de julho no *Newport Folk Festival*, Dylan já dava sinais de irritação evidentes para com a mídia, relação estremeçada do artista até os dias atuais, concedendo raras entrevistas e, em turnê, não mais concedendo conferências para a imprensa. Em dois exemplos de *antientrevistas*:

Entrevistador: I think that’s a real compliment to have so many people recording your things. Besides, you get all that money too. What are you doing with all that money by the way?

Bob Dylan: Oh, buying boots, bananas, fruit, pears (DYLAN, 2017).¹⁶

E três meses depois:

Entrevistador: You must obviously make a lot of money nowadays?

Bob Dylan: I spend it all. I have six Cadillacs. I have four houses. I have a plantation in Georgia. Oh, I’m also working on a rocket. A little rocket. Not a big rocket. Not the kind of rocket they have in Cape Canaveral. I don’t know about those kind of rockets.

Entrevistador: Do you have personal things - cameras, watches and that sort of thing?

Bob Dylan: No, I don’t. I buy cars. I have lot of cars, the Cadillacs. I also have a few Oldsmobiles, about three.

Entrevistador: Do you have fears about anything political.

Bob Dylan: No.

Entrevistador: Of course your songs have a very strong content ...

Bob Dylan: Have you heard my songs?

Entrevistador: I have. ‘Masters Of War’. ‘Blowin’ In The Wind’ [ou seja, duas músicas gravadas em 1962 e lançadas em 1963].

Bob Dylan: What about ‘Spanish Lover’? [*sic*, “Boots of Spanish Leather”, balada de antiamor gravada em 1963] Have you heard that? Why don’t you listen to that? Listen, I couldn’t care less what your paper writes about me. Your paper can write anything, don’t you realize? The people that listen to me don’t read your paper, you know, to listen to me. I’m not going to be known from your paper.

Entrevistador: You’re already known. Why be so hostile?

Bob Dylan: Because you’re hostile to me. **You’re using me. I’m an object to you. I went through this before in the United States, you know.** There’s nothing personal. I’ve nothing against you at all. I just don’t want to be bothered with your paper, that’s all. I just don’t want to be a part of it. (DYLAN, 2017, grifo meu).¹⁷

16 Entrevista em *Les Crane*, talk show do canal televisivo WABC, em 17 de fevereiro de 1965.

17 Entrevista para Laurie Henshaw, 12 de maio de 1965.



No segundo semestre de 1965, mesmo em uma antientrevista, *Dylan* traz afirmativa direta contra as acusações recebidas:

Entrevistador: You used to say that you wanted to perform as little as possible, that you wanted to keep most of your time to yourself. Yet you're doing more concerts and cutting more records every year. Why? Is it the money?

Bob Dylan: [...] Contrary to what some scary people think, **I don't play with a band now for any kind of propaganda-type or commercial-type reasons.** It's just that my songs are pictures and the band makes the sound of the pictures. (DYLAN, 2017, grifo meu).¹⁸

E mais a frente no mesmo depoimento, uma importante declaração:

Entrevistador: [...] As a man with three thriving careers - as a concert performer, recording star and songwriter - do you ever feel boxed in by such noncreative responsibilities?

Bob Dylan: **No, I've got other people to do that for me. They watch my money; they guard it. They keep their eyes on it at all times; they're supposed to be very smart when it comes to money. They know just what to do with my money. I pay them a lot of it. I don't really speak to them much, and they don't really speak to me at all, so I guess everything is all right** (DYLAN, 2017, grifo meu).

Esse trecho é singular porque revela o sarcasmo e o conflito já existente entre o artista, seu empresário e demais agentes de sua carreira. Segundo, duplamente, *alienação* de seu salário ou de sua renda, assim como, possivelmente, um duplo processo de exploração: certa porcentagem, parte da renda (geralmente nos contratos musicais daquela época era a maior parte) na comercialização de *singles* e álbuns é destinado à gravadora (no caso, *Columbia*), descontando dos custos de produção do material fonográfico; num segundo momento, devido ao grande valor acumulado também pelo artista, este paga a agentes da mesma empresa para que administre sua renda. Apesar de uma análise mais correta necessitar de um olhar sobre o contrato efetivado, ao mínimo estas hipóteses podem ser levantadas: a) além da alienação do trabalho, alienação da sua própria renda; b) o artista era explorado duas vezes pela mesma agência, que agia sobre os rendimentos de sua criação, assim como recebia um capital sob um serviço que, em teoria, seria um adicional, agindo também como instituição bancária, impondo uma taxa de serviço sobre uma renda já explorada, provavelmente capitalizando e investindo em outras frentes do mercado fonográfico.

1966: e ganho de solidão

18 Entrevista para Nat Hentoff da revista *Playboy* dos EUA, publicada em março de 1966.



Dylan colecionou algumas rupturas e afastamentos sociais entre 1963-1966. Após a matéria de 4 de novembro de 1963 da *Newsweek*, citada anteriormente, Dylan cortou toda a comunicação com os pais, irmãos e com Billy James, do departamento de publicidade da *Columbia Records*. O relacionamento com seu agente, Albert Grossman, também se deteriorava, principalmente entre 1965-1966 com a insatisfação do artista frente as obrigações de compor no estúdio e o grande número de shows que fazia – *Dylan* o demitiria em 1970. Em abril de 1965, durante mais uma turnê na Inglaterra, rompeu de forma conflitiva o relacionamento com a folksinger Joan Baez, com quem dividia o palco em certas apresentações. Tomando rumos diferentes na segunda metade da década de 1960, voltaram a dividir os palcos apenas na década de 1980.

Se por um lado a relação com a mídia piorava a cada ano, o mesmo se dava com o público *folk*. Após as hostilidades do *Newport Folk Festival* de 1965, não foram raras as vaias em outras apresentações, nos EUA e Inglaterra, nas quais era comum parte da plateia se retirando dos auditórios e, em entrevistas, criticavam-no chamando-o de “traidor”, que ela havia se “prostituído”¹⁹, como também discussões em hotéis e em seu camarim. Durante a turnê inglesa de 1966, Shelton (2011) traz as manchetes de jornais ingleses: o *Glocuster Citizen* escreveu: “A maior parte do público que permaneceu no teatro demonstrou uma indiferença gelada quando ao sacrifício de letras e melodias realizada pelo ídolo em favor da batida do *rock*”; uma carta publicada pelo *Bristol Evenin Post* disse: “O incrível poeta que significou tanto para a minha vida arruinou a si mesmo [...] Eles enterraram Dylan numa cova de guitarras e bateria ensurdecidora. O meu consolo é que Woody Guthrie não estava presente”. O *Birmingham Mail* deu a manchete: “Dylan, A Lenda, desaponta”. O embate da mídia se transferiu para a interação da plateia com o próprio artista em vários shows da turnê. Um caso simbólico ocorreu em Manchester, em 17 de maio de 1966: após tocar a música “Ballad of a Thin Man”, canção extremamente crítica a tudo e todos que rodeavam o artista, um membro da plateia gritou “Judas!” ao qual *Dylan* respondeu “I don’t believe you! You’re a liar!” e se dirigindo a banda, disse “Play it fucking loud!”, emendando os acordes iniciais de “Like a Rolling Stone”.²⁰

Todas esses conflitos em sua rede pessoal levaram o artista a não apenas se submeter a uma rotina de shows, que o levaram ao abuso de anfetaminas, heroína etc., mas também a se isolar cada vez mais, sendo criticado como “egoísta”, “individualista” etc. *Dylan* se defende com um afirmação muito próxima à de Clastres, quando este analisa o canto guayaki: “é pelo canto que ele chega à consciência de si mesmo como Eu e ao uso desde então legítimo desse pronome pessoal” (CLASTRES, 1966, p. 140), observável também, como aponta Axel Honneth para que

Dylan makes apparent in many of his songs that he alone is the master of his destiny. Most of his songs begin with an either

19 Observáveis em ambos os documentários citados, *No direction home* (2005) e *Eat the document* (1972).

20 Show no *Manchester Free Trade Hall* e o indivíduo da plateia era Keith Butler. Áudio disponível no *The Bootleg Series*, vol. 4, *Bob Dylan Live 1966, The Royal Albert Hall Concert*. No documentário *No direction home* (2005) parte da cena está disponível.



triumphantly shouted or coolly whispered 'I'. We hardly find a common 'we'. [...] Roughly 50 of Dylan's songs begin with 'I', while only two begin with 'we'. (HONNETH, 2010, p. 780).

Segundo a agenda oficial, em 1962, 7 apresentações, sendo cinco em New York, uma em Minneapolis e uma em Montreal (Canada). Em 1963, 20 apresentações, passando por oito estados estadunidenses e uma apresentação na Inglaterra. Em 1964, 28 apresentações, passando por dez estados, incluindo uma apresentação no Hawaii e outra na Inglaterra. Em 1965, 65 apresentações, passando por quinze estados, duas cidades canadenses, sete cidades inglesas. Antes de embarcar para turnê europeia de 1966, em março de 1966, *Dylan* confidenciou a Robert Shelton:

É preciso de muitos remédios para manter esse ritmo. É muito duro, cara. Uma turnê como essa quase me matou. Está sendo assim desde outubro [1965] Isso me enlouquece, de verdade. Nunca aconteceu nada parecido antes. Tem sido um período bem estranho, me derrubou mesmo. Vou reduzir o ritmo. No ano que vem, a turnê vai durar apenas um mês ou dois. Só estou fazendo isso, esse ano, porque quero que todos saibam o que estamos fazendo. É absurdo que as pessoas fiquem sentadas sendo ofendidas pela própria insignificância. (SHELTON, 2011, p. 476-477).

Além do componente da exploração sobre o artista, não apenas neste depoimento como em algumas entrevistas é perceptível o discurso da indiferença.

[1965] Eu não estou escrevendo e cantando para qualquer um, para dizer a verdade. Ei, realmente, eu não me importo com que as pessoas dizem. Eu não ligo para o que elas me fazem parecer ser ou o que dizem às outras pessoas o que eu seja. Se eu me importava com isso, eu diria a você; eu realmente não tenho nenhuma preocupação com isso. Eu nem mesmo entro em contato com essas pessoas... (DYLAN, 2017, tradução livre).²¹

Como apontado por Silveira (1994, p. 58), a indiferença refere-se àquela dos indivíduos sob o capitalismo. Para manter o ritmo de produção exigido pela gravadora, o artista, para sobreviver enquanto produtor, passa a contar exclusivamente consigo mesmo, seu próprio corpo (o "trabalho nu"), com suas energias, habilidades e capacidades. A necessidade de acumulação implica na separação do homem de seu corpo inorgânico, momento que ocorre a perda do objeto, a alienação, emergindo aqui a forma da individualidade correspondente ao capitalismo, enquanto processo histórico inseparável da história da humanidade e do desenvolvimento das forças de produção (SILVEIRA, 1994).

Em outra conversa:

21 Entrevista para Paul Robbins, da *LA Free Press*, em 22 de março de 1965.



Shelton: Como diabos é possível trabalhar numa turnê como essa?

Bob Dylan: É muito difícil, cara. **Está me matando**, desde setembro [1965], **me enlouqueceu de verdade**. Eu nunca tinha passado por nada parecido. Me botou pra baixo de verdade. É constrangedor falar sobre esse lance de carreira, porque é muito difícil para mim falar a respeito. Porque, na minha cabeça, eu sei a sorte que tenho, e não sei quanto tempo isso pode durar. (SHELTON, 2011, p. 499, grifo meu).

Como o próprio *Dylan* disse em 1966, durante a turnê inglesa: “é sempre solitário onde eu estou” (SHELTON, 2011). A partir das rupturas de relações sociais, aliado ao processo de indiferença, o artista passa a se situar numa forma de isolamento social (SILVEIRA, 1994). Segundo o autor, este é uma das dimensões fundamentais da *indiferença* em relação a outros indivíduos, na qual o sujeito conta apenas consigo mesmo, com seu corpo e sua força de trabalho. Ainda, esse isolamento, que para Silveira (1994) é também ausência de sociabilidade prévia, “é ao mesmo tempo condição para que a individualidade e as formas de sociabilidade adquiram um caráter efetivamente histórico” (SILVEIRA, 1994, p. 61).

Durante a turnê inglesa, em 16 de maio de 1966, *Dylan* lançou *Blonde On Blonde*, com músicas que já faziam parte do repertório do artista desde o ano anterior. Em 1966, num período de 112 dias entre 04 de fevereiro a 27 de maio, foram 45 apresentações, incluindo uma apresentação no Hawaii, três cidades canadenses, cinco australianas, uma (na Suécia, Dinamarca, Irlanda, Irlanda do Norte, França), duas cidades escocesas e oito cidades inglesas. Em 112 dias, uma estimativa de 54.224 km percorridos. Ao fim da turnê europeia, *Dylan* estava debilitado pela rotina de shows e abusos, além de todos os conflitos internos. O artista queria dar um tempo nas apresentações. Concretamente, a tentativa de *Dylan* em exercer sua individualidade e qualidade de produtor cuja subjetividade deveria ser respeitada perante o circuito *folk* o situou em um processo de exploração ainda mais profundo que o anterior: alienado do que produzia, de como produzia e da renda obtida, a figura de Escher é ilustrativa: ao tentar sair de um plano, subindo ou descendo as escadas, *Dylan*, encapuzado, permanece alienado dentro de um todo, um todo já posto, estruturado historicamente e materialmente dado²². Ao regressarem aos EUA, *Dylan* e a banda que o acompanhava, *The Hawks*, foram informados que o empresário do cantor, Albert Grossman, havia agendado mais 64 shows para os meses seguintes de 2016. Isolando-se no interior de New York, em sua casa de Woodstock, *Dylan* ficou reservado entre junho e julho. Uma saída? A sua própria “morte”. Em 29 de julho, sofreu um grave acidente de moto, cujo detalhes não foram revelados. Voltou a realizar uma turnê apenas oito anos depois²³. Mas isso

22 “Ascending and Descending” (1960), de Maurits C. Escher (1898-1972). Disponível em: <<http://www.mcescher.com/gallery/recognition-success/ascending-and-descending/>>. Acesso em 15/05/2017.

23 Após o show de 27 de maio de 1966, em Londres, o seguinte aconteceu apenas em 20 de janeiro de 1968, único naquele ano, no Carnegie Hall (NY). Em 1969 realizou apenas três shows,



não o impediu de lançar em 1967 um álbum inesperado e inspirado na Bíblia, o *John Wesley Harding*.

Considerações finais: nenhuma “ruptura” é uma ruptura

Parafraseando Marx, a música *folk* pede um *folksinger*. Quem produz o capital é o trabalho produtivo e não o improdutivo. Na cadeia de produção desse circuito quem detem a possibilidade de produzir maior giro de capital é o *folksinger* e isso está longe se afirmar, por consequência, que mesmo aqui o capital e excedentes produzidos permaneçam junto ao trabalhador, a quem de fato produz. Tal como a discussão de Marx (2011) sobre o piano e o pianista, *Bob Dylan* é aqui um duplo: por um lado produz, canta e ouve a própria música, que no início ainda detem um valor de uso mais significativo, frente às reproduções de outras músicas de origem popular, origem *folk* e cantando em *coffehouses*; de outro lado, e de forma externa e extrema, torna-se um trabalhador empregado/assalariado que observa seu trabalho produtivo, o valor de troca sendo agregado e tendo seu produto sendo apropriado por diversos agentes atrelados à indústria fonográfica, submetendo-os meios de produção – ou seja, o próprio corpo e alma – a um ritmo de trabalho para além de suas forças físicas e mentais.

Raymond Williams, de forma pertinente, ressalta que quase todas as iniciativas e contribuições, mesmo quando adquirem formas manifestamente alternativas, ou oposicionais, estão na práticas ligadas ao hegemônico: isto é, que a cultura dominante produz e limita, ao mesmo tempo, suas próprias formas de contracultura (WILLIAMS, 1971, p. 117). Após o *Festival de Newport 1965*, *Dylan* não deixou de tocar as músicas *folk* e acústicas, mas deixou de tocar *protest songs* de temática social e política, tocando apenas as de protesto *self-centred*. Os shows de agosto de 1965 a maio de 1966 eram estruturados em dois momentos: o primeiro era acústico, geralmente bem acompanhado pelo público; depois da pausa, elétrico, geralmente com vaias e conflitos com a plateia. Em 1975, lançou o *single* “Hurricane”, uma *protest song* denunciando o racismo policial e jurídico no caso do boxeador negro Rubin Carter, e iniciou uma turnê pelas prisões estadunidenses, acompanhado por outros *folksingers*, como Johnny Cash, Joni Mitchell e outros. Desde junho de 1988, *Dylan* está em turnê ininterrupta, a *Never Ending Tour*. Em 2015, realizou 85 apresentações, tocando nos EUA e mais dois continentes, variando a cada ano, os continentes visitados. Concretamente, a ruptura da qual os *folksters* denunciaram em 1965 não foi uma ruptura totalitária, foi antes um processo, dentre vários, em que o artista buscou vencer não apenas a si mesmo, engendrando diversas metamorfoses, mas também no desejo de vencer a própria estrutura a qual está inserido.

voltando a se apresentar somente em 1971 no *Concert for Bangladesh*, organizado pelo amigo George Harrison. Depois, mais dois anos sem subir aos palcos, retornando apenas em 3 de janeiro de 1974 ao iniciar uma turnê acompanhando pela *The Hawks*, conhecida também como *The Band*.



Referências Bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CESAR, Ligia. *Poesia e política nas canções de Bob Dylan e Chico Buarque*. Dissertação (Mestrado em Literatura Inglesa) – Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1990.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

EAT THE DOCUMENT. Direção: Bob Dylan e Donn Alan Pennebaker. Produção: Bob Dylan, 1972. DVD (54 min.), mono, color.

DON'T LOOK BACK. Direção: Donn Alan Pennebaker. Produção: COURT, John; GROSSMAN, Albert, 1967. DVD (96 min.), mono, preto e branco.

DYLAN, Bob. 1963. Transcript of Bob Dylan's remarks at the Bill of Rights Dinner at the Americana Hotel on 12/13/63 [Online]. *Corliss Lamont Organization*. Disponível em: <<http://www.corliss-lamont.org/dylan.htm>>. Acesso em: 23/04/2017.

_____. Interviews from the 60's (1961-1969) [Online]. Disponível em: <<http://www.interferenza.com/bcs/interv.htm>>. Acesso em: 24/04/2017.

EPSTEIN, Daniel. *A balada de Bob Dylan: um retrato musical*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

HONNETH, Axel. Liberty's entanglements: Bob Dylan and his era. *Philosophy Social Criticism*, v. 36, n. 7, p. 777-783, 2010.

I'M NOT THERE. Direção: Todd Haynes. Produção: VACHON, Christine; GOLDWYN, John, 2007. DVD (135 min.), son., preto e branco (parcialmente), color.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. Coimbra: Edições 70, 1978.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



NO DIRECTION HOME. Direção: Martin Scorsese. Produção: LACY, Susan et al, 2005. DVD (208 min.), son., color.

SILVEIRA, Paulo. Da alienação ao fetichismo: formas de subjetivação e de objetivação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Org.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. Enciclopédia aberta da psique (Coleção), 1994, p. 41-76.

SHELTON, Robert. *No direction home: a vida e música de Bob Dylan*. São Paulo: Larousse, 2011.

Recebido: 17 maio, 2017.

Aceito: 20 jun., 2017.



Propagandas das formas de trabalhos: discussão sobre propaganda e novas formas de trabalho nas mídias digitais

Propaganda of forms of work: discussion of propaganda and new ways of work on digital media

Giulianna Bueno Denari¹

Resumo

Buscamos neste texto fazer uma articulação entre a teoria crítica proposta por Adorno e Horkheimer (1985) no que diz respeito ao surgimento do homem moderno e a possibilidade de alcance da chamada Indústria Cultural, com a teoria marxista sobre trabalho vivo e tempo de trabalho, com nosso objeto de pesquisa, o trabalho dos YouTubers nas mídias digitais. Trazemos dois exemplos recentes vídeos patrocinados pelo governo e um outro vídeo, não patrocinado, para discutir a questão do uso de publicidades visando um público jovem, bem como para ilustrar esse formato de trabalho nas mídias digitais, mais especificamente, o YouTube. O YouTube é uma plataforma online gratuita de divulgação de conteúdos em formato de vídeo. Nela todo usuário cadastrado nas contas da empresa Google pode ter um canal e fazer o *upload* dos vídeos. Os YouTubers exercem uma nova forma de trabalho nas mídias, colocando esses vídeos online, recebendo dinheiro a partir de publicidade embutida em seus vídeos. O argumento central é que essa positividade de um trabalho não regulamentado, que vem desde a flexibilização da educação, nas mídias, atinge toda uma geração que está se inserindo neste momento no mercado de trabalho e é afetada diretamente com isso, facilitando a aceitação das mudanças trabalhistas e educacionais propostas pelo atual governo brasileiro.

Palavras-chave: Indústria Cultural; trabalho; mídias digitais.

Abstract

The intention of this text is to articulate the critical theory proposed by Adorno and Horkheimer (1985) regarding the emergence of modern subject and the possibility of reaching the so-called Cultural Industry, with the Marxist theory of live work and work time, with our research object, the work of YouTubers in digital media. We bring two recent examples of government-sponsored videos and another non-sponsored video to discuss the use of advertising aimed at a young audience as well as to illustrate this format in digital media, specifically YouTube. YouTube is a free online platform for content delivery in video format. In it all registered users in the company accounts Google can have a channel and upload the videos. YouTubers exert a

1 Bacharel em Ciências Sociais pela UFSCar. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Contato: giudenari@gmail.com



new way of working in the media, putting these videos online, getting money from advertising embedded in your videos. The central argument is that this positivization of unregulated labor, from the flexibilization of education in the media, affects an entire generation that is entering the labor market at this moment and is directly affected thereby, facilitating the acceptance of the changes labor and education policies proposed by the current Brazilian government.

Keywords: Cultural Industry; work; digital media.

Introdução

Buscamos neste texto fazer uma articulação entre a teoria crítica proposta por Adorno e Horkheimer (1985) no que diz respeito ao surgimento do homem moderno e a possibilidade de alcance da chamada Indústria Cultural, com a teoria marxista sobre trabalho vivo e tempo de trabalho, com nosso objeto de pesquisa, o trabalho dos YouTubers nas mídias digitais.

Começaremos este texto descrevendo três vídeos publicados na plataforma YouTube: dois do ano de 2016 sobre o Novo Ensino Médio e um, de 2017, sobre a Reforma Trabalhista. Os dois primeiros vídeos, ambos patrocinados pelo governo federal, estimando um gasto de R\$65000,00 com cada vídeo, falam de forma positivada sobre a reforma proposta para a educação.

No primeiro vídeo, de um canal com mais de um milhão de inscritos, com cem mil visualizações e sete minutos de duração, intitulado “Tudo o que você precisa saber sobre o novo ensino médio!!”, dois jovens começam explicando que o vídeo se destina àqueles e àquelas que ou já cursam o ensino médio ou irão ingressar nos próximos anos, ou seja, jovens de 14 a 18 anos. Começam falando sobre o aumento da carga horária, alegando que por mais que os alunos não gostem de passar mais tempo na escola, esse aumento será bom, pois vai melhorar a qualidade do ensino e então, citam o caso do estado de Pernambuco, que aumentou a carga horária e isso teria feito o ensino melhorar. Segundo o argumento deles, mais tempo de aula significaria mais tempo de aprendizado, o que faria com que os estudantes, no futuro conseguissem melhores empregos e com isso, ganhassem mais dinheiro. A segunda mudança citada é sobre as matérias passarem a ser divididas em setores e os alunos poderem escolher quais matérias irão cursar. Segundo o argumento dado, uma vez que o aluno já sabe o que irá fazer após concluir o ensino médio, ele deveria poder focar nas matérias que o ajudarão e não ficar cursando todas as matérias, como era antes da Reforma, o que faz com que a escola fique mais chata ainda, aumentando a evasão e os índices de retenção nessas matérias, por falta de interesse dos alunos. Explicam a partir de suas vivências que em escolas no exterior, no caso a Itália, onde se formaram no ensino médio, já funciona desta forma e segundo eles, faz com que o ensino seja bom. A partir disso, passam a citar outros casos de sistemas educacionais europeus e asiáticos, para positivar a mudança no Brasil. Abordam, por fim, sobre a polêmica de algumas matérias terem sido excluídas ou não e o quanto isso seria uma mentira. Afirmam que mais tempo na escola os teriam feito mais inteligentes e encerram



o vídeo.

O segundo vídeo, de um canal com mais de três milhões de inscritos, cem mil visualizações e com seis minutos de duração, intitulado “229/ Ensino médio com 1400 horas por ano?”. O YouTuber começa dizendo que os resultados do ensino médio no Brasil são ruins, sem citar fontes, e como foi preciso criar uma MP para melhorar de forma urgente o ensino. Cita os resultados apresentados pelo IDEB e as más avaliações das escolas públicas no país. Continua trazendo dados para falar sobre a precarização do ensino e que 50% dos alunos abandonam o ensino médio, apontando como causa o fato da escola ser desinteressante para os alunos. Aborda o aumento da carga horária, que traria melhorias para o aprendizado e que a reorganização das matérias, com a proposta do ensino técnico, seria mais atrativo para os alunos. Apresenta também casos internacionais para justificar a avaliação positiva feita da reforma e termina, com cinco segundos, falando sobre a necessidade de se valorizar os professores, sem aprofundar no assunto.

O terceiro vídeo, de um canal com quase três milhões de inscritos, trezentas mil visualizações e com quase quarenta minutos de duração, intitulado “Leis do Trabalho – Episódio Bônus”, não foi patrocinado e começa o vídeo destacando essa informação e que a imparcialidade não existe. Continua o vídeo explicando a criação da CLT e a partir de quais documentos e discussões ela foi inspirada. Então começa a elencar alguns pontos positivos e negativos, trazendo algumas opiniões divergentes sobre as mesmas questões, sem citar muitas fontes, como uma matéria jornalística (a YouTuber deste canal é formada e já atuou por muito anos como jornalista antes de começar o canal no YouTube). Ela passa por pontos como contribuição sindical, regulamentação de *homeoffice*, trabalho intermitente, fim do piso salarial, redução do horário de almoço, negociação de férias e outras questões, não abordando, no entanto, todos os cem pontos de mudança na lei. Todas essas informações são apresentadas como positivas ou negativas de acordo com a própria vivência da YouTuber, mas tentando relativizar alguns pontos e mostrando o quanto algumas coisas já aconteciam, mas não tinham regulamentação, como o *homeoffice*, por exemplo. A conclusão do vídeo é que uma reforma trabalhista era necessária, porém deveria ter sido discutida com todos os setores envolvidos e especialistas de diversas áreas deveriam ter sido ouvidos, para que a reforma acontecesse e favorecesse a todos. Demarca ainda que toda lei visa proteger os mais frágeis nas relações e por isso deveria ter esse cuidado na sua reelaboração.

Trazemos esses três exemplos recentes para discutir a questão do uso de publicidades visando um público jovem, bem como para ilustrar esse formato de trabalho nas mídias digitais, mais especificamente, o YouTube. O papel da propaganda em termos de propagação da ideologia dominante já foi discutido de forma ampla e sistemática por autores como Adorno (1987), Adorno e Horkheimer (1985) e Cohn (1973), por exemplo. A principal questão é o quanto a propaganda em tempos de proliferação da ideologia capitalista revela exatamente aquilo que o trabalhador sofre ao longo da vida, de forma crua, porém, como forma de desejo, como normativa. Também o quanto o mundo do mercado acaba por influenciar e dominar aspectos dos tempos de não trabalho, as horas de descanso e de lazer, bem como a intelectualidade se torna mercadoria (MARX, 2011).

O YouTube é uma plataforma online gratuita de divulgação de conteúdos em



formato de vídeo. Nela todo usuário cadastrado (não há custos, apenas é preciso aceitar os termos de uso) nas contas da empresa Google pode ter um canal e fazer o *upload* dos vídeos. Os YouTubers (ou influenciadores digitais ou produtores de conteúdo, termos ainda em disputa) exercem uma nova forma de trabalho nas mídias, colocando esses vídeos online, recebendo dinheiro a partir de publicidade embutida em seus vídeos. Essa publicidade pode ser escolhida pelos produtores do conteúdo ou então é colocada pelo próprio servidor do YouTube. O dinheiro em cada vídeo é contado de acordo com os algoritmos vigentes definidos pela empresa da Google: esses algoritmos determinam se são os números de inscritos nos canais (uma vez o canal criado, é possível acompanhá-lo se inscrevendo nele e então uma notificação é enviada ao seu e-mail quando novos conteúdos forem enviados. Quem faz isso é chamado de “seguidor”) ou então o tempo que cada usuário passa assistindo aos vídeos. Eles variam de acordo com as políticas determinadas pela empresa, afetando o quanto de dinheiro cada canal pode ganhar por mês. Os conteúdos dos vídeos podem ser os mais diversos possíveis: dicas e tutoriais de maquiagem, culinário ou jogos; ou ainda vídeos sobre comentários do cotidiano, mostrando o dia-a-dia da pessoa, seus gostos e seus consumos; podem ser conteúdos musicais, filmes ou mesmo discursos de ódio².

Assim como nos jornais impressos e nas propagandas de televisão, um dos maiores patrocinadores é o poder público (Excerto de caderno de campo, março 2017). Vários vídeos foram publicados criticando os casos dos dois canais citados acima que receberam financiamento para fazer propaganda positiva sobre a Reforma da Educação proposta pelo atual governo³. A ideia inicial do YouTube é que apresentasse conteúdos diferentes dos da televisão, também em formatos diferentes, com a proposta de ser algo “livre”, “despretensioso” e que “bastaria uma câmera na mão, uma opinião, uma boa luz” para fazer sucesso (Excertos de caderno de campo, outubro 2016). O que foi criticado neste caso é que houve essa aproximação de um conteúdo que pode ser encontrado na televisão e que a pretensa liberdade fora descumprida quando o canal aceitou ser pago para fazer propaganda para o governo, que teria havido uma traição com os seguidores do canal. (Excertos de caderno de campo, março de 2017).

O patrocínio pode acontecer diretamente com os YouTubers, gerando conteúdos escolhidos por quem paga. Nos casos dos dois canais que fizeram propagandas positivas sobre a Reforma do Ensino Médio, especula-se que um dos canais não tenha deixado explícito que aquele conteúdo era patrocinado; em nenhum momento isso foi dito durante o conteúdo. Os criadores do vídeo alegaram que havia uma pequena mensagem no canto do vídeo, porém este foi removido pelo usuário. O outro vídeo não causou tanta polêmica, pois não houve confirmação de que o patrocinador do conteúdo foi o governo federal, como aconteceu no primeiro caso. Já o terceiro vídeo, mais longo, não traz informações sobre conteúdo patrocinado

2 Houve um caso recente de vídeos com conteúdo antissemitas sendo pagos aparentemente sem que as empresas soubessem. Isso fez com que várias empresas parassem de fazer propaganda na plataforma o que fez mudar as políticas de monetização e termos de uso do YouTube. (Excerto de caderno de campo, junho 2017).

3 Caso descrito em < <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/02/1859532-governo-paga-youtubers-para-fazer-elogios-as-mudancas-do-ensino-medio.shtml> > Acesso em 20 de fevereiro de 2017.



e busca o tempo todo destacar que as opiniões daquele conteúdo são parciais.

O fato de muitas das propagandas e do conteúdo patrocinado não serem explícitos dá essa ideia de um conteúdo livre e “verdadeiro”. Quando foi revelado que o vídeo havia sido pago pelo governo como propaganda positiva da reforma, alguns canais se manifestaram sobre o assunto, que haviam sido também procurados para fazer a propaganda e não aceitaram. A questão é que a propaganda como forma de propagação da ideologia dominante (Adorno e Horkheimer, 1985) deve estar nos principais meios de divulgação e o YouTube tem se mostrado um veículo importante de divulgação entre a juventude⁴.

Quando os vídeos começam seu conteúdo já falando que se destinam a um público que estará no ensino médio, ou ainda se valem de linguagens e expressões típicas dessa idade, editando o vídeo dentro de uma estética desse grupo, com músicas e sátiras, por exemplo, juntamente com a procura de empresas e mesmo órgãos governamentais para propaganda, nos fazem pensar sobre o alcance desse novo formato em uma diversidade de populações jovens. Sabemos que o acesso à internet no Brasil ainda não é disseminado de forma homogênea, porém o crescimento dessa plataforma como propaganda e criação de conteúdo desde a sua criação tem nos mostrado sua importância como novo meio de comunicação, principalmente numa faixa etária mais nova.

Desta forma, busco neste texto discutir, a partir do meu tema de pesquisa de doutorado - o trabalho dos YouTubers nas mídias digitais - e a literatura proposta, a questão de como os discursos sobre empreendedorismo, liberdade, flexibilidade são positivados e assim divulgados nas mídias digitais a partir de um fenômeno recente, que são os chamados aqui de YouTubers.

A existência de tais formas de trabalho não é nova, principalmente quando pensamos nas formas de trabalho brasileiras: os famosos “dar um jeito” e “se virar” marcam o contexto de formação trabalhista no Brasil, mesmo após a criação da CLT. Quando pensamos nas classes⁵ mais baixas e a partir do recorte de classe e gênero, essas duas categorias se acentuam.

Desta forma entendo aqui que os casos de precarização das relações de trabalho são importantes para compreender essa nova forma de trabalho nas mídias digitais. Essa precarização é diferente do que podemos entender sobre os casos de “viração” (FREIRE DA SILVA, 2011) citados acima. A questão, para o caso da precarização, está em ter vínculos formais de trabalho, seja como PJ (Pessoa Jurídica), seja como microempreendedor, mas que possuem suas relações de trabalho precarizadas: diminui-se a ideia de uma jornada de trabalho fixa, com contratos específicos e determinados em relação ao volume e tempo de trabalho. Trabalha-se em projetos, com demandas curtas, a serem resolvidas de forma rápida, criativa e inovadora.

Entendemos também o quanto esse tipo de trabalho requer uso e envolvimento com tecnologias flexíveis, uso de plataformas online e aplicativos de relacionamentos em rede. O envolvimento pessoal, de foro mais íntimo do trabalhador com

4 Neste texto não farei a discussão sobre geração que cabe quando discutimos juventude.

5 Não busco neste trabalho fazer um debate sobre classes e classificação social. Uso os termos classe baixa, média e alta de forma cotidiana, sabendo que podem ser problematizadas no contexto e dentro de um debate sociológico muito mais amplo.



seu trabalho e o produto dele abrangem todos os aspectos de sua vida fora dele, ou então, a colonizando. Assim, a subjetivação e a produção de símbolos nessa nova forma de produção permite o predomínio do trabalho vivo, trabalho que carrega os signos do trabalhador (Fumagalli, 2015).

Também não é novidade o vínculo entre os tempos de trabalho e de vida. Marx (2011) já discutia desde a formação do sistema capitalista de produção e a formação do indivíduo moderno o quanto a mercantilização das relações atingiram (e se propuseram atingir) todas as formas de vida dentro deste mercado. Conforme nos apresenta Adorno e Horkheimer (1985) a chamada Indústria Cultural vem para dominar as esferas da vida que não se dão nos horários de trabalho.

Respeitando os devidos contextos e a proposta deste trabalho, a questão que nos parece pertinente discutir neste momento é: o quanto a não separação entre o tempo de trabalho e de vida são positivados e valorizados, por meio de uma norma forma de trabalho colocada nas mídias, com as promessas de liberdade de escolha do que fazer, de onde fazer e como fazer, ou seja, trabalho criativo e espontâneo, com mais promessas ainda de ganhos ilimitados, sem ter que dar satisfação a padrões ou cumprir horas rígidas de trabalho⁶. O argumento central é que essa positivação de um trabalho não regulamentado, que vem desde a flexibilização da educação, nas mídias atinge toda uma geração que está se inserindo neste momento no mercado de trabalho e é afetada diretamente com isso, facilita a aceitação das mudanças trabalhistas e educacionais propostas pelo atual governo.

Indústria Cultural, propaganda e o YouTube

Para Marx, quando se fala em Ideologia se diz sobre as ilusões criadas nas relações através das quais os homens pensam suas realidades de maneira enviesada e fantasmagórica. Quando pensamos na Indústria Cultural esse significado tem a sua abrangência exacerbada, com a produção em massa de meios de normatização da vida comum. Sendo a consciência um produto social e desta forma construído de acordo com os ideais determinados pelo momento histórico, político e econômico, de acordo com a teoria marxista, quando estas não são vinculadas à classe dominante, a Ideologia se torna ainda mais efetiva. “Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante” (MARX, 2008, p. 48).

Na sociedade capitalista esse poder só é possível pela divisão do trabalho, que o autor classifica entre trabalho material e trabalho intelectual, o que subordinaria o indivíduo nesse sistema de produção. “Portanto, segundo a nossa concepção, todos os conflitos da história têm sua origem na contradição entre as forças produtivas e o modo das trocas” (Idem, p. 91). Isso faz com que seja possível desnaturalizar o modo de produção e a propriedade privada, colocando os indivíduos enquanto sujeitos na história. A Ideologia não é uma mentira, é ilusória, mas uma ilusão necessária. É por isso que ela é determinada de acordo com os tempos e

⁶ É preciso destacar que os dados de pesquisa apresentados neste trabalho são de caráter exploratório, sendo que a pesquisa de doutorado se iniciou no começo deste ano (2017).



momentos históricos, ela está na história e produz sujeitos nela. Ela tem que ser plausível e nessa ilusão mora o processo de dominação. Esta que não acontece só na infraestrutura, mas na ideia de totalidade (Marx, 2008).

Podemos ver aqui a importância dada por Marx na divisão do trabalho entre material e intelectual e o quanto essa separação é importante para compreender os processos modernos de trabalho capitalista. Apesar das limitações contextuais em sua análise, podemos entender hoje o quanto esse trabalho intelectual, que envolve a vida do trabalhador, é valorizada. No caso do YouTube, ganha-se dinheiro e investe-se tempo de trabalho não só com tutoriais, mas também os chamados *Vlogs*, vídeos curtos sobre o cotidiano dos sujeitos, ou seja, pessoas falando sobre coisas que aconteceram com elas naquele dia, idas ao mercado, a parques, passeios, enfim, conteúdos diversos sobre o dia-a-dia. Vídeos esses muito populares, que geram alta monetização através dos algoritmos programados pela plataforma, além de consumo do conteúdo em outras mídias e mercados.

Adorno e Horkheimer (1985) argumentam sobre a problemática dos novos meios de comunicação da época, o cinema e a televisão, propagarem às massas o desejo de um estilo de vida cru, extremamente realista, que é divulgado em forma de estilo de vida desejável, porém não diferente da realidade que já é vivenciada. É essa característica mesma que transforma os indivíduos modernos em massa. A indústria cultural proporciona a criação de uma nova subjetividade, moderna, que visa ao cálculo diário, dentro da lógica racional do modo de produção capitalista. É o que os autores chamam de dominação da natureza: a partir do modo de produção capitalista os homens passam a dominar a natureza externa a eles, conduzindo todos os processos para o ganho no mercado, mas também passam a dominar a natureza interna, as mentes e os processos de subjetivação. O sujeito moderno, burguês, nasce enquanto a razão que não chega ao esclarecimento, mas uma razão baseada no real, no concreto e em tudo que pode ser reduzido ao cálculo, aos números, ao mercado.

Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza do eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora. Sub cujos raios gelados amadurece a simetria da na voa barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob o seu influxo, levado pela mesma dominação. (ADORNO e HORKHEIMER, 2008, p. 38).

Essa redução ao real racional que pode ser medido e calculado é a forma de dominação moderna, que tem nas disciplinas sua expressão na dominação dessa nova subjetividade burguesa. “Não seria o trabalho, portanto, que teria introduzido as disciplinas, mas muito pelo contrário, as disciplinas e as normas que teriam tornado possível o trabalho tal como ele se organiza na economia chamada capitalista”. (FOUCAULT, 2005, p. 335).

O poder disciplinar tornou os corpos e as mentes em produtivos de acordo com a nova racionalidade proposta e a nova forma de produção desde o século XVIII. Podemos ver também o quanto essas novas lógicas vão se adaptando a



partir das mudanças tecnológicas implementadas no processo de produção e principalmente, as novas habilidades exigidas a partir disso: as técnicas disciplinares proporcionaram a exacerbação da necessidade da criatividade, da habilidade com trabalho móvel, não regrado, isso quando pensamos na forma de trabalho aqui em questão: informacional, nas mídias digitais. Não há mais necessidade de um patrão ou supervisor (não que houve o desaparecimento dessa figura por completo), a disciplina cria formas de reger o trabalho e as formas desse trabalho acontecer: os prazos curtos para realização do projeto, a periodicidade com que os vídeos devem ser produzidos e divulgados, o contato com o público de forma diária, o registro, o acompanhamento dos dados obtidos de visualização dos vídeos, os comentários, enfim, tudo que é descrito pelos YouTubers acompanhados como o que fazer para se ter sucesso criando conteúdo e vídeos para a plataforma.

Essa forma de produção só é possível a partir do momento em que se criam os indivíduos e mais do que isso, os sujeitos produtivos. “O despertar do sujeito tem por preço o reconhecimento do poder como princípio de todas as relações”. (ADORNO e HORKHEIMER, 2008, p. 21). Essa passagem é importante para compreender a valorização da individualidade moderna, a criação de necessidades mercadológicas contínuas e a transferência de toda responsabilidade para o indivíduo.

Foi isso que a teoria econômica burguesa fixou posteriormente no risco: a possibilidade da ruína é a justificação moral do lucro. Do ponto de vista das sociedades de troca desenvolvidas e dos indivíduos que as compõem, as aventuras de Ulisses nada mais são que a descrição dos riscos que constituem o caminho para o sucesso. (Idem, p.59).

Esconde-se assim a necessidade da qualificação para a execução do trabalho na ideia de liberdade de criação, expressão e formas de fazer. Apesar do uso da internet no Brasil ainda não ser completamente difundido (segundo os dados do IBGE no ano de 2016 chegamos a 50% da população com uso da internet⁷), podemos pensar sobre o quanto esse conteúdo afeta parte da população, com o devido recorte de renda que os dados do IBGE trazem: quando maior a escolaridade e renda da população, mais acesso à internet e às redes móveis. Em alguns dos canais acompanhados, com conteúdos ditos para “jovens”, houve a divulgação do público alvo que mais assiste ao canal (dado apenas disponível para o dono do canal), revelando que grande parte está na faixa de 15 a 20 anos. (Excerto de campo, fevereiro de 2017). Podemos ver a importância dessa nova forma de divulgação de conteúdo desses ideais de individualismo, sucesso e trabalho móvel como forma de influenciar⁸ nas formas de encarar os direitos trabalhistas e o mercado de trabalho.

Podemos pensar o quanto esse conteúdo serve de “descanso” das horas de

7 Dados disponíveis em < <http://exame.abril.com.br/brasil/apesar-de-expansao-acesso-a-internet-no-brasil-ainda-e-baixo/> > . Acesso em 28 de julho de 2017.

8 Preferimos aqui manter a ideia de influencia e não determinação, como a tradição marxista e da teoria crítica nos propõem, por não fazermos análise da recepção desses conteúdos.



estudo e trabalho de parte da população em substituição, ou ao menos, complemento das formas mais tradicionais, como a televisão. A teoria da Indústria Cultural nos ajuda a pensar sobre os domínios do mercado e da economia capitalista no tempo fora do trabalho dos sujeitos modernos. Em alguns vídeos acompanhados em uma semana de curso grátis oferecido por uma empresa especializada em marketing digital, com convidados YouTubers, para falarem sobre os seus canais e como obter o tão desejado sucesso no trabalho e “amar” o que faz, pudemos ver que os canais de tutorial, seja de maquiagem, culinária ou música tem como público alvo uma faixa etária mais velha (de 30 a 40 anos), de renda média/alta, que não geram lucros apenas com os vídeos, mas consumindo as marcas anunciadas (explicitamente ou não) nos vídeos. Já os canais de “cotidiano”, de *Vlogs* tem como público alvo jovens (de 15 a 20 anos), mas também de renda média/alta, que geram lucros das duas formas: consumindo o conteúdo, os estilos de vida e também os produtos das marcas anunciadas, mas em diferentes proporções. O que gera diferentes lucros para o produtor do conteúdo e diferentes formas de lidar com suas formas de trabalho. (Excerto de caderno de campo, agosto de 2016).

Ainda durante esse curso de uma semana acompanhado em pesquisa exploratória para a realização do projeto de doutorado pudemos observar como o trabalho dos YouTubers muda de acordo com o tipo de canal que eles se propõem a manter: as horas dedicadas, os formatos dos vídeos, a periodicidade com que divulgam novos conteúdos, a interação nas outras plataformas e redes sociais e quais empresas são “parceiras” anunciando em seus canais ou então, dando “presentes” a eles. Os donos de canais voltados ao público mais jovem eram os que mais relatavam a necessidade de uma dedicação quase que integral à produção de conteúdo e interação com seus seguidores.

A individualização proporcionada pela modernidade permite que cada canal trate seu conteúdo como exclusivo, que cada postagem seja direcionada a cada seguidor e cada consumidor se considere assim.

Cada produto apresentação como individual; a individualidade mesma contribui para o fortalecimento da ideologia, na medida em que se desperta a ilusão de que é coisificado e mediatizado é um refúgio de imediatismo e de vida. A indústria cultural mantém-se como na origem “a serviço” das terceiras pessoas, e mantém sua afinidade com o superado processo de circulação de capital, que é o comércio, no qual tem origem. (ADORNO, 1987, p. 290).

Que se estabeleça uma relação aparente, porém não pareça menos real, entre o produtor e consumidor, que extrapole a relação de trabalho. “Todavia, a indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por um mero decreto que esta acaba por se destruir, mas pela habilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria.” (ADORNO e HORKHEIMER, 2008, p. 112).

O trabalho informacional e o trabalho na mídia digital



As características do trabalho flexível e, mais especificamente (embora não exclusivamente), vinculadas às novas tecnologias tendem a caracterizar-se pela indefinição das fronteiras entre os tempos de vida e de trabalho, empreendedorismo de si mesmo e formação de redes sociais que funcionam como acesso a empregos e cargos e possibilitam formas colaborativas de trabalho. É a partir das redes que o trabalhador tem acesso a oportunidades, informações, variações do mercado e novos investimentos, o que pode significar uma forma de trabalho mais livre, ao mesmo tempo carrega ideias de tempos curtos e definidos de duração, exacerbação do individualismo, trabalhos por projetos e novas formas de controle que muitas vezes intensificam o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que se aumentam as incertezas do mercado. (Boltanski e Chiapello 2009, Sennet, 2009).

O trabalho nas novas tecnologias e principalmente nas tecnologias digitais tem o conhecimento do trabalhador como central para sua efetivação, em que pese às tentativas de padronização e fragmentação. O trabalhador, em grande medida, participa de todo o processo de produção, desde a montagem do projeto até sua execução, ou seja, o conhecimento como força produtiva no capitalismo. Podemos afirmar que o trabalho vivo assume forte centralidade, dependendo das habilidades intelectuais e criatividade do trabalhador na elaboração de suas atividades.

Marx aponta para a transformação do valor em capital através da absorção do processo de trabalho por esse. No capital, são absorvidos o material de trabalho, os meios de trabalho e o trabalho vivo.

Na produção baseada na maquinaria, a apropriação do trabalho vivo pelo trabalho objetivado – da força ou atividade valorizadora pelo valor existente por si, inerente ao conceito do capital – é posta como caráter do próprio processo de produção, inclusive de acordo com os seus elementos materiais e seu movimento material. O processo de produção deixou de ser processo de trabalho no sentido de processo dominado pelo trabalho como unidade que o governa. (MARX, 2011, p. 581).

O autor continua sobre a apropriação desse valor pelo capital, gerando riqueza pela absorção do trabalho alheio, mas principalmente do tempo de trabalho, ou seja, é o tempo de trabalho que serve de medida e fonte de riqueza dos que exploram o trabalho. “A riqueza não é o comando sobre o tempo de trabalho excedente (riqueza real), mas tempo disponível para cada indivíduo e toda sociedade para além do usado na produção imediata”. (Idem, p. 589).

A formação do sujeito moderno no capitalismo possibilitou o surgimento do indivíduo capitalista, que se basta em si, é uno e pleno em si mesmo, que valoriza e busca o não tempo de trabalho, ou seja, tempo disponível para o lazer, mas principalmente, para o consumo. Tudo que não é trabalho acaba sendo agregado ao capital da produção e, como discutido por Adorno e Horkheimer (1985), a Indústria Cultural acaba por preencher esse tempo e elemento da vida cotidiana. Se não em forma de consumo de produtos físicos, em forma de Ideologia: construção do valor do empreendedorismo, busca por investir em si mesmo, as microempresas, a chamada PJtização, trabalho por projetos, enfim, termos e ideais que não existiam ainda, mas que Marx já mostrava a transformação do tempo do não trabalho em



mercadoria.

A criação de muito tempo disponível para além do tempo necessário de trabalho, para a sociedade como um todo e para cada membro dela (*i.e.*, espaço para o desenvolvimento das forças produtivas plenas do indivíduo singular, logo também da sociedade), essa criação de não tempo de trabalho aparece, da perspectiva do capital, assim como de todos os estágios anteriores, como não tempo de trabalho, tempo livre para alguns indivíduos. O capital dá o seu aporte aumentando o tempo de trabalho excedente da massa por todos os meios da arte e da ciência, porque a sua riqueza consiste diretamente na apropriação de tempo de trabalho excedente; uma vez que sua finalidade é diretamente o valor, não o valor de uso. Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de criar tempo disponível, por outro lado, de convertê-lo em trabalho excedente. (MARX, 2011, p. 590).

A partir dos dados da pesquisa exploratória em andamento, encontramos constantes ressalvas sobre a pouca regulamentação dos tempos, conteúdos, formatos e jornadas o que termina por embaçar a separação vida-trabalho dos trabalhos na plataforma YouTube. Essa linha tênue permite que análises econômicas sejam vinculadas a um campo até então inexplorado por ela, o da vida pessoal, bem como trazer novas formas de interpretação para o campo do capital humano (Foucault, 2008).

O que acontece a partir das novas formas de produção do capitalismo moderno, que carregam em si uma exacerbação do individualismo, da ideia de uma autogestão e empreendedorismo de si mesmo é a demanda que se invista em cursos, formação, novos conhecimentos, investir em si mesmo, trazendo para si a obrigação e a responsabilidade do crescimento e destaque nas redes em que se circula. Também aceitar que fazer hora extra, aproveitar todos os instantes para fazer um novo projeto e estar o tempo todo conectado nas redes é uma das principais formas de investir em si (Boltanski e Chiapello 2009, Sennet, 2009). É a necessidade de uma gestão da vida, dos corpos e mentes, no sentido foucaultiano (Foucault, 2008).

Durante a pesquisa exploratória, que consiste em acompanhar os conteúdos em vídeo, fotos e mensagens nas plataformas do YouTube, Instagram⁹ e Twitter¹⁰ de produtores de conteúdo com destaque nessas mídias e nas mídias tradicionais, pudemos observar diversas falas sobre a falta de tempo ou então da exaustão

9 É uma plataforma que permite os usuários a tirar e postar fotos e pequenos vídeos, aplicar efeitos, para serem compartilhados com outros usuários.

10 É uma plataforma que permite os usuários e escrever e acompanhar atualizações de suas vidas pessoais, fatos cotidianos e notícias.



sentida pelo trabalho sem fim. O trabalho desses novos atores não se resume em produzir o conteúdo do vídeo, gravá-lo, editá-lo e postá-lo na plataforma. Requer também que o novo vídeo seja divulgado nas outras plataformas acima mencionadas, através de textos, fotos ou outros pequenos vídeos temporários que tais plataformas permitem. É preciso também acompanhar os comentários e a recepção de tais conteúdos pelos consumidores, que são chamados muitas vezes de “seguidores”, “expectadores”, “fãs”, “amigos” e “família”, sendo que a maioria dos maiores canais no YouTube brasileiros possuem fã-clubes.

Porém a aproximação criada por tais redes é muito maior do que com as celebridades tradicionais, como atores, atrizes, apresentadores de televisão e estrelas de cinema: em seus vídeos, e nas outras mídias analisadas, parte de seus estilos de vida, cotidiano, momentos mais variados são colocados como mercadoria para consumo. Cada vez que alguém assiste ao vídeo completo este é monetizado, gerando a renda do YouTuber. Além disso, o termo influenciador digital não é colocado por acaso: várias marcas dão alguns produtos como forma de presente e são apresentados em alguns canais como “recebidos do mês”. Isso para exemplificar algumas das formas de conteúdo, trabalho, propaganda e monetização que os vídeos podem gerar.

Outro fator importante destacado do material analisado até o momento é a periodicidade que os YouTubers colocam conteúdo para visualização, bem como a periodicidade de interação “ao vivo” que fazem nas outras plataformas. É apontado que canais de maior sucesso, ou seja, que rendem mais inscritos e número de visualizações são aqueles que mantêm uma “fidelidade” com o público alvo, colocando conteúdos novos de acordo com a periodicidade programa (todos os dias, três vezes por semana e etc) e no horário divulgado. Isso, segundo observado, permite “fidelizar” os expectadores, como se fosse o formato da televisão, porém, dando a oportunidade de ver e rever em outros momentos também, de qualquer lugar com acesso a internet. (Excerto de caderno de campo, janeiro, 2017).

O que leva a uma das críticas atuais de YouTubers da chamada primeira geração, ou seja, que começaram juntamente com a ampliação de acesso ao YouTube no Brasil, há sete anos. Estes argumentam que a liberdade de antes já não existe mais, ou então, que não é mais possível fazer dinheiro da forma como faziam antes (Excerto de caderno de campo, junho, 2017). Esses YouTubers em questão são mais velhos, em torno dos 30 anos de idade. Isso, para a plataforma, já é considerado velho, devido ao fato de muitos jovens com menos de 18 anos ou no máximo com 20 anos serem os donos dos principais canais brasileiros do último ano. (Excertos caderno de campo – agosto de 2016). O “fazer de antes” significa poder fazer vídeos com o conteúdo mais “livre”, ou seja, com qualquer assunto, em um formato quase sem edição, apenas com a pessoa em frente à câmera, com no máximo 10 minutos de vídeo. Hoje, alguns canais ganham destaque com o formato das chamadas esquetes, planejadas, com texto e roteiro prontos, com uma equipe profissional de edição, com conteúdos padronizados, que dão mais audiência, ou seja, mais *likes*¹¹.

Isso nos faz pensar sobre o quanto essa nova forma de trabalho baseada em projetos, sem horários fixos de começo e término, com valorização do uso da cria-

11 *Like* é o termo usado para quando um usuário avalia positivamente um vídeo no YouTube.



tividade, inventividade e inovação constantes são valorizadas nas formas de trabalho atuais. As imagens de um trabalho com ganhos ilimitados, de dinheiro, produtos e patrocínio, fazendo algo de forma livre, despreziosa, sem regras, sem padrões e sem horários fazem propaganda de uma nova forma de trabalho a se desejar, usando novos meios de comunicação e novas formas de atingir o público.

Considerações finais

Se o mundo do consumo invade os tempos de não trabalho e estudo dos que assistem aos canais, o mundo do trabalho invade os tempos de não trabalho daqueles que produzem o conteúdo.

Assim como mal podemos dar um passo fora do período de trabalho sem tropeçar em uma manifestação da indústria cultural, os seus veículos se articulam de tal forma que não há espaço entre elas para que qualquer reflexão possa tomar ar e perceber que seu mundo é o mundo. (ADORNO, 1987, p. 346/7).

O trabalho dos YouTubers nos permite pensar o quando seu formato, livre, desprezioso, com altos ganhos monetários, se torna propaganda para um trabalho desejável, até em outros setores do mercado. Os conteúdos apresentados nos três vídeos de exemplo nos ajudam também a pensar o quanto o termo influenciador digital pode ser mais preciso quanto à denominação do que fazem e de como fazem: são jovens, falando para jovens sobre uma vida com menos regras, mais ganhos e divertimento, flexível e sem padrões, ou também, professores e matérias desinteressantes. A pouca necessidade de fazer um curso profissionalizante, ou graduação, mas a necessidade de ser criativo, inventivo, buscar sempre melhorar a si mesmo para conseguir ganhar mais dinheiro e seguidores.

A formação do indivíduo moderno enquanto sujeito produtivo nos ajuda a pensar o quanto o trabalho e o mercado influenciam nas vidas de produtores e consumidores. A separação entre os tipos de trabalho, material e intelectual tomou proporções não imaginadas devido às especificidades criadas pelo próprio mercado. Para que este continuasse a ser satisfeito e realizado foi preciso criar novas formas de trabalho e novas formas de interação com ele. O trabalho informacional aparece na modernidade enquanto trabalho intelectual em si, porém não descartando alguns dos problemas que já apareciam nas formas de trabalho mais tradicionais, como o setor de serviços, em geral. “As particularidades do eu são mercadorias monopolizadas e socialmente condicionadas, que se fazem passar por algo natural”. (ADORNO e HORKHEIMER, 2008, p. 128).

Quando pensamos na Indústria Cultural, buscamos entender o quanto a Ideologia dominante, que varia de acordo com os contextos colocados, é posta em cada momento da vida cotidiana, sendo que o capital não domina mais apenas o tempo passado trabalhando, mas transforma em trabalho, mercadoria e consumo, todos os aspectos da vida do indivíduo.



O novo não é o caráter mercantil da obra de arte, mas o fato de que, hoje, ele se declara deliberadamente como tal, e é o fato de que a arte renega sua própria autonomia, incluindo-se orgulhosamente entre os bens de consumo, que lhe confere o encanto da novidade. A arte como um domínio separado só foi possível, em todos os tempos, como arte burguesa. (130).

A questão então que nos parece pertinente ressaltar é o quanto essa forma de propaganda no YouTube, seja explícita, implícita ou mesmo uma forma de valorização de um tipo de trabalho e vida específicos, atinge o público que acompanha esses canais todos os dias, em qualquer lugar que estiver, bastando ter conexão com a internet. Também o quanto essa forma de trabalho é positivada, podendo ser exacerbada para outros setores e valorizando a flexibilização das relações de trabalho.



Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. São Paulo: Editora Zahar. 1985. 224p.

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. *In*: COHN, Gabriel. (org). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz. 1987. 407p.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

COHN, Gabriel. **Sociologia da comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Pioneira. 1973. 170p.

FUMAGALLI, Andrea. **La vie mise au travail: Nouvelles formes du capitalisme cognitive**. France: Rhizome. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. _____ . **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos).

MARK, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo. 2011. 788p.

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo : Martins Fontes. 2008. 199p.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14^a ed. Rio de Janeiro: 2007.

Recebido: 13 nov., 2017.

Aceito: 22 nov., 2017.



A diferença entre poder sair e poder entrar

**SCIORTINO, Giuseppe. *Rebus Immigrazione*.
Bolonha: Il Mulino, 2017, 174 pp.**

Paolo Targioni¹

A migração a ser desvendada

Ao longo da história humana as pessoas sempre se deslocaram, raramente tivemos sociedade abertamente e exclusivamente estacionais. O que olhamos hoje com espanto, a migração forçada dos refugiados, as levas de migrantes econômicos indo de um lado para outro do mundo, é a regra e não a exceção deste nosso planeta. Se de exceção quisermos falar, talvez poderíamos utilizar este termo para o tratamento dado hoje a estes migrantes.

Giuseppe Sciortino faz, em seu livro *Rebus immigrazione*, uma crônica do tratamento dos deslocados ao longo da história moderna europeia, partindo da Paz de Augsburgo de 1555, até chegar aos dias de hoje.

Os tratados como início do problema

Nesse ano, na cidade hoje alemã de Augsburgo se reuniram soberanos e embaixadores para tentar solucionar algumas das grandes questões geradas pela reforma protestante, o resultado deste tratado são direitos ainda hoje reconhecidos internacionalmente.

Os dignitários lá reunidos debateram e regulamentaram o *ius reformandi*, ou seja deram ao monarca o direito de intervir além de sobre corpo (coisa corriqueira e abertamente consolidada), também sobre a cabeças dos súditos, para deixar estas mais próximas – religiosamente falando – à do chefe da região. Ao mesmo tempo garantiram para quem não quisesse se tornar religiosamente tão parecido ao monarca do lugar onde morasse a possibilidade e o direito de se deslocar rumo a outras terras: o *ius emigrandi*, o primeiro núcleo da liberdade de consciência e de

1 Doutorando em sociologia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professor do Instituto Federal de Mato Grosso – IFMT. Contato: ptargioni@gmail.com



todas as liberdades civis que desta derivam. Quem quisesse praticar uma religião diferente daquela praticada pelo soberano poderia deixar o território, mesmo por um breve tempo, e não perderia suas propriedades. Aproximadamente um século depois, o tratado de Osnabruque (documento fundamental para a paz de Westfalia que em 1648 acabou com a guerra dos trinta anos) ratificou definitivamente estas regras: os signatários garantiram o direito de emigração de quem praticasse uma religião diferente, caso o soberano fosse solícito demais na aplicação do *ius reformandi*. Nesta garantia e nestes dois tratados encontra-se a base dos problemas que hoje enfrentamos, não por causa daquilo que neles foi escrito, mas devido àquilo que foi deixado de escrever, pois ninguém pensou, no momento em que estava sendo regulamentado o *ius emigrandi*, que seria interessante regulamentar também um *ius immigrandi*. Os soberanos eram obrigados a aceitar a decisão dos súditos que queriam sair dos seus territórios, mas não eram obrigados a aceitar a chegada dos súditos que abandonavam os territórios dos outros: o mundo no qual vivemos hoje tinha sido criado.

E hoje?

O autor dá um pulo no tempo, chega aos dias de hoje e nos aponta como, mesmo após a Declaração universal dos direitos humanos da ONU de 1948, que declara em seu artigo 13 que cada ser humano tem o direito de sair de seu país e de lá voltar, se assim ele desejar, sair do próprio país continua sendo um direito, já entrar em outro uma concessão do país acolhedor. Continua forte a prerrogativa dos Estados modernos de determinar a composição de sua população; esta assimetria entre entradas e saídas é a base do atual sistema migratório mundial. Uma leve mudança vem do artigo 14 desta mesma Declaração que impulsiona, pela primeira vez, um regime especial para os refugiados ao distinguir os migrantes econômicos desta categoria e oferecendo a estes uma leve forma de *ius immigrandi*, ao impedir que os países para os quais os refugiados perseguidos se deslocam os expulsem e os reenviem de volta aos países, dos quais estes estariam fugindo.

O prevalecer do direito de saída sobre o direito de entrada faz com que os atores principais que determinam e regulam as migrações internacionais sejam apenas os estados mais economicamente desenvolvidos: os estados receptores. Estes Estados normalmente criam políticas restritivas em relação à migração pois nas modernas democracias se assume que aos imigrantes são, aos poucos, concedidos garantias e direitos iguais aos dos cidadãos - em momentos sucessivos também é possível para eles adquirirem a cidadania – com todo o contorno de direitos e deveres que isso implica, já que nos dias de hoje, como bem lembra o



autor, onde se faz algo é mais importante daquilo que se faz.

Continuando na sua análise histórica, mas não cronológica, o autor volta à época das revoluções e discorre sobre os problemas enfrentados na revolução francesa em relação aos cidadãos e aos migrantes. O grande culpado dos problemas hodiernos parece ser um efeito da revolução, pois ao criar a figura do cidadão pleno, esta criou por oposição seu contrário: o não cidadão, o que não tem direitos. O problema principal desta lógica, que existe ainda hoje é que os cidadãos das democracias liberais têm direitos, mas também têm deveres e lhes é demandada obediência. Eis portanto que surge um problema político: se o estado moderno pretende dos seus cidadãos obediência total e lealdade plena, como ele pode em troca oferecer o mesmo que oferece a todos? Dar importância à cidadania significa criar um sistema de circuitos redistributivos que privilegiem os cidadãos em detrimento dos estrangeiros.

O autor continua então analisando as migrações o longo dos séculos mais recentes e enfatizando como o *ius imigrandi*, ainda no século XIX era algo não regulamentado. Aliás, ao longo do século XIX aconteceu algo inédito: desapareceram as regulamentações para as saídas, mas ainda não existiam as regulamentações para as entradas. Ao contrário do que acontece hoje, os seres humanos se moviam mais facilmente que as mercadorias. Esta nova situação começa a inverter os problemas vistos na época do tratado de Augsburg: lá a emigração era vista como um problema e a imigração como algo natural; no começo do século XX a visão está começando a se inverter e será a primeira guerra mundial a criar as condições para que esta mudança aconteça definitivamente.

O século dos refugiados

Na segunda parte do livro, o autor, após o preambulo histórico sobre a migração na modernidade e como as atitudes dos vários estados e das várias épocas, em relação às migrações, acabaram criando aos pouco o mundo moderno, discorre sobre a questão do refugio e sobre como a figura jurídica do refugiado que se destaca dos migrantes econômicos, foi se criando e se moldando ao longo de vários anos e acontecimentos diferentes.

O século XX na Europa ficou conhecido como o século dos refugiados: guerras mundiais, fim da colonização e outros acontecimentos criaram números enormes de pessoas que fugiam de seus respectivos países e com isso apareceu a necessidade de criação de um regime internacional que regulamentasse a mobilidade. Após fazer uma detalhada lista cronológica dos tratados e convenções internacionais, encontros e reuniões sobre o tema – tanto falidos como de sucesso – orga-



nismos criados *ad hoc*, acontecimentos pontuais, porém esclarecedores, o autor chega finalmente à situação europeia dos dias de hoje e analisa com riqueza de detalhes a sua política migratória dos últimos anos, suas falhas e seus limites.

Ao longo do livro pudemos perceber como o trabalho do autor foi tentar desvendar os lados mais obscuros das políticas migratórias durante um percurso cronológico, para mostrar como se chegou à situação dos dias de hoje e, sobretudo, tentar esclarecer como um problema que é visto como simples – a migração – seja, na realidade, extremamente complexo e variegado. O maior mérito desta obra é, de qualquer maneira, o fato de tentar esclarecer que a migração nada mais é que algo natural, que sempre acompanhou os seres humanos ao longo de seu caminho e, o que continua acontecendo nos dias de hoje não é o ocaso da nossa civilização e nem a sua palingenesia. Se trata de um fato humano que pode às vezes gerar problemas, e se isto acontecer a melhor solução são políticas migratórias claras e honestas que partam do pressuposto de que se trata de algo estrutural e não emergencial.

Recebido: 05 jul., 2017.

Aceito: 11 jul., 2017.

